

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E
LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FFLCH - USP
Telefone - 818-3775
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã
São Paulo - SP - Brasil
CEP: 05508-900

TESE DE DOUTORADO

A CONTEMPORANEIDADE DE SÃO PAULO

Produção de informações e novo uso do território brasileiro

Adriana Maria Bernardes da Silva

Orientador: Professor Milton Santos

Dezembro de 2001

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FFLCH - USP
Telefone - 818-3775
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã
São Paulo - SP - Brasil

Para os amigos do
Labsoplan,
com carinho,

Ariana Bernardes
19.03.2002.

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Doutora na área de Geografia Humana, sob orientação do
Professor Milton Santos.

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FFLCH - USP
Telefone - 818-3775
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã
São Paulo - SP - Brasil
CEP: 05508-900

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FFLCH - USP
Telefone - 818-3775
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã
São Paulo - SP - Brasil
CEP: 05508-900

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FFLCH - USP
Telefone - 818-3775
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã
São Paulo - SP - Brasil
CEP: 05508-900

*Ao Professor Milton Santos, sempre
(in memorian).*

*"Mas que coisa é homem,
que há sob o nome:
uma geografia?"*

(Carlos Drummond de Andrade)

*"Agora que estamos descobrindo o sentido de
nossa presença no planeta, pode-se dizer que
uma história universal verdadeiramente humana
está, finalmente, começando".*

(Milton Santos, 2000a)

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA POLITICA E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FFLCH - USP
Telefone - 818-3775
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã
São Paulo - SP - Brasil
CEP: 05508-900

Dedico este trabalho aos meus pais, Carmem e Arthur, ao meu irmão Eduardo e, agora, a Andréia. Eis meu porto seguro.

A Maria Aparecida Guerreiro F. Costa e sua turma (Augusto, Rodrigo e Renata, lindos irmãos mais novos) sou imensamente grata por tanto carinho e estímulo recebidos.

Ao Gê Gabriel Costa por muitas coisas bonitas compartilhadas e, especialmente, por ter segurado minhas mãos com firmeza quando precisei recomeçar.

AGRADECIMENTOS

Foi um desafio investigar a cidade de São Paulo face aos processos de globalização e aos impactos que a informação tem causado na reorganização das cidades e dos territórios nacionais. Nossa intenção é poder contribuir para o entendimento da atual dinâmica territorial brasileira.

O trabalho se encerra provisoriamente, pois um tema de pesquisa permanece sempre aberto e incompleto. As lacunas, de minha inteira responsabilidade, seguem aguardando um novo amadurecimento. De qualquer modo é preciso ressaltar que a experiência acumulada - da primeira versão do projeto de pesquisa até o encerramento destas linhas - foi profunda e transformadora.

Para realizar essa tese obtive diversos apoios institucionais. Recebi do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) o suporte financeiro para trabalhar em tempo integral com a pesquisa. No Rio de Janeiro, em visita ao BNDES, contei com o auxílio de Fernandes Borges e Ana Maria do Nascimento e, em Brasília, no Banco Central, fui prontamente atendida por Domingos Alves da Costa, que me concedeu uma longa entrevista. Segue também meus agradecimentos aos funcionários da secretaria de pós-graduação, Fumiko (*in memoriam*), Marcos, Ana, Jurema e Rosangela.

Os intercâmbios e os debates com inúmeros colegas e Professores foram muito frutíferos nesse tempo percorrido como aluna de pós-graduação. Nesse sentido, o trabalho editorial com a Revista *Experimental* (no Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental - Laboplan) tem sido de inestimável aprendizado. Preciosos são nossos debates cotidianos, pois é assim que tentamos tornar menos árido, menos burocrático, o dia-a-dia na Universidade. Sou muito grata aos amigos do Laboplan porque estabelecemos uma rotina prazerosa preñe de idéias, muitos projetos geográficos (alguns concretizados), sonhos, conhecimento mútuo, algumas brigas e, sobretudo, alegria... Quero então manifestar meu apreço por estas pessoas tão especiais: Ana Elisa Pereira, Antonio Carlos Malachias (*Billy*),

Cilene Gomes, Doraci Zanfolin, Eliza Almeida, Fabio Contel, Flávia Grimm, Gustavo Nobre, Júlia Andrade, Laércio Furquim, Lídia Antongiovanni, Magali Bueno, Márcio Cataia, Marcos Xavier, Maria Laura Silveira, Mónica Arroyo, Nilo Lima, Paula Borin, Renato Balbim, Ricardo Castillo, Ricardo Mendes, Rubens de Toledo Júnior, Soraia Ramos.

Sou grata também aos Professores Armen Mamigonian, Rosa Ester Rossini e, muito especialmente, a Maria Adélia A. de Souza (coordenadores do Laboplan), pois sempre apoiaram e estimularam nossos trabalhos.

Segue uma menção especial para alguns amigos que tornaram esses anos transformadores em São Paulo: meu abraço aos companheiros *Billy*, Sérgio Renato, Ana Valéria, Rinaldo, Vicente, Thiago Freitas, Patrícia (Paty Marinho), Lídia, Maurice, Gueth, Gilberto França.

Em diversos momentos me refugiei na casa de minha prima Silvia Bernardes e também com a família de Eliza Almeida. Obrigada por terem generosamente reduzido minha solidão na grande cidade.

A presença amiga constante, forte e solidária da amiga Mónica Arroyo tornou possível suportar e superar momentos muito difíceis. Como o Gê, ela também segurou minhas mãos com firmeza quando tudo parecia desmoronar.

Em São Carlos devo outros tantos agradecimentos: a Sueli e ao Rafael que alegraram os longos e solitários meses de trabalho com a redação; aos amigos do Centro de Yoga Jatobá Terra Prana (Lila, Dona Rita e também a Maju) por terem me acolhido e proporcionado a tranqüilidade que precisava para iniciar a redação da tese; e particularmente, a solidariedade da amiga tão querida (de longa data) Mônica Caron. A ela agradeço a leitura atenta deste texto e o estímulo permanente para continuar acreditando na construção das relações humanas.

Durante as pesquisas contei, em momentos distintos, com a colaboração de Alexander Evaso, Marcelo Pizetta e, muito especialmente, com o apoio carinhoso de Flavia Grimm (que também estudou as empresas de consultoria), de Vanir Belo (em São Paulo) e de Renata Guerreiro Fontoura Costa (em São Carlos e Rio Claro).

Nesta fase final do trabalho estiveram me auxiliando (um apoio incalculável) os amigos Augusto G. F. Costa, Eliza Almeida, Flávia Grimm,

Gilberto França (e também o Chicão), Júlio, Maria Laura Silveira, Mônica Arroyo, Ricardo Castillo e Paula Borin. Obrigada!!!

Serei, enfim, sempre agradecida aos estímulos profissionais, à amizade, e à confiança que recebi do Professor Milton Santos. Devo particularmente a ele muitas coisas: o gosto pela geografia (pelas reflexões territoriais), a atenção para a história contemporânea narrada como texto dos lugares, um olhar mais aguçado (que almeja ser crítico) para a produção científica, a crença no futuro... Ele foi um Professor rigoroso e generoso.

Sou grata também ao carinho que recebi de Marie-Hélène Tiercelin dos Santos e Rafael Tiercelin dos Santos.

É com muitas saudades e um imenso sentimento de perda que encerro esse trabalho na ausência do orientador e do amigo.

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA POLITICA E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FFLCH - USP
Telefone - 818-3775
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã
São Paulo - SP - Brasil
CEP: 05508-900

*“Somos o que fazemos
mas somos,
principalmente, o que fazemos
para mudar o que somos”
(Eduardo Galeano)*

ÍNDICE DE MAPAS, FIGURAS, QUADROS E TABELAS	VIII
SIGLAS	XII
RESUMO	XIV
RESUMEN	XV
INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE O PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO DE SÃO PAULO: DINÂMICAS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA	14
Capítulo 1 A cidade de São Paulo e seu <i>hinterland</i> no início do século XX: uma precoce vocação à internacionalização?	17
1.1 Um centro de negócios mundiais em conformação: produção cafeeira, sistema financeiro e indústria	19
• A industrialização como possibilidade	25
Capítulo 2 De Metrópole Nacional à Metrópole Onipresente: São Paulo no contexto de uma nova urbanização	32
2.1 A industrialização concentrada e a formação metropolitana: um momento de inflexão na história territorial brasileira	37
• Regulação estatal e formação do meio técnico- científico:..."São Paulo não pode parar"...	43
2.2 Os processos de concentração e dispersão: novas bases técnicas e políticas com a globalização	49
2.3 O lugar do poder político e econômico das grandes empresas	57
2.4 Organização do sistema financeiro nacional... e as sedes das instituições financeiras se mudaram para São Paulo	62
2.5 A relativa dispersão industrial: amplia-se a divisão territorial do trabalho e a cooperação	70

2.6	As novas densidades técnicas e científicas dinamizam o território brasileiro	78
2.7	Entre a indústria, os serviços e a informação: como compreender a metrópole de São Paulo?	86
SEGUNDA PARTE SÃO PAULO CONSOLIDA-SE COMO UM COMPLEXO ESPAÇO DA GLOBALIZAÇÃO: AS AÇÕES E OS OBJETOS INFORMACIONAIS		96
Capítulo 3	Concentração da informação produtiva, dissolução da metrópole: Interpretações geográficas da aceleração contemporânea	100
3.1	A informação como elemento significativo do atual período	103
3.2	A publicidade e a dissolução dos "valores mercadológicos"	114
3.3	O mercado de capitais, a moderna produção da inteligência financeira e o dinheiro como informação	118
3.4	As novas ocupações informacionais e o território metropolitano	132
Capítulo 4	A ordem global e a produção de uma nova Forma-Conteúdo: a seletividade do meio técnico-científico-informacional metropolitano	145
4.1	Um novo centro de negócios: a organização da Avenida Luiz Carlos Berrini e entorno	148
4.2	"Edifícios inteligentes", simultaneidade e fluidez dos eventos da globalização	161
4.3	O ritmo veloz dos negócios: ampliam-se os contatos de São Paulo com o Brasil e o mundo	168
	• Os fluxos de ordens, mensagens, informação	169
	• O movimento aéreo metropolitano: expansão dos fluxos de pessoas e mercadorias	171
4.4	Cidade Global, Cidade Corporativa	173

TERCEIRA PARTE AS EMPRESAS DE CONSULTORIA E A REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO (conteúdos da densidade informacional paulistana).	183
Capítulo 5 A Consultoria Corporativa: as formas da produção da "inteligência da globalização" na cidade de São Paulo.	186
5.1 Tipologia e topologia de um novo universo empresarial: a consultoria e suas especializações	189
5.2 As grandes empresas globais e nacionais	190
• As consultorias na área de gestão empresarial	190
• As consultorias em tecnologias da informação.	198
• As consultorias de recrutamento e recolocação de executivos	202
• As consultorias jurídicas.	203
• A engenharia consultiva	206
• Uma profusão de empresas especializadas.	206
- Consultoria "política": informações sobre cenários econômicos e políticos.	207
- Recursos Humanos: requalificação profissional, treinamento, "ética empresarial", comportamento, etc.	209
5.3 Vetores normativos globais. A formação e a regulação da atividade de consultoria: a nova cooperação técnica metropolitana	210
Capítulo 6 Informação e verticalização do território nacional: os espaços da racionalidade	214
6.1 Um programa nacional de desestatização? O aval decisório das firmas de consultorias.	218
6.2 A reorganização dos sistemas produtivos: novas formas de gestão e programas de qualidade empresarial	228
6.3 Amplia-se a solidariedade organizacional: a Região Concentrada e o estado de São Paulo	231
CONCLUSÃO Uma grande cidade e um país na encruzilhada: entre o tempo hegemônico do mundo e as múltiplas temporalidades do lugar	237

BIBLIOGRAFIA	249
ANEXOS DE QUADROS	268
ANEXOS DE TABELAS	272

ÍNDICE DE MAPAS, FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Mapa 1	Área de estudo - Município de São Paulo	13
Mapa 2	Município de São Paulo - Quadrante Sudoeste	150
Mapa 3	Os dez maiores projetos de imóveis corporativos atualmente em construção no eixo Avenida Faria Lima - Avenida Luiz Carlos Berrini	158
Figura 1	Edifício de alta tecnologia (edifício "inteligente")	166
Quadro 1	Bancos Comerciais - Cidade de São Paulo - 1887	21
Quadro 2	Principais Gêneros da Indústria de Transformação presentes em algumas cidades do Vale do Paraíba	74
Quadro 3	Setor QUATERNÁRIO: algumas atividades e instituições representativas.	95
Quadro 4	As informações: uma primeira tipologia	110
Quadro 5	Algumas profissões típicas do período técnico-científico-informacional - Brasil: profissões oficialmente regulamentadas entre 1970 - 1995.	143
Quadro 6	A mundialização da metrópole de São Paulo.	179
Quadro 7	Brasil - Principais consultorias em informática - 1996	201
Quadro 8	Brasil - Empresas Globais de Consultoria participantes do Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999).	223
Quadro 9	Brasil Instituições Financeiras prestadoras de consultoria ao Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999).	224
Quadro 10	Brasil Empresas nacionais de consultoria e escritório de advocacia participantes do Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999).	225

Tabela 1	Sistema Bancário do Estado de São Paulo 1921 - 1928	23
Tabela 2	Indústrias de Tecidos - Brasil - 1907	26
Tabela 3	Indústria de Transformação - Estado de São Paulo - 1907 Número de Estabelecimentos e Operários	27
Tabela 4	Participação dos Estados na Produção Industrial Brasileira (%) - 1907-1939	28
Tabela 5	Evolução do Número de Estabelecimentos, Operários e Valor da Produção(%) - Município de São Paulo/Brasil - 1920-1950	38
Tabela 6	Brasil - Distribuição das sedes das 500 maiores empresas privadas (1975 -1995)	59
Tabela 7	Brasil - Estado de São Paulo Maiores Empresas estrangeiras	60
Tabela 8	Brasil. Movimento total do ativo segundo as praças financeiras - 1996	66
Tabela 9	Pessoal Ocupado em Atividades Técnicas, Científicas e Afins - Brasil e Grandes Regiões (1976 - 1995)	81
Tabela 10	Pessoal Ocupado em Atividades Técnicas, Científicas e Afins - Região Sudeste - (1976 - 1995)	82
Tabela 11	Pessoal Ocupado em Atividades Técnicas, Científicas e Afins - Estado de São Paulo - (1976 - 1995)	85
Tabela 12	Pessoas Ocupadas em Atividades Técnicas, Científicas e Afins - Região Metropolitana de São Paulo - RMSP	85
Tabela 13	Indústria de Transformação - Valor da Transformação Industrial (%) - Estado de São Paulo (1970 - 1990)	87
Tabela 14	Distribuição do pessoal ocupado segundo setores da economia - Alguns países selecionados (1993)	90
Tabela 15	Brasil - Evolução dos IEDs (em milhões de dólares)	92
Tabela 16	Distribuição dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo segundo o setor de atividades (em % do total)	93
Tabela 17	Bolsas de Valores. Volume Total Negociado (US\$ Bilhões) - 1988 - 1994 - 1998	121

Tabela 18	Evolução dos Cartões de Crédito emitidos no Brasil - (1994 - 1999)	131
Tabela 19	Brasil - Atividades Quaternárias - Pessoas Ocupadas - 1970	133
Tabela 20	Brasil - Atividades Quaternárias - Pessoas Ocupadas - 1985	135
Tabela 21	Serviços de Processamento de Dados. Pessoal Ocupado - Brasil e subdivisões - 1992	138
Tabela 22	Serviços de Assessoria, Consultoria e Organização e Administração de Empresas. Pessoal Ocupado - Brasil e subdivisões - 1992	141
Tabela 23	Valor do aluguel de escritórios corporativos - 2001	153
Tabela 24	Cidade de São Paulo - 2001. Imóveis corporativos em construção no eixo Av. Nova faria Lima - Av. Berrini	157
Tabela 25	Brasil e cidades selecionadas. Número de Ligações Telefônicas para o Exterior - 1989/1991/1993	170
Tabela 26	Acessos Dedicados Ativados na Rede Nacional de Comutação de Pacotes Renpac — 1990 - 1998	170
Tabela 27	Terminais Ativados do Serviço de Telex Nacional (1988-1998)	171
Tabela 28	Grandes Empresas de Consultoria de Gestão - 1996	191
Tabela 29	200 maiores empresas de informática - 1992/1993 - Brasil e subdivisões	198
Tabela 30	Principais empresas de <i>Outsourcing</i> /Terceirização de sistema no Brasil - (Prestação de Serviços e Consultoria)	199
Tabela 31	Principais Escritórios de "Headhunters" no Brasil e no Mundo - 1999	203
Tabela 32	Brasil: Número de aquisições e fusões	204
Tabela 33	Dez maiores Escritórios de Advocacia no Brasil e no Mundo - 1998	205
Tabela 34	Brasil - <i>Master Business Administration</i> - 1996	211

Tabela 35	BNDES - <i>Programa Nacional de Desestatização</i> Despesas com consultoria, publicidade e auditoria (1990-1997)	226
Tabela 36	Brasil: Laboratórios de Precisão credenciados pela INMETRO - 1995	229
Tabela 37	Certificados emitidos - Sistema da Qualidade NBR - ISO 9000 (até abril de 1996) - Brasil e subdivisões	230
Tabela 38	Brasil - Investimentos do BNDES por regiões (1993 - 1997) (em milhões)	232

ABAMEC - Associação Brasileira dos Analistas de Mercados de Capitais

ABEF - Associação Brasileira de Executivos Financeiros

ABMC - Associação Brasileira de Mercados de Capitais

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos]

ABT - Associação Brasileira de Telemarketing

ABCOP - Associação Brasileira dos Consultores Políticos

ANRH - Associação Nacional de Recursos Humanos

APRH - Associação Paulista de Recursos Humanos

BIESP - Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo

BM&F - Bolsa de Mercadorias & Futuros

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

BVRJ - Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

CEF - Caixa Econômica Federal

CPDs - Centros de Processamento de Dados

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DAC - Distribuidor Automático de Chamadas

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

FESESP - Federação de Serviços do Estado de São Paulo

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBMC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
ICMCI - International Council of Management Consulting Institutes
IEDs - Investimentos Estrangeiros Diretos
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia
IPT - Instituto de Pesquisa Tecnológica
ISO - International Standardization Organization
ISMA - International Securities Marketing Association
MBA - Master Business Administration
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PND - Programa Nacional de Desestatização
PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
QSP - Centro Brasileiro de Qualidade, Segurança e Produtividade
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
SEI - Secretaria Especial de Informática
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito
TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras
TI - Tecnologia da Informação
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
URA - Unidade de Resposta Automática
VSAT- Very Small Aperture Terminal
VTI - Valor de Transformação Industrial
WTC - World Trade Center

RESUMO

São Paulo conhece três grandes fases de mundialização. O comércio cafeeiro (associado ao sistema financeiro e à industrialização nascentes), a indústria e a informação são, respectivamente, os elementos significativos de cada período vivido pela cidade ao longo dos últimos cento e cinquenta anos.

Assumindo hoje feições de cidade global, São Paulo, por acolher, produzir e distribuir estratégicas informações reafirma seu papel de comando no território nacional e amplia, ainda mais, suas relações com o mundo.

Consideramos que a expansão das atividades quaternárias em São Paulo, a partir da década de 1980, evidencia significativas tendências de alteração de sua forma e de seu conteúdo geográfico. Um meio ambiente urbano voltado a atender as necessidades de fluidez das empresas globais afirma-se na cidade. É o caso da Avenida Berrini e seu entorno, região recentemente valorizada com a presença de inúmeros edifícios “inteligentes”.

Ao buscar um quadro explicativo para a natureza da densidade informacional de São Paulo, analisamos as firmas de consultoria. As informações produzidas por estas empresas envolvem conhecimentos sobre a economia, o território, a política, a cultura e, por entrecruzarem o lugar e o mundo, tendem a conformar a unicidade técnica do período, ampliando a ação das novas redes hegemônicas no território, ou seja, alargando os contextos da globalização.

Variável-chave do atual período histórico, a informação, por ser o motor da divisão do trabalho, reorganiza os sistemas urbanos e redefine, também, recortes regionais. A produção de um meio técnico-científico-informacional nacional, ao possibilitar a dispersão das modernizações agrícolas, industriais e de serviços, faz, justamente, de São Paulo, um complexo centro de informações. Assim, ao acolher, com vigor, a atual divisão do trabalho, a formação sócio-espacial brasileira casa velhos e novos elementos, recriando uma divisão interna particular.

Palavras-chave: São Paulo, metrópole, informação, meio técnico-científico-informacional, consultorias, território brasileiro.

RESUMEN

San Pablo conoce tres grandes fases de mundialización. El comercio del café (asociado al sistema financiero e a la industrialización nacientes), la industria y la información son, respectivamente, los elementos significativos de cada período vivido por la ciudad a lo largo de los últimos ciento y cincuenta años.

Asumiendo actualmente aspecto de ciudad global, San Pablo, por albergar, producir y distribuir informaciones estratégicas, reafirma su papel de comando en el territorio nacional y amplía, aún más, sus relaciones con el mundo.

Consideramos que la expansión de las actividades cuaternarias en San Pablo, a partir de la década de 1980, evidencia tendencias significativas de alteración de su forma y de su contenido geográfico. Un medio ambiente urbano volcado para atender las necesidades de fluidez de las empresas globales se afirma en la ciudad. Es el caso de la Avenida Berrini y sus alrededores, región recientemente valorizada con la presencia de innúmeros edificios.

Al buscar un cuadro explicativo para la naturaleza de la densidad informacional de San Pablo, analizamos las firmas de consultoría. Las informaciones producidas por estas empresas envuelven conocimientos sobre economía, territorio, política, cultura y, por entrecruzar lugar y mundo, tienden a conformar la unicidad técnica del período, ampliando la acción de las nuevas redes hegemónicas en el territorio, es decir, alargando los contextos de la globalización.

Variable central del actual período histórico, la información, por ser el motor de la división del trabajo, reorganiza los sistemas urbanos y redefine, asimismo, recortes regionales. La producción de un medio técnico-científico informacional nacional, al posibilitar la dispersión de las modernizaciones agrícolas, industriales y de servicios, hace justamente que San Pablo se transforme en un complejo centro de informaciones. De ese modo, al acoger con vigor la actual división del trabajo, la formación socio-espacial brasilera casa viejos y nuevos elementos, recreando una división interna particular.

Palabras claves: San Pablo, metrópoli, información, medio técnico-científico informacional, consultorías, territorio brasilero.

INTRODUÇÃO

"Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser o objeto da disciplina geográfica, ficamos em condição de tratar 'geograficamente', os objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento".

(Milton Santos, 1996a; 63).

"Todo cambia si se considera que la sociedad se presenta para cada cual como una perspectiva de porvenir, y que este porvenir penetra en el corazón de cada cual como una motivación real de sus conductas".

(Jean-Paul Sartre, 1960, 1995, 85).

Como explicar a situação vivida hoje pela cidade de São Paulo diante da aceleração com que se transformam seus elementos constituintes? Como construir um sentido para as mudanças do território metropolitano se nos escapa com frequência a distinção entre o velho e o novo, na medida em que o que mal acabou de aportar já ganhou o atributo do envelhecimento? Assim, São Paulo já não é mais considerada industrial e, no entanto, jamais deixou de sê-lo; São Paulo é tomada como uma *global city*, ao passo que esta situação é apenas, e tão somente, uma tendência... É preciso, portanto, enfrentar esse embaralhamento dos fatos e perscrutar por uma forma de abordar a complexa realidade contemporânea.

Acreditamos que as possibilidades que têm as disciplinas de interpretar os novos rumos da história estão atreladas às respectivas capacidades de encontrar e fertilizar sistemas teóricos que, fundados na realidade, sejam operacionais e permitam, como assevera L. Goldmann (1991; 47), "compreender os aspectos essenciais da vida humana e do universo".

Parece-nos, então, que a primeira tarefa crucial é reconhecer o espaço geográfico como objeto a ser investigado para que, em seguida, os problemas possam ser mobilizados. H. Isnard (1982; 237) recomenda que o "que a geografia deve definir é a especificidade do espaço geográfico que constitui o objeto de sua investigação". Segundo M. Godelier (1974; 131) "construir um conceito é distinguir e definir os problemas visados e recolocá-los numa ordem que os tornem inteligíveis e solúveis. É produzir uma problemática teórica". E. Morin (1983; 19), por sua vez, assinala que "uma vez que se abandone a visão ingênua de que a teoria é o reflexo do real e que, de certo modo, a indução permite caminhar dos fatos até a própria lógica do real, dá-se conta de que a teoria é um sistema de idéias, uma construção do espírito que levanta problemas".

Detendo uma autonomia relativa o espaço seria formado, tal como propõe M. Santos (1996a; 51), "por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Eis um conceito que possibilita a construção de um método a partir de uma análise constitucional e relacional do real. Desse ângulo do problema importa, então, trazer ao cerne do debate a natureza social do espaço geográfico e considerar, como enfatizou M. Godelier (1974; 321), que "objetos sem relação constituem uma realidade privada de sentido e relações sem objetos um sentido privado de existência". Como afirmou H. Isnard (1978; 6), "à realidade objetiva do espaço natural se opõe, assim, a realidade projetiva do espaço geográfico".

O espaço, ao funcionalizar a totalidade, participa também do processo de reconstrução permanente da história e deveria ser compreendido como uma "forma-conteúdo" (M. Santos, 1979b, 1985, 1996a). As concepções abstratas, no caso da geografia, cumpriram, justamente, a função de negar "as relações dialéticas de conteúdo e forma" (J. Anderson, 1973) e acabaram por promover uma abordagem "do mundo como exposição" (D. Gregory, 1996; 96), isto é, como se as paisagens portassem em si a concreticidade da realidade social.

Posicionando-se contra a lógica analítica que assegura que “os elementos individuais constituem a única realidade autêntica”, L. Goldmann (1967; 46) enfatiza a validade do método dialético que, partindo da noção de totalidade, permite trabalhar com uma lógica de conteúdos. Ainda, para L. Goldmann (1991; 5) “toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais”. Trata-se, pois, de reconhecer a totalidade em movimento que, no dizer de H. Lefebvre (1976; 24), define-se por não possuir uma coesão já realizada. Seria, na verdade, um movimento de totalização, no sentido sartreano, isto é, aquele em direção às mediações, “que permitem engendrar o concreto singular, a vida, a luta real e datada” (Sartre, 1972; 51).

É preciso, portanto, fazer valer o conselho de K. Kosík (1976; 36), quando nos alerta sobre os riscos de trabalharmos com concepções abstratas da totalidade. Para o autor “acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade”.

D. Harvey (1980; 17) assinala que é preciso apreender como as formas espaciais determinam o desenvolvimento futuro do processo social e, para tanto, devemos “encontrar algum meio de representar eventos”. A noção de evento¹ é, pois, um instrumento analítico importante para o entendimento de situações concretas, na medida em que, diante das possibilidades latentes no mundo, um evento representa a realização de algumas oportunidades oferecidas nos lugares. O evento nos convida, pois, a conhecer o novo. Temos, então, que compreender a relação entre *formas-conteúdos* e eventos. Este talvez seja, como propõe M. Santos (1996a), um caminho para superarmos a histórica dualidade entre tempo e espaço e avançarmos, por exemplo, diante da proposta que fez M. Dear (1988; 270), ao estabelecer como objeto central

¹ Segundo A. Whitehead (1919, 1994; 64), a separação das categorias espaço e tempo foi estabelecida ao longo da história do conhecimento com o intuito de simplificar exposições. Para o autor somente a passagem e a extensão dos eventos tem concreticidade, pois o “espaço, a exemplo do tempo, parece ser uma abstração com base em eventos”.

da geografia humana “entender a simultaneidade do tempo-espaço, estruturando o processo social”.

Como hoje “a totalidade se empiricizou” (M. Santos, 1984, 1988a, 1996a), devemos reconhecer esse processo definidor do período atual em conjunto com outros níveis de solidariedade: o nível da formação socioespacial e o nível do lugar². Assim, como e por quê determinados territórios acolhem, reproduzem e contradizem esta universalização do capital, do consumo, do crédito, das ideologias...? Quais mediações se articulam entre o lugar e o mundo para a realização dos eventos da globalização?

Acreditamos que hoje, mais do que nos períodos anteriores, a categoria *formação socioespacial* (M. Santos, 1977) deve, também, estar no centro das preocupações epistemológicas e políticas³. Em uma época de acelerada e multifacetada fragmentação do tecido social torna-se imperativo reconstruir a totalidade concretamente, recuperar o entendimento dos processos e dos contextos. Pensamos que somente através dos quadros nacionais, por meio de suas estruturas internas, é que podemos entender o funcionamento das denominadas redes globais. Mas trata-se de empreender um enfoque relacional envolvendo a formação socioespacial, o mundo e o lugar, através da categoria divisão territorial do trabalho.

Como categoria analítica, a divisão territorial do trabalho nos permite entrever a seletividade e a hierarquia do sistema espacial; mais do que isso, nos permite compreender a funcionalidade do espaço na estrutura social total. E, como processo geográfico, as sucessivas divisões territoriais do trabalho nos levam a refletir a coexistência, a constante recriação, das múltiplas formas geográficas e sociais que articulam lugares, formações socioespaciais e o mundo. Segundo J-E. Sánchez (1991; 122) “a divisão do espaço é complementar à divisão social e à divisão técnica do trabalho. A divisão social

² Segundo M. Santos a grande novidade de nosso tempo é a produção não somente de uma totalidade concreta, mas também de uma totalidade empírica, esta última edificada por meio das redes planetárias (1984, 1988a, 1996a).

³ Trata-se de um conceito pilar para a construção de uma teoria crítica a partir da geografia pois mobiliza a dialética espaço e sociedade. Assevera M. Santos (1982; 15) que se “modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”; a

do espaço implica, em sua essência, em diversos graus de valorização dos fatores sociais sobre o território: densidade de população, diversas localizações das unidades de produção, diversas funções sociais, diversa produção de valor, diverso grau de apropriação do excedente, diversos níveis de serviço etc. O espaço (...) é a base da hierarquização social dentro da formação social".

Temos que compreender as novas ações políticas agindo em consonância com a evolução espacial e as funcionalizações e desfuncionalizações ocorridas neste ínterim, pois como enfatiza A. Cholley (1964), é essencial compreender a estrutura da combinação e sua evolução. Segundo M. Santos (1978b;200), uma formação socioespacial só pode ser entendida a partir da relação de dois conjuntos: o das horizontalidades (a estrutura interna) e o das verticalidades (os vetores externos).

Ora, determinados eventos possuem, hoje, uma trama global e tendem, por isso, a ser objetos de organização sistêmica na escala planetária. Nesse sentido, C. Raffestin (1993; 212) salienta que hoje "a comunicação atingiu o conjunto do espaço terrestre: basta um satélite e uma rede de pontos para transmitir toda informação desejada. O planeta pode ser reorganizado de tal maneira que nenhum ponto fique isolado e, dessa forma, o espaço é perfeitamente dominado".

A globalização define o atual período histórico, o presente⁴. Mas, considerar o presente não significa indagar sobre "uma imagem instantânea do mundo", como alertava P. George (1973; 20), mas sim indagar a cerca da gênese e articulações que o constituem. Podemos falar que, na verdade, se trata de um presente denso, ou seja, um recorte temporal coerente e sistêmico que se organiza mediante a presença de *elementos significativos*. Hoje, a totalidade-mundo se afirma através da técnica, da ciência e da informação.

Os eventos da globalização são portadores de uma nova temporalidade⁵ que entroniza os lugares, hierarquicamente, na aceleração contemporânea.

concretude dos modos de produção advém, portanto, de uma "base territorial historicamente determinada".

⁴ Tal como propôs M. Santos (1984, 1988a, 1991a, 1991b, 1994a, 1996a, 2000).

⁵ Falamos aqui de um tempo inventado por atores sociais específicos, de "um tempo social da ação", como afirma C. Raffestin (1993; 49); como nos explica o autor "as ações se inscrevem

Desde mais ou menos o início da década de 1970 o ritmo dos negócios corporativos vem se unificando através de um arcabouço técnico, normativo e informacional na escala planetária. É a temporalidade das redes globais que, hegemônica, atinge os territórios criando uma *solidariedade organizacional* (M. Santos, 1994c) entre os elementos do espaço. Entretanto o que nos interessa não é em si o novo espaço das redes (um espaço de fluxos), mas o *espaço banal*⁶, um híbrido de espaços de fluxos e espaços de contigüidade (M. Santos, 1993c); um híbrido de verticalidade e horizontalidade.

O período atual enseja, pois, uma nova divisão social e territorial do trabalho⁷ e a informação emerge, justamente, como o elemento organizador dos novos contextos socioterritoriais. Um leque de questões, ao longo desse trabalho, serão permanentemente discutidas através da análise da informação. Como criar um recorte analítico para melhor investigar a nascente "geografia da informação"? Como a informação (conteúdo essencial dos novos sistemas de objetos e dos novos sistemas de ações) redefine também a formação socioespacial? Como a informação se relaciona com a nova urbanização e a metropolização? O que há de permanente e de mutável? Quais são os atores envolvidos? Quais mercados estão se desenvolvendo? Quais as novas profissões? Como tornar a variável informação compreensível, isto é, como se manifestam as múltiplas formas da informação nos processos econômicos e sócio-territoriais, culturais e políticos? Como se organiza o meio geográfico? Quais as contradições e os conflitos entre espaço e sociedade?

no tempo absoluto, mas são ritmadas por tempos relativos, fracionados segundo estruturas particulares".

⁶ "Valemo-nos, outra vez, do vocabulário de François Perroux quando se referiu à existência de um "espaço banal" em oposição ao espaço econômico. O espaço banal seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências. Esse espaço banal, essa extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contigüidade, são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também um fator de produção. Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados" (M. Santos, 2000a; 109).

⁷ Conforme assevera A. Mamigonian (1982; 39) "a medida em que a indústria foi descobrindo que a ciência podia ser cada vez mais uma força produtiva, foi submetendo a produção do conhecimento científico à mesma divisão do trabalho a que estava sujeita a produção de qualquer outra mercadoria".

Atingimos, hoje, um tal grau de expansão do capitalismo que se tornou necessário produzir, diante da espessura e da nova qualidade do edifício social, enormes redes organizacionais com ação planetária; em decorrência disso há, agora, um crescimento exponencial, sem precedentes, de trabalhos informacionais.

As novas atividades produtoras de informação, agrupadas no setor quaternário da economia⁸, são centrais à elaboração e coordenação das múltiplas redes planetárias; segundo M. E. Hepworth (1989;19), os trabalhos com informação designam mudanças na estrutura produtiva e transacional das economias contemporâneas. Identificar, portanto, este setor que engloba novíssimas empresas e profissões é fundamental para darmos significado ao volume e a intencionalidade do desenvolvimento científico e técnico do período, bem como para apreendermos o conjunto de forças que impulsiona a atual divisão territorial do trabalho. Conforme define M. Tomelim (1988; 34) o quaternário "caracteriza-se pelo ato de conceber, de criar, de interpretar, de organizar, de controlar e de transmitir, com o auxílio da ciência e da técnica, atribuindo a esses atos um valor econômico".

Informar e organizar são, pois, ações correlatas e essenciais da trama de eventos da globalização. Segundo R. Ortiz (1994; 149), "a informação é vital na elaboração das estratégias; ela fornece aos agentes os condicionantes para se desenhar uma cartografia de suas intenções". E, a organização, conforme H. Isnard (1978;6), seria uma "preparação" que estaria intimamente relacionada com as dinâmicas espaciais; assevera o autor que a grande aventura humana sobre a terra foi ter reformulado o espaço substituindo a necessidade pela intencionalidade.

E as organizações são, também, híbridos de objetos e ações. Por isso assinala P. Veltz (1993) que, hoje, a territorialização das estruturas empresariais "compõe um processo de construção de recursos, o que pressupõe a firma em estreita relação com seu entorno". Tratar-se-ia, portanto, da produtividade espacial tão almejada pelas grandes empresas.

A elaboração dos sistemas organizacionais depende, então, de lugares estratégicos: aqueles dotados com as atividades e as infra-estruturas mais modernas. Diríamos que estes são os lugares mais densos em objetos e ações informacionais. Aí são, portanto, criadas as instáveis condições de realização dos eventos hegemônicos, como a globalização das firmas, das finanças, das técnicas, do consumo. Seriam os lugares das *forças operantes* que têm, no mundo, sua escala de ação e respondem, primeiramente, àquelas formas contemporâneas do *acontecer hierárquico* que é “um resultado da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados” (M. Santos, 1994c; 17).

No caso brasileiro, é na cidade de São Paulo que as estratégias organizacionais das grandes empresas são acolhidas e concebidas. Podemos apresentar a problemática da seguinte maneira: a transformação de São Paulo no principal centro produtor de informações - contexto que lhe confere o estatuto de *metrópole onipresente* (M. Santos, 1993a) e mesmo cidade global - é condição para o alargamento dos contextos da globalização no território brasileiro.

São Paulo passa por mais uma vaga de modernizações que a transforma num centro produtor de informações. Um novo sub-espço - o *meio técnico-científico-informacional* (M. Santos, 1994a) local - vem se edificando na metrópole para atender a necessidade de fluidez das corporações globais: a região da Avenida Berrini e entorno com seus paradigmáticos "edifícios inteligentes". Apenas uma fração reduzida da cidade se beneficia das modernizações. As condições de crise que estruturaram a principal metrópole econômica do país se vêem ainda mais agravadas quando o Estado transfere para as empresas os rumos da reorganização da economia e do território nacionais.

Daí nos preocuparmos com a densidade informacional de São Paulo, no intuito de reconhecermos o contexto que faz dessa metrópole, hoje, um lugar

⁸ M. Porat, em 1976, propôs o termo “economia da informação” ao avaliar as volumosas transformações da sociedade norte-americana com base no crescimento das atividades quaternárias.

das forças operantes, isto é, um lugar onde atuam as forças que possuem o comando político do moderno sistema produtivo.

Por isso ser tão importante investigar a produção e o controle dos fluxos de informação (ligados às finanças, à gestão empresarial, ao consumo), pois são eles que irão atingir, verticalmente, o arranjo horizontal das regiões criando verdadeiras solidariedades organizacionais a partir de telecomandos que regulam as múltiplas formas do trabalho local.

E na medida em que se complexiza a dialética da modernização entre o *interno e o externo, o Estado e o Mercado e o velho e novo* (M. Santos, 1985) é preciso considerar a mediação, fundamental, das formações socioespaciais, para enfrentarmos as explicações particulares. O uso dos territórios, em acordo com a produtividade almejada dos respectivos sistemas de objetos contemporâneos, é dependente dos rumos políticos das formações socioespaciais, nas quais a organização espacial possui um importante papel. Outrossim, consideramos que os lugares, mesmo diante da existência de redes globais, continuam a valorizar diferencialmente aqueles elementos constituintes do espaço, tais como os "homens, as firmas, as instituições, as infra-estruturas" (M. Santos, 1985; 6).

Importa problematizar que, de fato, a totalidade-mundo vem se edificando a partir de lugares os mais distintos; eis também porque adquire o atributo da complexidade, pois tendencialmente todos os lugares se globalizam. No entanto, trata-se de uma ordem que re-hierarquiza os lugares, desmancha antigos contratos sociais, privatiza a vida pública e amplia a pobreza a serviço de uma nova onda de concentração de capitais. Nesse sentido, o que assistimos, diante da crescente aceleração das mudanças, é um processo crescente de fragmentação do território e da sociedade. Avulta a contradição entre os limites dessa racionalidade que se diz modernizante e a ampliação da exclusão, particularmente no Terceiro Mundo.

Tendo em vista o caminho de método⁹ proposto optamos por retratar a contemporaneidade da cidade de São Paulo através de três recortes analíticos que se substancializaram nas partes que subdividem o trabalho.

Com a primeira parte do texto buscamos apreender a gênese da metrópole informacional ou o que entendemos como processo de mundialização de São Paulo. Nossa periodização, baseada em M. Santos (1994b), estabelece três grandes fases de mundialização para São Paulo, a partir dos elementos significativos que estruturaram a metrópole ao longo do século XX: o comércio cafeeiro, a indústria e a informação (demos ênfase a este último período). É essa história territorial que sustenta, hoje, a constituição da cidade informacional. Consideramos, no *capítulo um*, que a origem da metrópole cosmopolita, na passagem do século XIX para o XX, esteve atrelada, entre outros fatores, ao surgimento do sistema financeiro paulista e à industrialização ainda como possibilidade. Foram criadas as condições para que, rapidamente, São Paulo ultrapasse a cidade do Rio de Janeiro como principal centro de negócios do país. A partir de então, ganhou contornos a metrópole paulista com a presença da grande indústria ampliando a divisão do trabalho. É o que intentamos tratar no *capítulo dois*. A dispersão das modernizações, acelerada com os governos militares, tornou-se possível com a integração do país (especialmente na fase mais recente da integração eletrônica do território). Consolidou-se uma urbanização corporativa. Ora, como é a formação socioespacial que faz a mediação entre o lugar e o mundo, o movimento de mundialização de São Paulo esteve sempre atrelado as formas como o território brasileiro vem sendo usado. Estas formas podem ser entrevistas no jogo dialético entre concentração e dispersão das modernizações. Nesta trama São Paulo segue reafirmando sua primazia, tornando-se *metrópole onipresente* (M. Santos, 1993a). Este é um processo de permanente reforço da metropolização paulistana e que assegura e agrava a existência de uma série de conflitos sociais.

⁹ Como nos explica B. de S. Santos (1989; 72), "teoria é, não só o conhecimento que se produz (teoria substantiva), como o modo como se produz (teoria processual, o método)".

A segunda parte do trabalho está voltada a uma análise constitucional do *espaço da globalização* paulistano. Para tanto privilegiamos o funcionamento do sistema técnico informacional. Nosso objetivo é oferecer uma visão da nova geografia metropolitana da informação que, acreditamos, está em marcha na formação socioespacial brasileira. Um novo sistema de ações ganha contornos através das atividades quaternárias que regulam hoje os processos produtivos. Intentamos analisá-las através do setor da publicidade, do mercado de capitais e, especialmente, das consultorias, entre outros. Este é o conteúdo do *capítulo três*. Para que São Paulo possa tornar-se um centro político do sistema produtivo, isto é, um local de decisões sobre a produção, a circulação, o consumo, é necessário que haja um arranjo muito específico de seu território. Assim, um denso ponto de meio técnico-científico-informacional se instalou na cidade desde a década de 1980, espalhando-se na região sudoeste. Interessa-nos, desse modo, conhecer a produção do moderno sistema de objetos informacionais que envolve, particularmente, os edifícios "inteligentes". Quais os atores envolvidos e qual a participação do poder público? Preocupa-nos, ainda nessa parte, refletir à respeito do estatuto de *global city* que hoje é conferido indiscriminadamente a São Paulo (*capítulo quatro*).

O que buscamos construir com a terceira parte do trabalho é uma análise relacional que leve em consideração a interação permanente entre a formação socioespacial e o mundo, agora mediado pelo lugar metropolitano. Esta última parte é composta por mais dois capítulos, nos quais apresentamos o tema das empresas produtoras de informação para tentarmos encontrar algumas respostas e um aprofundamento das reflexões a respeito do uso atual do território brasileiro. Nossa insistência com o tema da informação advém, justamente, do fato desta variável, em suas múltiplas faces, ter adquirido o estatuto de motor da atual reorganização dos sistemas produtivos. A produção de informações, fundada na racionalidade técnico-científica do período, vai mediar a realização dos eventos do presente, assegurando sua duração e interferindo na escala temporal do acontecer. Damos ênfase à investigação das ações das firmas de consultoria. Analisamos as firmas hegemônicas

procurando construir um quadro que retrate este complexo setor do período técnico-científico-informacional. Temos por hipótese que se trata de um novo sub-sistema de ações apto a operacionalizar a reorganização produtiva da economia e do território. Concentradas num pequeno número de metrópoles (denominadas globais) essas empresas buscam minimizar os riscos que ameaçam a geopolítica das firmas globais, na medida em que auxiliam as organizações a regularem problemas políticos e racionalizarem as operações técnicas. Participam, então, ativamente da unicidade técnica (*capítulo 5*). A circulação dessas informações corporativas atinge particularmente a Região Concentrada e o estado de São Paulo. Formam-se, então, os espaços da racionalidade cujo conteúdo (organizacional) está relacionado com a atual densidade informacional da metrópole paulista e, por conseguinte, com os eventos da globalização (*capítulo 6*).

Esperamos que ao final do trabalho tenhamos alcançado, provisoriamente, uma síntese teórica que possa contribuir para o entendimento dos dinamismos vividos pelo Brasil e por São Paulo nesses difíceis tempos de globalização.

Área de Estudo - Município de São Paulo

Barretos
Franca
São José do Rio Preto
Ribeirão Preto
Araçatuba
Araquara
Presidente Prudente
Marília
Sorocaba

Estado de São Paulo

Campinas

São José dos Campos

Sorocaba

Região Metropolitana

Santos

Registro



ESCALA APROXIMADA
0 52 104 km

• Capitais regionais

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1990.
Cartografia: Carlos Tadeu C. Gamba e Gilberto Cunha Franca

Município de São Paulo

ESCALA APROXIMADA
0 5 10 km

PRIMEIRA PARTE

**O PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO DE SÃO PAULO:
DINÂMICAS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA**

"São Paulo conhece, na verdade, a sua terceira etapa de mundialização. A primeira, baseada no comércio, é aquela com a qual a cidade passa do século XIX para o século XX. A segunda é fundada na produção industrial e dura até os anos 70, ao passo que a fase atual, baseada nas anteriores, é a da metrópole global, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal de seu domínio".

(Milton Santos, 1994b; 43).

"A intensidade da vida num grande centro urbano como São Paulo representa um estímulo constante que atua em seu redor; é um foco de energias que irradiam e vão despertar, às vezes a grande distância, atividades e transformações que interessam à geografia e que se tornam inexplicáveis quando é esquecida aquela fonte donde partiu o impulso inicial e renovador".

(Caio Prado Jr., 1935; 1989; 80).

"A história deve ter em conta o peso do espaço geográfico, pois é na construção desse espaço que sempre se prepara o futuro".

(H. Isnard, 1982;83).

Já desde meados do século XIX São Paulo, assim como as demais grandes cidades do Terceiro Mundo, tem sua formação assentada em relações entretecidas entre a história mundial, nacional, regional e local. Poder-se-ia afirmar que São Paulo é uma cidade mundial há mais de um século.

O encontro de uma periodização particular ao lugar, fruto de uma série de fenômenos envolvendo dados combinados do mundo e da formação socioespacial, pode nos levar ao encontro das especificidades que impulsionaram este que é um processo de reforço da metropolização paulista.

Ora, a história territorial de São Paulo estaria marcada, tal como propôs M. Santos (1994b), por três grandes períodos nos quais, de modo distinto, foi alavancada a produção da cidade e redefinido seu papel frente ao mundo e ao país. O comércio, a indústria e, hoje, a informação são os elementos centrais deste enredo, pois estruturam verdadeiros recortes espaço-temporais ou, como denomina J-E. Sánchez (1991; 49), verdadeiros "momentos histórico-territoriais".

Já na passagem do século XIX para o XX a vida de relações na cidade de São Paulo passava, pouco-a-pouco, a ser animada ao ritmo das acelerações técnicas do capitalismo industrial. Centro mundial do comércio cafeeiro (ainda que totalmente subordinado aos capitais ingleses, logo, a praça financeira de Londres, bem como a cidade do Rio de Janeiro principal centro político do país) São Paulo abastecia com inúmeros produtos uma vasta região, tornando-se capital regional neste primeiro momento de sua hierarquização. Delineia-se um contexto geográfico com forte mecanização do território, comandado pela produção agro-exportadora e pelas nascentes indústrias, ao passo que a circulação de informações (no sentido que hoje conferimos ao termo) apenas se esboçava e cabia à circulação de matérias, por conseguinte, estruturar o nascente sistema urbano. A ferrovia e o telégrafo estão entre as inovações mais importantes deste período e anunciam o futuro da região.

Tal situação perdura até meados do século XX e é a partir de então que a formação socioespacial brasileira conhece propriamente o fenômeno da industrialização. Já detentora de um significativo parque industrial, São Paulo

se afirma como pólo acolhedor das modernizações do território assegurando, nesta segunda fase de sua hierarquização, o papel de metrópole nacional. Segue-se, então, um período (que se estende de 1945 até 1975/80) em que a indústria é o elemento dinamizador. Ganha forma a Região Metropolitana de São Paulo, o território e a economia nacional se integram, amplia-se o consumo e o crédito. Constitui-se, seletivamente, um meio geográfico racionalizado segundo as modernizações técnicas e científicas do pós-guerra. Por volta de 1970 a cidade passa a ser principal praça financeira do país e, associadas a seu centro de negócios empresariais, ganhavam importância as atividades do então denominado terciário superior (M Rochefort, 1998).

Criam-se assim as condições para que uma nova forma-conteúdo, fundada na informação - o meio técnico-científico-informacional (M. Santos, 1994a) - se expanda, fragmentando ainda mais o território brasileiro. Nesta trama, orquestrada pelas empresas globais, São Paulo reafirma sua primazia no sistema urbano nacional. A cidade é hoje onipresente no território porque se tornou um vigoroso centro informacional, participando ativa e contraditoriamente das redes globais. Ao longo deste trabalho enfatizaremos este período atual.

Todavia, cabe salientar que nesse processo de mundialização de São Paulo não há, de fato, rupturas. Trata-se um movimento que permitiu à cidade acumular funções e, por conseguinte complexizar-se, reforçando a metropolização. A cidade informacional esta assentada sobre a cidade industrial que, por sua vez, é tributária da cidade comercial. Casam-se, no território urbano da metrópole, uma enorme diversidade de atividades, trabalhos e trabalhadores, formas de vida cotidiana, empresas, indivíduos, resultando em múltiplas temporalidades, divisões do trabalho superpostas que unem, no lugar, o mundo e a nação.

Capítulo 1

A cidade de São Paulo e seu hinterland no início do século XX: uma precoce vocação à internacionalização?

"Numa palavra, a antiga colônia segregada e vegetando na mediocridade do isolamento, se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo".

(Caio Prado Jr).

"Qual é o correto método de enfrentar o passado? É buscar o que foi presente. Isto é, buscar encontrar o contexto em que aquele passado se modificou".

(Milton Santos, 1996d; 42).

São notáveis as transformações que atingem a economia, a política e o território brasileiro a partir de meados do século XIX: alterações no regime de trabalho, fim do período monárquico, crescimento das cidades, especulação mercantil, chegada simultânea de várias inovações técnicas que, conjuntamente, conformam os suportes organizacionais necessários à nova ordem econômica.

C. Prado Jr. (1956; 215) assinala a importância deste período relatando as formas como se multiplicam os negócios comerciais com a emergência de bancos, indústrias e estradas de ferro. Para o autor, esta nova fase marca, decisivamente, a interferência das finanças internacionais na vida brasileira e cria, por conseguinte, o ambiente necessário à expansão das modernizações capitalistas no país.

Um dado novo é que essa nova vaga de modernizações capitalista vem se instalar numa porção do território brasileiro praticamente "vazia"¹⁰. Sob o

¹⁰ Conforme assinalou C. Prado Jr. (1983,1989; 33) durante o século XIX se estabelece um período de reorganização econômica para São Paulo. "A colonização do território paulista, sua ocupação e exploração, estacionária e mesmo em regresso durante o período precedente, se intensifica não só nas zonas já penetradas, mas nas demais que restavam para desbravar".

imperativo da "rentabilidade do evento econômico" transforma-se a natureza (N. Smith, 1988; 102) e se organiza no Brasil, rapidamente, um "espaço derivado" (M. Santos, 1978b) do capitalismo industrial e financeiro¹¹. Trata-se da criação de um novo meio, como nos ensina A. Cholley (1951; 17), nada semelhante àquele das combinações anteriores e que difere profundamente do meio natural original. A partir de então, no dizer de H. Isnard (1982), desencadeia-se um processo de passagem da necessidade à racionalidade. Para o autor "os constituintes do espaço natural reencontram-se no espaço geográfico, mas modificados e reestruturados segundo a ordem imposta pelo homem" (H. Isnard, 1982; 99).

A divisão internacional do trabalho em curso retratava a expansão mundial do capitalismo¹² e, no caso brasileiro, ensejou transformações avassaladoras, tanto na cidade de São Paulo quanto em seu *hinterland*¹³. É neste contexto que a economia cafeeira impulsiona um vigoroso "comércio territorial" – segundo expressão consagrada por K. Polanyi (1944, 1980; 73) para designar a formação dos mercados nacionais nesse período. Eis um tema (formação do mercado nacional) que, para Caio Prado Jr (1968, 1989; 138), "ocupa entre nós o centro da problemática do desenvolvimento", mas cuja compreensão deve ser buscada tanto no sistema social quanto nos sistemas de engenharia (materialidade), conforme assinalou, por sua vez, M. Santos (1993a).

Assim, o funcionamento simultâneo de novas formas jurídicas, sociais e geográficas impulsiona a fluidez econômica onde outrora reinava o meio

¹¹ Segundo M. Santos (1978b; 104) "A cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes. É o que chamamos espaço derivado, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organização simplesmente locais".

¹² A feição global da economia capitalista, segundo E. J. Hobsbawm (1992; 66), "acentuou-se continuamente no decorrer do século XIX, à medida que estendia suas operações a partes cada vez mais remotas do planeta e transformava todas as regiões cada vez mais profundamente. Ademais, essa economia não reconhecia fronteiras, pois funcionava melhor quando nada interferia no livre movimento dos fatores de produção".

¹³ No início do século XX a cidade de São Paulo interligava-se, sobretudo, com o interior da província de S. Paulo, com o sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro, bem como com áreas do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (Ver, entre outros, C. Prado Jr, 1956, A. Azevedo, 1958, P. Geiger, 1963, P. Singer, 1968).

natural. Daí as técnicas da velocidade deste período aparecerem como elementos constitutivos da região. Há um aprofundamento da divisão interna do trabalho e da cooperação, dando a garantia de ser São Paulo o pólo atrativo para outras vagas de modernizações da formação socioespacial brasileira ao longo do século XX. Por isso, e contraditoriamente, é a partir dos dinamismos criados nesta região do país que se gestaram os elementos da futura integração do território e da economia nacional, alavancados futuramente com a industrialização.

1.1 Um centro de negócios mundiais em conformação: produção cafeeira, sistema financeiro e indústria.

De um pequeno vilarejo religioso e entreposto comercial cumprindo ainda tímidas funções administrativas da província, São Paulo rapidamente se transforma num dinâmico centro urbano no primeiro quartel do século XX. À força dos negócios com café somam-se novos investimentos em finanças (é deste período a formação do sistema bancário paulista), indústrias, imóveis e serviços públicos. Funda-se uma certa vida de relações cosmopolita. Entre 1878 e 1937 a cidade recebeu cerca de 2.400.000 imigrantes estrangeiros.

No entorno das ruas São Bento, Direita e XV de Novembro ganha notoriedade um centro comercial, de negócios, através da crescente presença de escritórios, bancos, repartições públicas, casas de chá e um moderno comércio varejista inspirado no consumo francês. Segundo N. L. Müller (1958; 132), já em 1880-90 este centro, que nas décadas seguintes será símbolo da economia paulista, guardava sua individualidade.

Um tempo mais acelerado¹⁴, sob o comando de capitais estrangeiros, se sobrepõe ao ritmo do antigo burgo, fazendo com que a antiga ordem local se esfacele diante do acolhimento dos vetores de uma modernidade importada.

¹⁴ N. Wiener (1973; 44) assevera que "o período durante o qual as condições básicas da vida da grande maioria dos homens se viu sujeita a mudanças repetidas e revolucionárias não havia sequer começado na Renascença (...) e só assumiu o ritmo acelerado que hoje consideramos normal em pleno século XIX".

Velozmente uma nova cidade é produzida segundo os nexos da propriedade privada (da especulação imobiliária) e através de novíssimos sistemas técnicos - haja vista o impacto causado pela verticalização, pelo saneamento, pela eletricidade, pelo transporte. Aprofunda-se a divisão do trabalho e alarga-se a cooperação, ganha vulto uma certa circulação de ordens, dinheiro e informação, tanto na cidade quanto em seu *hinterland*.

Mas quais os fatores que legaram a São Paulo comandar, além dos territórios cafeeiros, uma vasta região? Havia outros importantes centros do comércio cafeeiro, tais como Rio de Janeiro e Santos (onde se concentravam a maioria das casas de importação e exportação), bem como várias cidades do interior paulista, com destaque para Jundiaí, Campinas, Ribeirão Preto, onde os efeitos urbanizadores do café também se faziam sentir (P. Monbeig, 1984).

Ora, neste período, é a função financeira da capital da província de São Paulo que, ao lado da nascente indústria, desponta como novidade e lhe confere particularidade no processo de urbanização regional. Conforme P. Singer (1968) no início do século XX a especificidade paulistana repousava no então nascente mercado de capitais, resultado de fortes laços entretecidos entre os negócios com café e os bancários. A presença do governo provincial e das correspondentes instituições públicas, bem como a presença da residência dos grandes fazendeiros (os barões do café, como ficaram conhecidos), agiram como elementos de atração, neste momento, à concentração das sedes dos bancos na cidade¹⁵. O capital cafeeiro era extremamente dependente das políticas econômicas governamentais e, ao mesmo tempo, fomentava os negócios financeiros. Autores como W. Cano (1977) e F. A. de Saes (s/d) tributam o nascimento do capital bancário paulista à expansão do capital cafeeiro.

Assim, já em 1880 consolida-se um sistema de bancos comerciais paulista¹⁶, tendo como centro financeiro da província a cidade de São Paulo,

¹⁵ Assinalou P. Monbeig (1958; 188) que "após 1889 o Estado viu consolidar suas instituições e o seu pessoal político adquirir prestígio" (...) "a instauração das instituições republicanas serviu a causa de São Paulo, dando aos estados mais liberdade que o Império dava às províncias".

¹⁶ Segundo F. A. de Saes (s/d; 79) "os recursos utilizados pelos bancos de São Paulo para empréstimos e descontos originaram-se progressivamente na própria economia paulista

em detrimento das atividades comerciais e financeiras de Santos. Em 1887 havia na cidade um total de 6 bancos, além de duas sucursais de bancos ingleses (F. A. de Saes, s/d).

Quadro 1
Bancos Comerciais - Cidade de São Paulo - 1887

Bancos Comerciais	Sede
Banco de Crédito Real de São Paulo	São Paulo
Casa Bancária da Província de São Paulo	São Paulo
Banco da Lavoura	São Paulo
Banco Comercial de São Paulo	São Paulo
Caixa Filial Banco do Brasil	Rio de Janeiro
Banco Mercantil de Santos	Santos
London & Brazilian Bank	Londres
English Bank of R. J.	Londres

Fonte: Organizado a partir de F. A. de Saes, s/d.

Criava-se, portanto, um círculo propício à formação de um centro de comando, alimentado, inclusive, com grandes aportes de capitais estrangeiros. Toda esta trama conferia a São Paulo um perfil de lugar mundial subordinado ao centro comercial e financeiro de Londres¹⁷.

Na passagem do século XIX para o XX era volumoso o fluxo de capitais do centro do sistema capitalista para a periferia, constituindo-se uma primeira etapa de financeirização do planeta (hoje consolidada e exacerbada com a globalização). É também neste momento que se constituem as modernas agências de informação, possíveis com as infra-estruturas da informação/comunicação que o período anunciava: o telégrafo e o telefone. Conforme M. V. Montalbán (1979; 31-32), no final do século XIX "a expansão imperial das potências mundiais transformou o mundo num mercado e os centros de interesse noticiarista se multiplicam, reclamando a presença de

(depósitos e letras prêmios) e não de recursos provenientes de outras praças - em particular do sistema financeiro do Rio de Janeiro".

¹⁷ Nesta época a hegemonia britânica se mantinha inalterada "na intermediação comercial, no transporte marítimo, nos serviços financeiros (crédito e seguros) e nas exportações de capitais. Até às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a maior parte das transações financeiras internacionais continuava a ser feita por meio do mercado londrino. Este mantinha, assim, a sua hegemonia, não apenas em boa parte do comércio mundial, mas também na concessão de empréstimos aos governos estrangeiros e na realização de investimentos no exterior" (T. Szmrecsányi, 1986; 08).

correspondentes. Os sistemas de telecomunicação, os instrumentos para imprimir palavras e depois imagens, a aparição de meios audiovisuais satisfizeram uma relação de oferta ou procura informativas". Uma rede de agências de notícias passa a se difundir por todos os continentes¹⁸.

A *belle époque* do grande capital dá origem aos fluxos financeiros intercontinentais e aos investimentos estrangeiros diretos. T. Szmrecsányi (1986; 09) ressalta que "o vulto dos empréstimos e dos investimentos estrangeiros conferia aos que o faziam considerável poder de barganha, econômico e político, capaz de levar à obtenção de outras concessões da parte dos países "beneficiados" por tais fluxos de capitais". Para o autor "tal situação não tinha precedentes até então (...). Entre os principais frutos dessa evolução, cumpre destacar as modernas sociedades anônimas de capital aberto, as diversas modalidades de acordos e associações oligopolistas e os atuais sistemas de intermediação financeira dos bancos de investimentos e das bolsas de valores" (idem; 9).

No Brasil, a chegada dos capitais britânicos impulsiona os investimentos urbanos e atende a demanda específica por capitais da parte dos fazendeiros, a qual a poupança interna não conseguia suprir. Nesta nova fase será "propriamente a finança internacional, multiforme e ativa, e não apenas indivíduos ou inversões esporádicas de capital, que vem interferir na vida brasileira procurando participação efetiva, constante e crescente em todos os setores (...)" (C. Prado Jr, 1956; 215).

Em 1890 é criada a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), que era uma entidade oficial corporativa, vinculada à secretaria de finanças do governo estadual e composta por corretores nomeados pelo poder público.

As duas primeiras décadas do século XX marcam, então, grande expansão dos bancos estrangeiros na economia paulista. O ano de 1921 representou o auge da presença de bancos estrangeiros dentro do sistema bancário de São Paulo, que chegaram a dominar cerca de 70% do total das

¹⁸ Na passagem do século XIX para o XX, cinco agências de informação se constituíram: 1) em 1835 a agência *Havas* (mais tarde *France-Presse*, França); 2) em 1851 a *Reuter's* (Grã-Bretanha); 3) em 1892 a *The Associated Press* (EUA); 4) em 1907 a *The United Press International* (EUA); 5) em 1918 a *TASS* (URSS). (ver M. V. Montalbán, 1979; 38).

contas do sistema bancário, enquanto que os nacionais na capital representavam cerca de 30% e os nacionais do interior do estado em torno de 1% (F. A. de Saes, s/d; 108).

Por volta de 1925, sob o impacto de um sistema normativo federal¹⁹ para o setor, afirma-se uma relativa densidade financeira na capital através de uma "rede bancária capaz de mobilizar poupanças e, eventualmente, complementar senão substituir a oferta de capitais estrangeiros no mercado de capitais que se constituía em função da cafeicultura" (P. Singer, 1968; 35). Assim, paulatinamente, o sistema interno de crédito se expandia tornando-se elemento constitutivo da formação socioespacial brasileira e da capital paulista. A partir desse momento, os bancos nacionais concorrem mais efetivamente com os bancos estrangeiros. É o início do que podemos chamar de creditização do território paulista²⁰.

Tabela 1
Sistema Bancário do Estado de São Paulo 1921 - 1928

Bancos	Número de estabelecimentos	
	1921	1928
Estrangeiros	13	14
Nacionais da capital	11	45
Nacionais do interior	4	47 (*)
Total	28	106

Fonte: Organização própria a partir de (F. A. de Saes, s/d).

(*) Inclui 26 casas bancárias de pequeno porte

¹⁹ Segundo L. C. P. Carvalho (1989; 18-21), data de 1920 a primeira tentativa consistente para instituir mecanismos de regulação do sistema financeiro brasileiro. Neste ano foi criada a Inspeção Geral do Bancos, subordinada ao Ministério da Fazenda, com a função de fiscalizar as empresas financeiras, bem como normatizar os processos de abertura de instituições nacionais e estrangeiras. O Estado brasileiro conferiu também ao Banco do Brasil uma parcela desta função reguladora. Coube a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil criar, em 1921, uma seção de compensação de cheques com o objetivo de ampliar a confiança na circulação deste documento bancário. Este conjunto de normas financeiras evidenciam o amadurecimento de um mercado de crédito no país.

²⁰ "No decorrer da Primeira República o esquema de crédito vai se tornando mais complexo: ao lado das transações representativas do comércio de café, ampliam-se consideravelmente o

Este é um período em que proliferam pequenos bancos nacionais por todo o interior paulista ocupado com a lavoura do café: há bancos em Campinas, Jaú, Piracicaba, São Carlos, Sorocaba, Barretos, Araras, Itú, Mocóca, entre outras localidades. Mas, estes bancos possuíam existência efêmera sobretudo porque estavam sujeitos às conjunturas adversas do comércio internacional e às restrições de uma economia monetária ainda incipiente. O crédito concentrava-se, portanto, nas cidades de maior porte. Por isso os pequenos bancos da cidade de São Paulo possuíam maior vigor quando comparados aos do interior do estado, pois contavam com uma clientela mais diversificada, composta por pequenos comerciantes e por uma nascente classe média assalariada.

São os grandes bancos nacionais e estrangeiros sediados na cidade de São Paulo os que sobreviveram às grandes crises do período. De um lado estavam os bancos nacionais com a maior parcela dos recursos das grandes empresas da economia paulista. E, de outro lado, haviam os grandes bancos estrangeiros que administravam as contas das firmas conterrâneas com operação no Brasil. Poder-se-ia dizer que a economia urbana paulista passava a se organizar através de um hegemônico circuito superior. Os setores financeiro e industrial buscavam formas de organização que lhes garantiam força política para a defesa de interesses econômicos não mais atrelados às fazendas de café. Durante a década de 1920 duas novas instituições surgiram no contexto político paulistano: A Associação de Bancos de São Paulo e o Centro das Indústrias de São Paulo.

Os negócios com café, as relações de trabalho assalariado e a entrada de imigrantes dinamizam a economia urbana, fazem aumentar o dinheiro em circulação e expandem o crédito bancário, primeiramente na cidade e, posteriormente, em toda a região que São Paulo mantém relações. A todo esse movimento vêm somar-se o nascimento de inúmeras indústrias na capital. Daí C. Prado Jr. (1956; 204) ter assinalado que neste momento a economia brasileira apontava para a possibilidade de romper com o círculo vicioso que a

amarrou durante o período colonial, libertando-se de "fraqueza orgânica, a grande lavoura produtora de gêneros de exportação".

Todavia, um mapa do sistema financeiro brasileiro nesta primeira metade do século XX, revelaria a permanência de um "país arquipélago", pois diversas praças regionais conviviam totalmente sem integração, fomentando a especulação financeira. É interessante a análise deste contexto que F. A. de Saes (s/d; 113) nos apresenta: (...) "constituída por economias regionais exportadoras, com escasso intercâmbio entre si, dotadas de um ritmo particular (dadas as próprias características do produto principal, por exemplo, valor de exportação, época da colheita, duração do ciclo produtivo etc) cada região funcionava como um mercado cambial isolado (...) Os bancos ingleses teriam procurado estabelecer agências ou correspondentes em vários núcleos comerciais a fim de ganhar com a compra e venda de cambiais nos mercados brasileiros". Somente no pós-guerra serão tomadas medidas efetivas para a integração das praças financeiras regionais, através de normatizações que agilizariam a criação do Banco Central do Brasil²¹.

- ***A industrialização como possibilidade***

Ainda que pequenas unidades têxteis e mesmo algumas oficinas já existissem no interior das fazendas²², é somente na virada para o século XX que o fenômeno da indústria urbana propriamente se instala no país. Até então,

²¹ "Passo importante nesse sentido foi dado em 1945, quando por intermédio do Decreto nº 7.293 foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), objetivando o imediato controle do mercado monetário e a preparação para a organização de um Banco Central. Estava assim lançada a semente da reforma bancária" (L. C. P. Carvalho, 1989;21).

²² Segundo I. Rangel (1981; 21) no contexto da primeira dualidade brasileira, qualquer esforço de substituição de importações esteve longe de alicerçar-se no íterim da economia de mercado. Como consequência, ocorreu uma "diversificação no interior da fazenda de escravos. Entretanto, na medida em que tais fazendas cresciam em escala, os recursos tendiam a se direcionar para atividades não agrícolas, tais como a construção, indústria de transformação e serviços".

as cidades cumpriam funções administrativas e comerciais (voltadas sobretudo ao exterior), havendo, por conseguinte, uma ínfima divisão do trabalho²³.

Os principais centros fabris, no início do século XX, encontravam-se na Bahia (27% das fábricas e 20% dos fusos), no Rio de Janeiro e Guanabara (25% das fábricas e 62% dos fusos). Tal situação perdurou até o início deste século, momento em que avulta o dinamismo da economia cafeeira em São Paulo, em detrimento da produção do antigo pólo açucareiro do nordeste e cujo principal efeito foi praticamente paralisar o crescimento das indústrias têxteis nas demais regiões do país.

Tabela 2
Indústrias de Tecidos - Brasil - 1907

Estados	Fábricas	Fusos	Teares
Bahia	12	13.056	340
São Paulo	9	3.100	336
Minas Gerais	8	240	78
Rio de Janeiro	6	38.532	842
Guanabara	5	5.500	332
Outros*	4	2.100	60
Total Brasil	44	62.528	1.988

Fonte: D. L. de Mattos, 1958.

* Inclui as províncias do Maranhão, de Pernambuco, de Alagoas e do Rio Grande do Sul.

Deslocado o eixo do crescimento econômico para o sudeste do Brasil foram se estabelecendo, a partir da Guanabara e de São Paulo, constantes fluxos comerciais que interligaram, nas primeiras décadas do século, as duas cidades com o sul de Minas Gerais e com as províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul²⁴. A indústria neste período, segundo C. Prado Jr (1956; 267), resumia-se substancialmente aos ramos têxtil e alimentos e

²³ Ora, quanto à produção industrial, estima-se que entre 1880 e 1895 tenham sido criados cerca de 452 indústrias no Brasil.

Fundação de Empresas Industriais - Brasil

Período	nº de empresas	Capital (1.000 Contos)
1880-1884	150	58,4
1885-1889	248	203,4
1890-1895	452	213,7

Fonte: R. Simonsen, 1973

somente a tecelagem e fiação apresentavam certa concentração, salvo raras exceções, sendo o restante pequenas oficinas com mínimas inversões de capital.

Ainda que no início do século XX seja a Guanabara o principal centro industrial do país, é São Paulo que vive um crescente surto industrial que lhe permite, rapidamente, ultrapassar, quantitativa e qualitativamente, o então Distrito Federal. Daí A. Mamigoniam (1976; 91) afirmar que em São Paulo ocorre “na virada do século XIX para o XX, uma enorme intensificação da divisão do trabalho, quebrando o rígido sistema colonial²⁵”.

Tabela 3
Indústria de Transformação - Estado de São Paulo - 1907
Número de Estabelecimentos e Operários

	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	nº absolutos	%	nº absolutos	%
São Paulo	327	100	24.186	100
Capital	157	48.0	13.449	55.6
Interior	170	52.0	10.737	44.4

Fonte: Série Histórica - IBGE

É importante observar que paralelamente à concentração de indústrias na Guanabara e São Paulo, destaca-se a existência de inúmeras indústrias no interior da província paulista. Neste que foi o início da industrialização brasileira soma-se, ainda, a produção de alimentos no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais²⁶. Esta última província, entre os anos de 1907 e 1939 foi, inclusive, a única a ter aumentada a sua participação na produção industrial brasileira (de

²⁴ Segundo W. Cano e Guimarães Neto (1985; 172), a porção sul do território brasileiro apresentava, neste período, uma estrutura industrial pautada em pequenas e médias empresas produtoras de alimentos (beneficiamento de erva-mate, farinha, charque, etc).

²⁵ Para A. Mamigoniam (1976;88) a volumosa entrada de imigrantes estrangeiros em São Paulo teve um importante papel no fato desta cidade assumir a liderança da industrialização brasileira, pois daí formaram-se as principais lideranças empresariais a impulsionar o dinamismo econômico. Nas palavras do autor, “em 1935, uma amostragem governamental abrangendo 714 empresas industriais paulistas indicou 72,9% de origem não luso-brasileira”.

²⁶ Integrada simultaneamente aos mercados de São Paulo e da Guanabara, Minas Gerais produzia alimentos e gado de corte, bem como dinamizou-se também com o café, com investimentos imobiliários (criação de Belo Horizonte) e pequenas indústrias metalúrgicas

4,4 % em 1907, para 11,3% em 1939), diante do avanço da hegemonia da cidade de São Paulo, que tem o valor da produção industrial, entre 1907 e 1939, aumentado de 16% para 45% em 1939 (tabela 4).

São Paulo ganha a função de principal pólo industrial do país diante do primeiro impulso à substituição de importações (tratava-se de um primeiro impulso e ainda não planejado pelo Estado), decorrente dos efeitos restritivos ao comércio mundial com a Grande Guerra de 1914-18. Em sua análise da distribuição mundial do trabalho industrial A. Demangeon (1929; 21) listou a cidade de São Paulo como importante centro têxtil em expansão. Para o autor, as causas da industrialização planetária repousavam nas políticas de substituição de importações, na generalização do conhecimento técnico, na rapidez dos transportes deslocando grandes fluxos de matérias-primas e na difusão de capitais europeus.

Em 1920, a produção industrial paulista representava cerca de 32% dos estabelecimentos, 31% dos operários e 31,5% do valor da produção do país. Estava, portanto, praticamente invertida a situação, passando a ser São Paulo, e não mais a Guanabara, o principal centro econômico brasileiro. Nas palavras de W. Dean (1971; 106) “nos anos anteriores a 1907 São Paulo era um mercado a disposição do Rio de Janeiro; entre 1907 e 1914 São Paulo se tornou independente; e depois de 1914 São Paulo principiou a invadir o mercado carioca”.

Tabela 4
Participação dos Estados na Produção Industrial Brasileira (%) - 1907-1939

Estados	1907	1920	1939
São Paulo	16,0	31,5	45,0
Minas Gerais	4,4	6,0	11,3
Rio de Janeiro e Guanabara	38,0	20,8	14,2
Rio Grande do Sul	19,9	11,0	10,7
Nordeste	17,0	-	10,0

Fonte: P. Singer, 1968

O relativo esvaziamento do *hinterland* da Guanabara²⁷ ocorreu na medida em que se expandia a divisão do trabalho em território paulista e, por conseguinte, também o mercado da zona tributária de São Paulo. Soma-se a isso o fato de que a própria localização industrial resulta da busca por aqueles lugares onde as articulações econômicas e territoriais possuem maior dinamismo; a riqueza cafeeira paulista propiciou um amplo mercado local para o período, servido, ainda, com os meios técnicos mais modernos.

O mercado brasileiro encontrava-se, ainda, longe da integração que viria a conhecer na década de 60 e, guardada as proporções, a integração, até meados do século, limitava-se ao *hinterland* de São Paulo. Este seria, segundo Milton Santos (1967; 82), um período de transição entre um passado colonial e um futuro industrial, já marcado por uma relativa mecanização e fluidez do território.

A modernização e a racionalização dos negócios empresariais começa a ganhar contornos na cidade de São Paulo. Em 1929 a agência de publicidade norte-americana *J. W. Thompson* abre filial na cidade impulsionando a divulgação de produtos estrangeiros (L. Antongiovanni, 1999). As firmas inglesas de auditoria, por sua vez, também se instalam no país para assessorar os inúmeros investimentos das grandes empresas conterrâneas, particularmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo: destaca-se a presença da *Deloitte Touche* desde 1911, bem como da *Price Waterhouse* desde 1921. Segundo G. Friedmann (1983) se inicia, no começo do século XX, a "era da administração científica".

Do ponto de vista político ocorrem importantes alterações a partir de 1930. Trata-se de um importante momento para o impulso que tomará internamente a industrialização nos anos seguintes, na medida em que a ascensão de Getúlio Vargas²⁸ ao poder implicou na formação de novos pactos

²⁷ A Guanabara interligava-se com a província do Rio de Janeiro, Zona da Mata Mineira, Espírito Santo e, possivelmente, Bahia (Ver, entre outros, C. Prado Jr, 1956; P. Geiger, 1963; A. Azevedo, 1958; P. Singer, 1968).

²⁸ Ao tomar posse, Getúlio Vargas toma uma série de medidas em prol da indústria. Através do Decreto Lei de 10/03/1931, são reconhecidos os sindicatos, é criado o Ministério da Indústria e do Trabalho e instituída uma legislação trabalhista nacional. O Golpe de Estado de 1937 veio aprofundar tais diretrizes e, pela primeira vez, o Brasil conheceu uma política de substituição

políticos tecidos com os setores industriais em detrimento da antiga oligarquia cafeeira. A indústria paulista, que sofrerá outro impulso com o advento da Segunda Guerra, será, mais uma vez, a principal beneficiada. Com exceção de São Paulo, decai a participação de todos os demais centros industriais no valor da produção do país (A. Bernardes e E. Almeida, 1997).

Entre 1930 e 1940 houve, na cidade de São Paulo, um importante acréscimo de pequenas unidades fabris que aprofundaram a divisão do trabalho. Neste período, parte dos capitais acumulados com os setores mais tradicionais foram transferidos para novos ramos, tais como mecânico, cimento, papel, borracha, entre outros, indicando o aparecimento de setores tecnicamente avançados (A. Mamigonian, 1976).

O surgimento destes novos setores, segundo W. Dean (1971;124) “do ponto de vista do capital acumulado não teriam parecido importantes antes de 1940, mas do ponto de vista da transformação final da estrutura da indústria foram realmente importantes”. Ainda, para A. Mamigonian (1976;95), “a necessidade de manutenção de equipamentos industriais importados estimulou o aparecimento de pequenas oficinas destinadas a execução de concertos, tais como a Villares (1918), Dedini (1920), etc”. Da manutenção tais oficinas passaram a fabricação de peças simples e depois para a produção de conjuntos inteiros, até se transformarem em indústrias de máquinas nos anos 50. Para M. Santos (1993a; 27) a “divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os sub-espacos envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro. É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo dianteira a essa região, e sobretudo ao seu pólo dinâmico, o Estado de São Paulo.”

de importações planejada que teria no próprio Estado um dos atores diretos a investir em empresas industriais, como no caso da siderurgia (criação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - em Volta Redonda, no Vale do Paraíba).

Em meados da década de 1940 São Paulo já possuía um parque industrial razoavelmente diversificado que, durante os anos 1950 e 1960, dará início ao abastecimento do mercado interno com bens de produção.

Capítulo 2

De Metrópole Nacional à Metrópole Onipresente: São Paulo no contexto de uma nova urbanização

"Mais l'image d'une pure économie de flux indifférente aux lieux ne tient pas. Elle est contradite tout simplement, d'abord, par la polarisation géographique croissant des activités. Loin de se dissoudre dans l'univers a-spatial de la télé-activité, les ville mondiales concentrant une part de plus en plus considérables de la richesse et du pouvoir".

(Pierre Veltz, 1997).

"Pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se esta chamando de globalização".

(Milton Santos, 1996a; 191).

Ao acolher, com vigor, a atual divisão do trabalho, a formação socioespacial brasileira entrecruza novos e velhos elementos, recriando uma divisão interna particular. A antiga organização do território, em consonância com as lógicas presentes do mercado e do Estado, contribuiu para estabelecer uma forte concentração das atividades quaternárias justamente naqueles lugares com maior possibilidade para expandir os nexos *do meio técnico-científico* tornando-o, por conseguinte, também informacional. Esta é a nova base material e organizacional dos sistemas produtivos contemporâneos, que dará impulso à nova urbanização.

No processo de transição do antigo meio geográfico ao meio técnico-científico-informacional a cidade de São Paulo reforça seu papel de comando na organização do território, como consequência da adaptação do país ao processo de globalização que, em outras palavras, poderia ser descrito como sendo a preparação do Brasil para ser um "espaço nacional da economia internacional" (M. Santos, 1979c, 1996a). É na metrópole paulista que, cumulativamente, se instalaram os fatores de crescimento econômico

impulsionando o fenômeno de mundialização e a conquista do mercado nacional.

Preocupa-nos, desse modo, entrever sub-periodizações que nos auxiliem a apreender as sucessivas modernizações vividas, pelo país, aceleradamente, nos últimos decênios. Este seria um partido de método para encontrarmos as formas particulares de integração do território ao mercado mundial e, igualmente, de integração interior com correspondências paralelas nos níveis de urbanização e metropolização.

Diríamos, esquematicamente, que haveria um primeiro momento, delineado entre 1945-50 e 1970, marcado por uma profunda ruptura no movimento da sociedade brasileira, na medida em que se preparam as condições para que a grande indústria (nacional e multinacional), fundada na tecnociência, torne-se um vetor interno da organização socioespacial nacional. O fenômeno da mundialização ganha vigor com a chegada de inúmeras empresas multinacionais no país, particularmente na Grande São Paulo.

Como reflexo da industrialização os nexos econômicos e o fato urbano tornam-se correlatos. Impõe-se uma nova lógica à organização sócio-territorial brasileira. As inovações econômicas e sociais são enormes pois, associam-se, neste contexto, a revolução demográfica, o êxodo rural e a integração do território pelos transportes e comunicações. Crescem cidades de todos os tipos e com diferentes níveis funcionais. Tem início o processo de metropolização.

A nova base econômica, pautada na indústria e no urbano, ultrapassa, em meados da década de 60, a região Sudeste. Consolida-se a formação do mercado nacional e um de seus principais pilares é exatamente a urbanização do território e seu respectivo sistema de cidades²⁹. Os diferentes índices³⁰

²⁹ A evolução do índice de urbanização no Brasil nos indica a importância e a velocidade das transformações. Em 1950 este índice alcançava 36,16%, sobre o total da população do país; já em 1970 representava 56,80%, ou seja, mais da metade da população, em 1990 chega a 77,13%. Em 1991 a população urbana no Brasil - 115.700.000 indivíduos - ultrapassava o total da população do país de uma década atrás. No início de 1980 o Brasil somava 119.099.000 habitantes. Em 1996 eram 157.070.163 habitantes no país, dos quais 123.076.831 moravam nas áreas urbanas. A taxa de urbanização era 78,40%. Em 2000 o país possuía uma população de 169.590.693 pessoas, correspondendo a população urbana a 137.755.550. O índice de urbanização alcançou 81,22%.

³⁰ Em 1991 as taxas de urbanização das diversas regiões são elevadas. O Sudeste, pioneiro do moderno sistema urbano brasileiro, possui, hoje, um índice de urbanização em torno de

refletem diferenças qualitativas ligadas à forma e ao conteúdo da urbanização. Tal fato resulta do impacto de sucessivas divisões territoriais do trabalho que, ao longo deste século, reforçaram profundas desigualdades regionais. No Sudeste e no Sul o desenvolvimento industrial e o dinamismo dos diversos tipos de trabalho asseguraram o desenvolvimento de uma rede urbana complexa, pois dinamizada, de um lado, com a tecnificação do meio geográfico promovida pelo Estado e, de outro, com os interesses crescentes dos setores industriais e financeiros.

Aqui, as variáveis mais modernas são extremamente concentradas e privilegiam, sobretudo, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, tornadas metrópoles nacionais (P. Geiger, 1963). Entretanto, nesse contexto, é São Paulo que assume liderança quanto à organização territorial e econômica nacional sendo esta sua segunda fase de mundialização com a presença da grande indústria, a concentração do setor financeiro e um nascente setor de serviços de apoio à produção.

Por sua vez, um segundo momento poderia ser delimitado a partir de meados da década de 70 e início dos anos 1980 seguindo até os dias atuais e dando prosseguimento a uma nova urbanização no Brasil. O processo, em curso desde o pós-guerra, de integração da economia e do território, ensejou as bases técnicas que, casadas com as regulamentações estatais do período e os correspondentes interesses corporativos, levaram a uma significativa dispersão das modernizações no país³¹ nas décadas mais recentes. Ora, as variáveis mais novas, principalmente aquelas atreladas ao complexo

88%, seguido pelo Centro-Oeste com 81%, o Sul com 74,1%, o Nordeste com 60,6% e, por fim, o Norte com 57,8%. De modo geral, em todas as regiões o fenômeno da urbanização é significativo.

³¹ Segundo H. K. Cordeiro (1993; 320), a expansão dos equipamentos de telecomunicações, a partir dos empreendimentos da EMBRATEL (antiga Empresa Brasileira de Telecomunicações), associada à Reforma do Sistema Financeiro Nacional (1964/65) permitiu, por exemplo, a rápida creditização do território brasileiro. Para a autora, "desenvolveu-se no país, ao mesmo tempo, uma desconcentração do sistema produtivo e o fortalecimento da concentração do sistema de gestão do setor transacional da economia (correspondente ao setor quaternário) em poucos pontos do território, passando a Região Metropolitana de São Paulo a ser o centro-líder do conjunto metropolitano brasileiro". Tratando da urbanização brasileira no período técnico-científico-informacional, D. Elias (1997a; 3) considera que, a partir da década de 70, "concomitantemente aos processos de macroubanização e metropolização, com a construção de grandes cidades, desenvolveram-se também cidades intermediárias e locais, tomando mais

(globalizado) produtor de informações, apresentam-se concentradas e, novamente, é São Paulo o lugar privilegiado, entrando a cidade numa terceira fase de mundialização. Poderíamos, talvez, falar em hipertrofia das novas variáveis relacionadas ao papel de comando de São Paulo (H. K. Cordeiro, 1980).

Desenha-se, neste contexto, uma rede urbana estruturada a partir de fluxos de informações e, paralelamente, recria-se a dialética entre concentração e dispersão no território nacional. De um lado, ampliam-se seletivamente as densidades técnicas, científicas e informacionais no território, necessárias ao exercício das grandes empresas e a uma ação mais eficaz do Estado. E, por outro lado, concentram-se geograficamente aquelas variáveis que comandam (controlam, organizam) as atividades hegemônicas dispersas. Todo esse movimento se dá alargando os contextos da globalização no território brasileiro.

Com a expansão recente da moderna economia da informação de apoio à produção, podemos falar em uma nova urbanização, marcada pela demanda e conseqüente aumento exponencial de trabalho intelectual. Agora, as cidades de todos os níveis tendem a acolher os novos trabalhos técnicos e científicos. Tratam-se de profissionais voltados à inovação tecnológica, bem como à regulação mais eficaz da distribuição e circulação dos produtos. Justamente estas novas demandas do sistema produtivo encontram correspondência, por sua vez, em uma maior demanda de urbanização.

Frações do espaço se informacionalizam dando lugar a uma integração eletrônica do território nacional (L. Dias, 1995; Benakowche, 1989; R. Castillo, 1999). Trata-se de pontos luminosos, verticalidades que se conformam a partir da unicidade técnica do período da globalização (M. Santos, 1994a, 1996a, 2000a). P. Veltz (1997; 23) fala da existência de um contraste geográfico para explicar a atual dinâmica territorial: de um lado, há o velho território hierarquizado, mosaico de zonas acomodadas, onde as atividades e as

funções descem em cascata da capital à pequena vila rural; de outro, muito menos legível, há um território de redes, onde o local e o global se interpenetram e que se organiza numa trama horizontal complexa de atividades e lugares. M. A. de Souza (1992; 111), por sua vez, reexaminando os conceitos clássicos de rede, hierarquia e sistema urbano, propõe a noção de *conexões geográficas* que se "dão entre pontos e escalas diferenciadas e lugares não-contíguos". Já L. Dias (1995; 1140), analisando as dinâmicas atuais do sistema urbano nacional, pondera que "a imagem piramidal e hierárquica tradicionalmente associada ao território, na qual os efeitos de proximidade têm supremacia sobre os efeitos de interdependência a longa distância, é cada vez menos verdadeira"³².

Com a revolução dos transportes, das telecomunicações e da informação (J. Lojkine, 1995) há uma distribuição das funções produtivas entre as cidades. Estas passam a regular, através do trabalho intelectual, não somente a produção urbana mas também a produção rural. Aprofunda-se a divisão territorial do trabalho no sistema urbano, entre cidades locais, cidades médias, metrópoles regionais e metrópoles nacionais, ao passo que São Paulo torna-se um centro informacional com forte vocação à cidade global, pois lhe cabe, agora, coordenar os eventos da globalização na formação socioespacial brasileira.

A metrópole paulistana refuncionaliza-se, transformando-se em grande centro urbano produtor de informações. Sua primazia não mais advém de sua atividade fabril, mas sim de sua capacidade de concentrar atividades de produção, coleta, classificação e redistribuição de informações. Como afirmou M. Santos (1994b;15), "a base industrial foi o alicerce para que São Paulo hoje se tornasse uma cidade informacional, um centro internacional de serviços. São Paulo é, agora, menos forte em produto e emprego industrial, mas sua força aumentou no país e no mundo, graças ao fato de que a atividade de

³² Para a autora, o fato de São Paulo ser, agora, o principal nó das redes de informações, tem efeitos importantes no conjunto da rede urbana brasileira. Cidades locais e médias da região Norte, bem como metrópoles da região Nordeste e cidades milionárias do interior do estado de São Paulo, entre outros, mantêm a maior parte de suas transações diretamente com São Paulo. Ainda, a região metropolitana do Rio de Janeiro possui, hoje, apenas um terço da

serviços se desdobra, criando um expressivo setor terciário de comando, baseado na informação (concepção, direção, coordenação, controle)".

Muda, portanto, a qualidade do papel de comando de São Paulo sobre a totalidade do território brasileiro. Enquanto os números da produção e do emprego industrial diminuem, aumenta a força metropolitana no país e no mundo, graças à presença de um expressivo e sofisticado setor quaternário que engloba atividades financeiras, de consultoria, publicidade, marketing, pesquisa, entre outras.

A nova hierarquia do sistema urbano depende destes fluxos de informação, cujo controle, através da emissão de mensagens, idéias e ordens, garante à metrópole paulistana um papel regulador de um crescente número de tarefas, dispersas, hoje, pelo país. São as atividades informacionais e as finanças que levam, direta ou indiretamente, o tempo da metrópole (do mundo) aos demais lugares, valorizando-os diferencialmente.

Daí São Paulo tornar-se uma *metrópole onipresente* (M. Santos, 1993a), cujo papel consiste em regular velozmente a dispersão das modernizações e dar garantias à acumulação capitalista. A realidade do "desenvolvimento geograficamente desigual" (N. Smith, 1988) ganha, no mundo e no Brasil, um novo conteúdo.

2.1 A industrialização concentrada e a formação metropolitana: um momento de inflexão na história territorial brasileira

O Brasil do pós-guerra é um país distante daquele que esboçava, no início do século, uma ínfima vontade industrializante. Embora durante a década de 1950 o perfil do sistema industrial brasileiro continuasse a ser o de um parque produtor de bens de consumo não-duráveis, foram significativos os

avanços ensejados nas últimas décadas para conformar uma certa diferenciação e complexidade no sistema produtivo. Suficiente avanço, inclusive, para consolidar no plano econômico e territorial as bases para um futuro salto que viria, sobretudo nos anos setenta, com os projetos de modernização dos governos militares. Os tímidos esforços empreendidos nas décadas anteriores de substituição de importações são responsáveis pela emergência, na cidade, de ramos produtores de bens de consumo duráveis e de bens de produção³³.

Na região Sudeste, no estado de São Paulo e, particularmente, na cidade de São Paulo, concentrara-se a maior parcela dos estabelecimentos, dos operários e do valor da produção industrial do país. É São Paulo que detém, além do ramo têxtil, a liderança em quaisquer ramos da indústria de transformação existentes no Brasil em 1950, chegando a alcançar, durante a década, quase metade do valor da produção industrial (46,8%) do país³⁴.

Tabela 5

Evolução do Número de Estabelecimentos, Operários e Valor da Produção(%) - Município de São Paulo/Brasil - 1920-1950

	Município de São Paulo/Brasil		
	1920	1940	1950
Estabelecimentos	31,1	28,8	27,5
Operários	30,5	34,9	38,6
Valor da Produção	33,0	43,5	46,8

Fonte: Aroldo de Azevedo, 1958

³³ A indústria química e farmacêutica correspondia, na década de 1950, a um dos principais ramos de vanguarda do sistema produtivo nacional. D. L. Mattos (1958; 62) diz serem inegáveis as evidências de desenvolvimento do setor no período, sobretudo diante da diversificação dos produtos, pois "da simples produção de sabão e sabonetes, cal, álcool, etc, passaram ao fabrico de ácidos, silicatos, óxidos, sulfatos... enfim, uma extensa gama de produtos diversos para as indústrias têxteis, alimentícias, de couro e peles, para a agricultura".

³⁴ Considerando os percentuais da indústria de transformação do Sudeste verificamos que tal caráter concentrador também se manifesta internamente. De um total de 38.670 estabelecimentos e 875.187 operários existentes no Sudeste em 1950, respectivamente, 3,8% e 0,9% localizavam-se no Espírito Santo; 24,1% e 12,0% em Minas Gerais; 20,0% e 27,1% no Rio de Janeiro e 52,2% e 60,0% em São Paulo. A estrutura industrial brasileira vigente no período definia-se pela forte presença das firmas de micro e pequeno porte que, somadas, eram responsáveis por 42,3% dos empregos no setor e 96,7% dos estabelecimentos. Nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul predominavam, quase que absolutamente, empresas de micro e pequeno portes nos ramos alimento e têxtil. As poucas empresas de grande porte existentes estavam concentradas no Nordeste (18,3%) e no Sudeste (72,5%). (A. Bernardes e E. Almeida, 1997).

Ao favorecer a indústria paulista o paulatino processo de integração dos mercados regionais fez com que a cidade de São Paulo assumisse crescente hegemonia no sistema urbano nacional. Segundo P. Singer (1968; 60), a partir da década de 50, o crescimento de São Paulo é "função do desenvolvimento industrial do país", na medida em que a cidade passa a concentrar as indústrias dos setores mais dinâmicos³⁵. Ainda, para o autor "a abolição dos impostos interestaduais, depois de 1930, veio facilitar consideravelmente esta ascensão da indústria de São Paulo no cenário nacional" (idem; p.71).

Nas décadas posteriores a de 1940, as modernizações materiais e imateriais serão vertiginosas tanto para São Paulo quanto para uma vasta região que comporá a fração do território nacional que melhor acolherá os novos fluxos. Desse modo, por volta de 1960, toma forma no país um apreciável mercado consumidor abrangendo o interior de São Paulo e, em grande extensão, parcelas do Brasil Centro-Oriental e Meridional, que representam "o principal mercado dos produtos oriundos do parque industrial paulistano" (D. L. de Mattos, 1958; 83).

Ora, a expansão da divisão do trabalho, especialmente no Sul e no Sudeste, implicará em uma maior demanda por urbanização que, nas décadas seguintes, irá resultar na formação de um denso e complexo sistema urbano³⁶. A rede urbana paulista, para P. Geiger (1963; 250), destacava-se por "apresentar em relação às demais redes do país apreciável quantidade de cidades evoluídas, centros urbanos grandes e médios, de funções múltiplas". Fato novo da geografia brasileira, por conseguinte, é o dinamismo assumido pela cidade de São Paulo concomitante e atrelado ao dinamismo do interior do

³⁵ "Uma vez a ascendência industrial de São Paulo, o funcionamento da economia de mercado veio acentuá-la ainda mais. O sistema de crédito começou a drenar capitais de todo o país e do exterior para São Paulo, onde as oportunidades de aplicações eram mais amplas e as perspectivas de lucros maiores" (P. Singer, 1968;71).

³⁶ Em sua análise da urbanização brasileira, P. Geiger (1963) destaca a existência de duas grandes redes urbanas comandadas pelas metrópoles nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro, com um papel mais dinâmico reservado a São Paulo dado o peso de suas atividades industriais. O Rio de Janeiro perdia força para a indústria paulista, já que não possuía um interior com mercados consumidores significativos. Paralelamente, em 1960, a fundação de Brasília, novo Distrito Federal, esvazia o Rio de Janeiro das funções públicas federais. O autor ressalta ainda a existência de redes regionais a partir de Porto Alegre, Salvador e Recife, bem como uma incipiente rede na região norte do país, tendo Belém como centro.

estado. Enquanto a capital destacava-se como centro produtor de indústrias de bens de capital, ampliava-se o crescimento industrial no interior do estado, porém nos ramos das indústrias leves³⁷. Com exceção do litoral do estado, onde havia um certo desenvolvimento do setor químico, e de Campinas, que conhecia uma certa expansão dos setores de minerais não-metálicos e mecânico, o restante do estado atuava basicamente com a industrialização de alimentos e a produção têxtil.

Segundo B. Negri (1988; 86), as quatro regiões administrativas mais dinâmicas do interior do estado de São Paulo, em meados de 1950, empregavam, juntas, 25,9% dos operários e concentravam 21,1% do valor da produção industrial do estado: “Campinas era a mais dinâmica delas (12,7% dos operários e 10,3% do valor da produção), seguida de Sorocaba (respectivamente, 5,6% e 3,9%), Ribeirão Preto (4,7% e 4,9%) e Vale do Paraíba (3,3% e 2,0%)”. Detentoras de uma divisão social e territorial do trabalho mais complexa, essas regiões ganharão enorme vigor nas décadas seguintes, sobretudo acolhendo aqueles setores industriais de vanguarda.

A grande indústria, todavia, avançava em direção aos municípios vizinhos da capital paulista, dando início à conformação do que viria a ser na década de 1970, oficialmente, a Região Metropolitana de São Paulo. Os municípios de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul (a denominada região do ABC) foram os pioneiros, do ponto de vista da densidade, a acolherem, juntamente com a cidade São Paulo, a moderna indústria de base.

Na década de 1940 a *General Motors* mudou-se da Móoca para São Caetano do Sul, e a *Rhodia* e a *Pirelli*, por sua vez, instalaram suas unidades em Santo André. Estes são exemplos da dispersão industrial iniciada em meados do século XX. Conforme J. R. Langenbuch (1971; 144) nos novos

³⁷ Analisando a interiorização da indústria paulista no período, B. Negri (1988;65) assinala a importância da industrialização no processo de urbanização da região. Segundo o autor há dois elementos dinamizadores: de um lado criam-se as condições para o “aumento da produção de bens duráveis e não-duráveis em função, entre outros, das alterações de hábitos alimentares e dos avanços tecnológicos, acelerando, ainda mais, o crescimento industrial”. Por outro lado, há também importante expansão no setor terciário, com alterações qualitativas na estrutura de comercialização e no fornecimento de serviços, tais como abastecimento de água e energia, transporte, sistema bancário, saúde, educação, etc.

municípios essas fábricas se beneficiaram do "trinômio ferrovia - terreno grande e plano - curso d'água" (o rio Tamanduateí).

Assim, apesar de acolher somente 14% dos estabelecimentos industriais da Grande São Paulo, a região do ABC ganhava crescente importância por passar a sediar, diferentemente do interior do estado, aqueles setores de vanguarda do emergente parque industrial brasileiro. Em meados de 1950, a região do ABC alocava, em relação à Grande São Paulo, 41,5% do ramo mineral não-metálico, 18% do ramo material de transporte, 15% do ramo químico e farmacêutico e 10% do ramo material elétrico e comunicações (P. Singer, 1968).

Tratava-se, por conseguinte, da industrialização da Grande São Paulo e não somente do Município da Capital, como nas décadas anteriores. Considerando a participação da Grande São Paulo no valor da produção industrial do estado, em 1960, podemos observar que nos ramos voltados aos bens de produção é significativa a introdução dos municípios que compõem a então denominada Grande São Paulo; assim, por exemplo, 43% da produção na indústria de transporte do estado provém da capital, mas 95% provém da Grande São Paulo. Tal fato se repete com outros ramos que não sejam voltados à indústria leve (P. Singer, 1968).

À essa ampliação vertical do mercado e ao aprofundamento do consumo, corresponde uma razoável expansão do setor de serviços com alto nível de especialização. A indústria brasileira passa a demandar serviços especializados de transporte, financeiros, consultoria, propaganda, *marketing*, recursos humanos, entre outros. Desse modo, "tendo uma atividade diversificada e integrada, a cidade de São Paulo recebeu as atividades terciárias pertencentes ao circuito superior da economia urbana, cuja acumulação em um só ponto reduz ou elimina as possibilidades de sua instalação em outros, favorecendo o desenvolvimento da aglomeração" (H. K. Cordeiro, 1980; 11-12). Para P. Singer (1968; 370) "a razão básica deste fenômeno é a divisão do trabalho que se verifica no seio da indústria (...). Na medida em que o avanço tecnológico faz surgir novos produtos, multiplica as matérias-primas e torna a técnica de produção mais complexa, aumenta a

dependência de cada empresa dos produtos e dos serviços especializados das demais". Neste momento a gênese da metrópole informacional começa a ser explicitada de forma mais clara.

Ganha forma no país uma geografia metropolitana contemporânea do período técnico-científico. Este é um momento bastante singular da história territorial brasileira pois há uma inflexão no processo brasileiro de industrialização com a formação da metrópole nacional concomitante à integração do mercado e do território³⁸. No Brasil, como em outras formações socioespaciais do Terceiro Mundo, "o nascimento de verdadeiras metrópoles é contemporâneo do aparecimento do mundo da grande indústria e tudo que o acompanha" (M. Santos 1978b; 85). São Paulo conhece no pós-guerra sua segunda fase de mundialização (como lugar industrial da nova divisão internacional do trabalho) ao acolher os vetores que anunciam a globalização: a grande indústria, a tecnociência e a paralela nova racionalidade dos negócios mundiais.

Nas décadas posteriores os governos militares aprofundam ainda mais o processo de integração e internacionalização do território brasileiro, buscando consolidar, autoritariamente, as bases técnicas e políticas para complementar a industrialização. Constitui-se, então, o fenômeno propriamente da industrialização, definido por M. Santos (1993a) como um processo social complexo pois envolve, simultaneamente, a formação de um mercado nacional, os esforços de equipamento do território, a expansão do consumo e, por conseguinte, a expansão da terciarização e da urbanização.

Como assevera O. Ianni (1971; 169), "acentuou-se a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna da sociedade brasileira. Isto significa que se desenvolveram também as desigualdades, desequilíbrios e contradições, algumas econômicas, outras sociais e políticas". A cada

³⁸ "O processo da economia industrial é, portanto, agente de reelaboração de formas tradicionais de estruturação do espaço e da criação de novas formas, que implicam em diferenças de escalas e de problemas, incluindo os de sua organização institucional. Na medida em que a maioria dos centros de categoria metropolitana se localiza na faixa costeira, acentua-se o processo de litoralização, tradicional da ocupação do território, enquanto os impulsos de interiorização vão se relacionar ao grau de concentração de recursos que aquelas metrópoles passam a acumular. É, portanto, a partir de São Paulo que se projeta a penetração mais avançada do interior do País" (P. Geiger e F. Davidovich, 1974; 7).

aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, neste contexto, emergiram também novas e desiguais situações geográficas pois, como afirma P. Vieille (1974;32), “geneticamente, os processos de criação do espaço e do modo de produção são inseparáveis”.

Daí o tema das modernizações no Terceiro Mundo ser de vital importância para a compreensão das dinâmicas sócio-territoriais. A emergência e a perpetuação das relações centro-periferia são tributárias de valorizações desiguais e de um crescente uso corporativo do território nacional.

- ***Regulação estatal e formação do meio técnico-científico:..."São Paulo não pode parar"...***

É preciso considerar que para a conformação de todo este arranjo industrial no país, foram empreendidas importantes macro políticas-econômicas governamentais no intuito de criar os suportes organizacionais necessários. O Estado brasileiro alavanca a industrialização da formação socioespacial neste período do imediato pós-guerra atuando como empresário, criando instituições financeiras, de planejamento, adotando, desse modo, uma política pública de diferenciação interna do sistema econômico calcada na “racionalização” da política econômica (O. Ianni, 1971; 159). Para tanto, um edifício normativo é produzido para regular o capital (nacional e estrangeiro) e o trabalho.

Assim, nos últimos anos de seu mandato Getúlio Vargas voltou a tomar importantes medidas que favoreceriam o impulso à industrialização, tais como a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) em 1952 e da Petrobrás³⁹, em 1954. Implantou-se uma regulamentação para a participação de capitais estrangeiros na industrialização do país (a partir de 1953 com as Instruções 204 e 113 da SUMOC). As empresas multinacionais,

³⁹ “O BNDE tornou-se o principal agente de financiamento de inúmeros projetos industriais, notadamente na área de energia elétrica e siderurgia e ao mesmo tempo, a Petrobrás vai se constituindo na base da indústria de refino de petróleo, precursora da petroquímica” (B. Negri, 1988; 86).

detentoras das novas tecnologias, passaram a ser elementos-chave da reorganização do território brasileiro, impactando mais diretamente nas modernizações da região Sudeste e, particularmente, no estado de São Paulo. Conforme assinalou H. K. Cordeiro (1980;11), "a Segunda Grande Guerra modificou a natureza das relações internacionais, passando os Estados Unidos à posição hegemônica na economia brasileira".

É com o Plano de Metas⁴⁰, desenvolvido e empreendido durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), que foram aceleradas as bases da modernização com forte verticalização do parque industrial brasileiro, acompanhada da expansão da tecnoburocracia. Os investimentos estrangeiros pesavam nessa contabilidade nacional: segundo M. A. C. Ribeiro e R. S. Almeida (1993; 71), foi significativa a atuação de capitais de origem "norte-americana, alemã, italiana e japonesa e se dirigiam predominantemente para a produção de máquinas, na implantação da indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos) e de bens intermediários (refinação de metais não-ferrosos, papel e celulose)". Os setores mais tradicionais da industrialização eram de responsabilidade do empresariado nacional.

Os vetores destas novas racionalidades, além de privilegiar São Paulo, influenciaram no crescimento seletivo da base material do território que, também aceleradamente, moderniza-se, criando as condições para a constituição, no Brasil, de um verdadeiro *meio técnico-científico* (M. Santos, 1985), isto é, o meio geográfico mais apto, segundo o autor, à realização do capitalismo maduro e, por isso mesmo, lugar onde a divisão social e territorial do trabalho atinge maior complexidade. O desenvolvimento dos transportes (inclusive os portos e os aeroportos), da produção de energia, das telecomunicações, conformam uma nova configuração territorial entrevista no conjunto de sistemas de engenharia. Sob comando unificado e voltados a alargar a cooperação mundial e nacional, estes sistemas de engenharia (M.

⁴⁰ Segundo O. Ianni (1971; 153) o Programa de Metas de JK, implantado em 1955, tinha por objetivos gerais os seguintes itens: "a) abolir os pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atraíam o setor privado; b) expandir a indústria de base... estimulando investimentos nacionais e estrangeiros; c)pretendia-se estimular a poupança nacional e incentivar a modernização geral do sistema produtivo".

Santos, 1988a), por sua presença desigual no território, aprofundam uma nova divisão territorial do trabalho e fazem crescer, seletivamente, o volume de trabalhos técnicos, científicos e informacionais.

Alguns números evidenciam a expansão dos fixos e dos fluxos no território nacional. A capacidade de energia elétrica instalada cresceu de 2,8 milhões de Kw em 1954 para 5,8 milhões em 1962. A rede rodoviária, por sua vez, foi expandida e adensada: de 76.178 Km em 1955 para 108.355 Km em 1960 (M. A. C. Ribeiro e R. S. Almeida, 1993; 71). A frota nacional de veículos (automóveis, ônibus e caminhões), à despeito das condições precárias das estradas de rodagem, saltou de 131.757 unidades em 1927 para 2.499.345 unidades em 1967. Neste intervalo de 40 anos as rodovias complementaram (P. Monbeig, 1984) e substituíram o sistema ferroviário na "interiorização" do país.

O fluxo de matérias, responsável ainda pelo funcionamento do sistema urbano, foi impulsionado com as rodovias. Ampliou-se a influência direta das mercadorias paulistanas no Rio Grande do Sul, ao passo que as frentes pioneiras deste estado produziram trigo para abastecer os mercados urbanos. Neste sentido, Brasília, capital federal inaugurada em 1960, foi um marco no processo de integração nacional, pois em função da cidade foram abertos diversos traçados. A rodovia Belém-Brasília, por exemplo, estabeleceu ligação terrestre direta entre Belém e Porto Alegre, passando por São Paulo e Rio de Janeiro, criando um novíssimo potencial de fluidez no território nacional.

Um sistema de engenharia de telecomunicações, através das redes hertzianas, começou a tomar forma interligando as principais cidades do país, substituindo paulatinamente o antigo sistema telegráfico nacional. Todavia, a rede nacional hertziana se expande a partir da década de 1980 (L. Dias, 1995). A formação socioespacial brasileira internalizou o fenômeno da informatização do território com defasagens e, como veremos, muito seletivamente. Em 1960 havia 1.108.149 telefones instalados no Brasil, estando 40% (441.743) em São Paulo e 36% (396.701) no Rio de Janeiro (IBGE, 1990).

A chegada das grandes montadoras automobilísticas marca também esse momento, decisivamente, vindo designar, de um lado, o próprio

sustentáculo ideológico do plano desenvolvimentista de JK, na medida em que se transformou num dos principais elementos na composição do ideário de modernidade das emergentes classes médias. Estas últimas elegeram a máquina e a velocidade como símbolo de *status* econômico. Por outro lado, a presença da indústria automobilística levou a um maior desenvolvimento da indústria nacional (setor de auto-peças) e influenciou efeitos irreversíveis na reorganização do território nacional, tais como a expansão do sistema rodoviário, do sistema de crédito, a formação de uma sociedade de consumo de massa, entre outros. A produção de automóveis no Brasil saltou de 31.000 unidades importadas e montadas em 1957 para cerca de 200.000 unidades fabricadas em 1962 (M. A. C. Ribeiro e R. S. Almeida, 1993; 71).

O meio geográfico ganhou, no Brasil, múltiplas camadas técnicas e o processo foi impulsionado por uma sociedade sequiosa de modernizações. Por isso, propôs M. Santos (1993a, 1994a; 32) duas noções associadas para melhor explicar as novas dinâmicas geográficas: de um lado, a tecnoesfera e, de outro, a psicoesfera que, "juntas, formam o meio técnico-científico. A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente (...). A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o universo". Nessa trama o Estado será o grande mediador, ampliando o mercado às custas de políticas públicas que privilegiam o grande capital financeiro.

Neste período há uma ampla difusão do rádio por todo o território nacional, bem como começa a se difundir a televisão. Ganha impulso comercial a atividade publicitária. O IBOPE (Instituto de Opinião Pública e Estatística, inaugurado em 1942) torna-se, nesta década, "precursor das pesquisas de audiência e opinião pública no Brasil", primeiramente com o rádio e depois com a televisão (TV Tupi, 1950). Este Instituto, o Ibope, faz uso de metodologias de pesquisa de audiência elaboradas por agências de publicidade norte-americanas, a *Thompson* e a *McCann Erickson*, instaladas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (L. Antongiovanni, 1999; 76-78). Ora, a sociedade brasileira, sobretudo a parcela urbana da população, experimenta uma ruptura

com os valores regionais, locais, com a antiga tradição rural. Abrem-se brechas no estado de isolamento da sociedade e é lançada a possibilidade da unificação planetária entre os lugares.

Há, pois, difusão de certa psicoesfera científicizada voltada ao consumo, respaldada pela ideologia da modernidade que incorpora signos mundializados à cultura e identidade nacionais. Segundo S. P. Kahil (1997; 217) "complementar à esfera da racionalidade instrumental (princípio organizador dos subsistemas Estado, Mercado, Sociedade), a psicoesfera é a materialização, nos mecanismos que regulam os conflitos, na padronização das imagens do mundo, na massificação, dos valores culturais formadores de uma nova identidade social".

Acompanha tal ideário da modernização brasileira a extrema valorização daqueles lugares onde a paisagem ostenta (e assim melhor escamoteia conflitos) os novos signos tecnológicos e, paulatinamente, as reais referências nacionais passam a ser traduzidas como arcaicas e retrógradas. Conforme reflete A. C. R. Moraes (1988; 16) "não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço. As formas espaciais são produtos de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e redistribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias". Nos termos da sociedade capitalista contemporânea, as formas geográficas simbolizam um elogio à técnica, à artificialização do mundo sem críticas.

A Avenida Paulista, retratando o poderio econômico das grandes empresas, passa a ser o novo cartão postal de um país que almeja ser moderno e que, para tanto, relega com frequência seu passado. Vale dizer que todo o projeto do novo centro financeiro e de negócios da cidade de São Paulo implicou, além da obsolescência do antigo centro, a derrubada de um significativo patrimônio urbanístico do período cafeeiro. Ironia que este

patrimônio solapado tenha sido considerado velho sem ao menos completar um século. *Se São Paulo não pode parar* é às custas de uma urbanidade que não se potencializa, pois neste jogo comandado pelo grande capital especulativo, a cidade se fragmenta e se enrijece.

Segundo M. A. de Souza (1994), entre 1945 e 1964 "inicia-se a incorporação imobiliária e o adensamento vindo da verticalização"; é o que a autora denomina como período da metrópole vertical. Conforme H. K. Cordeiro (1980;11) "a expansão metropolitana supera todo o desenvolvimento anterior, dando-se além da suburbanização de extensas áreas, a compactação da área já urbanizada e a consolidação da estrutura do tecido urbano do município da capital, além do crescimento vertical intenso na parte central da aglomeração". As auto-estradas são também elementos novos nesta fase da metropolização de São Paulo. A Via Anchieta impulsiona a industrialização de São Bernardo do Campo, sobretudo atraindo a instalação das empresas automobilísticas (*Mercedes, Karmann-Ghia, Volkswagen*, entre outras). Já a Via Dutra contribuiu para o deslocamento de empresas em direção a Guarulhos (*Philips, Olivetti*, entre outras) e este município viveu um momento de forte especulação e crescimento demográfico (J. R. Langenbuch, 1971; 196-205).

Esse é um período de intensa urbanização e metropolização não só no Brasil, mas em toda a América Latina e, como enfatiza M. A. de Souza (1994; 236), "produzir cidades, metrópoles ou megalópolis passou a ser um grande negócio, especialmente neste século e, mais especialmente, nos países do terceiro mundo". A ideologia do planejamento urbano, em processo de institucionalização, abordava o espaço como fator de produção. Em 1960 o município de São Paulo contava com 3.825.351 habitantes e os problemas sociais, face ao caos urbano que se evidenciava em termos de déficit de serviços sociais (transporte, moradia, saúde, educação, lazer, emprego, saneamento) tornaram-se estruturais. Em 1964 é criado o BNH (Banco Nacional de Habitação) com o objetivo e o discurso de enfrentar o explosivo problema da habitação. Porém, sob o comando do Estado autoritário, esta instituição serviu aos interesses do capital monopolista (ou oligopolista) criando com recursos públicos novas economias de aglomeração, em grandes centros

urbanos, em detrimento das demandas sociais. Eis a gênese da metrópole corporativa e fragmentada, "voltada essencialmente à solução dos problemas das grandes firmas e considerando os demais como residuais" (M. Santos, 1990a; 96).

2.2 Os processos de concentração e dispersão: novas bases técnicas e políticas com a globalização

A complexidade do mundo contemporâneo se deve, em grande parte, ao fato de que às inúmeras razões locais existentes em todos os continentes veio se sobrepor uma razão global inteiramente instrumental às necessidades de fluidez das grandes organizações capitalistas. Há, portanto, um forte campo de tensões, de conflitos, que se dá a partir do impacto de um sistema temporal hegemônico sobre temporalidades locais, regionais e nacionais.

O processo de globalização toma forma, desde meados do século XX, a partir de um conjunto sistêmico de formas de ação que têm por base, segundo M. Santos (1991b, 1994a, 1996a, 2000a), três fenômenos constituintes: *a unicidade técnica, a convergência dos momentos* (o denominado tempo real) e *a unicidade do motor (mais-valia tornada mundial)*. Entrelaçados, tais fenômenos impulsionam um estágio superior de internacionalização capitalista⁴¹ e realizam a "empiricização da totalidade" (M. Santos, 1988a).

Sob o comando das corporações globais, dos chamados governos mundiais (FMI, Banco Mundial, OMC etc) e de alguns Estados-Nação⁴², instrumentalizam-se racionalidades técnicas e alianças políticas que, voltadas a mobilizar a competitividade, concretizam a "influência do capitalismo em todo planeta" (F. Chesnais, 1996; 120). Unifica-se, por conseguinte, o "motor da vida

⁴¹ "Junto com a unicidade das técnicas e a convergência dos momentos, a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização que alcança um novo patamar. Agora, tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentando, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização" (M. Santos, 1996a; 163).

⁴² Envolvendo os EUA, a Europa Ocidental e o Japão.

econômica e social em todo o Planeta, representada, emblematicamente, pela emergência de uma mais-valia no nível mundial e assegurada, direta e indiretamente, pela existência sistêmica de grandes organizações, que são os grandes atores da vida internacional" (M. Santos, 1996a; 163).

Balizada pela necessidade de racionalizar a produção e ampliar a circulação, uma família de técnicas informacionais (compondo o atual sistema técnico hegemônico) unifica-se na escala planetária a partir da década de 1970, povoando aqueles lugares eleitos à acumulação de capitais. A *unicidade técnica* aproxima os lugares pois unifica mundialmente o tempo e o espaço "através de um conjunto de inovações integradas, para conseguir que produzam todo seu efeito" (M. Sorre, 1967; 155). As novas técnicas são, segundo M. Sorre (1967; 155), "agentes de unidade do ecúmeno"⁴³.

Conforme F. Chesnais (1996; 205), "a convergência das tecnologias de informática e telecomunicações, bem como a introdução das tecnologias ligadas às comunicações por satélite, ao comando numérico e às fibras óticas, criaram as condições para o estabelecimento de um sistema verdadeiramente mundial". Normatizações técnicas globalizadas acompanham e complementam essa unicidade técnica⁴⁴. As novas redes técnicas possuem um caráter capitalista (do "ótimo econômico"), tendem a ser monofuncionais, distribuindo fluxos bem definidos e normalizados (G. Dupuy, 1985; 128-129). M. L. Silveira (1996; 292), por sua vez, salienta que o "sistema técnico é sobretudo organizacional, porque o arranjo dos novos objetos técnicos para a produção e a circulação não se faz sem normas".

As redes de informação, produtos técnicos e científicos por excelência, portam o atributo da regulação e, por isso mesmo, constituem um híbrido de ciência e política: são redes sócio-técnicas (B. Latour, 1994). Para R. Martin (1996; 32) entramos numa fase qualitativamente diferente do desenvolvimento

⁴³ M. Sorre (1967) salienta o papel das novas técnicas de transporte e telecomunicações: em conjunto essas técnicas viabilizam a circulação planetária de pessoas, mercadorias e informação.

⁴⁴ "Segundo R. Castillo (1999; 172) "a integração eletrônica intra e inter firmas pressupõe uma homogeneidade técnica no que diz respeito à tecnologia da informação: *hardware*, *software*, protocolos de transmissão de dados, regras e procedimentos, dados, banco de dados, conhecimento".

capitalista e é preciso separar "o fundamental do efêmero"; segundo o autor, os trabalhos devem identificar o novo "paradigma tecno-econômico" baseado na informação.

Envolvendo os modos e os respectivos instrumentos do fazer, as novas técnicas ao se incorporarem aos territórios tornam-se modos de ser e acabam também por condicionar o movimento do mundo. Redes de telecomunicações e energia, edifícios "inteligentes", computadores e *softwares* que automatizam fábricas, fazendas e escritórios são elementos que, entre outros, conformam sistemas de objetos informacionais que reorganizam o espaço e a sociedade.

A. Fel (1978; 1062) assinala que as paisagens estáveis de Vidal de la Blache, com suas técnicas locais, perderam seu poder explicativo na medida em que as técnicas passaram a ser universais. Então, indaga Fel: "o que é isolamento hoje?". A *convergência dos momentos* possibilitada, sobretudo, com a telemática⁴⁵, acelera a interdependência entre aqueles eventos obedientes a uma mesma lógica. Como resultado aumenta, de um lado, o poder político e econômico das firmas globais (sobretudo daquelas que têm acesso ou produzem as políticas de inovações contemporâneas) e, de outro lado, aumenta exponencialmente a necessidade de controle e organização por parte dessas mesmas firmas. Como explica J-E. Sánchez (1991; 291) "previamente a implantação da telemática ou similares, deve haver a infra-estrutura, e esta, para um investidor, há de ser rentável a curto prazo para que se disponha a participar de sua construção. Mas também em cada ponto terminal desta rede devem estar presentes instalações e meios progressivamente mais complexos e custosos, que exigem novas inversões, para permitir a produção, o tratamento e a transmissão da informação".

⁴⁵ Conforme aponta F. Chesnais (1996; 28-29), "os efeitos da teleinformática dizem respeito à economia de mão-de-obra, bem como de capital. Tais efeitos incluem:

- maior flexibilidade dos processos de produção (pode-se fabricar maior quantidade de produto com o mesmo equipamento);
- redução dos estoques de produtos intermediários, graças aos métodos de fabricação de fluxo intensivo (*just-in-time*), que permitem dar início à produção quando do recebimento do pedido;
- redução dos estoques de produtos finais;
- encurtamento dos prazos de entrega;
- diminuição dos capitais de giro;
- diminuição do tempo de faturamento;
- emprego de meios eletrônicos no setor de franquias e vendas a varejo".

Do mesmo modo, a convergência dos momentos é crucial à manutenção da globalização financeira, sustentada por uma circulação frenética de capitais e informações. Tais "informações-dinheiro" circulam por redes corporativas e chegam, instantaneamente, aos escritórios de corretores, às bolsas de valores, aos centros de decisão das empresas, aos bancos centrais entre outros.

Segundo J-E. Sánchez (1991; 300) o circuito global de distribuição e intercâmbio se configura através de três tipos de circulação: a) circulação de produtos primários e semi-elaborados; b) circulação de ordens ligadas à gestão global das empresas; c) circulação de produtos acabados orientada aos espaços de consumo. "Trata-se de uma rede dupla. Uma rede de transporte de objetos e mercadorias e uma rede de comunicação de ordens e informação".

A complexa geografia contemporânea deve, pois, saber explicar a simultaneidade e a sobreposição das múltiplas temporalidades nos lugares e regiões: são os ritmos particulares que compõem as verdadeiras ordens locais, um conjunto de rugosidades, de horizontalidades, por oposição às ordens globais, verticais, da homogeneização planetária. A globalização, por conseguinte, se realiza através de defasagens, de hierarquias entre lugares e temporalidades diversas, pois tanto são os ritmos, os interesses, quanto às formações socioespaciais e as respectivas mediações políticas, jurídicas, socio-territoriais, culturais e econômicas existentes. Como explica M. Santos (1982a; 43), "essa temporalidade própria e interna ao país é igualmente objetiva, atuante e relativamente autônoma. Trata-se de um *tempo interno* próprio de cada país, que decorre paralelamente ao *tempo externo*, dado pelo modo de produção dominante". Certamente é a especificidade desse tempo interno da formação socioespacial que direciona e faz a mediação dos processos de concentração e dispersão das modernizações.

No caso brasileiro boa parte dos dinamismos econômico e territorial foi conduzido de 1964 a 1990 sob diretrizes autoritárias. A inserção do país no processo de globalização esteve associada a um brutal esforço interno de equipamento do território nacional que, entre outros, resultou numa lógica de uso corporativo do território. Os planos de desenvolvimento integraram a economia, o território, ampliaram as classes médias, porém as custas de uma

urbanização corporativa (M. Santos, 1993a) e de ausência de direitos civis, indicando uma modernização conservadora e seletiva, na medida em que o mercado e o território unificados atenderam, sobretudo, as empresas nacionais e estrangeiras mais poderosas. Esta inserção acelerada do Brasil no contexto da globalização tem sido custosa e, via de regra, o resultado é uma maior fragmentação: apenas alguns lugares e regiões se sintonizam com a velocidade dos negócios globais e passam a ser produtores da aceleração contemporânea.

Todo o movimento de relativa dispersão das modernizações não teria sido possível, ou melhor, não estaria em marcha sem a informatização do território que abriu possibilidades de uma maior fluidez aos agentes hegemônicos da economia. Uma solidariedade organizacional preside, desde a metrópole de São Paulo e demais centros de controle das redes globais, a nova divisão territorial do trabalho e as novas formas de cooperação. Paulatina e seletivamente são edificadas conexões entre lugares globais simples e complexos no Brasil. Segundo M. Santos (1994a; 43) "o espaço é tornado único, à medida que os lugares se globalizam. Cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também naquilo que ele não é) já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicação".

Ora, entre os vários projetos de desenvolvimento alavancados, os sistemas de engenharia de telecomunicações apareciam como prioridade num país de dimensões continentais e ávido para interligar-se às redes globais⁴⁶. O. Dollfus (1995) destaca como a globalização evolui sustentada por novos macro-sistemas técnicos de telecomunicações. E, como destacaram M. Santos e M. L. Silveira (2001; 73), "do telégrafo ao telefone, do fax e do computador ao satélite, à fibra óptica, e à Internet, o desenvolvimento das telecomunicações

⁴⁶ C. Gomes (2001; 345) considera que "a remodelação do território brasileiro, em razão da implantação das telecomunicações e dos sistemas de informática e informação, deve necessariamente recobrir o processo histórico dos anos 60, quando o empreendimento coube à direção do estado, e nos anos 90, quando o grande negócio da privatização veio estabelecer o novo marco das expectativas". Entre as instituições responsáveis pelo desenvolvimento das telecomunicações destacam-se: a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel, criada em 1965), o Ministério das Comunicações (de 1967) e a Telecomunicações brasileira (Telebrás, criada em 1972).

participa vigorosamente do jogo entre separação material das atividades e unificação organizacional dos comandos".

Conforma o sistema nacional de telecomunicações, tal como evidencia C. Gomes (2001; 346), "o conjunto dos sistemas de transmissão e as plataformas de comutação; as redes do serviço de telefone e de comunicações de dados; e, ainda, as configurações do sistema Internet e a mais recente proposta de constituição de uma infra-estrutura nacional da informação. Ondas de rádio, comunicações via satélite e sistema óptico de transporte constituem as variações técnicas básicas para a transmissão de sinais à distância".

Um eficiente equipamento de transmissão de informações no Brasil veio permitir a dissociação entre os centros de gestão e as unidades de produção das empresas. Segundo T. Benakowche (1989; 227-228) na década de 1970 "novas redes de infra-estrutura técnica - ao lado das já tradicionais redes viária, elétrica, telefônica etc - começaram a ser implantadas no Brasil. Eram redes de comunicação eletrônica - inovação resultante da associação das telecomunicações com a informática - que permitiam não somente o aumento da capacidade e da velocidade de transmissão de informações sobre o território mas também multiplicavam os modos de realizá-la"⁴⁷.

O serviço telemático através das redes informacionais RENPAC e TRANSDATA interliga, no início do anos 1980, as regiões brasileiras, sobretudo as grandes cidades e, especialmente, conecta velozmente a cidade de São Paulo no sistema urbano mundial⁴⁸. Esses serviços telemáticos são

⁴⁷ "Para se identificar as implicações sociais e espaciais dessas novas redes sobre o território brasileiro, é importante, inicialmente, fazer uma distinção entre as "redes-suportes" e as "redes-serviços" (Curien e Gensollen, 1986): as primeiras são as redes técnicas, ou seja, os fios, os cabos, os feixes de microondas, os terminais, as centrais de comutação, etc por onde circulam e são processadas as informações: as segundas dizem respeito aos serviços ofertados, isto é, às relações que as redes-suportes permitem estabelecer entre seus usuários, estando nesta categoria o processamento remoto de dados, o correio eletrônico, a consulta a bancos de informações etc. A necessidade desta distinção justifica-se pelo fato de que as repercussões das redes-suportes sobre o espaço são determinadas pela intensidade dos usos das redes-serviços(...)" (T. Benakowche, 1995; 227-228).

⁴⁸ "A Embratel não demorou a compreender as novas tendências que se gestavam no final dos anos 1970. O sistema Transdata, inaugurado em 1980, baseia-se em circuitos privados ponto-a-ponto e é destinado a grandes usuários - cada um constituindo sua própria rede. Já a Rede Nacional de Comunicação de dados por Comutação de Pacotes - RENPAC é uma rede pública, destinada a pequenos e médios usuários (clientes cujo tamanho não justifica a locação

mais utilizados na Região Concentrada e no estado de São Paulo: entre os acessos dedicados ativados na RENPAC no Brasil (4.354 em 1992 e 13.693 em 1995), o estado de São Paulo concentrava, em 1995, 35%, o Rio de Janeiro 11,9%, Minas Gerais 7,4% e as demais unidades da federação 45,6% (R. Castillo, 1999; 173).

Agora soma-se nesta trama comandada por grandes empresas multilocacionais para melhor equipar o território, integrá-lo e torná-lo fluído às redes corporativas, a presença de um sistema de objetos informacionais de nova geração. Conforme ressalva R. Castillo (1999; 187) "aos séculos de mecanização do território brasileiro, ainda incompleta e sempre se aperfeiçoando, soma-se, desde poucas décadas, sua informacionalização".

O Brasil vive uma fase de integração eletrônica por satélite que disponibiliza, potencialmente, o conjunto do território aos grandes capitais e ao Estado, detentores das inovações satelitárias (R. Castillo, 1999). O sistema VSAT⁴⁹ é analisado pelo autor que conclui que o novo sistema técnico "reafirma o corporativismo do uso do território brasileiro". Os terminais VSAT, amplamente distribuídos no território nacional nos anos 1990, por não estabelecerem ligações entre si mas somente entre o local e a sede da empresa (majoritariamente localizada em São Paulo) não ampliam a densidade comunicacional, apenas a informacional, como reflexo das ações corporativas verticalizadas. Em regiões como a norte e nordeste do Brasil "a precariedade das comunicações internas por cabos e infra-estruturas tradicionais é perversamente compensada pelo aumento dos fluxos externos por satélite" (R. Castillo, 1999; 173). Tratando das redes que integraram o território brasileiro, C. Egler (1988; 122) também assinala que o sistema de comunicações a grande distância interligou nas últimas décadas "todo o território nacional sem

de uma rede privada), baseada na infra-estrutura telefônica. Evidentemente a RENPAC é melhor distribuída no território" (R. Castillo, 1999; 173).

⁴⁹ *Very Small Aperture Terminal* - sistema de transmissão de dados por satélite utilizando pequenas antenas.

que a grande maioria da população tenha acesso sequer a um aparelho telefônico⁵⁰.

A atual mobilidade das empresas e a circulação da maior parte dos fluxos de ordens, dinheiro, informação, bens e pessoas ocorre no coração da Região Concentrada⁵¹. No restante do país são apenas alguns pontos de meio técnico-científico-informacional que autorizam a unificação, respondendo às segmentações verticais dos mercados.

Neste novo mapa do mundo a tecnologia da informação possibilitou a dispersão das atividades produtivas e globalizou os mais distintos lugares. A automação de fábricas inteiras, bem como o circuito informacional de suporte aos estoques, distribuição, logística etc, fazem com que parcelas do território se informacionalizem⁵². Como consequência aceleram-se os fluxos nas áreas mais densamente urbanizadas, onde esta nova vaga de modernizações se instala.

Mas, em contrapartida, formaram-se núcleos com alta concentração de atividades de comando e objetos informacionais. Segundo M. Castells (1986; 19), "o alcance global das empresas necessita de uma rede de serviços, tecnicamente avançados, de uma infra-estrutura material, de um conjunto de facilidades de comunicação e mesmo de um meio social que deverão estar associados aos centros de prestígio das maiores áreas metropolitanas do

⁵⁰ "A modernização conservadora fundada no tripé capital multinacional, capital nacional e capital estatal, tratou o espaço como parte integrante e fundamental da base técnica da grande empresa oligopólica, procurando dotá-lo de operacionalidade e funcionalidade capazes de garantir, não apenas a reprodução ampliada dos interesses envolvidos, mas a integração de porções do território nacional, enquanto áreas privilegiadas de valorização"(C. Egler, 1988; 122).

⁵¹ O conceito de *Região Concentrada* foi proposto por M. Santos e A. C. T. Ribeiro (1979). Designa a área onde o meio técnico-científico-informacional é mais contíguo. Conforme explicou M. Santos (1993a; 40) "pode-se falar de uma região concentrada que abrange, grosso modo, os estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) além de São Paulo e Rio de Janeiro e parcelas consideráveis do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. Trata-se de uma área onde uma divisão do trabalho mais intensa que no resto do País garante a presença conjunta das variáveis mais modernas - uma modernização generalizada - ao passo que no resto do país a modernização é seletiva, mesmo naquelas manchas ou pontos cada vez mais extensos e numerosos, onde estão presentes grandes capitais, tecnologias de ponta e modelos elaborados de organização".

⁵² A *Fiat* do Brasil integra numa única rede corporativa (a rede *FiatNet*) as unidades fabris, os fornecedores e as 380 concessionárias da montadora. Estima-se que uma média de 1,8 milhões de transações sejam feitas diariamente.

mundo. Assim, encontramos simultaneamente a tendência para a dispersão da lógica do processo econômico e para a concentração das unidades de decisão em poucos postos de comando da economia internacional".

É neste contexto que São Paulo toma-se metrópole onipresente, um lugar em que se "exerce um tempo mundial, onde se instalam as forças reguladoras da ação nos demais lugares" (M. Santos, 1994a; 43). O "tempo da metrópole" que atinge os demais lugares do país é um tempo corporativo, globalizado, sustentado pelas ideologias da produtividade e da competitividade e, por conseguinte, racionalizado milimetricamente. Os demais tempos são transformados em temporalidades subalternas na medida em que as formas do acontecer hierárquico são mais precisas, acentuando a seletividade dos investimentos e a maximização dos lucros. Eis como vai se edificando um uso reticular do território que coloca a cidade de São Paulo no centro da reorganização corporativa do país.

2.3 O lugar do poder político e econômico das grandes empresas

A tendência à concentração no município de São Paulo das sedes de empresas financeiras, industriais e de serviços, anunciada no início do século XX, se confirma com a industrialização. A partir da década de 1960, com a construção de Brasília e a ascensão de São Paulo como primeira praça financeira, o Rio de Janeiro perde a capacidade de manter a primazia na produção de ordens no território brasileiro, bem como do comando dos fluxos financeiros. É São Paulo o centro de comando da economia e do território nacional.

Entre os fatores que contribuíram para a rehierarquização paulistana está a complexa divisão do trabalho impulsionada pela industrialização que atraiu, incessantemente, investimentos e novos trabalhos. R. L. Corrêa (1968; 56) chamava atenção desde os anos 1960 para a presença de um sofisticado equipamento terciário na cidade de São Paulo envolvendo "universidades, sedes de bancos, de companhias de seguros e de investimentos, órgãos

governamentais diversos, empresas de transportes e grandes firmas de distribuição, empresas de publicidade e de comunicações rápidas e à grande distância, escritórios de consultoria técnica, econômica e jurídica (...) todo o equipamento necessário para a realização da atividade de direção e decisão, atividade que aí se concentra, passando a ser, por excelência, uma função metropolitana". Conforme assinalou M. Bonneville (1991; 1) as metrópoles constituem os espaços de gestão da economia internacional porque se destacam como um meio territorial criativo.

Assim, enquanto a grande indústria movia-se em direção a periferia metropolitana e para o interior do estado, o antigo centro de negócios, sob forte processo de verticalização e especulação imobiliária, expandia-se na direção sudoeste da cidade. Nos marcos arquitetônicos e geográficos desses processos de metropolização de São Paulo como centro de decisão - primeiro a Avenida Paulista (e adjacências) e, hoje, a Avenida Berrini (e adjacências) - localizam-se as sedes das principais empresas brasileiras e estrangeiras, bem como as firmas de serviços informacionais. Voltaremos a estes pontos nos próximos capítulos.

Entre as 500 maiores empresas privadas no Brasil no ano de 1975, um total de 64,4% localizavam suas sedes em São Paulo, montante este que decresceu para 52,6% em 1995 face à maior participação de cidades como Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Salvador, Manaus, Vitória, nesta geografia do poder econômico em território nacional ⁵³.

⁵³ Todas estas eram, até a década de 1980, metrópoles regionais e passaram, então, a metrópoles nacionais. O Rio de Janeiro, como observado, perde primazia no sistema urbano, da mesma forma que Recife não acompanha os novos dinamismos.

Tabela 6
Brasil - Distribuição das sedes das 500 maiores empresas privadas
(1975 -1995)

Unidades da Federação	Número de empresas instaladas		Número de empresas instaladas	
	1975	1995	1975 (%)	1995 (%)
São Paulo	322	263	64,4	52,6
Rio de Janeiro	82	59	16,4	11,8
Rio Grande do Sul	45	39	9,0	7,8
Minas Gerais	17	32	3,4	6,4
Paraná	8	19	1,6	3,8
Santa Catarina	8	20	1,6	4,0
Bahia	6	23	1,2	4,6
Pernambuco	7	2	1,4	0,4
Amazonas	3	13	0,6	2,6
Espírito Santo	1	11	0,2	2,2

Fonte: Revista Exame. *Maiores e Melhores*. 1975, 1996.

Observando, por sua vez, o controle acionário das 50 maiores empresas privadas em 1995 notamos que 23 (46%) são empresas estrangeiras com destaque para os setores automobilístico, de alimentos, distribuição de petróleo, comércio varejista, química e petroquímica. Deste total 78% tem sede em São Paulo, nos indicando, portanto, o grau de internacionalização do centro de negócios paulistano - ainda que totalmente subordinado às cidades globais de primeiro nível: Nova Iorque, Londres e Tóquio (S. Sassen, 1991). Como afirmaram M. A. C. Ribeiro e R. S. Almeida (1993; 63) "no contingente de empresas estrangeiras o poder de São Paulo é ainda maior".

Tabela 7

Brasil - Estado de São Paulo
Maiores Empresas estrangeiras

País controlador	Nº estipulado de empresas no Brasil	Empresas sediadas em São Paulo
TOTAL	Das 100 maiores	71
Alemanha	Das 20 maiores	18
E. U. A.	Das 20 maiores	12
França	Das 10 maiores	7
Holanda	Das 10 maiores	8
Inglaterra	Das 10 maiores	6
Itália	Das 10 maiores	6
Japão	Das 10 maiores	8
Suíça	Das 10 maiores	6

Fonte: M. A. C. Ribeiro e R. S. Almeida, 1993

Não são somente as decisões econômicas tomadas em São Paulo que garantem sua primazia. A força política de São Paulo é hoje paralela e complementar às funções políticas de Brasília. Há, de um lado, as representações do empresariado como a Federação das Indústrias, do Comércio, dos Serviços, bem como inúmeras Associações Profissionais (a Associação Brasileira de Mercados de Capitais, a Associação Brasileira de Executivos Financeiros, a Associação dos Consultores Políticos, a Associação Nacional de Recursos Humanos, entre outras, são exemplos mais recentes de instituições deste tipo que têm interferência na vida cotidiana do país) que dia-a-dia constroem as mais importantes decisões quanto às políticas industrial, monetária, fiscal, tributária etc. Por outro lado, a cidade é importante centro político por ser o lugar das decisões sindicais dos trabalhadores, produzidas, entre outras organizações, pela CUT (Central Única dos Trabalhadores). A atual metropolização paulista se edifica, por conseguinte, através dessa luta entre o capital e o trabalho, também manifesta nas formas organizacionais das instituições envolvidas.

E São Paulo, como assinalou H. K. Cordeiro (1980;13), tem força política por ser o "grande centro da administração privada" brasileiro. Trata-se,

portanto, de um centro de gestão do território⁵⁴. Nestes centros os escritórios das grandes corporações fixam os objetivos gerais e dão curso ao planejamento estratégico para o crescimento do capital da empresa e necessitam, para tanto, estarem próximos dos governos e dos mercados de capitais (S. Hymer, 1983; 50-51). As estratégias das empresas multinacionais do pós-guerra, analisadas por S. Hymer (1983) revelam a geografia da globalização em construção; consolida-se a forma da corporação multilocacional e a formação de um sistema mundial de cidades hierarquizadas com a presença das sedes ou escritórios regionais das corporações. São Paulo talvez seja, entre as metrópoles latino-americanas, aquela mais propensa a obter o título de *global city*⁵⁵.

Todavia, como assinalaram M.A.C. Ribeiro e R. S. Almeida (1993; 71), a cidade do Rio de Janeiro sempre foi sede das principais empresas estatais, diferenciando-se de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, "pois lhe cabe maior expressão nos ramos industriais ligados ao governo".

A partir dos anos oitenta os novos sistemas técnicos alavancam a fluidez no território brasileiro valorizando a proximidade organizacional (em tempo real) com significativa mobilidade às empresas. Os sistemas informacionais possibilitam às firmas sediadas em São Paulo coordenar distintos eventos nos lugares eleitos para participar dos circuitos superiores da economia. Acelera-se brutalmente a agilidade de decisões e a troca de informações correspondente à

⁵⁴ Para R. L. Corrêa (1996; 23-24) "a gestão do território é a dimensão espacial do processo de gestão, vinculando-se ao território sobre controle de um estado, grupo social, instituição ou empresas (...) são as corporações multifacetadas e com múltiplas localizações que, na fase atual do capitalismo, desempenham o mais importante papel na organização do espaço, atuando em amplos e diferenciados territórios por ela controlados, deste modo garantindo eficientemente a acumulação capitalista e a reprodução de suas condições de produção".

⁵⁵ No *ranking* de cidades globais atraindo investimentos corporativos e controlando os fluxos mundializados, a cidade de São Paulo concorre, hoje, com a cidade de Miami (A. D. Heelan, 1977) mais do que com as cidade de Buenos Aires e Cidade do México (DF). Um exemplo é o da empresa *Philips* do Brasil Ltda que passou a controlar, desde 1996, todos os negócios da corporação *Philips* na América Latina. Esta empresa possui uma estrutura de gestão (os centros regionais estão sempre subordinados ao *headquarter*) e de produção descentralizada: América do Norte, Ásia Pacífico, Europa e América Latina. A organização na América Latina, a partir do Brasil (escritório central em São Paulo) compreende: El Salvador (fabrica de lâmpadas), Venezuela (reatores para lâmpadas), Colômbia e Chile (lâmpadas), Argentina (Tierra del Fuego produz aparelhos eletrônicos) e Buenos Aires (lâmpadas) e Brasil (Manaus/zona franca produz aparelhos eletrônicos), São José dos Campos (tubos de imagens), mais unidades em Ribeirão Preto e Capuava. - Gazeta Mercantil, 13/12/1996.

complexidade da globalização. Com o "avanço das técnicas de manipulação de informações, tornou-se possível a operação de centros de decisão, cuja eficácia tende a ampliar enormemente as possibilidades de concentração do poder econômico" (H. K. Cordeiro, 1980;12).

As redes corporativas, que permitem a circulação em tempo real, se implantam no dia-a-dia das grandes empresas brasileiras. Essas redes (intra e inter empresas) eliminam parte dos trabalhos intermediários entre a fábrica e a distribuição/comercialização ao mesmo tempo que alcançam uma melhor eficácia de controle do trabalho e da organização, tendo em vista a gestão centralizada das corporações globais instaladas em poucos pontos do planeta.

São Paulo ascende à categoria de Metrópole Onipresente: é o centro inconteste de decisões do país pois concentra a maior parcela das sedes de empresas no país, é primeira praça financeira, conta com sofisticado equipamento terciário e, como veremos, é agora o principal pólo produtor de informações, responsável pelo alargamento dos contextos da globalização na formação socioespacial brasileira. A cidade é conexão privilegiada das principais redes corporativas na América Latina.

2.4 Organização do sistema financeiro nacional... e as sedes das instituições financeiras se mudaram para São Paulo

Ao processo de creditização do território nacional e de hierarquização de São Paulo como primeira praça financeira, correspondem uma série de mudanças normativas, econômicas e geográficas que, no conjunto, foram empreendidas pelo Estado brasileiro a partir a década de 1960. A reforma do sistema financeiro nacional, promovida pelo governo autoritário⁵⁶, rompe com a antiga estrutura financeira regionalizada em pequenas praças locais e com as

⁵⁶ Em 31 de dezembro de 1964 o Congresso Nacional decretou e o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco sancionou a lei nº 4595 que dispunha sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias. Posteriormente, em 14/07/1965, foi sancionada a lei nº 4728 que dispunha sobre a Reforma do Mercado de Capitais. O Sistema Financeiro Nacional estruturado e regulado por esta lei assim se constituiu: com o Conselho Monetário Nacional; o

práticas concorrenciais entre pequenos e médios bancos. Cria-se, a partir de então, uma melhor sintonia do país com o capitalismo mundial, pois as reformas permitiram uma vigorosa concentração financeira⁵⁷, bem como impulsionaram a industrialização nacional atrelada às ações das grandes corporações multinacionais⁵⁸.

É também neste período e através das reformas financeiras empreendidas pelo governo federal que se altera a legislação das Bolsas de Valores e do mercado de capitais visando uma modernização normativa e tecnológica⁵⁹ compatível com centros mundiais do sistema financeiro (na época, EUA e Inglaterra). A partir de então as bolsas passaram a ser associações civis sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. "A antiga figura individual do corretor de fundos públicos foi substituída pela da sociedade corretora, empresa constituída sob a forma de ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada" (Bovespa, 1997). A Comissão de Valores Mobiliários passa, nos anos 1970, a ser o órgão regulador do mercado de capitais brasileiro.

Há forte reorganização das estruturas de controle da economia nacional (H. Oliveira e P. de Castro, 1981; 8) com a ascensão do capital financeiro e o impulso dado à formação de grandes empresas multilocacionais⁶⁰ e a grandes

Banco Central do Brasil; o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁵⁷ Conforme assinalou A. Bouzan (1972) a concentração marca a história bancária ocidental no século XX.

⁵⁸ "As instituições criadas pela Reforma do Sistema Financeiro Nacional tiveram diferentes atribuições: às financeiras coube suprir para o consumo de bens duráveis; aos bancos comerciais, o financiamento do capital de giro das empresas; aos bancos de investimentos recém-criados, empréstimos a longo prazo para suportar o peso da acumulação de capital. A dinamização do mercado de ações, para canalizar recursos para a capitalização das empresas, foi impulsionada pela criação dos fundos de investimentos, formados com a dedução de percentuais sobre o imposto de renda, enquanto que o BNH (Banco Nacional de Habitação) amparado pelos recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), destinava-os ao setor de construção civil, garantindo a operação das agências privadas de crédito imobiliário" (H. K. Cordeiro, 1986/1987; 157).

⁵⁹ "Em 1972, a Bovespa foi a primeira bolsa brasileira a implantar o pregão automatizado com a disseminação de informações *on-line* e em tempo real, através de uma ampla rede de terminais de computador. No final da década de 1970 a Bovespa foi também pioneira com opções sobre ações no Brasil" (Bovespa, 1997).

⁶⁰ "O aumento das dimensões das empresas exige aumento proporcional no plano financeiro. Ainda que a mesma empresa possa operar simultaneamente com diversos bancos, a concentração de suas operações em poucos e grandes bancos possibilita simplificações

bancos nacionais. Este circuito superior da economia, beneficiado com a unificação do território e do mercado, desenha solidariedades organizacionais entre os lugares mais produtivos e desencadeia novas formas de acontecer hierárquico. Como assinalou D. Harvey (1993; 209), "se o dinheiro não tem sentido independente do tempo e do espaço, sempre é possível buscar o lucro (ou outras formas de vantagem) alterando os modos de uso e de definição do tempo e do espaço".

Durante a década de 1970 cresce significativamente o poder político dos banqueiros e investidores com a formação de conglomerados financeiros, tais como Itaú e Bradesco. E, na mesma proporção, o número de agências bancárias dispersas pelo território amplia-se exponencialmente. Trata-se de uma unificação comandada segundo os interesses dos capitais hegemônicos sediados em São Paulo. Estes últimos operam através da captação de poupança, da concessão de empréstimos, dos investimentos diretos e o controle acionário, dos descontos e cobranças de operações comerciais e da prestação de serviços. Para R. L. Corrêa (1989;18) tais elementos constituem os "mecanismos de controle sobre a criação, apropriação e circulação do valor em um dado território".

O vertiginoso movimento de concentração e centralização do capital financeiro é fator-chave das lógicas que regem as modernizações conservadoras da formação socioespacial brasileira. Entre 1964 e 1971, segundo R. L. Corrêa (1989), foram eliminados 158 bancos (a maioria pequenos e médios bancos regionais). Das 333 sedes de bancos existentes no país em 1961, 101 localizavam-se no Rio de Janeiro, 74 em São Paulo e o restante estava distribuído por Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, entre outras cidades (havia 77 centros de gestão financeira pulverizados pelo território nacional, com baixos níveis de integração).

Após quase três décadas este quadro encontra-se totalmente alterado. Reduziu-se para 90 o número de sedes no país, sendo que 29 destas se localizam em São Paulo e apenas 8 no Rio de Janeiro. Com o "processo de

funcionais e, o que é mais importante, maior facilidade de planejamento de suas operações, na mediada em que elas podem ser articuladas com as operações das entidades de crédito" (A. Bouzan, 1972; 64).

concentração dos bancos comerciais verificou-se, simultaneamente, uma redução do número de centros de gestão da atividade bancária, a definição clara de um verdadeiro centro de gestão atuando nacionalmente, a metrópole paulista, a criação de redes nacionais de bancos, e o papel crescente do Estado na gestão direta dos negócios bancários" (R. L. Corrêa, 1989; 31).

Desencadeia-se um processo de creditização do território. As redes bancárias, a partir da cidade de São Paulo, estendem sua trama aos mais distintos e distantes locais do território nacional, sendo esse um dos principais fatores de "dissolução da metrópole".

Buscava-se aumentar a produtividade através de economias de escala, de uma divisão do trabalho mais acentuada com a expansão da dimensão das empresas e da possibilidade de operar novas tecnologias. A formação da rede bancária brasileira explica-se, segundo L. C. Dias (1995) por dois pontos centrais: a reforma financeira de 1964 e o desenvolvimento tecnológico nos segmentos de comunicação e informação. Ora, a informatização do território pode também ser interpretada através das estratégias do setor financeiro que almeja ganhar mobilidade e reorganizar os métodos de gestão mediante os avanços da automação bancária⁶¹.

O sistema financeiro nacional, principal usuário das redes Rempac e Transdata, adotou, na década de 1990, a tecnologia do sistema VSAT⁶². Segundo R. Castillo (1999; 188) "uma simples operação em caixa automático, em qualquer ponto do território, demanda toda uma série de fluxos de informação e controle automatizado. Por isso os grandes bancos estão entre as empresas que mais investem em novas tecnologias da informação, colocando em prática os equipamentos mais performantes. Esse sistema permite a

⁶¹ Estima-se que as ondas de automação bancária no Brasil eliminaram entre 1987 e 1997 cerca de 300.000 empregos no sistema financeiro nacional, bem como desapareceram muitas das antigas funções de apoio relacionadas à microfilmagem, confecção de listagens, conferências, envios de cheques para o setor de processamento de dados, entre outras (Estado de São Paulo, 15/06/1997).

⁶² Em 1992 a rede privada do Bradesco contava com 620 conexões instaladas através do sistema VSAT. O Banco do Brasil possui sua rede satélite (BBSAT) composta por três estações *masters (hubs)*: São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília interligadas à 1820 microestações (VSAT) instaladas nas agências do banco por todo o território nacional (R. Castillo, 1999; 189).

descentralização dos serviços ao cliente e a centralização de funções operatórias, administrativas e gerenciais".

Nesta reorganização do território brasileiro as cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro consolidam-se como centros de controle do sistema transacional nacional. Porém, teríamos que destacar a existência de uma divisão metropolitana do trabalho: a) São Paulo sedia a maior parcela das instituições financeiras nacionais e estrangeiras sendo, portanto, centro líder de controle dos fluxos financeiros como um todo; b) em Brasília, através das sedes do sistema financeiro empresarial estatal - Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - é elaborada a regulação financeira nacional; c) Rio de Janeiro por sediar o BNDES, principal agente de investimentos públicos e privados do país, complementa as funções do Distrito Federal como regulador do sistema de ações na esfera financeira.

Quando analisamos o movimento de dinheiro das praças financeiras nacionais percebemos o poderio da praça paulista bastante superior ao das praças de importantes metrópoles como Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Tabela 8
Brasil. Movimento total do ativo segundo as praças financeiras - 1996

Praça	Movimento Total (em R\$)
São Paulo	2.331.307.556.003,00
Rio de Janeiro	449.282.230.445,00
Porto Alegre	149.154.522.221,00
Belo Horizonte	84.154.224.136,00
Curitiba	47.491.709.988,00

Fonte: SISBACEN – Banco Central

A cidade de São Paulo é também o principal centro de compensação de cheques do território brasileiro (foram 117.564.374 cheques compensados em São Paulo no ano de 1996, contra 27.365.890 no Rio de Janeiro, 12.063.698 em Belo Horizonte, 13.497.868 em Porto Alegre, 10.250.845 em Curitiba, 9.950.571 em Ribeirão Preto, 4.277.184 em Bauru, 4.286.145 em Florianópolis, entre outras praças). A automação do sistema de compensação de cheques⁶³,

⁶³ "Entre as funções reguladoras da atividade financeira no país, o Banco Central rege o Sistema Nacional de Compensação de Cheques e títulos, cuja execução cabe ao Banco do

conforme explicam M. Santos e M.L. Silveira (2001; 192-193), foi outro passo dado na unificação financeira do território nacional: "graças aos progressos da automação o arcabouço do sistema financeiro conhece uma transformação importante. Em 1990, todos os estados possuíam uma ou mais praças financeiras. Nos anos 90, a compensação de cheques passa a ser eletrônica, e desse modo houve uma diminuição acelerada do número de praças financeiras. Eram 312 praças em 1990, 171 em 1996 e 19 em 1999".

Entre os trinta maiores bancos comerciais e múltiplos no Brasil em 1999, por volume de depósito, 63% têm sede no município de São Paulo, 6% no Rio de Janeiro, 6% em Brasília, 6% em Porto Alegre e 6% em Salvador (Fundação Seade, 2000). São Paulo realiza cerca de 60% dos negócios bancários no Brasil. Segundo dados do Banco Central, 87% do lucro dos bancos brasileiros pertencem aos bancos paulistas. Do total de ativos do sistema financeiro nacional, mais da metade (53%) está nos bancos de São Paulo que controlam, por conseguinte, a maior parcela dos empréstimos (Exame, 2000).

Trata-se, também neste ponto, de um reforço à metropolização que resulta dessa geografia das finanças nacionais e que se acentua, na medida em que o Brasil participa ativa e subordinadamente da esfera financeira globalizada. Segundo S. Sassen (1994; 63) a reorganização da indústria financeira no final dos anos 1980 - caracterizada por diminuir as regulamentações nacionais e ampliar as transações internacionais e diversificar os produtos com elevados ganhos dos grandes bancos comerciais - implicou na inclusão de algumas cidades do Terceiro Mundo na esfera financeira globalizada. A autora destaca os centros financeiros de São Paulo, Bangkok, Taipei e México (DF).

A liberdade ao movimento de capitais na década de 1990, segundo uma política interna de abertura de mercados e desregulação, anuncia uma nova vaga de atração de investidores e instituições financeiras estrangeiras

Brasil. Esse sistema foi criado em 1983, para unificar os diversos sistemas regionais de compensação que eram, até então, relativamente isolados" (M. Santos e M.L. Silveira, 2001; 192).

(bancos⁶⁴, seguradoras, corretoras, fundos de pensão, entre outras) que rapidamente adquiriram parte do sistema financeiro nacional, controlando a circulação de capital no país e disputando um mercado considerado rentável pelos novos investidores internacionais⁶⁵. F. Chesnais (1996; 261) explica que hoje "o conceito de "globalização financeira" abrange tanto o desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos do mercado, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinados a este". Acentua-se a transformação do Brasil num *espaço nacional da economia internacional*.

Segundo M. C. P. Freitas e G. Schwartz (1992), o sistema financeiro passa desde a década de 1970 por transformações que desencadearam a emergência de novas estratégias de concorrência, a absorção de novas tecnologias na área da informática, a universalização dos bancos múltiplos, bem como a conglomeração financeira de redes empresariais nos setores automobilístico, varejista, de consultoria, entre outros. Soma-se a isso, ainda, a emergência e acelerada expansão de instituições financeiras não-bancárias, tais como as firmas de serviços financeiros (que desenvolvem a denominada engenharia de operação) e as corretoras de títulos. A presença dos bancos de investimentos também se destaca no processo de globalização, pois dão suporte às fusões e aquisições. Ora, sobressaem ainda como novidades aquelas atividades que sustentam hoje o processamento global de transações: os sistemas de cartões de crédito, os processadores para terceiros, os supridores de pacotes de *software*, as agências de informações financeiras, as

⁶⁴ M.C. Tavares e L.G.M. Belluzo (1980; 123) assinalam que "depois da ruptura do padrão dólar, rapidamente substituído por uma cesta das principais moedas transacionadas à escala mundial, foi possível a formação de bancos verdadeiramente transnacionais, tanto no sentido de que escapam ao controle de qualquer autoridade monetária, quanto no sentido mais profundo de seu poder privado de emissão se colocar acima do poder de emissão dos Estados nacionais. Suas aplicações estão distribuídas de forma ampla e generalizada por todos os países - mesmo os de moeda fraca - onde a presença de grandes empresas requeira a reciclagem financeira do capital-dinheiro sobranante".

⁶⁵ "As políticas neoliberais desregulamentativas desenvolvidas no Plano Real aumentaram a incerteza gerada nos agentes produtores e agravaram ainda mais o cenário recessivo do setor bancário, acelerando o processo de reestruturação inovativa dos bancos, fusões e liquidações extrajudicial de 22 importantes bancos de varejo nacionais, durante o período de 1995 a 1997: (H. F. Pires, 1997; 77).

empresas de consultoria. No caso brasileiro, conforme explica H. F. Pires (1997; 78), é desde o final da década de 1980 que se instaurou a "etapa da gestão financeira flexível e de reestruturação inovativa e desregulamentação, sob a égide do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional. A meta é a inserção competitiva do setor bancário através da abertura do sistema financeiro e da ampliação da participação das grandes instituições financeiras do exterior".

O comércio de serviços financeiros supranacionais, regulado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), avançou na década de 1990. A participação dos bancos estrangeiros nos ativos totais do sistema financeiro nacional chegaram, em 1997, a cerca de 20%, bem como a participação dos estrangeiros nos depósitos totais do sistema alcançou a casa dos 15% e no patrimônio líquido 12% (Gazeta Mercantil, 22/09/1997).

Interessa-nos, então, evidenciar a força financeira de São Paulo que, ao invés de se atenuar face a presença mais eficaz das tecnologias da informação, ganha vigor⁶⁶. Em 1990, por exemplo, a sede do *Citibank*, Banco Francês e Brasileiro, Unibanco e Banco Garantia transferiram-se do Rio de Janeiro para São Paulo. Em 1995 o banco holandês *Raibobank* inaugurou instalações na metrópole paulista, entre outros vários exemplos. No atual período ganha destaque, como fator de atração das sedes de empresas para São Paulo, a força do trabalho intelectual, da produção imaterial, da circulação de informações, que nutrem um tipo novo de economia externa na metrópole de São Paulo. Segundo S. Sassen (1994,1998; 89) a "complexidade e a inovação requerem freqüentemente aportes múltiplos e altamente especializados de várias indústrias. A produção de um instrumento financeiro, por exemplo, exige contribuições de setores de contabilidade, publicidade, assistência jurídica, consultoria econômica, relações públicas, *design* e projetos

⁶⁶ Mesmo o serviço bancário na *Internet* (*web banking*) não impede que o número de agências bancárias continue a crescer, particularmente nas metrópoles brasileiras, pois no país como um todo o número de agências estabilizou-se em torno de 16.000. "O município de São Paulo que possuía 1430 agências bancárias há cinco anos, registra atualmente 1850, o que corresponde a 11% da rede nacional" (T. Mansano, 2000). Cresce o segmento da população hoje dependente dos serviços bancários para pagamento de salários, bem como São Paulo é o principal mercado consumidor dos produtos financeiros pois na cidade está boa parte das classes médias do país.

gráficos". Ora, São Paulo é, hoje, um centro de serviços financeiros globalizados. Voltaremos a este tema no capítulo 3.

O arranjo político de cunho neoliberal dos últimos vinte anos, associado às novas tecnologias da informação, impôs a abertura dos mercados financeiros nacionais e produziu um espaço mundial reticulado. As redes globais implicam uma maior mobilidade dos fatores e repercutem diretamente em extrema concentração econômica e geográfica. Apenas alguns pontos (tipo paraísos fiscais) e apenas algumas cidades selecionadas (denominadas globais, pois sediam as mais importantes instituições financeiras, guardam o maior volume de transações de dinheiro e informação e são os principais mercados de capitais e de serviços/instrumentos financeiros) se destacam como centros de controle deste fluxo globalizado de capitais. Alargam-se os contextos da globalização e, contraditoriamente, fragmenta-se o espaço e a sociedade.

2.5 A relativa dispersão industrial: amplia-se a divisão territorial do trabalho e a cooperação

No contexto de expansão da industrialização pesada brasileira⁶⁷ poderíamos considerar que a década de 1970 se caracterizou por marcar o início dos movimentos que inverteram as tendências direcionadas à contínua concentração das atividades fabris mais modernas, particularmente na cidade de São Paulo. Consolidou-se a Região Concentrada como pólo acolhedor das sucessivas modernizações, ao passo que emergiram novos pontos de meio técnico-científico-informacional no território, tais como Manaus (AM), Camaçari (BA), zonas produtoras de soja nos cerrados do Centro-Oeste etc. Essas frações do território asseguram hoje a participação efetiva dos nexos da

⁶⁷ Destacam-se o setor industrial de bens intermediários de ponta e o incremento do setor de bens duráveis e de capital sob comando das empresas estatais: Petrobrás, Embratel, Siderbrás, Eletrobrás, CVRD e Nuclebrás. O Estado, neste período, assumiu o papel de "agente orientador, normativo e coordenador da atividade industrial e, dada a notória escassez de capitais privados, também em agente de produção ao tomar-se empresário em vários ramos

globalização no país (M. Santos e M.L. Silveira, 2001). A urbanização deixou de ser predominantemente litorânea e, como afirma D. Elias (1997; 3), “concomitante à metropolização ocorre uma difusão da urbanização e um crescimento das cidades de todos os tamanhos, sustentados pela expansão do meio técnico-científico-informacional e pela nova divisão interna do trabalho”.

R. L. Corrêa (1994; 297) delinea o contexto da industrialização e da nova urbanização: para o autor "a continuidade do processo de industrialização que se difundiu parcialmente pelo interior, a modernização do campo gerando o seu esvaziamento de homens ao mesmo tempo que se introduzia novas demandas na cidade, as transformações na estrutura espacial, as novas vias de circulação de mercadorias e os novos meios de telecomunicações constituem um conjunto articulado de fatores vinculados ao grande capital e à ação do estado, que afetam os tipos e à intensidade da integração da rede urbana brasileira".

Os governos militares deram continuidade às políticas de industrialização ensejadas por JK. Entretanto, foi com o governo do General Ernesto Geisel, durante a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que teve vigência uma clara política industrial. Segundo A. B. Castro e F. Souza (1985), a crise econômica mundial de 1973 tornava imperativo a implantação de um programa que estivesse voltado à “reorientar o processo de crescimento”. Daí, a opção de estruturar o II PND através de enormes investimentos em infra-estrutura e no desenvolvimento tecnológico. E, como assevera W. Suzigan (1996;11), a experiência do plano de desenvolvimento foi uma “opção política de desenvolvimento industrial”, ainda que suprimindo direitos civis, fato este que, mais tarde, segundo o autor, acabaria por comprometer o próprio objetivo do programa.

Tratava-se, pois, de industrializar e, conseqüentemente, urbanizar o país por meio da criação de “sistemas de engenharia” (M. Santos, 1988a) integrados, levando a cabo aquilo que M. Sorre (1967), ao analisar as

modernizações econômicas e geográficas do pós-guerra, denominou por “sucessão em cadeia do progresso técnico”. O território brasileiro foi, num curto período, integrado e, por conseguinte, radicalmente reorganizado. Os programas energéticos, rodoviário e de telecomunicações viabilizaram a circulação de pessoas, bens, dinheiro, serviços e informações na escala nacional, bem como possibilitaram ao país atrelar-se, com maior ritmo, aos fluxos mundiais.

Os investimentos prioritários do II PND envolviam: prospecção de petróleo e formação do pólo petroquímico, siderurgia, programa rodoviário, telecomunicações, programa hidrelétrico e nuclear, transporte urbano e saneamento básico, entre outros⁶⁸. A configuração territorial resultante possibilitou uma acelerada dispersão das modernizações agrícolas, financeiras, industriais e de serviços.

Quanto aos aspectos normativos, importa salientar que o BNDES e diversos bancos regionais foram orientados a fomentar investimentos, sobretudo às indústrias de base nacionais. À tal projeto associou-se, também, uma regulamentação para investimentos estrangeiros que previa reservas de mercado para alguns ramos nacionais⁶⁹, ao mesmo tempo em que houve incentivo à exportação dos produtos manufaturados resultantes.

Uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) fazia parte do II PND e tinha como programa estratégico conter (no eixo Rio de Janeiro - São Paulo), disciplinar (em cidades do porte de Porto Alegre, Campinas, Santos, Belo Horizonte, Recife, Salvador entre outras) e dinamizar ou promover a industrialização-urbanização. Ao propor a descentralização das atividades o

⁶⁸ “Os gigantescos investimentos, a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa. E isso num duplo sentido: por sua função estratégica e pelo fato de que, de suas encomendas, derivam numerosos projetos levados a efeito pelo setor privado” (A. B. de Castro, 1985).

⁶⁹ Avaliando o desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia em Santa Catarina, S. Vieira (1997;46) assinala que há, tanto no I PND quanto no II “a intenção governamental de substituir importações em setores com alta densidade tecnológica, como nas indústrias eletrônicas de base e digital, priorizadas para o atendimento dos sistemas integrados de comunicação e informática. A SEI (Secretaria Especial de Informática) igualmente contribui para o desenvolvimento do setor ao contemplar a indústria eletroeletrônica na capacitação nacional para produção de componentes eletrônicos lineares e digitais e equipamentos eletromecânicos e seus insumos, cujos mercados foram reservados”.

projeto acabou inviabilizado, pois se confrontou com as diretrizes do governo autoritário. Formaram-se, então, pólos privilegiados na alocação de recursos e investimentos (M. A. de Souza, 1992). O resultado foi a estruturação e a generalização de uma urbanização corporativa e a contínua concentração dos investimentos na região Sudeste (que o programa previa como área de contenção). Em mãos de governos autocráticos e hipercentralizados, como enfatizou A. C. R. Moraes (1994; 21), "a modernização operada acentuou as disparidades regionais e a concentração de renda, ao mesmo tempo que consolidou uma economia efetivamente articulada nacionalmente. A dotação de infra-estruturas e, principalmente, a alocação de indústrias ocorreu de forma altamente seletiva".

Na região Sudeste, em 1970, concentravam-se 62,32% dos estabelecimentos, 71,02% das pessoas ocupadas e 80,97% do valor de transformação industrial (VTI) do país. Deste total localizado no Sudeste, 40,85% dos estabelecimentos, 50,97% do pessoal ocupado e 58,92% do VTI estavam em São Paulo.

Ora, o recenseamento de 1980, por sua vez, evidencia que, relativamente, houve um movimento de dispersão das atividades industriais atingindo, sobretudo, o próprio interior do estado de São Paulo, bem como os estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Neste decênio a região Sul do país obteve participação significativa no montante do valor da produção industrial nacional e multiplicou por três o número de empregos na indústria de transformação, que saltou de 358.100 em 1970 para 901.423 em 1980.

Em diferentes regiões brasileiras foram criados pólos de desenvolvimento, tais como os Complexos Petroquímicos de Cubatão (SP) e Camaçari (BA), o Complexo Siderúrgico de Itaquí (MA) e Tubarão (ES), o Complexo Energético de Itaipu (PR), a Zona Franca de Manaus (AM), o Programa do Próalcool (que beneficiou principalmente o interior do estado de São Paulo), entre outros. Tais complexos produtivos - pontos de meio técnico-científico-informacional - legaram aos lugares respectivos, durante o decênio de 1970, altas taxas de crescimento do valor de transformação industrial, sem

todavia alterar significativamente as mazelas sociais. E, evidenciam, portanto, os níveis de ampliação da divisão social e territorial do trabalho no país que, por sua vez, casados com divisões do trabalho pretéritas, redefiniram o significado da formação socioespacial (A. Bernardes e E. Almeida, 1997).

No interior paulista houve, porém, notório desenvolvimento industrial acompanhado de forte modernização e diversificação dos sistemas produtivos. M. A. de Souza (1976; 127) assinalou três importantes eixos de forte desenvolvimento industrial no interior paulista: o eixo São Paulo - Campinas - Piracicaba; o eixo São Paulo - Sorocaba; e o eixo do Vale do Paraíba, interligando as metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo. Espaço da racionalidade contemporânea, o estado de São Paulo acolheu todas as vagas de modernização da formação socioespacial brasileira desde o século XIX; é a área onde o meio técnico-científico-informacional é mais contíguo.

Quadro 2

Principais Gêneros da Indústria de Transformação presentes em algumas cidades do Vale do Paraíba

Cidades	Gêneros da Indústria de Transformação
São José dos Campos	Química, Material de Transporte, Borracha, Têxtil
Taubaté	Mecânica, Têxtil, Material de Transporte
Jacareí	Papel e Papelão, Química, Têxtil
Cruzeiro	Material de Transporte e Produtos Alimentares

Fonte: Maria Adélia de Souza - 1976

Ora, são múltiplos os fatores que levam ao crescimento, por exemplo, das modernas cidades médias⁷⁰ da especialização produtiva no país. Entre eles destacam-se a dispersão da indústria, que até pouco tempo se concentrava em áreas metropolitanas, a modernização do campo, a proximidade das indústrias agrícolas, as novas formas de consumo material e de consumo imaterial. Esse fenômeno é geral, mas tem particular expressão na área mais desenvolvida do país, a Região Concentrada. Por tratar-se da área

⁷⁰ Admite-se, hoje, que uma cidade média tenha uma população em torno de 100.000 habitantes. No começo do século, a cidade média no Brasil definia-se com o porte de 20.000 habitantes, o que, atualmente, define uma cidade local.

mais densamente urbanizada do território nacional tem condições de adaptar-se às novas exigências do atual período histórico. Há certa redistribuição das classes médias pelo território, associada à presença de um número crescente de letrados, indispensáveis aos novos modos de produção a que presidem.

Nas porções Sudeste e Sul do país, bem como em áreas do Centro-Oeste, a industrialização ensejou importantes transformações nos setores agropecuário, de serviços, financeiros, o que contribuiu para alavancar a urbanização. No que concerne ao setor agropecuário, por exemplo, inúmeros investimentos modernizaram e expandiram a produção de grãos (como a soja no centro-oeste e no estado do Paraná), de cítricos (interior de São Paulo), de carnes (no estado de Santa Catarina), etc⁷¹.

Entretanto, no início da década de 1980 o país sucumbiu a uma forte crise econômica em consonância com os rumos do mercado mundial que vivia os efeitos do segundo choque do petróleo. Depois de um longo período de crescimento, o país viveria uma brutal recessão econômica. Segundo W. Suzigan (1988;12), “somente entre 1981-83, a produção industrial caiu cerca de 17%, os níveis de investimentos foram reduzidos à metade, o nível de emprego na indústria caiu 20% (com perda de 940.000 empregos), e a indústria passou a operar com uma capacidade ociosa de, em média, 25%.”

Nesta década (1980-1990), é somente a região Sul que apresenta taxas significativas de crescimento do número de estabelecimentos, pessoal ocupado e VTI superiores a média nacional (A. Bernardes e E. Almeida, 1997)⁷². Como demonstram R. Moura e M. L. U. Kleinke (1999) segmentos modernos da indústria brasileira se instalaram na região Sul e dinamizaram a urbanização

⁷¹ Para B. Negri (1988; 89) a industrialização pesada no Brasil, ao internalizar uma base técnica, submeteu a agricultura a uma rápida mudança e grande expansão da produção de exportáveis para os quais o mercado internacional impõe padrões qualitativos e tecnológicos elevados. Com isso, ampliam-se ainda mais as relações técnicas entre agricultura e indústria”.

⁷² Entre 1980 e 1990 o número de estabelecimento e pessoal ocupado na indústria de transformação da região Sul saltou, respectivamente, de 42.677 para 43.969 e de 901.423 para 2.520.493. O valor de transformação industrial da região chegou a representar, em 1990, 16,2% do total do país.

regional sob a forma de grandes e complexos aglomerados urbanos, de um lado, e de especializações funcionais de outro⁷³.

São as empresas dos ramos mais dinâmicos e de grande e médio portes que buscam novas (re)localizações, sobretudo para fora da Região Metropolitana de São Paulo, em direção ao interior do estado de São Paulo⁷⁴, entre outras unidades da federação. A produção dispersa dá contorno às especializações produtivas e, portanto, a uma nova divisão territorial do trabalho. Amplia-se a cooperação e, como consequência, a circulação (de ordens, informações e dinheiro) torna-se frenética a partir da década de 1980. Tudo isso demanda maior urbanização.

A denominada "guerra dos lugares" (M. Santos, 1994) envolve, hoje, vários estados da federação que se submetem às chantagens das grandes empresas para implantarem novos investimentos. Mas, tais empresas acabam por escolher aqueles lugares onde as divisões do trabalho pretéritas levaram à criação de mão-de-obra especializada, melhor infra-estrutura, desenvolvimento científico e tecnológico, entre outros fatores. O exemplo das indústrias automobilísticas, protagonistas nesta "guerra dos lugares", evidencia bem as novas lógicas do período (R. Castillo, 1997)⁷⁵. Há, parafraseando A. Mamigonian (1976), uma nova geografia dos investimentos industriais.

⁷³ "A inserção dos estados do Sul na dinâmica dos segmentos modernos da metal-mecânica, até pouco tempo mais restritos ao Sudeste brasileiro, vêm favorecendo o eixo que se estende desde a aglomeração metropolitana de Curitiba, passando pelo leste catarinense, que envolve as aglomerações de Joenville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma, até a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, que incorpora a aglomeração urbana de Caxias do Sul. (...) As vantagens comparativas desse eixo fazem com que se dirijam para lá os principais investimentos em curso ou previstos para o Sul" (R. Moura e M. L. U. Kleinke, 1999; 13).

⁷⁴ E. Pires (1997; 6) tratando da industrialização do estado de São Paulo nas décadas de 1980 e 1990, afirma que "apesar da forte concentração espacial nas quatro Regiões Administrativas do interior com maior concentração do valor adicionado da produção - Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba - a produção industrial cresce nas regiões menores e distantes a mais de 200km como Araraquara, Ribeirão Preto, Bauru, e a mais de 400 km da capital do estado, tal como nas Regiões Administrativas de Franca, São José do Rio Preto, Barretos, Marília e Araçatuba".

⁷⁵ Segundo R. Castillo et al. (1997; 93) "uma considerável parcela destas realocações atravessam as fronteiras do estado de São Paulo em busca de facilidades oferecidas por outros estados da federação; este fenômeno somado às parcelas de novos investimentos industriais no Brasil têm sua localização fortemente influenciada pela guerra fiscal. As grades empresas, pode-se dizer, promovem um verdadeiro leilão dos lugares, enquanto as pequenas e médias buscam ajustar-se ou tirar proveito das políticas de incentivos patrocinadas por governos estaduais e municipais (não raras vezes atuando conjuntamente)".

Ora, como assevera A. B. de Castro (1985; 8), a industrialização brasileira “longe de ser ineficiente e artificial, é uma estrutura integrada, crescentemente competitiva, e que começa a dar provas de criatividade tecnológica”. Os indicadores, mesmo que tímidos, da exportação de manufaturados por parte da indústria nacional, bem como a internacionalização de alguns setores, demonstram bem o dinamismo alcançado (V. V. Dias, 1994 e R. Bieschowsky, 1996). No entanto, a situação vigente, frente às políticas dos últimos governos de clara adesão ao sistema normativo do mercado global, apresenta-se como uma interrogação quanto aos rumos da industrialização nacional, na medida em que o longo edifício construído durante o presente século corre o risco de ser desmanchando. Juntas, a forte abertura do mercado nacional na década de 1990 e a privatização das grandes empresas estatais, delineiam novas normatizações à vida econômica e territorial do país e evidenciam o compromisso quase exclusivo das elites dirigentes com os interesses das grandes corporações transnacionais⁷⁶.

A formação socioespacial brasileira muda qualitativamente pois se industrializa e interioriza certa autonomia tecnológica como nos setores da metalurgia, petroquímico, nuclear, aeroespacial. Aceleradamente uma outra divisão territorial do trabalho é produzida: a) são inúmeras as especializações produtivas⁷⁷ industriais, agrícolas e de serviços; resultado e condição da segmentação do território e do mercado, já não há mais um sistema urbano hierarquizado nos moldes clássicos e sim variadas conexões unindo o lugar e o mundo; b) os complexos aglomerados urbanos (entre metrópoles e cidades milionárias) são centros da produção técnica, científica, das informações, da

⁷⁶ Na década de 1990 o Brasil ingressa no rol dos países de Terceiro Mundo que, desde 1986 com a Conferência da *Usaid* sobre privatizações, adotaram as prescrições do FMI, Banco Mundial e *Usaid*, na conduta de suas políticas econômicas, sociais e territoriais. Trata-se de um pacote de reformas que, entre outros, implica no abandono do protecionismo e da substituição de importações como um caminho possível para o desenvolvimento. Assim, as recomendações centrais consistem em eliminar “o controle de câmbio, desvalorizar a moeda, diminuir os gastos com o bem estar social e reduzir o déficit público” as custas dos programas de privatizações (J. Anderson, 1991; 20). Amplia-se, portanto, o uso corporativo da território brasileiro. Votaremos a esse ponto na Parte III deste trabalho.

⁷⁷ Para obter referências mais detalhadas das atuais especializações produtivas no território brasileiro ver, entre outros, os seguintes trabalhos: A. Mamigoniam, 1976; M. G. C. Ribeiro e R. S. Almeida, 1993; R. L. Corrêa, 1968 e 1994; D. Elias, 1996; A. Bernardes e E. Almeida, 1997; R. Moura e M. L. U. Kleinke, 1999; M. Santos e M. L. Silveira, 2001.

regulação; c) a presença contígua, em certas áreas, do meio técnico-científico-informacional faz emergir uma hierarquia fundada nas *regiões do mandar* e nas *regiões do fazer* (M. Santos, 1994a). Valorizam-se aqueles lugares onde a produtividade espacial é elevada, ainda que a presença de mão-de-obra barata continue a ser um dos fortes atrativos para os novos investimentos (é o caso das indústrias dos ramos alimentar e têxtil instaladas no Nordeste na década de 1990).

2.6 As novas densidades técnicas e científicas dinamizam o território brasileiro

Um fato novo a ser considerado, nas palavras de A. Moles (1995;16), é que “nosso mundo adotou a opção de tornar-se cada vez mais científico”. Já B. S. Santos (1989; 155) assevera que vivemos num mundo “saturado de demonstrações científicas, de necessidades técnicas e de princípios sem fim”. Diríamos que vivemos, desde o pós-guerra, no *período técnico-científico-informacional* da história (M. Santos, 1994a).

O capitalismo, segundo T. dos Santos (1983; 14), assegurou a síntese entre o desenvolvimento do sistema produtivo e o desenvolvimento do conhecimento humano. Desta síntese nasceram as condições de uma modificação sistêmica: surgiram novas técnicas de produção e circulação, novos trabalhos, bem como condições de alcance global das redes empresariais hegemônicas, desencadeando uma expansão sem precedentes de trabalho intelectual.

J. Ellul (1968; 114), por sua vez, alertava para o surgimento da técnica de organização social e econômica, a qual o processo de globalização consolidou através das formas da administração moderna. Autores como L. Goldmann⁷⁸ (1972) e P. Vieille (1974) disseram ser o pós-guerra o momento de

⁷⁸ E, para o autor, “no plano do pensamento, o que corresponde a esse novo impulso do capitalismo de organização é, antes de tudo, a substituição de uma filosofia centrada (...) sobre a esperança da história ou transcendente, por um pensamento cientificista e a-histórico” (L. Goldmann, 1972; 7). Os avanços científicos e técnicos proliferam em detrimento do

emergência do capitalismo de organização. Para A. Corrêa da Silva (1987;118) "o funcionamento do que vem se chamando de capitalismo da organização, tem seus fundamentos nas descobertas científicas e em sua operacionalização técnica".

No Brasil alavancada a industrialização, a metropolização, a integração do país (através da unificação dos sistemas de engenharia) e a formação do mercado interno no decorrer da década de 1970 desencadeou-se a dispersão dos novos trabalhos técnicos, científicos e informacionais, complexizando a densidade dos lugares.

No entanto, permanece a densificação, sobretudo das regiões Sudeste e Sul. Detentoras de uma vida de relações mais intensa, estas regiões acolhem e produzem intensamente novas atividades, criando novas possibilidades de aceleração à globalização. As diversas densidades técnicas, científicas e informacionais indicam que há, hoje, particularmente na Região Concentrada, um leque de lugares com alto potencial produtivo para as corporações que buscam, em suas trajetórias territoriais, construir recursos organizacionais (em que pesam as noções empresarias de variedade, reatividade, antecipação e inovação). P. Veltz (1993;) assinala que, hoje, o "efeito-competitividade de uma estrutura territorial se avalia, sobretudo, por sua contribuição à qualidade da organização produtiva". Segundo Veltz (1993) passamos "de uma geografia dos custos para uma geografia da organização". Ganhou relevância no resultado econômico das empresas, entre outros fatores, o papel do trabalho qualificado.

Ao valorizar, portanto, o meio técnico-científico-informacional as empresas com maior poder político e financeiro tendem a ganhar fluidez (o tempo acelerado é fator-chave da competitividade contemporânea) e

conhecimento filosófico. Conforme B. S. Santos (1988; 59) "no domínio da organização do trabalho científico, a industrialização da ciência produziu dois efeitos principais. Por um lado, a comunidade científica estratificou-se, as relações de poder entre cientistas tornaram-se mais autoritárias e desiguais e a esmagadora maioria dos cientistas foi submetida a um processo de proletarianização no interior dos laboratórios e dos centros de investigação. Por outro lado, a investigação capital-intensiva (assente em instrumentos caros e raros) tornou impossível o livre acesso aos equipamentos, o que contribui para o aprofundamento do fosso, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, entre os países centrais e os países periféricos".

sobrepõem à formação socioespacial nacional um funcionamento reticular expande seletivamente os novos trabalhos do período.

Nesta expansão seletiva dos investimentos, a base material do território impõe restrições a uma mobilidade generalizada e condiciona também os dinamismos (expansão e aprofundamento) de uma nova divisão do trabalho. Os atuais sistemas de engenharia, por obedecerem a um comando técnico e organizacional unificado, levam "a uma cooperação geograficamente estendida e complexa, de poucas e muitas intermediações, com o uso de técnicas cada vez mais estranhas aos grupos" (M. Santos, 1988a; 80). G. Dupuy (1985) enfatiza que tanto o processo de constituição quanto o funcionamento técnico e organizacional das redes de transporte, de energia, de telecomunicações, de informação, amplia a presença "dos especialistas" (das qualificações que criam novos grupos profissionais). Nos lugares em que os novos objetos técnicos se instalam altera-se a "equação dos empregos, e muda a estrutura profissional, levando ao aumento do número dos técnicos, administradores e de outros trabalhadores terciários" (M. Santos, 1988a; 81). Eis parte do processo no qual podemos visualizar o Brasil internalizando a nova divisão do trabalho e, logo, a temporalidade da globalização⁷⁹.

Nos últimos decênios a evolução das *atividades técnicas e científicas* no Brasil é notável sendo, portanto, um indicador das transformações sócio-territoriais. J. Lojkine (1995; 235) ressalta, por sua vez, que a alta taxa de crescimento das profissões técnicas e científicas, nas décadas de 1970 e 1980, nos países industrializados, é indicadora de uma tendência maior de

⁷⁹ A evolução das ocupações envolvidas com o sistema de telecomunicações no território brasileiro ajuda a evidenciar a velocidade e a seletividade sócio-espacial das transformações econômicas deste período. Em 1950 cerca de 20.000 pessoas ocupavam-se no nascente setor de telecomunicações brasileiro. Tal montante saltou para 51.000 pessoas em 1970 (com destaque para os que se ocupam com o tráfego, a administração, o funcionamento e a produção das redes). A região concentradora das inovações envolvendo frações dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste detinham, juntas, 91,2% do total (164.492) de pessoas ocupadas em atividades de telecomunicações em 1980. Neste conjunto destaca-se o salto quantitativo dado pela região Centro-Oeste que, entre 1970 e 1980, passou de 2.080 para 69.085. Uma intensa urbanização atrelada à modernização agrícola, bem como a construção de Brasília são fenômenos que, entre outros, talvez expliquem esta importante expansão (anexo de tabelas - tabelas 9, 10 e 11). Na década de 1990, por sua vez, entrou decisivamente em funcionamento no Brasil a era dos satélites comerciais, da telefonia móvel e da teleinformática, que impulsionam o aprofundamento da divisão técnica e territorial do trabalho (FIBGE).

implantação das novas tecnologias tanto por empresas multinacionais, quanto por empresas nacionais (o autor cita o exemplo da indústria automobilística no Brasil e no México).

Ora, as atividades técnicas e científicas no Brasil apresentaram um crescimento contínuo ao longo dos últimos vinte anos. O total de pessoas ocupadas saltou de 2.402.372 em 1976, para 5.241.031 em 1995. Mas é na *Região Concentrada* que se encontram cerca de 66% das pessoas ocupadas com atividades técnicas e científicas do país. Ainda que tenha ocorrido um decréscimo relativo deste montante (em 1976 representava 71,4%), os números absolutos indicam, sob este aspecto, as modernizações que sofreram as regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Mas, se a Região Concentrada se define por ser a área onde o meio técnico científico é mais contíguo (M. Santos, 1993a) há também, no território, outros pontos de modernizações. A região Nordeste assistiu, no período considerado, a um forte crescimento (relativo à participação no total do país) das atividades técnicas e científicas. Os números absolutos são elucidativos: de 453.090 pessoas ocupadas em 1976 para 1.221.455 em 1995. Acreditamos que a estatística do dinamismo da região resulte, sobretudo, dos números referentes às metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza que acolhem, juntamente com as demais regiões metropolitanas do país, os modernos serviços (educação, saúde, transportes, comunicações), os novos setores industriais, as novas formas do consumo, do crédito, do lazer, etc que demandam a presença de inúmeros profissionais especializados.

Tabela 9

**Pessoal Ocupado em Atividades Técnicas, Científicas e Afins
Brasil e Grandes Regiões (1976 - 1995)**

	1976		1985		1990		1995	
	Nº Abs.	%						
Brasil	2.402.372	100,0	3.573.683	100,0	4.666.796	100,0	5.241.031	100,0
Norte	129.518*	5,4	106.812	3,0	174.132	3,7	76.054	1,4
Centro-Oeste	*	*	242.529	6,7	349.036	7,5	344.175	6,5
Nordeste	453.090	18,8	786.673	22,0	1.030.925	22,1	1.221.455	23,3
Sul	431.107	17,9	521.443	14,6	667.329	14,3	798.856	15,2
Sudeste	1.285.256	53,5	1.916.226	53,6	2.445.374	52,4	2.648.932	50,5

Fonte: IBGE - PNAD

* No ano de 1976, os dados para as regiões Norte e Centro-Oeste estão agregados.

Quanto ao Sudeste, notamos que houve, nas décadas de 1980 e 1990, contínua expansão das ocupações nas atividades técnicas e científicas, sem, todavia, haver alteração na distribuição entre as unidades territoriais componentes da região. É no estado de São Paulo que encontramos, em 1995, 50,3% dos empregos técnicos e científicos do sudeste, vindo em seguida os estados do Rio de Janeiro (24,3%), Minas Gerais (20,2%) e Espírito Santo (3,2%).

Tabela 10
Pessoal Ocupado em Atividades Técnicas, Científicas e Afins
Região Sudeste - (1976 - 1995)

	1976		1985		1990		1995	
	Nº Abs.	%						
Sudeste	1.285.256	100,0	1.916.226	100,0	2.445.374	100,0	2.648.932	100,0
Rio de Janeiro	392.431	30,5	506.215	26,5	631.308	25,8	644.605	24,3
São Paulo	662.943	51,6	974.107	50,8	1.277.279	52,2	1.384.939	50,3
Minas Gerais	229.882*	17,9	379.271	19,8	466.290	19,0	535.255	20,2
Espírito Santo	*	*	56.633	2,9	70.497	3,0	84.133	3,2

Fonte: IBGE - PNAD

* Neste ano os dados para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo estão agregados.

A qualificação e especialização da mão-de-obra no Sudeste é notável quando comparada ao restante do país e, como afirmaram M. G. C. Ribeiro e R. S. Almeida (1993; 70), "se no passado essa mão-de-obra mais técnica foi proveniente da imigração estrangeira que se instalou na região, hoje sua especialização e qualificação está intimamente ligada ao ensino técnico industrial existente em todos os níveis (1º, 2º, 3º graus)". O sistema educacional técnico e superior foi impulsionado também com os planos de desenvolvimento dos anos 1970 (I e II PND) com a intenção de formar recursos humanos especializados nas áreas tecnológicas (envolvendo as engenharias), na saúde e na biologia, na física e na química, na administração e, quiçá, nas humanidades.

Na década de 1990 o ensino superior privado cresceu exponencialmente em todo país para atender as demandas do mercado; ao deixar de estar concentrado majoritariamente nas grandes cidades, contribuiu para a expansão desigual do meio técnico-científico-informacional. Na Região Concentrada se

localiza cerca de 70% dos cursos superiores do país, sendo que a maior parcela (1678 cursos) está no estado de São Paulo (M. Santos e M. L. Silveira, 2000; 49)⁸⁰.

J-E. Sánchez (1991; 289) pondera que "a dinâmica diferencial de desenvolvimento dos distintos territórios nos proporciona um exemplo dos efeitos das novas tecnologias sobre a organização do trabalho e de suas possíveis repercussões sobre o conjunto social. O processo de qualificação-desqualificação individual que se havia constatado no interior de uma sociedade, pode agora reproduzir-se sobre bases territoriais".

No Brasil, em 1990, aproximadamente 75.000 pessoas trabalhavam como técnicos em administração; deste total, 56% estavam no Sudeste, concentrados no estado de São Paulo. Ora, a economia, a administração (que envolve os denominados recursos humanos), a psicologia, entre outras, são especializações recentes, voltadas à organização empresarial (qualidade do produto e do trabalho em uníssono). A gerência empresarial diversifica-se e surgem os gerentes especialistas em recursos humanos, finanças, publicidade, *marketing*. Essas novas atividades da gerência formavam, no Brasil, em 1990, um contingente de 88.233 pessoas ocupadas e concentradas, em grande parte, também na região Sudeste (64% do total do país) e, especialmente, no estado de São Paulo (63,4% do total da região Sudeste).

A engenharia e a arquitetura, por sua vez, abrem novas possibilidades de trabalho especializado: em 1990, cerca de 53.000 profissionais atuavam no Brasil e, novamente, a concentração focalizava-se no Sudeste e em São Paulo. A especialização técnica na engenharia é notável entre 1970 e 1994: a engenharia de materiais, eletrônica, de alimentos, mecatrônica, nuclear, florestal, de telecomunicações, entre outras, evidenciam, pois, o desenvolvimento tecnológico.

⁸⁰"Longe de serem alheias às especializações produtivas dos lugares, as ofertas de ensino superior as aprofundam e, a partir da sistematização e cientificização de saberes, metamorfoseiam os saberes empíricos regionais em saberes codificados e precisos. Esse casamento entre produção e ensino torna-se mais rápido e evidente no caso das instituições particulares de ensino e, assim, a oferta ali geografizada ganha força na dinâmica territorial" (M. Santos e M. L. Silveira, 2000; 61).

Outros trabalhos técnicos proliferaram no Sudeste e em São Paulo. Somente na região Sudeste, em 1990, os técnicos em eletrônica e telecomunicações somavam um total de 102.962 pessoas ocupadas; os técnicos em agronomia e biologia 46.353 e os desenhistas técnicos 52.896 (anexo de tabelas - tabela 11).

Com o advento da modernização e tecnificação da agricultura, principalmente nos últimos decênios, quando também se instalam importantes indústrias agrícolas, as cidades locais⁸¹ especializaram-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram no entorno. Constituem, sobretudo, estoques de novos meios de consumo, de insumos e crédito agrícola e mão-de-obra e são centros de transportes e comunicações. Boa parte dos trabalhadores agrícolas, nas regiões mais modernas do país, vivem na cidade, onde também se encontra uma nova categoria de profissionais: o agrônomo, o veterinário, o bancário, o engenheiro etc, que são necessários à condução e coordenação de uma produção baseada no desenvolvimento científico e tecnológico.

É significativa a expansão da nova divisão do trabalho em São Paulo, tanto no interior do estado, quanto na região metropolitana. Como já salientado, prevalecem funcionalidades diferenciadas entre o interior e a metrópole; no primeiro caso temos a ampliação da densidade técnica e informacional, porém atrelada à operacionalização técnica da produção (sobretudo atendendo aos ditames das modernas especializações fabris, agrícolas, financeiras e de consumo), enquanto no segundo caso temos o exercício do comando político da produção e, nesse sentido, a escala de atuação da metrópole paulista ampliou-se para o mundo e para o país.

⁸¹ Como resultado do processo geral da revolução demográfica e do crescimento econômico, a partir da década de 1950, o número de cidades locais cresceu rapidamente, passando a ter um importante papel no funcionamento do sistema urbano. Hoje, este nível do sistema urbano é representado por cidades com população em torno de 20.000 habitantes.

Tabela 11
Pessoal Ocupado em Atividades Técnicas, Científicas e Afins
Estado de São Paulo - (1976 - 1995)

	1976		1985		1990		1995	
	Nº Abs	%						
Sudeste	1.285.256	-	1.916.226	-	2.445.374	-	2.648.932	-
Estado SP	662.943	100,0	974.107	100,0	1.277.279	100,0	1.384.939	100,0
RMSP	408.144	61,6	580.548	59,6	760.096	59,5	762.451	55,0
Interior	254.799	38,4	393.559	40,4	517.183	40,5	622.488	45,0

Fonte: IBGE - PNAD

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) tende, portanto, a permanecer como o lugar, por excelência, no território brasileiro, das atividades superiores, bem como guarda um volumoso contingente das atividades técnico-científicas de caráter mais banal. Entre 1970 e 1995, na RMSP, somaram-se mais 557.550 empregos em atividades técnicas e científicas⁸².

Tabela 12
Pessoas Ocupadas em Atividades Técnicas, Científicas e Afins -
Região Metropolitana de São Paulo - RMSP

Ano	Pessoas Ocupadas em atividades técnicas, científicas e afins (A)	Total de Pessoas Ocupadas (B)	A/B (%)
1971	204.893	3.332.679	6,14
1976	408.144	4.380.045	9,38
1981	460.467	5.362.593	8,58
1986	580.548	6.459.124	8,98
1988	717.114	7.258.188	9,88
1990	760.096	7.285.000	10,43
1995	762.451	7.228.761	10,54

Fonte: PNAD - Regiões Metropolitanas - 1971, 1976, 1981, 1986, 1988, 1990

Efetivou-se a demanda por conhecimento especializado e, por conseguinte, a informação tornou-se central ao desenvolvimento futuro dos sistemas industrial, agrícola e de serviços. A "cara da globalização" tomou contornos nítidos quando, entrevista na nova geografia resultante e

⁸² De um total de 2.081.516 pessoas ocupadas em atividades técnicas e científicas nas regiões metropolitanas do país, 36,6% estão na RMSP; 25,4% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; 7,8% na Região Metropolitana de Belo Horizonte e 7,2% na Região Metropolitana de Porto Alegre.

condicionante de tais modernizações, o meio técnico-científico-informacional se conformou.

2.7 Entre a indústria, os serviços e a informação: como compreender a metrópole de São Paulo?

Se a nova divisão territorial do trabalho delinea, de um lado, um mapa da dispersão dos sistemas produtivos, deve obrigatoriamente desenhar, por outro, um mapa da concentração e centralização das forças que regulam o movimento de capitais, ordens e informação. Poder-se-ia afirmar que, neste novo mapa do mundo, São Paulo impulsiona o alargamento dos contextos da globalização no Brasil, expandindo os novos círculos de cooperação na América Latina.

Metrópole Onipresente no território nacional por ser centro de gestão, primeira praça financeira e lugar da produção das informações, São Paulo reafirma sua primazia e entra numa terceira fase de mundialização. Todavia, a novidade é a informação, que adquire o estatuto de variável-chave do atual processo de metropolização.

Mas, será que podemos afirmar que a cidade de São Paulo se desindustrializa? A cidade industrial será substituída pela cidade dos serviços ou da informação? Como tratar o controverso tema dos serviços e a análise do novíssimo setor de informações?

Ao longo da década de 1980, com a realização da integração do território brasileiro, o movimento de dispersão industrial, como vimos, se acentua⁸³ e, sob forte crise econômica, é justamente São Paulo o principal pólo

⁸³ Ora, para o município de São Paulo as tendências e o debate a respeito da dispersão industrial já estavam em andamento no início da década de 1970 com os programas públicos para o desenvolvimento de cidades médias e para atenuar os chamados desequilíbrios regionais.

industrial do país, aquele que sofrerá grandes perdas em número de empregos, estabelecimentos e valor de transformação industrial⁸⁴ (tabela 13).

Tabela 13
Indústria de Transformação - Valor da Transformação Industrial (%)
Estado de São Paulo (1970 - 1990)

	1970	1980	1985	1990
Est. de São Paulo	100	100	100	100
R. M. de São Paulo	77,52	68,42	56,58	58,92
Munic. de São Paulo	48,59	53,84	42,97	30,29
Interior de São Paulo	22,48	31,57	43,41	41,07

Fonte: FIESP/CIESP, 1982 E 1984; IBGE- Censos Industriais de 1970, 1980, 1985; MTB - Anuário RAIS de 1985, 1990 e 1991; SENAI/DPEA, 1980 e 1981

São crescentes as deseconomias de aglomeração criadas com a expansão metropolitana e que impulsionam a saída de indústrias do município de São Paulo desde a década de 1970. Entre os principais motivos, alegados pelas empresas, para saírem da RMSP estão: alto custo dos terrenos, atividades sindicais, custo da mão-de-obra e fiscalização ambiental; enquanto que para decidir o local dos novos investimentos constam os fatores subsídios fiscais e creditícios, mão-de-obra abundante, amplo fornecimento de energia elétrica, disponibilidade de meios de comunicação, proximidade do mercado, existência de distrito industrial na área etc (EMPLASA, 1994 e CEPAL, 1996).

Não acreditamos, entretanto, ser possível admitir a tese da "desindustrialização" da cidade de São Paulo. A RMSP, incluindo a capital, continua sendo o principal centro industrial brasileiro; basta levar em conta a existência dos "corredores urbanos" (R. L. Corrêa, 1994) formados no interior paulista a partir da expansão metropolitana e da atual modernização territorial. A "macrometrópole paulista", tal como propôs M. A. de Souza (1988, 1994),

⁸⁴ Cabe mencionar que a metrópole do Rio de Janeiro, paulatinamente, sofre perdas desde a década de 1930 e, mesmo assim, também veio sofrer sua principal crise entre 1970 e 1990. Neste período o estado do Rio de Janeiro assistiu o Valor da Transformação Industrial, com relação à participação no total do país, decair de 15,0% para 7,77%. C. Egler (1988; 135) explica que a atual "situação do Rio de Janeiro, incluindo o Vale do Paraíba Fluminense, mostra uma tendência quase estacionária, quando comparada com a formação do eixo industrial paulista e, é importante ressaltar, o Rio de Janeiro não foi capaz de organizar uma periferia industrial expressiva, tendendo a isolar-se como centro industrial tradicional".

estende seus tentáculos para regiões mais vastas, ganhando uma nova *forma-conteúdo*.

Como afirmou R. L. Corrêa (1994; 298), a atual urbanização brasileira denota que "as interações espaciais são intensas, evidenciando relações de subordinação e complementaridade". O autor enfatiza a importância do conjunto "que, tendo como foco a metrópole paulista, irradia-se para a Baixada Santista, o Vale do Paraíba, a cidade de Sorocaba e o "corredor" constituído por Jundiaí, Campinas, Americana, Santa Bárbara do Oeste (e uma extensão na direção de Piracicaba), Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto" (idem; 298).

Haveria, por conseguinte, diversos horizontes geográficos de migração das indústrias no Brasil contemporâneo. Podemos delimitar, grosseiramente, a existência de três importantes direções: a) a macrometrópole (o que significa refutar então a tese da desindustrialização de São Paulo) e o interior do estado de São Paulo; b) a Região Concentrada (destacando-se os estados sulistas); c) algumas poucas cidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

S. Lencione (1991; 56-57), por sua vez, assevera que há uma nova geografia do estado de São Paulo fundada na "desconcentração da metrópole". O fortalecimento industrial do entorno da região metropolitana é acompanhado por um forte processo de "concentração e centralização das atividades econômicas", especialmente do terciário superior. Assim, o primado metropolitano paulista se alimenta, de um lado, da tendência à homogeneização, com a difusão das condições gerais de reprodução e, de outro, da complementaridade e das hierarquizações urbanas entre as cidades dessa vasta e densa região industrializada. Nessa mesma linha, C. R. Azzoni (1986; 45-48) nega a tese da "reversão da polarização" e afirma haver um campo aglomerativo na região e não mais apenas na cidade de São Paulo; o autor propõe o conceito de "economias de regionalização" envolvendo o transporte de idéias e o potencial de consumo, o que permite à unidade produtiva "afastar-se da área urbana sem perder as vantagens da localização central".

Consideramos que parte das dificuldades encontradas nas investigações, residem na complexidade e na especificidade da atual divisão do trabalho na metrópole paulista que, sem deixar de ser a principal região da produção industrial, tornou-se um lugar global no mapa da produção de informações. As redes globais reforçam a base técnica e política de comando da cidade de São Paulo.

A mobilidade, descentralização e o aumento da produtividade das grandes empresas repercutem numa profunda reorganização do trabalho. R. Ortiz (1994; 109) salienta que "do ponto de vista da sociologia do trabalho isso implica um conjunto de transformações: subcontratação, enfraquecimento dos sindicatos, integração do trabalho num modelo flexível, fim da linha de montagem tal como era difundida pelo fordismo, exploração do trabalhador em escala mundial etc".

Temos então uma sedimentação de problemas (relacionados especificamente com a grande indústria) que tornam estrutural a crise para a cidade de São Paulo. A partir da década de 1980 deseconomias de aglomeração, paralisação dos investimentos e, mais recentemente, a informatização da produção pressionam o desemprego industrial para cima, sem que o setor de serviços (entre atividades tradicionais e novas) consiga absorver a demanda por empregos.

É nesse contexto que as atividades ligadas ao setor de serviços ganham destaque, vindo participar da reorganização do território brasileiro, especialmente, paulista⁸⁵. O Brasil acompanha, de certo modo, as tendências mundiais desencadeadas nos países desenvolvidos⁸⁶, que apontam os serviços como o setor mais importante na estrutura ocupacional, geradores de mais da metade dos empregos.

⁸⁵ Em março de 1995 foi criada a Federação de Serviços do Estado de São Paulo (FESESP), demonstrando que os empresários do setor necessitam de instituições que os representem mais eficazmente junto ao Estado e ao mercado.

⁸⁶ A. Szajman (1992) indica-nos a importância quantitativa do intercâmbio mundial de serviços: em 1990 "os serviços alcançaram a cifra de 770 bilhões de dólares, representando 19% do comércio mundial. Para visualizar a evolução basta lembrar que em 1970 respondiam por apenas 6%, enquanto os bens eram responsáveis pela quase totalidade".

Tabela 14
Distribuição do pessoal ocupado segundo setores da economia
Alguns países selecionados (1993)

Países	Agricultura	Indústria	Serviços
Brasil	22,8	22,7	55,0
Alemanha	3,0	37,0	60,0
EUA	2,7	24,1	73,2
França	5,1	27,7	67,2
Inglaterra	2,2	26,2	71,6
Japão	5,9	34,3	59,8

Fonte: OCDE.

Entretanto, um olhar atento para além das estatísticas evidencia as particularidades e as contradições da nova geografia dos serviços no Brasil. No computo geral os serviços pessoais (os mais tradicionais) são os que mais crescem no país (cerca de 37% dos postos de trabalho adicionais entre 1985 e 1995) tendo por base salários inferiores aos da indústria e os direitos trabalhistas não respeitados. No Brasil, a terceirização é acentuada no setor de serviços auxiliares, tais como limpeza, conservação, vigilância, administração rotineira, transporte etc com uma enorme incidência de contratação sem carteira de trabalho (a tão propalada contratação flexível, pois temporária, vindo reduzir os custos com mão-de-obra das empresas). Trata-se de uma modernização dos serviços distante da que se realiza nos países do centro do sistema capitalista e que alimenta, por conseguinte, as condições estruturais de desigualdade na periferia.

É notório para a realidade brasileira, por outro lado, o crescimento das atividades ligadas à produção com base em conhecimentos técnicos e científicos sofisticados - os denominados *producer services*⁸⁷.

Mas é preciso salientar que na década de 1990 no Brasil a modernização dos serviços superiores se fez em grande parte através da entrada das firmas globais do setor⁸⁸. O mercado mundial de serviços

⁸⁷ Entre as principais atividades que compõem os serviços superiores estariam: finanças, contabilidade, publicidade, arquitetura, computação, engenharia, serviços científicos, advocacia, *marketing*, consultorias em negócios (W. J Coffey & R. G. Shearmur, 1997).

⁸⁸ São essas mesmas firmas que cuidam dos atuais processos de reorganização dos sistemas produtivos, aí incluído a revisão da estrutura normativa trabalhista que desencadeou, com o

produtivos é dominado por poucas empresas de grande porte, que chegam a formar verdadeiros conglomerados de serviços (como no caso das corporações da comunicação que envolvem agências de publicidade, *design*, relações públicas, *telemarketing*, *marketing*, pesquisa de mercado etc). Segundo Marshall (1989; 372) os serviços às empresas ganharam importância nos últimos anos por um conjunto entrelaçado de fatores, envolvendo: a) a internacionalização e a segmentação dos mercados; b) a legislação que envolve as corporações e os mercados exigindo serviços de contabilidade, auditoria, consultoria, jurídico; c) a sofisticação tecnológica da produção demandando mais pesquisa, treinamento, consultoria, publicidade; d) a crescente complexidade das organizações que cria demanda por serviços de administração e comunicação.

Grande parte do crescimento dos *producer services* no Brasil da década de 1990 ocorreu através dos investimentos estrangeiros diretos (IEDs) desencadeando forte internacionalização do setor no país.

Ora, os IEDs no Brasil, tradicionalmente dirigidos ao setor industrial, migraram para o setor de serviços durante a década de 1990, face às políticas de abertura do mercado (setor de informática, por exemplo), às privatizações (telecomunicações, energia) e à internacionalização das instituições financeiras. Em 1998, do total ingresso em IED no país (22.272 milhões de dólares), investiu-se 83% em serviços, 16,3% no setor industrial e apenas 0,7% na agricultura. Os principais países investidores foram EUA, Suíça, Japão, França e Reino Unido.

Tabela 15
Brasil - Evolução dos IEDs (em milhões de dólares)

Setor	Investimento estrangeiro direto ingressado			
	1995	1996	1997	1998
Agricultura	688,6	110,5	456,1	151,0
Indústria	23.402,4	1.740,0	2.036,4	3.625,0
Serviços	18.439,0	5.815,0	12.819,0	18.496,0
Serviços às empresas	11.454,9	2.015,9	5.350,8	#
TOTAL	42.530,0	7.665,0	15.311,0	22.272,0

Fonte: Censo de Capitais Estrangeiros do Brasil. Banco Central, 1998

Não temos o dado para o ano de 1998.

Entre 1995 e 1997 os segmentos dos serviços que mais receberam recursos no Brasil foram: eletricidade, gás, intermediação financeira e serviços prestados às empresas. Em 1995, cerca de 27% do total de investimentos estrangeiros diretos no país desdobrou-se dos serviços prestados às empresas, percentual este mantido nos anos seguintes, ainda que o montante ingresso em dólares tenha variado bastante. Considerando, por sua vez, a sede da empresa receptora dos investimentos estrangeiros, encontramos uma extrema concentração dos investimentos na região Sudeste: em 1995, cerca de 90% dos IEDs que ingressaram no Brasil se alocaram no Sudeste, 4,4% no Sul, 2% no Nordeste, 1,8% no Norte e 0,47% no Centro-Oeste (Censo de Capitais estrangeiros, Banco Central, 1998). Segundo a avaliação de P. Daniels (1991; 365) o mundo dos serviços, na verdade, fragmenta os territórios pois "a internacionalização da produção dos serviços tem sido um processo irregular com alguns países e algumas seletas cidades participando mais proeminentes que outras".

Mesmo não havendo um detalhamento maior da direção dos IEDs no Brasil, é possível inferir que desta parcela destinada ao Sudeste, grande parte tenha como destino a metrópole paulista, sobretudo quando referente aos serviços às empresas, na medida em que São Paulo é sede privilegiada também das corporações dos serviços. Uma pesquisa divulgada pela Câmara Americana de Comércio, em 1996, constatou que São Paulo saltou do 12º lugar para o 5º lugar no mundo entre as cidades que as grandes corporações estão escolhendo para investimentos. Segundo S. Sassen (1994) em cidades

do mundo subdesenvolvido como São Paulo, Cingapura, Cidade do México e Bangkok, essa atual tendência de investimentos, que se afirmou no final da década de 1980, está associada, principalmente, ao circuito da produção de serviços, instrumentos financeiros e especulação imobiliária, todos no âmbito do mercado mundial.

Conforme observamos na tabela abaixo, houve alterações significativas na estrutura ocupacional da RMSP entre 1985 e 1995: neste período ocorreu forte decréscimo do montante de pessoal ocupado na indústria (de 32,5 % para 24%) e, ao contrário, houve forte expansão do pessoal alocado no setor de serviços (de 40,8% para 48,2%).

Tabela 16
Distribuição dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo
segundo o setor de atividades (em % do total)

Ano	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Const. Civil	Doméstico
1985	32,5	14,3	40,8	0,8	3,1	8,3
1990	31,3	15,7	42,6	0,6	3,5	6,0
1994	25,2	16,7	47,1	0,4	3,0	7,4
1995	24,0	16,6	48,2	0,4	2,7	7,9

Fonte: Seade/Dieese

C. R. Azzoni (1986) evidenciou como as grandes indústrias com unidades no interior paulista são tributárias das firmas de consultoria, advocacia, pesquisa, *marketing* e publicidade do município de São Paulo. Conforme salientam W. Cano (1990) e M. F. I. Araújo (1993) na passagem da década de 1970 para a crise da década de 1980 a produção de serviços em São Paulo sofreu mudanças estruturais face à demanda criada com a expansão e diversificação industrial e à consolidação da cidade como centro nacional de gestão⁸⁹.

Concordamos, porém, com P. Daniels (1993) quando o autor reclama que as pesquisas sobre os *producer services* são, ainda, muito tímidas. Há, por conseguinte, uma ampla agenda sobre o tema que envolveria: a relação entre serviço e indústrias; as transferências globais e locais diante do crescimento

dos serviços; uma análise pormenorizada dos ramos dos serviços e suas respectivas relações com a agricultura e a indústria; os serviços e as tecnologias da informação; o papel dos recursos humanos nas grandes organizações, entre outros fatores.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa buscamos fazer valer uma antiga recomendação de M. Santos (1982c; 56-58) para se construir uma nova ótica de análise do setor terciário, este "herdeiro enriquecido de ambigüidade". O setor é com freqüência tomado como um dado homogêneo ao passo que abriga uma infinita gama de atividades heterogêneas tradicionais e novíssimas⁹⁰, que demandam um conhecimento dos contextos em que se inserem. Seria o caso de intentarmos "conhecer os processos subjacentes aos fatos" (M. Santos, 1982c).

Nossa proposta, para romper de algum modo com esse "círculo vicioso", consiste em tomar não os serviços, mas a informação, por considerá-la uma das variáveis-chave do período histórico atual.

Para tanto utilizamos a classificação baseada em M. Porat, que retirou dos setores clássicos da economia aquelas atividades ligadas à produção e distribuição de informações e as reagrupou no setor quaternário. Em 1976, ao avaliar as volumosas transformações da sociedade norte-americana face ao crescimento dessas novas atividades, esse autor propôs o termo "economia da informação" (A. Malin, 1994).

⁸⁹ Sobre o crescente papel do terciário e/ou dos serviços na metrópole paulista destacam-se também as análises de W. Cano e U. C. Semeghini (1991), C. S. Dedecca e P. Montagner (1992), A. Kon (1992), entre outros.

⁹⁰ F. Chesnais (1996; 187) também reclama a falta de um "quadro teórico global, que permitisse apreciar melhor o lugar ocupado hoje pelos serviços no movimento do capitalismo contemporâneo e de seu modo de acumulação como um todo. A corrente teórica dominante em economia, que se formou, desde fins do século XIX, por sucessivas contribuições, mas também exclusões (...) delimitou o campo dos serviços pelo mais pobre dos métodos: de forma residual. As atividades de serviços, quaisquer que sejam suas características ou o lugar que ocupam em relação à produção ou ao consumo doméstico, são agrupadas numa categoria "tampão". Todas elas são classificadas como pertencentes ao setor "terciário", cujas fronteiras são simplesmente definidas por exclusão. Toda atividade que não puder ser classificada, nem no setor manufatureiro, ou de construção civil, nem na agricultura ou na extração mineral, fica pertencendo ao terciário".

Quadro 3**Setor QUATERNÁRIO: algumas atividades e instituições representativas.****1. Produção e distribuição de informações**

1.1 Produção de conhecimento e invenções: pesquisa científica, serviços de consultoria, desenvolvimento de *softwares*, produção de literatura, pesquisa e coordenação de mercados, corretoras, agência de empregos, *marketing*, publicidade, associação de negócios e profissionais entre outros.

1.2 Distribuição e comunicação da informação: escolas, bibliotecas, rádios, televisão, jornais, BBS, serviços de bases de dados.

2. Infra-estrutura da informação

2.1 Tratamento e transmissão: serviços de processamento de dados, de telecomunicações etc.

2.2 Fabricação de bens informacionais: computadores, multiplexadores, discos, receptor de rádio, telefone, fax, bem como os tradicionais não eletrônicos, como material de desenho e escrita.

3. Suporte das atividades informacionais

3.1 Prédios e equipamentos para escolas, centros de pesquisa, escritórios, centrais de telecomunicação etc.

Fonte: A. Malin, 1994

Não compreenderíamos os espaços da globalização se não nos voltássemos à investigação da variável informação. A análise constitucional do novo espaço geográfico nos revela a presença de sistemas de objetos e de sistemas de ações informacionais representativos da racionalidade de um novo sistema técnico (e de uma nova política). As atividades quaternárias, em plena expansão, fazem hoje de São Paulo "sede das condições de regulação da atividade econômica em todo o território" (M. Santos, 1993). É isso que trataremos de desenvolver nos próximos capítulos.

SEGUNDA PARTE

**SÃO PAULO CONSOLIDA-SE COMO UM COMPLEXO ESPAÇO DA
GLOBALIZAÇÃO: AS AÇÕES E OS OBJETOS INFORMACIONAIS**

"L'homme moderne pense géographiquement en fonction du globe entier".

(Max Sorre, 1957).

"Si l'élément dominant, structurant, de la spatialité antérieure tend à disparaître quel autre élément lui sera substitué, maintenant la spatialité ancienne ou en imposant une nouvelle?".

(Paul Vieille, 1974;20).

"Os lugares, hoje, se diferenciam e hierarquizam exatamente porque são todos mundiais. Os tempos também (as temporalidades hierárquicas e as temporalidades subalternas). O chamado espaço mundial é dado pela relação assim tecida entre todos os lugares. E o chamado tempo mundial é dado pelas possibilidades mundiais concretamente existentes e pelas possibilidades mundiais efetivamente utilizadas pelos atores hegemônicos. Os demais tempos são subalternos. É essa a base empírica da construção teórica de um tempo e um espaço mundializados, sem a qual cada porção do acontecer não é inteligível".

(Milton Santos, 1994a; 47).

O ritmo das acelerações tem sido brutal para a metrópole de São Paulo. Não obstante sua recente industrialização, a cidade vive hoje um franco processo de renovação de sua *forma-conteúdo* ante a consolidação de uma divisão social e territorial do trabalho fundada na informação. São Paulo tornou-se, pois, um complexo espaço da globalização.

Por *espaços da globalização*⁹¹ entendemos aqueles mais representativos deste período histórico, na medida em que concentrariam os elementos que constituem as *forças operantes*, isto é, os elementos que regulam as ações político-econômicas de outros lugares sendo, portanto, produtores da aceleração contemporânea.

Tratam-se de sub-espaços hegemônicos, cujos exemplos mais acabados encontrar-se-iam em algumas metrópoles responsáveis pelo comando político da produção e das finanças globalizadas. Ora, para que São Paulo possa se tornar um centro deste sistema produtivo globalizado, isto é, um local de decisões sobre a produção, a circulação e o consumo, é necessário que haja um arranjo muito específico de seu território, que se dá a partir da constituição de um meio técnico-científico-informacional local.

Nas últimas duas décadas instala-se em São Paulo um moderno sistema de objetos informacionais que envolve edifícios automatizados, torres de telecomunicações, centrais de transmissão de dados, centros empresariais, infra-estrutura em redes de fibra ótica, painéis de propaganda e notícias eletrônicos, hotéis, *flats* e centros de convenção que oferecem infra-estrutura telemática, modernização do aeroporto internacional, construção de um moderno teleporto, entre outros. A este sistema de objetos corresponde um igualmente novo sistema de ações que, por sua vez, envolve trabalhos de consultores, publicitários, pesquisadores, diretores de empresas e bancos, tecnólogos da informação, analistas de sistemas, operadores de comunicação

⁹¹ "Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. O mundo se dá sobretudo como norma, ensejando a espacialização, em diversos pontos, dos seus vetores técnicos, informacionais, econômicos, sociais, políticos, culturais"(M. Santos, 1996a; 271).

e transmissão de dados, entre outros. Nesse sentido, M. Santos (1994a; 52) afirma que “a informação tanto está presente nas coisas, como é necessária à ação realizada sobre estas coisas”.

Daí os “edifícios inteligentes”⁹² despontarem, justamente, como um dos elementos principais deste atual estágio de metropolização de São Paulo como Centro Informacional. No novo meio geográfico tudo parece ser regulado para funcionar sistemicamente, em menor tempo e do modo mais racional possível. Por isso a importância dos objetos técnicos-informacionais, tanto no que concerne à materialidade (pois carregam um enorme volume de informação para serem produzidos) quanto no que concerne à funcionalidade, ou seja, no arranjar e distribuir informações; participam e põem em movimento o atual sub-sistema de ações das empresas hegemônicas.

Os objetos informacionais que povoam hoje o espaço geográfico têm cada vez mais sua existência atrelada a uma série de eventos representativos de uma ordem vertical (global), ainda que permaneçam subordinados a uma ordem geográfica horizontal que os insere num contexto de vizinhança com objetos diferentemente datados.

O *meio técnico-científico-informacional* em São Paulo, como parte da totalidade metropolitana, possui a primazia de “comando dos processos econômicos e políticos”. “À cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova cidade, moderna e seletiva” são lugares que “retratam a intencionalidade que preside à sua criação” e “cujos

⁹² Denominam-se inteligentes aqueles objetos que funcionam por meio de sistemas computadorizados. O uso do termo inteligente conferido aos objetos, aliás, designa bem o pragmatismo que norteia nossa vidas cotidianas neste período.

paradigmas são os edifícios inteligentes e áreas inteligentes” (M. Santos, 1994a; 76-77). Podemos dizer que este novo meio geográfico paulistano é, mesmo, o mais complexo do país e, por isso, é a partir de São Paulo que se criam as condições de reorganização do território nacional⁹³.

⁹³ Como afirmou M. Gottdiener (1993;202), “os reluzentes escritórios de arranha-céus (...) são apenas manifestações aparentes de uma influência global difusa que afeta tudo, da agricultura à produção industrial, à cultura de massa”.

Capítulo 3

Concentração da informação produtiva, dissolução da metrópole: Interpretações geográficas da aceleração contemporânea

"Ora, a Revolução Informacional não se limita à estocagem e à circulação de informações codificadas sistemicamente pelos programas de computador ou difundidas pelos diferentes mass media. Ela envolve sobretudo a criação, o acesso, a intervenção sobre informações estratégicas, de síntese, sejam elas de natureza econômica, política, científica ou ética; de qualquer forma, informações sobre informação, que regulam o sentido das informações operatórias, particulares, que cobrem a nossa vida cotidiana".

(J. Lojkine, 1995; 109).

"Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas".

(Milton Santos, 1993a; 91).

A *aceleração contemporânea* pode ser entendida como um "momento culminante da história", dada à velocidade com que os novos elementos são produzidos e instalados nos lugares. E, como tudo funciona em conjunto, trata-se de um "momento coerente da história" (M. Santos, 1994a; 31). A informação, na posição de variável-chave, fornece coesão material ao novo período e, por isso, reformula a divisão do trabalho e a cooperação. Mas, se o período da globalização "acelera os ritmos, impõe uma economia da velocidade" (P. Veltz, 1997; 12) é sobretudo porque as opções políticas seguem alinhando inúmeros Estados nacionais num projeto neoliberal fundado na competitividade e que tem como ideal "agir em tempo real"⁹⁴.

Importa, desse modo, problematizar que no período atual a totalidade-mundo vem se edificando a partir de lugares distintos; eis porque também

adquire o atributo da complexidade. E, como assevera E. Morin (1983;14) “o problema da complexidade tornou-se uma exigência social e política vital de nosso século”, sobretudo porque um “pensamento mutilante” conduz, necessariamente, a “ações mutilantes”. Para M. Santos (1988a, 1996a) o mundo é hoje uma totalidade empírica. A universalização e unicidade das técnicas aproximou o mundo dos lugares numa incessante luta pela criação de mais-valia.

Assim, se as novas técnicas tudo prometem descentralizar, o que constatamos na virada do século XX para o XXI é a aceleração da concentração econômica e geográfica que persiste como processo essencial à reprodução do capitalismo⁹⁵. A geografia contemporânea indica a existência de poucas centralidades no comando dos processos globais⁹⁶. Hoje, apenas seletas cidades são responsáveis, através das firmas de informação, pela redução dos atritos territoriais, dos riscos econômicos e, quiçá, do equilíbrio dos conflitos (o que, em si, é um paradoxo, pois conflitos são superados, nunca equilibrados⁹⁷. Daí resultar dessa nova ordem enormes desigualdades socioterritoriais).

Podemos dizer que tendencialmente todos os lugares, ainda que hierarquicamente, se globalizam. Para efeitos analíticos diremos que há, de um lado, *lugares globais simples* e, de outro, *lugares globais complexos*; ambos

⁹⁴ Conforme assevera C. Raffestin (1993; 201) “o ideal do poder é agir em tempo real”. Para o autor a nova geografia política deve, pois, levar em consideração que a fonte do poder contemporâneo reside na transferência de informação.

⁹⁵ A aceleração contemporânea é “fundada na ciência, na tecnologia e na informação. Essa aceleração entroniza o reinado do movimento, autorizando, nas condições atuais, esse casamento entre fluidez e competitividade, que permite a instalação sobre a face da terra, das grandes organizações econômicas e das instituições supranacionais que desempenham um papel motor na vida social” (M. Santos, 1993c; 3).

⁹⁶ Cidades globais, centros bancários *offshore* e zonas de processamento de exportação são lugares estratégicos que, “entre todos os demais simbolizam as novas formas da globalização econômica” (S. Sassen 1998; 34).

⁹⁷ Basta termos em conta, por exemplo, que “boa parte do caráter altamente especulativo da década de 1980 foi engendrado por peritos das finanças, no direito, na contabilidade e por peritos nos grandes centros do comércio internacional” (S. Sassen, 1998; 98). Atualmente as agências que mensuram o denominado “risco país” (as agências de *rating*) causam verdadeira instabilidade política e econômica nos países que são objeto de classificação. A Argentina é um caso recente a evidenciar a vulnerabilidade dos países face a ação especulativa dessas novas firmas de informações: o aumento nos níveis de “risco” impede, entre outros aspectos, o controle da economia do país pelas instituições competentes.

realizam, segundo as oportunidades existentes, a nova divisão do trabalho, isto é, os novos modos do fazer. Nos lugares globais simples temos a realização das especializações produtivas, ao passo que nos lugares globais complexos encontramos uma gama extensa e variada de novos trabalhos atrelados à produção das informações, das ordens, dos fluxos de capitais, dos objetos técnicos mais modernos, entre outros (M. Santos, 1994b).

Tais lugares complexos conformam, pois, um sistema urbano globalizado (S. Sassen, 1994) ou, como prefere P. Veltz (1994), as "metrópoles-rede", verdadeiras máquinas de aceleração dos fluxos. Ora, esta nova rede de cidades envolve, sobretudo a partir da década de 1980, também um grupo de metrópoles do Terceiro Mundo; cidades como São Paulo, México DF, Hong Kong, Cingapura, Bangcok, Bombaim, Johannesburgo, entre outras, pertencem a esta nova família de cidades responsáveis pela produção das acelerações ligadas à globalização⁹⁸, particularmente porque se tornaram centros da produção de informações financeiras (nos mercados de capitais) e de informações empresariais (firmas de consultoria, publicidade etc).

Diremos que São Paulo é a fração do território brasileiro que, novamente, acolhe as inovações mais dinâmicas do presente e cujo cerne do movimento reside na produção de informações. Assumindo certas feições de metrópole global ou informacional, a metrópole paulista comanda o novo tempo da modernidade que chega ao país. Tratar-se-ia de uma modernidade destinada a funcionalizar, em áreas do território nacional, o sub-sistema de poder das redes globais. Segundo M. Santos (1993c; 10) "a descentralização produtiva e a centralização informacional produzem, juntas, o fenômeno da *dissolução da metrópole*, graças à difusão hierárquica da informação sobre todo o território, por intermédio da rede urbana". Neste novo contexto a metrópole "devora o espaço e tempo social das outras regiões, impondo seus

⁹⁸ Segundo S. Sassen (1994), nos anos 1980 o sistema urbano global se compõe, entre outras, com as seguintes cidades: Nova Iorque, Tóquio, Paris, Frankfurt, Toronto, Amsterdan, Zurich, Los Angeles, Hong Kong, Cingapura, São Paulo, Sydney, México DF, Bangcok. Vários pesquisadores revelam as transformações que hoje sofrem algumas grandes cidades do Terceiro Mundo, na medida em que passam a funcionalizar as forças operantes - técnicas e políticas - do atual momento histórico. Entre outros, ver: J. Friedmann (1982), H. Cordeiro (1993), J. O. Blanco (1996), K. Olds (1995), A. G. Aguilar (1994), J. Delgado (1994), A. Shachar (1983).

códigos" (C. Raffestin, 1993; 195)⁹⁹. Eis, por conseguinte, um evento novo da geografia brasileira, que pode ser entrevisto na terceira fase de internacionalização da metrópole paulista, produto de internalização, na formação socioespacial brasileira, da nova temporalidade da globalização.

São Paulo agora comanda o território por produzir, coordenar e distribuir informações produtivas, não encontradas, com a mesma densidade, em outros lugares da rede urbana nacional, mas somente na rede de cidades globais que unifica a produção e a distribuição de informações especializadas. Como afirmaram J. Weeler e R. L. Mitchelson (1989; 540) a gênese da informação é fortemente hierárquica e um rico campo de informações financeiras, jurídicas, entre outras, fica concentrado em poucos lugares.

É a concentração do setor quaternário que faz de São Paulo, hoje, um centro participe na rede global de cidades e renova e mantém, de um lado, sua primazia entre as cidades brasileiras e, de outro, sua onipresença no território nacional.

3.1 A informação como elemento significativo do atual período

A informação, segundo P. Nora (1976;186), ao perder seu caráter de operar simples "cadeias de transmissão", transformou-se num "saber organizado, vindo reestruturar o quadro preestabelecido no qual se insere", adquirindo, no dizer de M. E. Gonçalves (1994; 13), a qualidade funcional de *elemento estruturante*, pois "não se trata de informar e comunicar", mas do exercício de uma "atividade econômico-social e no quadro das relações de mercado".

⁹⁹ Para C. Raffestin (1993; 195) a metrópole "faz uma mais-valia constante sobre o plano espacial, pois suas decisões e suas normas restringem o campo das intenções e das ações das outras regiões. Mas também faz uma mais-valia temporal, no sentido de que seus modelos são progressivamente mais seguidos que os de outras regiões. O tempo estritamente regional também se restringe, em proveito do tempo da capital".

Ora, se a informação, como elemento significativo do atual período, redefine a relação espaço e sociedade, é importante indagar acerca dos fatores constitutivos dessa relação, ou seja, indagar quais "são os atores, as políticas dos atores - ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades - a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação" (C. Raffestin, 1993; 38).

Os sistemas produtivos contemporâneos, particularmente aqueles dominados por corporações globais hegemônicas, dependem de conhecimentos estratégicos para que possam recriar permanentemente um cenário mundial de competitividade. A informação, nesse contexto, se define como um recurso estratégico¹⁰⁰, utilizado seletiva e hierarquicamente. Energia da aceleração contemporânea¹⁰¹, dessa busca por fluidez, a informação torna-se o próprio motor da nova divisão social e territorial do trabalho (M. Santos, 1996a). O conteúdo e a trama dos fluxos de informação são, pois, reveladores dos modos como a "inteligência da globalização" circula nos territórios nacionais, levando uma ordem vertical, organizacional aos lugares. Como pondera M. Santos (1996a; 205) "a informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora o seu entorno, pondo-se ao serviço de quem tem os bastões de comando".

As empresas produtoras de informação que impulsionam mudanças substanciais na divisão do trabalho contemporânea, transformam as metrópoles em que se concentram verdadeiros "complexos corporativos" (J. N. Marshall, 1994; P. Wood, 1996; W. R. Goe, 1996). No circuito produtor de informações de São Paulo encontramos um bom exemplo da profusão de

¹⁰⁰ Conforme pondera M. E. Gonçalves (1994;7) "o fator imaterial - dados, informação, conhecimentos científicos e técnicos - adquire crescente utilidade e conseqüentemente valor econômico".

¹⁰¹ Para C. Raffestin (1993; 54-57) "o espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação", sendo as relações mediadas pelo trabalho (essa energia informada). A apropriação do trabalho significou "destituí-lo ou, mais exatamente, submetê-lo a uma dicotomia e separar a energia da informação: apropriar-se de uma ou de outra (...). As organizações, ao separarem a energia da informação, no nível do trabalho, realizaram a

empresas especializadas, de produtos e de atividades que retratam o período atual e os novos conteúdos da metropolização brasileira¹⁰².

Mas, de que informação falamos? Quais as formas e os conteúdos assumidos hoje por esta variável? Não será necessário encontrar um enfoque para melhor classificar a variável informação e, desse modo, tentar uma análise do impacto da nova variável nos sistemas urbanos e na reorganização das regiões? Concordamos, pois, com R. Castillo (1999; 37) quando ele assinala que é "preciso qualificar a informação e estabelecer uma tipologia baseada nos diferentes tipos de ação". Segundo C. Raffestin (1993; 45) "uma informação tanto poderá ser um preço, como um discurso político, um conhecimento científico ou um sistema tecnológico". Porém, o autor distingue quatro leis gerais da informação: a) não é limitada; b) não é aditiva; c) organiza a eficácia; d) se degrada com o tempo.

O rompimento das múltiplas ordens locais com a mundialização do capitalismo, forjou um planeta em reconstrução permanente. Plásticas, as redes globais seguem sua trama em busca de lucro e às custas de uma quantidade infinita de informações. Os territórios onde se instalam são objetos de exímia avaliação sendo, em seguida, convidados a uma informatização na forma de novos objetos e novas ações.

Conforme M. Serres (1988; 173), para se obter hoje "uma medida precisa, acabar, mais geralmente, com a moeda do conhecimento aproximado, custaria uma quantidade infinita de informações". Podemos então constatar que esses são fatores que levaram a informação a ser "coisa de especialista e sua complexidade exigir a competência de analistas preocupados em prever a

primeira fissura social (...). Os homens perderam sua capacidade original de transformação, que passou para as organizações".

¹⁰² Entre as empresas destacam-se as agências de notícias (e, entre elas as agências de informações especializadas em negócios, finanças etc), as agências de publicidade e comunicação, as empresas de *marketing* e pesquisa de mercado, as inúmeras especialidades da consultoria, as firmas que terceirizam transmissão de dados, as firmas de *software*, as empresas do mercados de capitais (corretoras, bolsas de valores), os grandes bancos, os provedores de *internet*, várias associações profissionais, universidades e centros de pesquisa, as empresas da mídia (jornais, televisões), entre outros. Como assinalou T. H. Davenport (1998; 264) há um mercado global de informações que é vasto e cresce aceleradamente desde a década de 1980; milhares de bancos de dados compõem a cada dia novas redes, "sem contar as inúmeras organizações que produzem e vendem informações em formatos não-automatizados e as milhões de fontes de informação na *web*".

conjuntura" (A. Mattelart, 1994; 23).

De um lado, há a informação como suporte material, como meio, e de outro lado, como mercadoria, como forma de ação, nos autorizando a qualificar como híbrido esse sistema técnico que refaz a geografia planetária. Os bancos de dados¹⁰³, por excelência, uma forma híbrida da informação, estão obrigados a uma atualização contínua e aparecem "como um dado constitutivo do tempo, na medida em que sua utilização permite uma nova aceleração" (M. L. Silveira, 1996; 159).

Entre um intervalo de tempo que compreende desde a fração de um minuto até o período de um mês, a atualização desses bancos de dados, juntamente com a raridade da informação fornecida, designam o valor mercadológico deste produto. L. Grossmann (1994) apresenta, por sua vez, uma listagem das bases de dados¹⁰⁴ mais utilizadas pelas empresas nos processos de planejamento estratégico (anexo de quadros - quadros 1 e 2). Informações sobre empresas (concorrentes), política econômica dos países, mercados de capitais, inovações tecnológicas são, entre outras, rapidamente levantadas, permitindo aos planejadores das corporações avaliarem tendências do *environment* com o propósito de implementarem mudanças globais. É possível também um monitoramento permanente do ambiente empresarial na escala planetária, sendo estas redes de dados, portanto, mais uma das formas de efetivação da unicidade técnica e da convergência dos momentos.

Entre as bases de dados tecnológicas (versando sobre agricultura e

¹⁰³ No Brasil a formação de "megadatabases" é recente e se aperfeiçoa nos anos 1990. É o caso da associação entre a empresa de informações DataListas (do Grupo Abril) e a empresa Inovacard (que administra os cartões de crédito da rede C&A, principal cadeia de lojas de moda feminina no Brasil) para dar origem a um significativo banco de dados para *marketing* direto. O produto informacional resultante provém da junção de dados sobre 15 milhões de assinantes do Grupo Abril e de 7 milhões de clientes da C&A. O *marketing* direto se diferencia da propaganda de "massa" e busca hoje encontrar e trabalhar com os segmentos do mercado de consumo. Por isso, a Datalistas dispõe de um *software* sofisticado para cruzar dados e medir a predisposição de um consumidor para adquirir produtos (Gazeta Mercantil, 21/09/1998).

¹⁰⁴ Em 1994 havia cerca de 5.400 bases de dados publicamente disponíveis no mundo; são conjuntos de informações agrupados eletronicamente." As bases de dados constituem o conceito de biblioteca eletrônica e, por estarem armazenadas em computadores, fazem com que suas informações possam ser pesquisadas em velocidades impressionantes, permitindo levantar dados no contexto internacional de forma altamente precisa, e obter em poucos

nutrição, biotecnologia, computação, física, química, meio ambiente, energia, engenharia, etc), as informações sobre patentes contidas nas bases *INPADOC* (contém 19 milhões de registros) e *Word Patents Index* (contém 5,2 milhões de registros) são muito custosas e de atualização semanal. Conforme assinalou L. Grossmann (1994; 97) as "patentes constituem a mais nova fonte de informação tecnológica da atualidade. Cerca de 70% a 80% das informações contidas na forma de patentes jamais serão publicadas ou divulgadas em qualquer outro formato". Já as bases de dados sobre negócios, muito numerosas, permitem acesso a informações econômicas tais como consumo, produtos, finanças, mercados. A base de dados da *Dun&Bradstreet* sobre empresas no mundo (contabiliza mais de 11 milhões de empresas) aparece como uma das mais utilizadas. No Brasil, a Faculdade Getúlio Vargas e a FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estão entre as instituições que elaboram e comercializam bases de dados sobre a economia nacional.

A atual junção de setores produtivos e setores dos serviços avançou na década de 1990 quando algumas corporações passaram a produzir e comercializar informações na forma de banco de dados e de consultoria e assessoria¹⁰⁵. Para J. Lojkin (1995; 108) a essência da revolução informacional remete à "interconexão entre a produção e a esfera dos serviços".

Outra novidade deste período da aceleração são as empresas especializadas em armazenar e gerenciar dados/informações de terceiros. As corporações que terceirizam as atividades de processamento de dados eliminam gastos com funcionários e equipamentos tecnológicos em constante evolução. Entre as maiores empresas deste ramo estão a *EDS* (EUA) e a

minutos respostas que dificilmente poderiam ser conseguidas de forma convencional - a pesquisa bibliográfica tradicional" (L. Grossmann, 1994; 95-96).

¹⁰⁵ A *American Airlines* e a *United Airlines* comercializam informações sobre fluxos aéreos com agentes de viagens em todo o planeta. A *Monsanto* é outro exemplo, pois esta empresa comercializa informações técnicas/agrícolas com produtores rurais. Segundo relata T. H. Davenport (2000; 246) "durante anos os negócios de produtos químicos para a agricultura da *Monsanto* acumularam uma expressiva base de informação sobre a combinação de sementes, solos, clima, fertilizantes e pesticidas. A empresa passou a compilar essas informações em um banco de dados que é distribuído aos produtores através de um canal de TV a cabo".

Hoskyns Group (Inglaterra). A *EMC Corporation*, que armazena e administra dados de grandes empresas, abriu subsidiária na cidade de São Paulo em 1997. Outro novo segmento deste mercado de informações é o das empresas de transmissão de dados. A *Equant* (Holanda), proprietária de uma das maiores redes privadas de transmissão de dados do mundo, envolve cerca de 2.000 cidades em 220 países e gerencia 120.000 conexões de usuários corporativos. No Brasil esta empresa cuida da área de informática do grupo Varig (Gazeta Mercantil, 05/08/1998).

É preciso destacar que entre as novas formas e conteúdos que a informação ganha a cada dia, estão aqueles decorrentes das técnicas orbitais. Entre elas, o sensoriamento remoto orbital e a coleta de dados a distância da superfície da terra revolucionam a produção de informações de interesse geográfico¹⁰⁶. Este sistema técnico autoriza uma "cognoscibilidade do planeta e inteligibilidade de cada uma de suas partes, desde que outros dados, externos aos sistemas, sejam considerados e incorporados (...) A cognoscibilidade corresponde à fase da aquisição, enquanto a sua inteligibilidade corresponde às fases da análise e interpretação" (R. Castillo, 1999; 75). A aceleração contemporânea é, pois, testemunhada face "ao volume e a precisão dos dados, à numerização da informação, à rapidez de sua aquisição, à repetitividade da informação e à extensão (toda a superfície do planeta) de sua aplicação" (R. Castillo, 1999; 91).

Torna-se ainda mais híbrida, hoje, a natureza do espaço geográfico pois os "objetos já não trabalham sem o comando da informação, mas, além disso, passam a ser, sobretudo, informação. Uma informação especializada, específica e duplamente exigida: informação para os objetos, informação nos objetos. Isto redefine inteiramente o sistema espacial, na medida em uma

¹⁰⁶ "Do ponto de vista político, as fronteiras nacionais e de propriedade privada do solo não constituem obstáculos ao imageamento, oferecendo assim meios eficazes de controle e vigilância. Do ponto de vista informacional, a gigantesca quantidade de dados captados impõe a forma numérica e o tratamento por computador, obrigando ao desenvolvimento matemático de modelos de análise, fomentando a produção de algoritmos cada vez mais performantes; este império dos números conduz a uma nova forma de ver e de agir sobre o território" (R. Castillo; 1999; 9). O autor analisa como essas formas informacionais atingem o território brasileiro: destaca-se o uso das técnicas orbitais no monitoramento agrícola e ambiental e no desenvolvimento da agricultura de precisão (a informatização da agricultura) no Norte do Paraná e outras regiões do país.

informação concebida cientificamente para mover objetos criados deliberadamente com intenção mercantil, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial, possibilita a criação de uma enorme quantidade de fluxos, extremamente diversos uns dos outros, tomando o espaço mais complexo" (M. Santos, 1994a; 101-102). Como enfatiza J. Lojkine (1995; 115) "não se pode separar a transformação da natureza material do grande desenvolvimento das funções informacionais".

A "revolução informacional", nas palavras de J. Lojkine (1995; 109), "coloca no proscênio de todas as atividades humanas o problema do controle social de massas enormes de informação liberadas pela conjunção da informática e das telecomunicações. Não se trata apenas - e isso é importantíssimo - de uma revolução informática, mas de uma revolução da informação". O direito da informação¹⁰⁷, nesse contexto, aparece como uma consequência e um condicionante do novo período. M. E. Gonçalves (1994;10) salienta a necessidade da definição de um estatuto global da informação como bem econômico e como bem jurídico, que seria um conjunto normativo a partir do entendimento da informação como recurso estratégico: "a ordem jurídica da informação pode ser vista, nesta perspectiva, como uma condição do desenvolvimento do mercado de informação".

Conforme M. L. Silveira (1996; 157) é possível distinguir a existência, de um lado, de informações destinadas à produção e, de outro lado, de informações banais: "quanto à primeira, ela é manipulada pelas firmas e, com frequência normativa, ao passo que a segunda é menos restrita e se difunde no território". Ora, seguindo essa classificação esboçamos um quadro com algumas formas e alguns conteúdos aproximativos das informações que circulam hoje no país e no mundo; de acordo com C. Raffestin (1993; 38), "é preciso agir por meio de aproximações sucessivas".

¹⁰⁷ "Da necessidade de regular a informação, isto é, de definir direitos e deveres sobre este novo recurso, de delimitar o seu exercício, de precisar as condições em que os instrumentos técnicos podem ou devem ser utilizados, de defender a sociedade e o indivíduo contra eventuais maus usos da informação, nasceu um novo campo do direito que designamos "direito da informação" (M. E. Gonçalves, 1994; 5).

Quadro 4
As informações: uma primeira tipologia

	INFORMAÇÕES BANAIS	INFORMAÇÕES PRODUTIVAS
Difusão	Ampla	Seletiva, restrita
Consumidores	População em geral	Grandes empresas
Formas da informação	Jornalística (factual) Política, religiosa, literária	Científica, econômica/corporativa, política, territorial
Empresas e instituições produtoras	Jornais, redes de televisão, rádios, revistas	Consultoras, agências de publicidade, centros de pesquisa, instituições financeiras, agências de notícias especializadas, governos
Suporte técnico-científico	Metodologias científicas do jornalismo, da publicidade e do <i>marketing</i> .	Metodologias científicas dos negócios (<i>business</i> , gestão) e das finanças
Meios de difusão	Mídias convencionais, <i>internet</i> , bibliotecas	Contatos pessoais (<i>face-to-face</i>) Redes corporativas (<i>intranet</i>), Revistas e jornais especializados
Contextos temporais	Tempo cotidiano/de lento a acelerado	"Tempo real"/acelerado tempo hegemônico
Dependência tecnológica	Alta e Baixa	Alta
Lugares produtores principais	Cidades médias, metrópoles nacionais, metrópole global	Metrópole Global
Orientação política e geográfica tendencial	Ordem local e global	Ordem global
Escala de ação	Territórios nacionais das horizontalidades	Territórios reticulados da globalização
Níveis tendenciais de solidariedade	Orgânica e organizacional	Organizacional

Fonte: organização própria.

Na esfera da produção de informações banais prevalece, como assinalou P. Nora (1976; 187), um estado de superinformação perpétua e subinformação crônica, que caracteriza as sociedades contemporâneas. As agências de notícias, atores dessa banalização dos acontecimentos, acompanharam ao longo do século XX o processo de unificação de planeta e, conseqüentemente, a expansão mundial do capitalismo. Empresas lucrativas, essas agências passaram a controlar a distribuição de notícias que relatam os eventos e as tendências econômico-políticas em curso em todos os continentes. Para M. Augé (1994; 31) "a aceleração da história corresponde de fato a uma multiplicação de acontecimento".

Face à exuberância das tecnologias e a prioridade conferida à rentabilidade financeira, tanto o trabalho tipográfico quanto o trabalho redacional clássico minguam, fruto do que J. Lojkine (1995; 250) denomina

"industrialização da informação". O jornalista, hoje, deve ser um tecnólogo que é obrigado a preparar não a notícia, mas o meio. Imensos investimentos são destinados aos sistemas informacionais que integram imprensa, mídias, rádio e televisão, bancos de dados etc, criando "uma espécie de *continuum* de informações".

Eis aspectos dessa "violência da informação" (M. Santos, 2000a) que restringem a compreensão da globalização tal como se apresenta e cria, ao mesmo tempo, consumidores especiais, selecionados segundo o lugar e o poder econômico, pois assim funcionam as redes neste período. Houve uma inversão quando as informações, na condição de híbridos de ficção e realidade, passaram a gerar os acontecimentos.

Na cidade de São Paulo localizam-se as sedes de grande parte das empresas jornalísticas (8 grandes jornais diários de abrangência nacional) e das empresas de rádio e televisão do Brasil (L. Antongiovanni, 1999). Destacam-se também dois importantes centros de informações, braços dos jornais Estado de São Paulo e Gazeta Mercantil: a agência Estado e o Centro de Informações da Gazeta Mercantil. Ambos os centros buscam especializar-se para fornecer informações mais precisas, segmentadas, às grandes empresas. A agência Estado¹⁰⁸ opera, para além da produção geral de notícias a respeito do país, em setores como finanças (sistema *broadcast*), agronegócios (sistema *agrocast*) e gestão de negócios (*infocast*).

O jornal Gazeta Mercantil é um dos únicos no país especializado em negócios e de circulação nacional. Com sede em São Paulo o jornal, depois da adoção de um sistema de integração eletrônica, é produzido em São Paulo e impresso diária e simultaneamente nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte e Belém. Este é outro exemplo da aceleração contemporânea e da dissolução da metrópole paulista a favor dos capitais hegemônicos aí presentes e representados por este jornal. O Centro de Informações da Gazeta Mercantil, por sua vez, se hierarquiza como principal produtor de informações sobre o circuito superior da economia e

sobre território brasileiro¹⁰⁹: mercados, empresas, homens de negócios, produtos são contabilizados nos inventários da empresa que, em forma de banco de dados ou forma impressa, os disponibiliza para os investidores.

Assim, uma tipologia mais apurada para a variável informação nos leva a refletir sobre o leque de atividades informacionais voltadas mais diretamente à orientação e à formulação dos negócios corporativos. Nos propósitos deste trabalho poder-se-ia dizer que existem, hoje, quatro grandes tipos de informações estratégicas/produzidas: a informação sobre negócios (produzida por firmas de consultoria, *marketing*), a informação (metamorfoseada em dinheiro) presente nas finanças e seus instrumentos modernos, a informação enquanto imagem (produzida em agências de publicidade), e a informação tecnológica (produzida em centros de pesquisa/universidades).

São informações fundadas em práticas científicas (extremamente racionais, pragmáticas) e que orientam, através da produção de conhecimento, as ações empresariais¹¹⁰. São, por isso, verdadeiras mercadorias organizacionais, fundamentais à criação das vantagens competitivas contemporâneas. Muito custosas, são praticamente as grandes empresas que conseguem obter as informações importantes, isto é, aquelas informações que previnem riscos, antecipam lucros, sugerem comportamentos, inovam a produção.

¹⁰⁸ A agência Estado e a empresa Econométrica (especializada em informações financeiras da América Latina) desenvolveram uma metodologia para estabelecer um *ranking* das empresas que atuam no mercado de capitais.

¹⁰⁹ O Panorama Setorial, subdivisão da Gazeta Mercantil Informações Eletrônicas, fornece dois produtos: 1) As análises setoriais que são estudos detalhados e segmentados da economia brasileira, tais como *shopping centers*, comércio exterior, computadores pessoais, ensino superior, provedores de acesso à *internet*, alimentos (varejo e indústria), vários ramos da indústria de transformação, transporte, hotelaria, aeroportos, fluxos aéreos, portos, rodovias entre outros; 2) O jornalismo setorial que atualiza os segmentos de informações supracitados diária e semanalmente via correio eletrônico (através de assinatura anual).

¹¹⁰ É preciso distinguir conhecimento de informação. Nos valem, neste momento, da distinção apresentada por M. E. Gonçalves (1994; 15) que pondera que "o conceito de informação pressupõe um estado de consciência sobre fatos ou dados, o que quer dizer que pressupõe um esforço (de caráter intelectual) que permita passar da informação imanente (dos fatos ou dados brutos) à sua percepção e entendimento. Isso implica, normalmente, um trabalho de recolha, de tratamento ou de organização. O conceito de saber transcende esse plano: consiste na capacidade de explorar para além dos fatos e retirar deles conclusões originais".

As firmas de consultoria, por exemplo, são hoje atores centrais na trama global de produção e distribuição das informações produtivas. No Brasil é somente com o advento da industrialização nacional que haverá uma demanda efetiva por mercadorias organizacionais, isto é, uma demanda por aportes à racionalização dos negócios. E, hoje, o novo contexto político, que parece buscar no "modelo da globalização" novas formas de regulação da economia e do território, requalifica os conteúdos do sistema produtivo nacional, dinamizando ainda mais os circuitos produtivos de informações. Recentemente, gabinetes de auditoria, escritórios de contabilidade e de advocacia, serviços de informática, agências de informação, sociedades de comunicação, bancos, institutos de planejamento econômico, entre outros, aproximam-se da área da consultoria, evidenciando significativa expansão do setor. Segundo J-P Détrie (1989:8) é significativo o crescimento de empresas especializadas, vindo conformar aquilo que denomina como "o domínio da intervenção técnica precisa". Retomaremos a análise das consultorias na terceira parte deste trabalho.

Os sistemas de ações promovidos através dessas modalidades da informação produtiva deixam entrever que a dissolução da metrópole cria solidariedades organizacionais no território nacional. M. Santos (1996a; 147) assim pondera sobre essa questão: "controle centralizado e organização hierárquica conduzem à instalação de estruturas inegalitárias, já que a informação essencial é exclusiva e apenas transita em circuitos restritos".

É através da divisão do trabalho informacional que podemos, pois, visualizar a aceleração contemporânea e as novas contradições que surgem entre a produção de uma informação universal e uma informação particularista¹¹¹.

¹¹¹ "Esse processo tem uma consequência maior: a informação como serviço público, a informação universal. Filha das Luzes do século XVIII, vê-se confrontada com um outro tipo de informação, produto mercantil "adaptado" a clientes específicos. Esta informação "particular", orientada pela "segmentação" de públicos a atingir, peculiariza-se por sua "serialização" e por seu caráter "esquadrado" (informação seccionada para públicos especializados, para cada público informação organizada em série), e se opõe a uma informação universal, igualitária, que não escamoteia os conflitos e os desafios societários em debate" (J. Lojkin, 1995; 250).

3.2 A publicidade e a dissolução dos "valores mercadológicos"

São Paulo domina a produção publicitária brasileira e se configura, também por este fator, num centro de inteligência para as corporações globais¹¹². Entre as 30 maiores empresas de publicidade no Brasil¹¹³, no ano de 1999, 27 têm suas sedes na capital paulista, denotando extrema concentração numa única localidade em detrimento de importantes centros econômicos e culturais como Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre etc. Resultado de um rearranjo na divisão territorial brasileira¹¹⁴, São Paulo assumiu posição privilegiada nas redes que reorganizam o consumo no mundo a partir da década de 1980. Trata-se, como assevera H. Isnard (1982; 183), "de criar no planeta um homem-consumidor".

A presença dessas empresas em São Paulo é um forte indicador do impacto do processo de globalização nesta cidade e no território brasileiro. A metrópole se transforma num meio técnico, científico e informacional para o funcionamento em rede e em tempo real da produção publicitária¹¹⁵. O circuito produtor da publicidade dinamiza a economia da cidade, mobilizando um novo e segmentado mercado onde se atrelam inúmeras novas firmas, como aquelas

¹¹² Inúmeras campanhas elaboradas no Brasil por unidades das agências transnacionais da publicidade, ao longo da década de 1990, foram adotadas mundialmente. A *J. W. Thompson* elaborou a publicidade mundial do *J&B* para televisão, a *Almap/BBDO* elaborou a campanha mundial para a *Pepsi*. Do mesmo modo São Paulo é um centro de referência publicitária na América Latina, produzindo e distribuindo anúncios para toda a região (L. Antongiovanni, 1999; 64).

¹¹³ Entre as dez primeiras destacam-se firmas globais e nacionais como *McCann Erickson* originada da corporação *Standad Oil*, *J. Walter Thompson*, *DM9/DDB*, *DPZ*, *Salles/DMD&B*, *Fischer*, *Justus*, *Young & Rubican*, *Almap BBDO*, *Standad Ogilvy*, *Mather*, *Propeg* (Balanço Anual da Gazeta Mercantil, 1999). Estas agências gerenciam contas milionários das corporações no país. Para ter uma idéia, em 1998 a *Embratel* destinou 15 milhões de dólares para investimentos publicitários através da agência *W/Brasil* e *Carillo Pastore Euro RSCG*. Por sua vez, a *Ford*, cliente da *Young & Rubican*, investiu apenas num mês 5 milhões de dólares para lançamento do modelo *Ka*. Estes são exemplos de campanhas que potencialmente podem chegar, sobretudo através das redes de televisão, a todas as localidades do país.

¹¹⁴ Até a década de 1970 o Rio de Janeiro era o principal pólo publicitário nacional.

¹¹⁵ Em 1995 foi instalada em São Paulo, na Avenida Paulista, a antena da gráfica *Burti* (avaliada em US\$ 4 milhões), que permitiu a formação de uma das principais redes de informações corporativas do país. A rede *Transburti* interliga, via teleconferência, grandes agências de publicidade, tais como *DPZ*, *DM9*, *W Brasil*, *Léo Burnett*, *Fischer & Justus*, entre outras (Gazeta Mercantil, 13.3.1996).

especializadas em *marketing* direto¹¹⁶, pesquisa de mercado, produção de imagens¹¹⁷ etc.

Entre as agências de publicidade também há aprofundamento da divisão do trabalho conforme se racionaliza uma nova segmentação para o mercado consumidor: a faixa etária, a "classe de renda", o sexo dos consumidores são motivações para abertura de firmas voltadas à produção de informações específicas, ainda mais segmentadas e que resultaram em campanhas com níveis elevados de intencionalidade em racionalizar as necessidades e os desejos de compra¹¹⁸. Daí A. Mattelart (1994; 255) enfatizar que hoje "um número crescente de disciplinas e pessoas se empenham em perscrutar, com fins estratégicos, as mínimas reações dos consumidores". O autor denomina este processo como "taylorização" crescente do campo de consumo.

Este é um período em que se unifica a produção e a transmissão das mensagens, do produto publicitário, sem que o universo de valores mobilizados pelas agências de publicidade tenha deixado a grande cidade cosmopolita e sua temporalidade como principal referência. Assim, a metrópole desempenha um importante papel normativo pois "domina os sistemas sêmicos e, por intermédio deles, age sobre o meio que dela depende. A língua, a cultura, a informação muitas vezes são determinadas pelos paradigmas que impõe a capital" (C. Raffestin, 1993; 194).

¹¹⁶ O setor de *marketing* direto trabalha a partir de bancos de dados sobre o perfil de consumo e lazer da população para estimular a compra de produtos; trabalham com listas de *mailing*. Empresas globais do setor instalam unidades no Brasil nos anos 1990 buscando um mercado que consideram competitivo. A *Rapp Collins* possui 41 escritórios em 22 países e passou a integrar a cidade de São Paulo em sua rede; incluída nos circuitos superiores da economia, ela trabalha em parceria com a agência *DPZ* para atender a operadora da bandeira *Credicard* no país. Esta empresa desenvolveu um sistema unificado para avaliar consumidores de *shoppings centers*: através do uso de cartão de crédito exclusivo levanta-se um universo estatístico de análise.

¹¹⁷ Atualmente as agências publicitárias buscam se especializar nas fases de criação e terceirizam a produção das imagens de suas campanhas na medida em que são altos os custos com investimentos em tecnologias. A empresa paulistana Casa do Vaticano participa deste novo circuito da produção publicitária produzindo os filmes de campanhas e comercializando um banco de imagens e dados do setor. O banco de imagens (cerca de 50.000 referências) é acessível apenas via *intranet* às agências da rede Transburti (Gazeta Mercantil, 13/03/1996).

¹¹⁸ A empresa Popular Comunicação envolve uma agência de publicidade e um instituto de pesquisa de mercado que se dedicam exclusivamente a produzir campanhas para a população de "menor poder aquisitivo" (leia-se, os trabalhadores). (Gazeta Mercantil, 21/06/2001).

São sobretudo os valores e os ritmos das grandes organizações capitalistas que impulsionam a dissolução da metrópole no território nacional e no mundo¹¹⁹. Conforme observa R. Ortiz (1994; 144) "quando *Heinecken*, *Reebok* e *Coca-Cola* falam do mundo, não se está apenas vendendo esses produtos. Eles denotam e conotam um movimento mais amplo no qual uma ética específica, valores, conceitos de espaço e de tempo são partilhados por um conjunto de pessoas imersas na modernidade-mundo. Nesse sentido, a mídia e as corporações (sobretudo transnacionais) têm um papel que supera a dimensão exclusivamente econômica (...) A solidariedade solitária do consumo pode assim integrar o imaginário coletivo mundial, ordenando os indivíduos e os modos de vida de acordo com uma nova pertinência social".

Atualmente, é freqüente o lançamento de campanhas globais antecedendo o potencial de distribuição e de circulação dos produtos. Esta seria uma moderna forma de ação que mediatiza a fluidez potencial oferecida pelos lugares e a fluidez efetivada pelas empresas no uso dos territórios. O planejamento estratégico das grandes organizações faz convergir os momentos da criação do consumo. Em redes globais varejistas como *Carrefour* e *Wall-Mart*, as campanhas publicitárias globalizadas se incluem num programa maior de unificação envolvendo uma central mundial de compras e uma estratégia mundial de negociação com fornecedores¹²⁰.

No setor produtor de informações formaram-se, nas últimas duas décadas, gigantescas corporações globais particularmente através de um processo de concentração e centralização do capital¹²¹. Segundo A. Mattelart, (1994; 249) as alianças transnacionais e megafusões da década de 1980

¹¹⁹ P. Gourou (1979; 32) inclui a publicidade entre as "técnicas de enquadramento" que "podem controlar vastos espaços, numerosas populações e enormes cidades".

¹²⁰ Assim, a campanha "*1 mois jamais vu en France*" do *Carrefour* ganhou tradução literal nos 16 países onde a empresa atua através de uma rede de 350 hipermercados. O objetivo da campanha global era mobilizar não o consumidor final, mas os fornecedores da rede. No Brasil a divulgação foi feita através de 6 milhões de catálogos contendo diversas promoções (Gazeta Mercantil, 14.11/1998).

¹²¹ A unidade brasileira da agência global *McCann-Erickson* forma um grupo envolvendo as seguintes firmas: a) *Contemporânea* (publicidade); b) *MCT* (tecnologia de informação); c) *Sigth Momentum* (promoção); d) *Sun MRM* (marketing direto); e) *Thunderhouse* (publicidade na internet); f) *TMKT-MRM* (telemarketing); g) *Universal* (publicidade de varejo). (Gazeta Mercantil, 18/04/2000).

foram guiadas pelos seguintes fatores: "economias de escala (como produzir mais barato); poder de escala (como administrar melhor graças à acumulação de redes, sistemas de informação e talentos); economias de envergadura (redução de custos ao produzir vários produtos diferentes seguindo o mesmo ramo ou a diversificação na padronização)". Saíram vencedoras deste contexto as agências norte-americanas, britânicas, francesas e japonesas que construíram poderosas redes planetárias.

A corporação global *WPP (Wire Plastic and Products)* é um exemplo da atual acumulação de rede, informações e talentos no setor de comunicação/mídia que Mattelart (1994) menciona. Em 1995 a empresa englobava através de uma rede global de empresas especializadas os seguintes setores: *marketing* estratégico, publicidade em mídia, relações públicas, pesquisa de mercado, publicidade fora da mídia (tal como *design*, identidade corporativa, seminários de negócios, vídeos corporativos, mercado de *shows*), comunicações especializadas (mala-direta, *marketing* direto etc)¹²². Esse grupo controla grande parte da produção de informações sobre consumo, mercados e mídias na América Latina e no mundo (L. Antongiovanni, 1999).

Para F. Chesnais (1996; 193) a constituição de grandes organizações no ramo da publicidade "exprime o lugar assumido pela concorrência oligopolista e pela diferenciação de produtos, em particular no mercado de bens de consumo final. Só os grandes grupos são anunciantes nas mídias caras". E, como salienta A. Mattelart (1994; 254) "o papel reservado ao *marketing* e a publicidade no estabelecimento do vínculo entre o local e o global é justamente um ponto decisivo na estratégia da globalização".

As grandes agências de publicidade¹²³ e as empresas de pesquisa de mercado¹²⁴ tornaram-se, no atual período, importantes centros de informação

¹²² Uma análise detalhada dessas empresas se encontra em L. Antongiovanni, 1999.

¹²³ A agência *McCann-Erickson*, presente na América Latina desde meados do século XX, possui um dos mais importantes bancos de dados sobre consumidores e empresas da região. Em 1995 esta empresa criou o Centro de Informações do Mercosul e em cada escritório da empresa distribuídos por 32 países, há pessoas disponibilizando orientações sobre investimentos na região - o novo centro fornece rapidamente a clientes globais informações detalhadas à respeito de nichos de mercado, acelerando as tomadas de decisões.

¹²⁴ As pesquisas de mercado dão subsídios às campanhas publicitárias, ao lançamento de produtos e, por isso, devem andar no compasso que anima o mercado global. Em São Paulo

sobre o território e a população, ampliando as possibilidades de criação de novas solidariedades organizacionais. C. Raffestin (1993; 41) salienta que "a população representada como "coleção de seres humanos" é um trunfo, um recurso para o Estado, para as empresas, as igrejas, os partidos etc. Trunfo sobre o qual se busca a posse, a dominação, ou ainda o controle, de maneira a integrá-lo, sob diversas formas, em processos". Percebe-se como a informação - na forma de um aparentemente neutro banco de dados utilizado como recurso econômico - adquire um conteúdo nitidamente político. Nesse sentido, assevera M. L. Silveira (1996; 164) que um "conhecimento sobre a morfologia da população e sobre o trabalho vivo potencial concede maior fluidez ao mercado de trabalho e ao planejamento empresarial e, por conseguinte, facilita a circulação e a acumulação de mais-valia". Os bancos de dados sobre população - que inventariam os arranjos econômico e territorial dos consumidores - são informações fragmentadas para atender demandas particulares das empresas¹²⁵ mas que no cômputo final acabam repercutindo de forma ampla na reorganização da sociedade e do território.

3.3 O mercado de capitais, a moderna produção da inteligência financeira e o dinheiro como informação

Para A. C. da Silva (1995; 36) pelo impacto sobre as informações e comunicação, a era dos satélites artificiais que possibilita "a circulação instantânea do valor, deve ser considerada um ponto de partida de uma nova

foi lançado pela *InterScience* (empresa que realiza pesquisa de mercado) uma metodologia de pesquisa em tempo real (denominada *AcuPOLL*) que testa de 30 a 40 produtos ou conceitos. "Segundo a empresa, grupos de 100 consumidores selecionados previamente a partir de critérios técnicos de amostragem, munidos de um teclado com números e interligados a uma unidade central de processamento, participam de sessões com 400 perguntas e duração de três horas (...) Em 48 horas o cliente recebe o primeiro relatório e, em dez dias, um relatório definitivo que ajuda a orientar as decisões" (Gazeta Mercantil, 21/09/1998).

¹²⁵ Até pouco tempo, afirmou um consultor da *Ernst & Young*, "a informação demográfica era dispendiosa, difícil de compor e utilizada sobretudo por grandes organizações. Na atualidade, até mesmo pequenos negócios podem comprar e despender informações baratas sobre mercados e consumidores (...). demografia é apenas um fragmento desse mosaico composto por milhares de fontes baratas e em tempo real sobre consumidores, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais e mercados" (T. H. Davenport, 2000; 265).

configuração metropolitana". A globalização financeira traduz bem a constituição de um espaço de redes que O. Dollfus (1995; 97) denomina como "*espace de réseaux de réseaux*", cuja trama envolve um número reduzido de nós situados em algumas metrópoles e interligados por rotas eletrônicas onde a informação, por cabo ou por satélite, circula na velocidade da luz.

Segundo A. Shachar (1983) o estudo das chamadas cidades mundiais deve levar em conta, sobretudo, a nova geografia das finanças que, transnacionalizada, encontra no sistema de metrópoles mundiais as bases de suas operações, de onde parte e chega todo o fluxo global de capitais¹²⁶. Para o autor, a cidade mundial "surge como articuladora do capital e não da produção" (p. 81). S. Sassen (1998;90) também assinala que "a aceleração das transações econômicas e a premência do tempo criaram novas formas de aglomeração (...). É fundamental a aceleração geral de todas as transações, sobretudo no setor das finanças, em que os minutos e segundos contam. Refiro-me ao mercado de ações, ao mercado de câmbio, aos mercados futuros etc".

G. Benko (1994; 56), por sua vez, assim contextualiza as transformações nas finanças mundiais: "A partir do começo dos anos 70, assiste-se à internacionalização crescente das transações de capital comercial e do sistema de organização do setor do capital financeiro em seu conjunto. Essa evolução acarretou o aparecimento de uma rede mundial de centros financeiros, no seio dos quais a maioria das grandes empresas estão representadas, assim como a internacionalização mais intensa da utilização dos capitais. Assim, desde os anos 70 uma verdadeira hierarquia se instaurou entre as praças financeiras, cujas operações se tornaram mais e mais independentes do contexto nacional de sua economia".

F. Chesnais (1996; 258), outrossim, relata o contexto contemporâneo das finanças: "As medidas decididas, conjuntamente, pelos governos americano e britânico deram a luz o sistema contemporâneo de finanças liberalizadas e mundializadas. Neste sistema, as instituições dominantes não

¹²⁶ Consta que metade das transações financeiras mundiais que partem de grandes centros urbanos são realizadas através de ligações telefônicas via satélites (B. Warf, 1989; 258).

são mais os bancos, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras que neles atuam. Pelo contrário, os bancos passaram a sofrer, na esfera financeira, a concorrência dessas formas recentes de centralização e concentração capitalistas - os fundos de pensão e os fundos mútuos - ao lado dos quais até os maiores bancos parecem anões. (...) Essas medidas também abrangeram as primeiras fases de um vasto movimento (que ainda está por ser concluído) de desregulamentação monetária e financeira, cuja primeira consequência foi acarretar, desde o começo da década de 80, a rápida expansão dos mercados de obrigações, interconectados mundialmente". É justamente com a formação dos denominados mercados de obrigações que os governos dos países do centro e os fundos de pensão passaram a lucrar com os ativos da dívida pública.

É sem dúvida a variável financeira que se torna um dos eixos mais dinâmicos da economia globalizada na década de 1990. Uma evidência desse processo é o aumento do volume das transações financeiras, negociadas nas bolsas de valores dos países centrais, como mostra o caso dos Estados Unidos e da Alemanha. Conforme S. Sassen (1998; 39) "de Bangcoc a Buenos Aires os governos desregulamentaram seus mercados de ações a fim de permitir sua participação em um sistema global de mercado. No entanto, existe imensa concentração nos principais mercados de ações, em termos de uma capitalização em nível mundial, isto é, o valor de empresas publicamente arroladas". O Brasil acompanha esta tendência revelando um crescimento brutal (ainda que relativo) dos movimentos financeiros.

Tabela 17
Bolsas de Valores
Volume Total Negociado (US\$ Bilhões) - 1988 - 1994 - 1998

País	Ano		
	1988	1994	1998
Brasil	17,98	109,50	146,59
Argentina	0,60	11,37	15,08
Chile	0,61	5,26	4,42
México	5,73	82,96	33,84
EUA	1.719,73	3.564,32	13.148,48
Canadá	66,65	161,06	372,06
Japão	2.597,64	1.121,44	948,52
Alemanha	350,27	460,62	1.390,80
França	65,51	307,69	572,15
Itália	31,72	117,89	475,79
Grã-Bretanha	579,17	464,09	1.167,38
Coréia do sul	79,18	286,06	137,86
China	-	97,53	284,77
Hong - Kong	23,41	147,16	205,92
Tailândia	5,60	80,19	20,73
Taiwan	275,62	711,35	884,70
Malásia	2,62	126,46	28,84
África do sul	4,95	15,61	58,44
Austrália	37,41	94,73	407,42
Espanha	25,61	61,45	699,03
Holanda	34,55	170,60	379,17
Hungria	-	0,21	16,14
Índia	12,24	27,29	64,50

Fonte : Bovespa, 2001

Nesta trama, a cidade de São Paulo ganha certa posição na rede global de cidades e participa mais ativamente da nova geografia mundial das finanças como um centro que acolhe, produz e distribui informações financeiras especializadas. O atual mercado de capitais¹²⁷ globalizado possui em algumas

¹²⁷ O mercado de capital "é um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem o propósito de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas. No mercado de capitais, os principais títulos negociados são os representativos do capital de empresas - as ações - ou de empréstimos tomados, via mercado, por empresas - *debêntures* conversíveis em ações, bônus de subscrição e "*commercial papers*" - que permitem a circulação de capital para custear o desenvolvimento econômico. O mercado de capitais abrange, ainda, as negociações com direitos e recibos de subscrição de valores mobiliários, certificados de depósito de ações e demais derivativos autorizados à negociação" (Bovespa, 1998; 8). Entre as outras instituições autorizadas a atuarem no mercado de capitais brasileiro estão: bancos de investimentos,

metrópoles seus centros nevrálgicos dotados com bases técnicas, científicas e informacionais de apoio, onde se encontram tecnologias, especializações profissionais, bolsas de valores e as sedes das grandes empresas. São, pois, pontos de verticalidades, lugares de alta *densidade informacional* (M. Santos, 1994c) responsáveis pela aceleração contemporânea.

São Paulo assumiu domínio do mercado acionário brasileiro desde a década de 1980, quando o Rio de Janeiro perde força como lugar atrativo para sediar empresas. Somaram-se ainda escândalos de investimentos fraudulentos que acabaram por solapar a credibilidade das corretoras cariocas (em 2000 a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ - detinha o controle de menos de 5% do mercado acionário nacional). A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), por sua vez, deteve ao longo da década de 1990 cerca de 90% do mercado de capitais brasileiro, chegando a 95% em 1997, ano em que movimentou uma média diária de 12,5 milhões de negócios.

A hegemonia de São Paulo se reforça com a fusão (unificação) entre a Bovespa e a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 2000. A nova instituição, denominada Bolsa Brasil, monopoliza hoje o mercado acionário brasileiro. Entretanto, uma divisão territorial do trabalho se anuncia, reorganizando os fluxos de capitais no país: enquanto São Paulo permanece como centro de negociação de títulos privados (*ações, debêntures, commercial paper, derivativos*), o Rio de Janeiro se especializa em negociar com o mercado secundário de títulos da dívida pública¹²⁸ e com a operacionalização dos leilões de privatização¹²⁹. As demais bolsas de valores do país¹³⁰ participam da

sociedades distribuidoras, sociedades de crédito imobiliário, administradoras de fundos mútuos (de ações e de renda fixa), fundos de renda variável entre outros.

¹²⁸ A bolsa de valores do Rio de Janeiro deixou de atuar em "viva-voz" e somente trabalha com pregão eletrônico. Como parte do acordo da fusão entre as bolsas paulista e carioca, o BVRJ fica responsável pelos leilões da privatização como forma de garantir receita adicional, além de negociar exclusivamente com o mercado secundário de títulos da dívida pública. Este é um segmento do mercado de capitais regulado pelo Banco Central, o que aproxima as metrópoles do Rio de Janeiro e de Brasília em suas funções como centro de decisão. Assim, o Rio de Janeiro de certo modo se mantém nesta reorganização financeira do território como um centro de comando. "Estima-se que o Brasil gire diariamente cerca de R\$ 100 bilhões em títulos federais, estaduais e municipais, de um estoque de R\$ 400 bilhões em poder do mercado". (Gazeta Mercantil, 25/01/2000).

¹²⁹ "Cabe à custódia da Bolsa de Valores, onde irá ser realizado o leilão, a responsabilidade pela verificação do preenchimento destas condições [estar quite com o sistema tributário

unificação mas perdem o *status* de bolsa e passam a ser centros de informação. Trata-se, por conseguinte, da primeira unificação nacional do mercado brasileiro de capitais, mas que é acompanhada, de um lado, por extrema concentração e centralização e, de outro, pela dissolução no território brasileiro da nova temporalidade ligada às redes financeiras globais.

Monopolizando o mercado acionário brasileiro, a Bovespa amplia seus contatos com o mundo e, para tanto, busca alcançar novos níveis de modernização tecnológica. A constituição da *Mega Bolsa*, nome também dado à rede corporativa da instituição, é um exemplo da fluidez alcançada recentemente¹³¹.

A rede Bovespa constituiu, em 1997, a Agência Bovespa de Notícias, que fornece informações sobre empresas, dados da instituição, das operações e das negociações. Inclui-se, ainda, o processo de regulação diária das negociações, necessário para assegurar a confiança dos investidores. Essa auto-regulação se desenvolve em três etapas (todas sequiosas por informações): 1) antes do pregão, quando é realizada uma triagem acerca das notícias relativas às empresas negociadas em bolsa; 2) durante o pregão, quando os sistemas informacionais realizam o controle inibindo os negócios que infrinjam os parâmetros estabelecidos pela CVM; 3) após o pregão são realizadas as análises das operações; 4) auditoria¹³² das operações que é realizada a distância através de dados e informações eletrônicas, e em visitas às corretoras (Bovespa, 1997).

nacional e ter bloqueado previamente seus meios de pagamento junto à Bolsa de valores onde o leilão é realizado], da publicação dos candidatos que podem participar do leilão e pelo sigilo das informações fornecida pelos mesmos" (L. Velasco Jr, 1997;25).

¹³⁰ No Brasil funcionam as seguintes bolsas de valores: Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F), Bolsa de Valores de São Paulo, Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília, Bolsa de Valores Regional, Bolsa de Valores do Paraná, Bolsa de Valores Bahia-Sergipe-Alagoas.

¹³¹ A *Mega Bolsa* é um sistema informacional unificado com a linguagem das diversas bolsas de valores no mundo. Faz ainda parte da rede corporativa que integra a Bovespa às corretoras membros. Os usuários têm "acesso ao cadastro de clientes, aos bancos de dados de informações das companhias e ao Boletim Diário de Informações (BDI). Pela rede, o usuário faz consultas sobre a posição da corretora e movimentação de títulos em custódia e, em tempo real, sobre as negociações realizadas no mercado" (Bovespa, 1997).

¹³² A Bovespa contrata os serviços de auditoria da *Deloitte Touche Tohmatsu*, firma global de auditoria e consultoria que mantém escritório em São Paulo.

As inovações técnicas para as bolsas de valores são, portanto, essenciais. Esta é uma atividade pilar da atual aceleração contemporânea e o exemplo mais acabado de utilização do tempo real na escala planetária.

O desenvolvimento da informática financeira é notável. Os produtos financeiros são exigentes de um *savoir-faire* cada vez mais especializado e criativo (O. Dollfus, 1995; 98), sendo os mercados de "futuros", derivativos¹³³, entre outros, uma das novidades difundida nos anos 1990 e controlada pela *Chicago Board Option Exchange & Mercantile Exchange*, bolsa de valores de Chicago (R. Beteille, 1991; 5). A partir de 2000 a Bolsa de Mercadorias & Futuros do Brasil (BM&F) se integrou às bolsas de derivativos de Chicago, Montreal, Cingapura e França (Gazeta Mercantil, 25/01/2000). Para viabilizar a transação a BM&F implantou um sofisticado sistema eletrônico que permite aos operadores trabalharem com um "computador/terminal de mão", em forma de bloco de anotações, que captura as anotações manuais feitas com caneta óptica e imediatamente as transmite por sistema de raios infra-vermelho para o computador central da bolsa. Esse sistema reduziu de 15 minutos para 1,5 minuto o fechamento de uma operação no pregão¹³⁴.

Para o mercado de capitais o acesso a informações atualizadas e em tempo real é vital dada ser esta uma área de riscos, bastante complexa, que envolve uma rede global de investidores. Mesmo funcionando através das porosidades dos Estados nacionais criadas com a desregulamentação, estas redes não flutuam sob os territórios. Pertencem a um contexto histórico no qual a grande maioria das instituições permanecem territorializadas, fazendo das crises um choque entre uma ordem global e inúmeras ordens locais. Analisando a participação da Argentina na globalização financeira, M. L. Silveira (1997a) ressalta que "a unicidade da rede financeira é dada pela

¹³³ Derivativos são "empréstimos superior à garantia real", enquanto futuros se refere "a compra ou venda de um bônus ou uma ação com um prazo e uma prima de cobertura. Na data do vencimento se compensa a diferença entre o valor pactado e o valor de mercado" (M. L. Silveira, 1996; 183).

¹³⁴ A rede de serviços da BM&F conecta, desde 1996, quando reformulou sua rede de computadores, mais de 150 corretoras, sem atrasos na transmissão de informações. Essa nova tecnologia da BM&F foi desenvolvida no Brasil pela empresa Bros que possui patente internacional desse sistema em que os raios infra-vermelhos são transmitidos de forma difusa (ao contrário, por exemplo, dos controles remotos convencionais).

imposição de uma família de ações nos mais diversos Estados nacionais. É por isso que os bancos globais, públicos e particulares, e as instituições financeiras supranacionais, como o FMI, o Banco Mundial, o *Federal Reserve Board de New York*, tencionam apagar as fronteiras políticas nacionais".

As informações vêm justamente contornar as barreiras que impedem a livre circulação dos capitais. C. Raffestin (1993; 217) assim retrata o poder daqueles que fazem circular o dinheiro: "O signo monetário é fascinante, na medida em que sua circulação, muito estritamente controlada, organiza e desorganiza, estrutura e desestrutura os territórios, em todas as escalas. Jogo terrível o do movimento dos capitais, que podem regenerar uma economia ou, ao contrário, torná-la anêmica; que podem derrubar um governo ou, ao contrário, sustentá-lo". Analisando também as conseqüências dos fluxos globais M. Santos (1999c; 13) pondera que "a finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras. E quando têm uma existência autônoma, isto é, não necessita consultar a ninguém para se instalar, ela funciona a despeito dos outros atores, e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia".

Mas, por que seria o "dinheiro" também uma das formas de informação? C. Raffestin (1993; 216) considera que "existe uma circulação, a do dinheiro, que mostra muito bem a compenetração quase perfeita da circulação e da comunicação. A moeda é, ao mesmo tempo, "energia cristalizada" e informação (...) O dinheiro "circula", visto ser "materializado", mas o dinheiro "comunica", pois também é um sinal, uma ordem". O. Dollfus (1995; 68) afirma, por sua vez, que hoje o valor da moeda é medido em *bits*, ou seja, através dos sinais que se inscrevem nas memórias dos computadores. Hoje, as bolsas de valores possuem acesso direto por 24 horas e as informações chegam, instantaneamente, aos escritórios dos corretores.

Segundo B. Warf (1989; 262), a globalização financeira é vantajosa para se vender informações financeiras. Entre as maiores empresas que comercializam tais tipos de informação encontram-se: *Reuteurs* (que interliga, a partir de Londres, 79 países), a *Globex* (empresa nascida da união da *Reuteurs* com a *Chicago Board Options Exchange* que, através de um sistema

eletrônico de fundos, negocia mercados de futuros 24 horas por dia em 100 países) e a *Dow Jones Telerate (Telecommunications Systems Financial Information Network)*, que opera em 41 países a partir dos EUA.

Entre as agências de informações especializadas em finanças globais, a *Bloomberg* também se destaca por oferecer formas de acesso e dados dos mercados de capitais, indicadores econômicos dos países, entre outros. Fazem parte da rede mundial de escritórios dessa empresa¹³⁵ os três centros de decisão do território brasileiro: as cidades de São Paulo (no *World Trade Center*), Rio de Janeiro e Brasília. Em São Paulo são levantadas as principais informações sobre o mercado brasileiro de capitais, sobre as tendências dos negócios corporativos e é feita parte da edição brasileira da versão nacional da *Bloomberg Television (BTV)*¹³⁶.

Como assinalou M. Santos (1999c; 11) "os últimos anos são emblemáticos porque são o teatro das grandes fusões tanto no domínio da produção material como no da produção de informações. Essas fusões reduzem o número de atores globais e, ao mesmo tempo, a partir da noção de competitividade, conduzem as empresas a disputarem o menor espaço, a menor fatia do mercado". Numa área estratégica em que poucos são os atores operando, a concentração de capitais passa a ser ainda mais dramática. Por isso para J. Lojkine (1995; 29) hoje é crucial saber "quem, qual grupo social terá acesso às informações estratégicas na empresa, no sistema, na cidade". Ora, na trama de fusões e aquisições de empresas produtoras de informações nos anos noventa consta também o setor brasileiro de informações creditícias.

¹³⁵ A rede de escritórios mundiais da *Bloomberg* envolve as cidades de Nova York, Frankfurt, Hong Kong, São Paulo, Londres, Princeton, São Francisco, Cingapura, Sydney, Tóquio, Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Caracas, Lima, Cidade do México, Monterrey, Rio de Janeiro e Santiago.

¹³⁶ *Bloomberg Television* é um canal especializado em informações financeiras, econômicas e negócios, transmitidas por vídeo e texto na mesma tela. Parte da programação diária é ao vivo com jornais realizados e transmitidos de Nova York. Ainda há uma divisão territorial do trabalho: os vídeos são produzidos em Nova York por uma equipe de 21 profissionais, sendo 18 deles brasileiros. Em São Paulo são editados os textos por uma equipe de 6 pessoas que preparam a apresentação de informações sobre fusões, aquisições, privatizações, negócios, internet etc. "O canal está disponível para 66% do mercado de PayTV do Brasil através dos sistemas NET, Sky, DirectTV, Teccsat, operadoras independentes e para a TVA através do Canal de São Paulo. No mundo a *Bloomberg Television* possui dez canais distribuídos em sete

Este é o caso da associação entre a Serasa¹³⁷ e a *D&B (Dun & Bradstreet Information Service)*¹³⁸ em 1996, que resultou na formação de um mega banco de dados sobre empresas brasileiras e crédito, disponível nas redes globais da gigante da informação *Dun&Bradstreet Corporation*¹³⁹. A nova Serasa praticamente monopoliza este setor de informações no Brasil.

O setor financeiro moderniza-se rapidamente apoiado nas tecnologias de informação; investiu na década de 1990 recursos da ordem de 3 bilhões de dólares anuais em equipamentos, terceirização, gerenciamento de sistemas, *softwares*. Como afirmou M. E. Hepworth (1989; 180) "o uso avançado de novas tecnologias pelas firmas de serviços financeiros é explicado pela intrínseca força da informação em seus produtos e processos produtivos". É o caso das tecnologias que fornecem modelos de gestão de riscos¹⁴⁰ para administradores de fundos de investimentos. Mas a permanente instabilidade econômica de países como o Brasil quebra a promessa de controle e prevenção dos riscos que o modelo sugere através de *softwares* sofisticados. Estas são contradições da globalização financeira que, produtora incessante de desordens, especulações e riscos (produtora enfim das instáveis condições conjunturais da macroeconomia e das fraturas no território brasileiro), busca posteriormente mecanismos de segurança na ordem tecnológica. Como é a política que decide o rumo da história e não a tecnologia, esta última envereda no campo ideológico da globalização através do discurso da organização e da aceleração que tudo afiança resolver.

línguas diferentes que atingem cerca de 178 milhões de assinantes" (www.bloomberg.com.br, 2001).

¹³⁷ A Serasa é uma companhia de capital privado, fundada em 1968 por bancos com operação no Brasil, que congregava, em 1996, 87 instituições financeiras. Muito procurada, a empresa recebe cerca de 15 milhões de consultas por mês, pois seu bancos de dados contém registros tanto de pessoas físicas, quanto jurídicas (possui cadastros de 8 milhões de empresas) (Gazeta Mercantil, 08/11/1996).

¹³⁸ A *D&B* possui um cadastro de 39 milhões de empresas de diversos países e atua no Brasil desde a década de 1930, o que lhe permitiu reunir um banco de dados contando com cerca de 1 milhão de empresas brasileiras. A parceria transfere à Serasa as operações locais da *D&B*.

¹³⁹ A corporação *Dun & Bradstreet* é formada pelas seguintes empresas: *Cognizant Corporation*, *A. C. Nielsen* e a *Dun & Bradstreet Information Service*, da qual faz parte a *Moody's* (agência de *rating*) e a *Donelley* (produz listas telefônicas para empresas) (Gazeta Mercantil, 08/11/1996).

É desse movimento contraditório entre segurança e especulação que se alimenta o setor empresarial e profissional de controle de riscos no mercado de capitais. As firmas de *assets managements*¹⁴¹, que administram recursos de terceiros, depositam confiança nas tarefas do *risk manager* - justamente o especialista em monitorar e definir os níveis de risco que fundos de investimentos possam adentrar.

As firmas de *rating*, entretanto, aparecem como a grande novidade da década de 1990 nos denominados "mercados financeiros emergentes" como o Brasil¹⁴². Produtoras de informações sobre o comportamento do mercado de capital e a saúde financeira das grandes empresas e bancos, essas empresas são hoje cruciais para investidores/especuladores globais que almejam lucro rápido e seguro¹⁴³, ao mesmo tempo que são produtoras de instabilidade nos países que são alvo das classificações. Estas são novas e pragmáticas formas de ações da globalização financeira.

O Brasil e as empresas brasileiras são constantemente avaliados através do comportamento da dívida pública¹⁴⁴ e privada e cujo resultado é uma nota de crédito que, em seguida, sinaliza aos investidores estrangeiros possíveis cenários econômicos internos. Assim, as principais agências de *rating* do mercado financeiro global, como a *Standard & Poor's* e a *Moody's*, exercem controle das políticas econômicas nacionais, na medida em que as notas de crédito que produzem são atreladas à exigência de um permanente

¹⁴⁰ "O modelo permite compor as carteiras por meio de cálculos estatísticos, projeção de crescimento das ações, graus de risco e liquidez dos ativos". (Gazeta Mercantil, 28/01/1999).

¹⁴¹ Entre as empresas de *asset management* no Brasil destacam-se a *Opportunity*, a Icatu, Garantia, Pactual, Boavista, Bozano, Simonsen, *Merrill Lynch*.

¹⁴² F. Chesnais (1996; 266) explica a formação desses "mercados financeiros emergentes": "Os EUA, o FMI e seus aliados e representantes locais, formados nas universidades americanas conforme a crença e as receitas neoliberais, conseguiram, em marcha forçada, a abertura de pequenos mercados bolsistas e especialmente a adoção da securitização da dívida pública, juntamente com a constituição de mercados domésticos de obrigações, interconectados com os mercados dos países do centro do sistema".

¹⁴³ Ora, os fundos de pensão, atores centrais da globalização financeira, são, segundo empresários do setor, os principais responsáveis pela disseminação da prática de *rating*, instrumento tomado vital para a tomada de decisões por parte do investidor (Gazeta Mercantil, 28/01/1999).

¹⁴⁴ Em 1970 a dívida externa do Brasil era de US\$ 5,3 bilhões. Na década de 1980 salta para US\$ 53,8 bilhões e, em 1990, chega quase a dobrar, alcançando US\$ 120,9 bilhões. Entre 1990 e 1999 a dívida externa duplicou atingindo US\$ 239 bilhões (Banco Central, 1999).

ajuste fiscal, de reformas previdenciárias, administrativas e na estrutura tributária e fiscal. Houve ainda reforço do poder dessas empresas sobre a economia e o território brasileiro pois, desde 1999, passaram a fiscalizar, juntamente com a Comissão de Valores Mobiliários e auditores independentes, a "indústria" de fundos de investimentos¹⁴⁵. Trata-se de uma outra forma encontrada pelo governo brasileiro - já a partir da implantação da reforma financeira na década de 1990, (que desregulamentou o mercado financeiro com abertura e flexibilização) - para assegurar a expansão da globalização¹⁴⁶, ou seja, outorgar parcela da regulação do mercado acionário nacional às empresas globais¹⁴⁷. Eis, portanto, outro elemento que confirma ser a "violência da informação e do dinheiro" (M. Santos, 2000) um dado constitutivo do nosso tempo.

A globalização financeira é produtora de instabilidade na medida em que são crescentes os riscos decorrentes da multiplicidade de oferta para investimentos existente nas praças financeiras (sobretudo a partir da securitização da dívida¹⁴⁸ dos países subdesenvolvidos na década de 1990).

A desregulação do mercado de capitais e as tecnologias da informação, por um lado, autorizam transações planetárias em tempo real por 24 horas (permitindo alta volatilidade aos capitais) e todo um jogo especulativo de risco que se traduz em altos ganhos para os interesses capitalistas de caráter

¹⁴⁵ A reforma financeira empreendida pelo governo brasileiro em meados da década de 1990, "flexibilizou o produto fundo de investimento e possibilitou a criação de carteiras diversificadas. Antes da reforma, eram duas extremidades - os fundos de renda fixa (em geral *commodities*) e os fundos de renda variável (em geral *ações*). Agora há uma série de produtos intermediários - renda fixa com papéis de segunda linha, renda fixa com uma parcela de derivativos ou de ações, fundos de privatizações, fundos de títulos da dívida externa etc". Há maiores aplicações de risco como aquelas em fundo de renda variável: fundos de ações, de derivativos e de títulos da dívida externa. (Gazeta Mercantil, 23/01/1997).

¹⁴⁶ "A *Fitch IBCA*, agência internacional especializada na classificação de bancos, empresas e operações de securitização, foi a primeira a oferecer serviços de *rating* no Brasil. A empresa tem no *curriculum* a análise de cerca de 200 fundos de países diversos. No Brasil já avaliou 16 carteiras, das quais 11 são do *CCF* e cinco do *FonteCindam*". (Gazeta Mercantil, 28/01/1999).

¹⁴⁷ Conforme assinalou O. Dollfus (1995; 101) a cada inovação financeira se impõe novos instrumentos de observação e regulação. O autor ressalta a criação da Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários que generaliza entre as bolsas de valores no mundo um controle globalizado.

¹⁴⁸ A securitização (titularização) dos ativos da dívida pública corresponde "ao funcionamento dos déficits orçamentários mediante aplicação de bônus do tesouro e outros ativos da dívida, nos mercados financeiros" (F. Chesnais, 1996; 259).

rentista. Mas, por outro lado, é um processo que imprime também altos níveis de risco aos Estados nacionais envolvidos. Como salienta F. Chesnais (1996; 259) "quanto mais se aprofundaram os déficits orçamentários, mais aumentou a parte dos orçamentos reservada para o serviço da dívida pública, mais forte se tornou sua pressão sobre o governo". M. Arroyo (1999; 22) explica que hoje o sistema financeiro possui três atributos: especulação, instabilidade e volatilidade; e, salienta a autora, "como se trata de um sistema fortemente integrado em escala internacional devido principalmente à desregulamentação e à liberalização financeira, os choques econômicos são facilmente transmitidos além das fronteiras nacionais, assim como de um mercado a outro. Isso ficou evidente tanto no caso mexicano em 1994 quanto no sudeste asiático em 1997".

Por sua vez, outra importante esfera de produção de informações dentro das finanças advém do circuito de cartões de crédito, setor em destaque dos serviços financeiros que envolve basicamente administradoras e grandes bancos múltiplos¹⁴⁹. O mercado de cartões de crédito no país ganhou forte expansão na década de 1990; mais que dobrou o número de usuários (de 10 para 22 milhões de usuários) e triplicou o valor das transações (de 10,3 para 34 bilhões de dólares) entre 1994 e 1999. Este seria, também, um dos instrumentos financeiros mais difundidos junto às classes médias nos grandes e médios centros urbanos brasileiros¹⁵⁰.

¹⁴⁹ No Brasil a implantação de uma nova regulação para os cartões de crédito, em 1996, autorizou aos bancos e às administradoras independentes de cartões a operarem com mais de uma bandeira (no Brasil o mercado é controlado pelas bandeiras *Visa*, *Mastercard/Credicard*). Por isso, a empresa *Visa* (que centralizava suas ações de *marketing* para o Brasil em Miami) preocupada em conhecer melhor o consumidor brasileiro montou em São Paulo uma unidade especial de *marketing* para preparar os investimentos publicitários e galgar espaço no mercado nacional, agora totalmente aberto às demais bandeiras globais.

¹⁵⁰ Em 1970 foram emitidos no Brasil apenas 250.000 cartões de crédito que circulavam nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; este montante saltou para cerca de 2.000.000 em 1985 para atingir, hoje, mais de 20.000.000 de pessoas. Para A. M. L. Pires (1989; 6) "a necessidade de manuseio de uma infinidade de cifras num tempo muito curto, sem falhas, com possibilidades de acompanhamento permanente por parte da administração, exigiu a criação de rotinas e programas de computador altamente sofisticados que só surgiram na década de 70".

Tabela 18
Evolução dos Cartões de Crédito emitidos no Brasil - (1994 - 1999)

Ano	Cartões (em milhões)	Volume de Transações (bilhões de US\$)	Gasto médio anual por conta (US\$)
1994	10,4	10,3	1.412
1995	13,9	20,6	2.204
1996	20,4	34,0	2.364
1999	22,4	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil, 1997 e 1999.

O Brasil, segundo dados da *American Express*, é o terceiro maior mercado de executivos do continente americano, depois dos EUA e do Canadá. Por isso, a empresa justifica um maciço investimento em cartões empresariais para estes profissionais¹⁵¹. Já a *Credicard*¹⁵² oferece, através de seu cartão empresarial, relatórios em "tempo real" (*on-line* via rede corporativa) sobre as despesas realizadas por funcionários da empresa cliente, do mesmo modo que o Bradesco, através da bandeira *Visa*, criou seu próprio cartão de crédito empresarial (*business card*)¹⁵³. Os dados pessoais das empresas e dos clientes em geral conformam gigantescos bancos de informações manipulados com fins mercadológicos (*marketing* direto e indireto, campanhas publicitárias,

¹⁵¹ A empresa de cartões de crédito pretende atingir 12.000 empresas de grande porte e 300.000 de pequeno e médio porte. Este tipo de cartão passa as informações dos usuários diretamente para as empresas, que podem controlar os movimentos de seus funcionários, tais como data e horário de embarque nos aeroportos, hotéis, gastos gerais, etc.

¹⁵² O grupo *Credicard*, com sede em São Paulo, é controlado pelos bancos *Citibank*, Itaú e Unibanco e associado, por sua vez, à administradora de cartões norte-americana *Mastercard*. Além dos cartões de crédito a *Credicard* administra um sistema de cartões de débito intitulado *Redeshop* (uma rede de débito nacional) que unificava, em 1996, 21.000 estabelecimentos comerciais distribuídos pelo território nacional. Cerca de 13 milhões de clientes de bancos que operam a bandeira *Credicard* (como Itaú, *Citibank*, CEF entre outras 23 instituições) têm acesso a este novo instrumento de transação mercantil que, como todo "dinheiro eletrônico" (também denominado "dinheiro virtual"), permite consulta instantânea de saldo em conta corrente do usuário ampliando o controle e a liquidez às empresas. Estas são também as novas formas de creditização do território brasileiro nos anos 1990. A *Visa* criou para débito automático a *Rede Eléctron* que, diferentemente da *Redeshop*, é uma rede global que unifica a ação da empresa em 18 países.

¹⁵³ É desse modo que grandes corporações como a *Basf* (que tem sua sede administrativa para o Brasil na cidade de São Bernardo do Campo) controlam as despesas realizadas por seus funcionários que atuam no setor de distribuição, vendas e assessoria em todo o país. A adoção desse sistema de crédito pelas corporações faz parte do conjunto de adoções de tecnologias da informação que permitem eliminar postos de trabalho (no caso inúmeros trabalhos administrativos intermediários do departamento financeiro da empresa são eliminados), cortar gastos, ampliar o controle de uma produção dispersa por vastos territórios e, sobretudo, acelerar a circulação.

entre outros fins). É através da base criada por usuários de cartões de crédito que os bancos hoje conformam o denominado *mailling* inteligente, sistema que permite hierarquizar os clientes através da renda e do consumo. Estas são também evidências de como a fluidez contemporânea é acompanhada de rigoroso controle.

As administradoras de cartões de crédito¹⁵⁴, os grandes bancos e as associações profissionais¹⁵⁵ que representam o sistema financeiro são também importantes empresas de informação. Os grandes bancos tornaram-se também produtores de seletivas informações sobre reorganização financeiras de grupos empresariais, conselhos sobre como manejar fundos no mercado internacional, fusões e aquisições, privatizações, entre outras (R. B. Cohen, 1981). Os rumos das organizações bancárias, segundo F. Row & L. Béal (1995;518), estarão marcados por uma dicotomia entre prestação de serviços standardizados e consultoria bancária personalizada. Os autores chamam a atenção, sobretudo, para a expansão do chamado Banco Direto ou Banco à Distância que cria, hoje, "uma proximidade relacional" através das novas atividades de teleconselho.

3.4 As novas ocupações informacionais e o território metropolitano

No início da década de 1960 J. Gottmann publica *Megalopolis* (1961) e dedica um longo capítulo ao que ele denominou como *the white-collar*

¹⁵⁴ As administradoras de cartões de crédito, como a *CardSystem* (bandeira Visa) uma das principais empresas do mercado brasileiro de cartões, buscam hoje oferecer aos bancos uma gestão completa dos negócios envolvendo emissão dos plásticos, expedição de faturas, atendimento aos clientes, análise de crédito e desenvolvimento de sistemas. Os bancos, por sua vez, são responsáveis pela política e estratégia mercadológica do produto (Gazeta Mercantil, 09/05/1996).

¹⁵⁵ A ABAMEC (Associação Brasileira dos Analistas de Mercados de Capitais), fundada em 1970, mantém como um de seus principais objetivos produzir conhecimento técnico para o aperfeiçoamento dos analistas, bem como realizar estudos e pesquisas sobre o mercado de capitais. Juntamente com a Comissão de Valores Mobiliários (órgão ligado ao Conselho Monetário Nacional) esta Associação participa da regulamentação do mercado de capitais, elaborando um "código de ética" para os profissionais. No setor do mercado de capitais é freqüente, entre outros problemas, o "vazamento" de informações estratégicas que privilegiam apenas alguns investidores.

revolution, uma revolução ocupacional que ocorreu na metrópole de Nova Iorque com a emergência dos trabalhos do setor quaternário.

No Brasil, por volta de 1970, o setor quaternário, responsável por lidar com informações, começou a ganhar contornos mais nítidos. O processo de globalização em curso e a intensificação da industrialização da formação socioespacial brasileira formam o contexto da expansão dos serviços superiores nos anos setenta. Neste momento, ganha destaque a publicidade, tornada um dos principais vetores da modernização organizacional das empresas e, por conseguinte, elemento-chave da constituição do meio técnico-científico-informacional (L. Antongiovanni, 1999). Os trabalhos com publicidade concentravam-se basicamente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, sendo a capital carioca o principal pólo da produção do país. Foi na década seguinte que se deu a migração das agências de publicidade para a metrópole paulista - hoje centro inconteste do setor na América Latina, pois atuante nas redes globais e exportador de produtos.

Tabela 19
Brasil - Atividades Quaternárias - Pessoas Ocupadas - 1970

Ramos das Atividades (selecionadas)	Pessoas Ocupadas
<i>Produção de Informações (Total)</i>	72.320
• Processamento de dados	3.470
• Publicidade, propaganda e serviços de alto-falantes (" <i>jingles</i> ", venda de anúncios)	11.327
• Assessoria e projetos econômicos	2.472
• Contabilidade, consultoria, auditoria e outros	50.348
• Pesquisa de mercado, banco de dados e outros trabalhos de pesquisa	1.086
• Agências de emprego e administração e treinamento de pessoal	2.591
• Organização e administração de empresas (Recursos Humanos)	262
• Projetos e desenhos técnicos, industriais e comerciais (inclui desenho arquitetônico).	764

Fonte: Organização dos dados a partir do Censo de Serviços Brasileiro - FIBGE - 1970

Mas, a parte os trabalhos com publicidade e com contabilidade-auditoria que somavam, respectivamente, 11.327 e 50.348 pessoas ocupadas no país em 1970, as demais atividades não possuíam, neste momento, uma "expressão quantitativa", poucos eram os especialistas brasileiros em informação na década de 1970, e a divisão do trabalho, neste setor, estaria por conhecer um significativo aprofundamento. São, portanto, muito tímidas as atividades de assessoria, pesquisa de mercado, agências de emprego, entre outras. É somente em meados da década de 1980 que houve significativa expansão dos trabalhos informacionais no país, pois o parque industrial já conformado, bem como as novas demandas tecnológicas do setor financeiro criam uma crescente necessidade de suportes e insumos de informação aos negócios.

Tabela 20
Brasil - Atividades Quaternárias
Pessoas Ocupadas - 1985

Ramos das Atividades (selecionadas)	Pessoas Ocupadas	
<i>Produtores de informações</i>	<i>Total</i>	158.613
<ul style="list-style-type: none"> • Processamento de dados ("<i>Bureau</i>" de serviços); preparo de "<i>softwares</i>". 		76.152
<ul style="list-style-type: none"> • Escritórios jurídicos, de contabilidade e auditoria; pesquisas de mercado; consultoria às empresas (planejamento e organização); 		54.108
<ul style="list-style-type: none"> • Publicidade, divulgação e promoção (coordenadores de campanhas publicitárias; preparação de anúncios; "jingles"; promoção de vendas e "stands"; exposições e feiras; galerias de arte; distribuição de notícias; outras. 		25.859
<ul style="list-style-type: none"> • Produção de películas cinematográficas e fitas para vídeo: filmagem, revelação, dublagem, copiagem, corte, gravação, mixagem, etc 		2.494
<ul style="list-style-type: none"> • Especialistas em construção civil (técnicos) 		76.048
<ul style="list-style-type: none"> • Especialistas em agropecuária e reflorestamento (técnicos da agricultura moderna) 		70.772
	<i>Total</i>	146.820

Fonte: Organização dos dados a partir do Censo de Serviços Brasileiro - FIBGE - 1985

No período compreendido entre 1970 e 1985 os trabalhos com produção de informações no Brasil saltaram de 72.320 para 158.613, segundo o montante do pessoal ocupado. Novamente a atividade publicitária (e correlatas) impulsionou o contingente de pessoas ocupadas no quaternário na década de 1980. Houve uma expansão contínua: eram cerca de 2.400 pessoas ocupadas em 1950, 11.327 em 1970 e 25.859 em 1985. As atividades relacionadas à consultoria, auditoria, escritórios jurídicos, por sua vez, não apresentaram um crescimento expressivo entre 1970 e 1985, pois somaram 54.108 pessoas ocupadas em 1985, contra 50.348 em 1970 (e neste montante é significativo o peso da contabilidade, atividade bastante tradicional e presente em inúmeras centros urbanos). A consultoria no Brasil, ainda que presente desde a década

de 1950, ganhou forte dinamismo na década de 1990, quando se alargam os contextos da globalização no território nacional.

Ganham proeminência, a partir da década de 1980, aquelas tarefas que são frutos do desenvolvimento das tecnologias da informação¹⁵⁶ e que a elas se dedicam. G. Cocco (1995) considera, por exemplo, que a automatização¹⁵⁷ e o *just-in-time* são determinados não somente pelo nível de sofisticação técnica mas também pela "riqueza e otimização da circulação e do tratamento de informação", possível através da "figura do trabalhador imaterial" que lida com a produção de informações e de linguagens (o *soft*, o conteúdo).

O mercado de trabalho brasileiro sofre mudanças importantes com a administração informatizada difundida entre as grandes empresas. As técnicas administrativas¹⁵⁸ baseadas em TI (tais como a do *just-in-time* e as de programas de qualidade total/reengenharia), a automação, a robótica¹⁵⁹, a telemática, alavancam as profissões quaternárias (vide quadro das novas profissões) e, simultaneamente, fazem desaparecer antigas profissões como a de torneiros mecânicos e fresadores nas fábricas, impressores de tipografia, inspetores de controle de qualidade, telefonista, telegrafista, datilógrafo e arquivistas nos escritórios, entre outras tarefas representativas de um tempo

¹⁵⁶ J-E. Sánchez (1991; 309) descreve o campo das tecnologias que afloraram no final do século XX: a) microeletrônica (microprocessadores, óptica eletrônica); b) informática (burótica e inteligência artificial); c) telemática; d) laser; tecnologia dos materiais; e) tecnologias energéticas; f) biotecnologia, entre outras.

¹⁵⁷ Segundo J. Lojkin (1995; 193) avaliando "os níveis atuais de polifuncionalidade entre os chefes de instalações automatizadas, constata-se que a diferença essencial provém da parte crescente assumida pelo trabalho informacional": controle de qualidade, da manutenção, gestão completa da produção, logística, animação de grupos autônomos.

¹⁵⁸ Até a década de 1940 as grandes empresas apenas administravam arquivos. Somente na década de 1970 ganhou forma a administração informacional (a informação empresarial estruturada em computadores). A informação tecnológica se sofisticou quando a IBM desenvolveu nesta década o *Business Systems Planning* dando origem a "engenharia informacional" - a grande empresa passou a ser planejada segundo a racionalidade dos sistemas informacionais. Posteriormente, nos anos 1990, uma nova vaga de modernização dos sistemas informacionais casado com a potência das redes globais de transmissão levam as grandes empresas aos projetos de reengenharia mais voltados à administração de conhecimento do que de informação. Ganha vigor o uso da "inteligência artificial" (T. D. Davenport, 2000; 27).

¹⁵⁹ O número de robôs em unidades industriais no Brasil passou de 50 em 1989, para 960 em 1996. São utilizados em sua maior parte na indústria automobilística. Estima-se que as tecnologias da informação fecharam 60.000 postos de trabalho no setor têxtil e 10.000 no setor de bebidas somente na metrópole paulista (Estado de São Paulo, 15/06/1997).

mais lento da formação socioespacial brasileira, ainda não comandado pelas lógicas da globalização.

A nova divisão do trabalho ganhou vulto no último quartel do século XX. Em 1970 apenas 3.470 pessoas trabalhavam com processamento de dados no Brasil; tal montante saltou para 76.152 em 1985 e 89.217 em 1992 (um crescimento de 17%). Mas nem todos os lugares são receptores ou abertos às novidades. É notória a densidade informacional criada com o trabalho de processamento de dados em alguns centros da Região Concentrada. Apesar de ser hoje tarefa mais rotineira e difusa no território - dada a reorganização informacional que as empresas e o Estado vivenciam nos últimos vinte anos - os estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram cerca de 50% do total do Brasil ocupado com processamento de dados.

Importa observar que o interior do estado de São Paulo se destaca com montantes equivalentes ou superiores aos demais estados do país. Entre as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, as ocupações no setor são significativas na medida em que aí se localizam os CPDs (centro de processamento de dados) das instituições financeiras e, para São Paulo, soma-se a enorme concentração de sedes de empresas com as respectivas burocracias informatizadas. Assim, mesmo nas tarefas informacionais já rotinizadas prevalecem densidades informacionais que distinguem radicalmente aquelas frações do território brasileiro em que estão ausentes os vetores contemporâneos da modernização. Se consideramos que são atividades, mesmo as mais comuns, que requerem aportes consideráveis em termos de ensino profissionalizante podemos avaliar as distorções e as novas desigualdades que se recriam na sociedade e no território brasileiro. Como afirmou J. Ferrão (1991; 836), nas situações territoriais emergentes ligam-se quatro componentes indispensáveis: qualificação, especialização, interação e internacionalização.

Tabela 21
Serviços de Processamento de Dados
Pessoal Ocupado - Brasil e subdivisões - 1992

	nº absoluto	%
BRASIL	89.217	100
<i>Região Concentrada</i>	74.487	83,5
Estado de São Paulo	26.195	29,4
RMSP	17.372	19,5
Interior	8.723	9,8
Estado do Rio de Janeiro	17.295	19,3
Estado de Minas Gerais	6.761	7,6
Estado do Rio Grande do Sul	8.264	9,2
Estado do Paraná	5.805	6,5
Estado de Santa Catarina	2.432	2,7
Distrito Federal	4.756	5,3

Fonte: Anuário RAIS, 1992

A necessidade e a possibilidade de fazer circular informações gerais, bem como a necessidade de organizá-las, fez crescer as tarefas chamadas teletrabalho¹⁶⁰ no setor do *marketing* e de recursos humanos das grandes empresas.

A terceirização no Brasil fez surgir recentemente inúmeras firmas de telemarketing¹⁶¹ ou *call centers*¹⁶². Trata-se de firmas que através do atendimento telefônico informatizado respondem à necessidade atual de reorganização da relação empresa-cliente, bem como implantam um novo sistema de vendas (o *marketing direto*) e realizam pesquisa¹⁶³ com base nas possibilidades abertas pela informatização. Desde o final da década de 1990 o

¹⁶⁰ Outrora em mãos de pesquisadores, a difusão comercial da *internet* na década de 1990 criou novas profissões, entre as quais destacam-se: *webdesigner*, *webmaster*, *webeditora*, *internet engineer*, *gerente de correio eletrônico*, entre outros.

¹⁶¹ Estima-se que cerca de 40% das grandes empresas atuando no Brasil já tenham terceirizado seus *call centers*. Neste universo destacam-se as seguintes corporações: *Motorola*, *Pepsi*, *Sharp*, *Souza Cruz*, *Unibanco*, *Varig*, *Multibrás*. Também entre os principais clientes dos *call centers* estão as empresas 0800 e 0900, quase todas do sistema financeiro, particularmente das operadoras de cartões de crédito (Gazeta Mercantil, 17/03/2000).

¹⁶² Os bancos de dados são a base do sistema de um *call center* pois oferecem opções de gravações de mensagens e memorização das informações. Entre os principais componentes das centrais telefônicas de atendimento informatizado estão o DAC (Distribuidor Automático de Chamadas - repassa as chamadas), o CTI (*Computer Telephone Integration* - todas as informações do cliente são encaminhadas aos agentes) e a URA (Unidade de Resposta Automática - oferece atendimento por meio de digitação de números).

¹⁶³ É o caso da empresa Voz Pesquisa e *Telemarketing*, especializada em *marketing* político-eleitoral, inaugurada recentemente na cidade de São Paulo.

mercado brasileiro de *telemarketing* passou por acentuada internacionalização com a fusão, associação ou venda das firmas nacionais para empresas globais do ramo. Formaram-se verdadeiras "contas globalizadas", pois as corporações globais buscaram empresas de *telemarketing* capazes de efetuar operações em vários países¹⁶⁴. A unicidade técnica e a concentração econômica caminharam lado a lado na constituição das redes globais.

A Associação Brasileira de *Telemarketing* calcula que houve, em 2001, cerca de 400.000 profissionais desta área em atuação: uma expansão surpreendente considerando que até meados da década de 1980 esta era uma atividade praticamente ausente no Brasil. Esta nova ocupação, também rotinizada, aparece então como novidade nos grandes centros urbanos brasileiros¹⁶⁵ com forte concentração na cidade de São Paulo (cerca de 50% das empresas do ramo)¹⁶⁶. A implantação das redes de computadores no Brasil permite às empresas utilizarem as redes como um meio de venda de produtos e serviços, fazer cobranças, propaganda comercial e política, etc.

Em 1990, por sua vez, cerca de 45.000 pessoas ocupavam-se no Brasil com análise de sistemas, estando, deste total, 77% concentrados na região Sudeste e, especialmente, em São Paulo (tabela 21). A informatização de decisões estratégicas no nível gerencial fez proliferar tanto a profissão de

¹⁶⁴ A empresas norte-americanas *Vantive* e *IMA (Information Management Associates)*, especializadas em *softwares* para centrais de atendimento, instalaram escritórios em São Paulo. A *Vantive* fez do escritório brasileiro o centro de operações da empresa para a América Latina (*Gazeta Mercantil*, 24/08/1998). Por sua vez, a empresa francesa de *telemarketing*, a *Teleperformance*, que atua em 32 países, comprou a firma brasileira *CKAPT*, umas mais antigas no ramo e que trabalha somente com grandes empresas (*Gazeta Mercantil*, 17/03/2000).

¹⁶⁵ A *Quatro/A Telemarketing*, uma das maiores operadoras de *call center* da América Latina, com 9.000 funcionários, possui centrais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (interligadas via *Embratel*), Salvador, Porto Alegre e Ribeirão Preto.

¹⁶⁶ Conforme estatísticas da Associação Brasileira de *Telemarketing*, o mercado nacional, em 1999, movimentou um montante de R\$ 44 milhões e engloba aproximadamente 400 empresas. Estima-se que para a abertura de um *call center* seja necessário investimentos da ordem de R\$ 1 milhão. Neste mercado o trabalhador do *telemarketing* é obrigado a adentrar no acelerado ritmo da informatização: eles atendem, em média, 400 ligações em 6 horas de trabalho, não possuem, em geral, contrato de trabalho e proteções sociais. Combina-se, desse modo, modernização e precarização do trabalho. Espera-se que haja, nos próximos anos, profissionalização do setor com formação técnica para o operador de *telemarketing* que seria oficialmente um "agente de negócios", espécie de "caixeiro viajante virtual" que, com apoio de banco de dados sobre consumo, reorganiza as informações para as empresas. Surgiram

analistas de sistemas, quanto a de programadores¹⁶⁷. J. Brissy (1974; 78-79) fala da formação de uma classe de burocratas: os *datacrates*, que auxiliam os processos de tomada de decisões nas corporações. Segundo o autor estes são profissionais que cuidam dos algoritmos, da pesquisa da suposta informação pertinente, e são assim "responsáveis pela identificação, seleção de alternativas possíveis, de suas conseqüências, avaliação de sua confrontação e, finalmente, da eleição da melhor alternativa" nos termos do sistema informático que manipulam.

Mas todas essas são atividades que se difundem com o apoio das firmas de assessoria e consultoria, que fornecem as estratégias para a concretização das ações. No Brasil há forte crescimento do setor desde meados da década de 1980.

O pessoal ocupado com assessoria e consultoria está preferencialmente nas metrópoles da *Região Concentrada* e com polarização nas metrópoles de São Paulo (37%) e Rio de Janeiro (18,6%). Pode-se, mais uma vez, distinguir a modernização do interior do estado de São Paulo, que participa mais efetivamente da divisão informacional do trabalho no Brasil.

recentemente os *web call centers* para agilizar, via *e-mail*, a comunicação entre empresa e cliente.

¹⁶⁷ Segundo J. Brissy (1974; 72-73) há uma divisão do trabalho entre a programação e análise de sistemas. Ao analista de sistema cabe a pesquisa operacional que busca definir a estrutura lógico-matemática do modelo e ao programador cabe comunicar ao computador as instruções implicadas no modelo lógico-matemático.

Tabela 22
Serviços de Assessoria, Consultoria e
Organização e Administração de Empresas
Pessoal Ocupado - Brasil e subdivisões - 1992

	nº absoluto	%
<i>BRASIL</i>	113.910	100,0
<i>Região Concentrada</i>	94.350	83,0
Estado de São Paulo	42.034	37,0
RMS	33.487	29,5
Interior	8.547	7,5
Estado do Rio de Janeiro	21.256	18,6
RMRJ	20.754	18,2
Interior	502	0,4

Fonte: Anuário RAIS, 1992

P. Veltz (1993) enfatiza que as empresas buscam hoje os grandes mercados de trabalhos metropolitanos que oferecem acesso a uma gama bem diferenciada de especialistas. Para o autor esta é uma opção para se alcançar maiores níveis de competitividade¹⁶⁸. Ora, São Paulo é hoje, no Brasil, o lugar onde as densidades informacionais são mais vigorosas e onde se adquire as competências especializadas, fator de arrefecimento dos riscos organizacionais para as empresas¹⁶⁹. O meio técnico-científico-informacional, portanto, segue se expandindo seletivamente mesmo no coração da região onde as modernizações são tendencialmente mais contíguas.

J. Gadrey (1994;132) enfatiza que certos espaços, territórios e aglomerações têm hoje, para certas empresas, a função de reduzir os riscos conjunturais e mais duráveis, tais como aqueles que envolvem gestão de recursos humanos e mercados de trabalho, relação salarial, oferta de

¹⁶⁸ Preocupado em entender as vias que as empresas utilizam para obter competitividade, P. Veltz (1993) pondera que "o meio metropolitano aparece como o único lugar apropriado para desenvolver as estratégias relacionais essenciais. E isso sobretudo porque a metrópole é o único lugar que oferece verdadeiramente as garantias de longo prazo sobre a disponibilidade de recursos estratégicos em mão-de-obra". No caso francês há enorme disparidade entre este mercado de mão-de-obra presente em Paris, frente as demais metrópoles: em 1990 eram 275.000 empregos no "terciário superior" em Paris, contra 22.000 em Lyon, 8.000 em Strasbourg e 3.500 em Montpellier.

¹⁶⁹ Assim, a empresa norte-americana *Global Enterprise Services (GES)* especializada em soluções para as redes *internet* e *intranet* de corporações globais como a *AT&T*, *Bell Labs*, *Basf*, *Fujitsu*, *Toshiba* optou por abrir seu escritório brasileiro na cidade de São Paulo, confirmando a tendência da década de 1990 de deslocamento de sedes de empresas para esta metrópole brasileira (*Gazeta Mercantil*, 22/07/1996).

escritórios, custo financeiro e fiscal de serviços de apoio entre outros. Para Gadrey algumas metrópoles, por seu capital cultural e capital organizacional, são prestadoras (e clientes) de serviços para firmas de serviços.

Os trabalhos com informação "identificam mudanças na estrutura produtiva e transacional das economias" (M. E. Hepworth, 1989; 19) e estruturam o espaço geográfico da atualidade.

Quadro 5

Algumas profissões típicas do período técnico-científico-informacional Brasil: profissões oficialmente regulamentadas entre 1970 - 1995.

Tecnólogos das Telecomunicações	Mercado Financeiro	Produtores de informações aos negócios empresariais	Tecnólogos da Informação	Administração Recursos Humanos	Engenharia e Arquitetura	Outros especialistas
<ul style="list-style-type: none"> - Técnico de telecomunicações - Pesquisador telecomunicações - Engenheiro de Telecomunicação - Operador de central telegráfica computadorizada - Operador de <i>telemarketing</i> - Técnico em equipamento de comutação eletrônica - Técnico de manipulação de tráfego eletrônico - Analisador de tráfego telefônico 	<ul style="list-style-type: none"> - Operador de câmbio - Analista de câmbio - Operador de produtos financeiros - Operador financeiro - Analista de crédito e cobrança - Corretor de ações - Corretor de bolsa de valores - Corretor de fundos públicos - Corretor de mercados de capitais 	<ul style="list-style-type: none"> - Consultores: de administração (organização, recursos humanos, etc); científico, sistemas, jurídico, médico, técnico (agropecuária, comércio de mercadorias, construção civil, extração mineral, transporte, finanças, imóveis, etc). - <i>Designers</i> - Agente de colocação - <i>Marketing</i> - Pesquisadores de mercado <p>Obs: as categorias publicitário e pesquisador vigoram desde a década de 1960.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Analista de suporte de sistemas - Analista de processamento de dados - Analista de teleprocessamento - Técnico de teleprocessamento - Programador de computador - Operador de computador - Operador de micro - Operador de console - Operador de periférico - Digitador - Programador de máquinas-ferramenta com comando numérico - Operador de equipamentos de entrada de dados - Encarregado de digitação e operação - Controlador E/S (controle de todo o sistema de processamento de dados) - Planejista - <i>Scheduller</i> (executa o plano diário de processamento) - Fitotecário 	<ul style="list-style-type: none"> - Economistas: programação econômico-financeira, mercadologia, de <i>marketing</i>, programador, analista de organizações - Psicólogos: do trabalho, social, educacional - Assistentes sociais - Técnico de administração - Técnico em comércio exterior 	<ul style="list-style-type: none"> - Engenheiros: de operação (eletrônica), mecatrônico, de materiais(cerâmica e vidros), de alimentos, de tráfego, pesquisador, de controle de qualidade, de segurança do trabalho, de telecomunicações, de tempos e movimentos, florestal, de organização e métodos, aeronáutico, nuclear, etc. Engenheiros consultores. - Arquitetos: urbanistas, paisagistas. Decoradores 	<ul style="list-style-type: none"> - Químico agrícola - Zootecnia - Técnico agropecuário - Técnico agricultura precisão - Engenheiro Florestal - Ecólogo - Bioquímico - Bacteriologista - Bioengenharia - Ecônomo - hotelaria - Turismo - Agente de viagens - Guia turístico - <i>promoter</i> - <i>show business</i> - Ergonomia - Fisioterapia - Contactólogo - Fonaudiólogo - Técnicos esportistas - Nutricionista - Laboratoristas etc

Fonte: Organização própria através da *Classificação Brasileira de Ocupações*, 1971 e 1994 - Ministério do Trabalho - SPES, Brasília, 1995

Capítulo 4

A ordem global e a produção de uma nova Forma-Conteúdo: a seletividade do meio técnico-científico-informacional metropolitano

"Se existe multiplicidade, é a dos objetos individuais, e o que procuramos não é a lei dos objetos. Os objetos não passam de objetivações e individuações. O que nos interessa é a lei do movimento geral da sociedade, pois é pelo movimento geral da sociedade que apreendemos o movimento geral do espaço".

(Milton Santos, 1991a).

"... existe um fio de Ariadne que nos permitiria passar continuamente do local ao global, do humano ao não-humano. É o da rede de práticas e de instrumentos, de documentos e traduções. Uma organização, um mercado, uma instituição não são objetos supra-lunares feitos de uma matéria diferente daquela de nossas relações locais sub-lunares. A única diferença vem do fato de que os primeiros são compostos por híbridos e, para sua descrição, precisam mobilizar um grande número de objetos".

(Bruno Latour, 1994; 119).

Uma nova *economia política da cidade* (M. Santos, 1994b) passou a condicionar e mediar as forças da globalização em São Paulo desde fins da década de 1980. Um forte jogo especulativo se deu entre a obsolescência sócio-geográfica de certas áreas (tais como o Centro Velho e a Avenida Paulista e entorno) e a atual produção das frações mais globalizadas do território metropolitano (a região da Avenida Nações Unidas e da Avenida Luiz Carlos Berrini). A cidade, vulnerável aos interesses corporativos, acabou atendendo aos desígnios da nova divisão do trabalho por meio de um processo de valorização diferencial (leia-se fragmentação) do território urbano. Como assinalou M. Santos (1994b; 129-130), "a cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas (...). Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão

interna do trabalho interna a cada aglomeração não lhe é indiferente". Que papel cumpre o meio ambiente construído na realização dos capitais particulares existentes na grande cidade? Como se criam as condições de competitividade (fluidez) requeridas pelas grandes empresas, particularmente as globais? Quais as centralidades e as marginalidades¹⁷⁰ que se evidenciam com a atual rehierarquização de São Paulo?

Tanto para produzir quanto para distribuir as informações que irão circular nas redes globais, conectando o país com o mundo, frações do território metropolitano devem adaptar-se ao ritmo da fluidez contemporânea dos "autômatos". Para tanto, governos e empresas formam coalizões e intentam anular, minimizar ou tangenciar as rugosidades¹⁷¹ criadas com a divisão do trabalho do período mais propriamente industrial da cidade. O lugar metropolitano se redefine, ganha outro conteúdo sob o impacto do novo sistema técnico informacional. O território se rearranja como resultado da combinação de técnicas qualitativamente diferentes, pois representantes de tempos específicos; em São Paulo é possível encontrar as mais diversas formas de capital, organização e tecnologia.

A nova forma urbana com seus paradigmáticos "bairros inteligentes", é extremamente rígida quanto à especialização técnica e, por conseguinte, funcional. A monofuncionalidade do novo centro de negócios corporativos globais levou H. Frúgoli Jr (2000; 214), em sua análise da centralidade em São Paulo, a assinalar "a geração de um tipo de espaço urbano desértico", onde os

¹⁷⁰ C. Raffestin (1993; 187) recomenda uma reformulação das noções de centro e periferia urbanas, pois "se quisermos construir uma análise em termos de noções dinâmicas, é preciso falar de organizações ou de grupos em situação de centralidade e de organizações ou grupos em situação de marginalidade. Não se dará então à necessária representação bifacial uma conotação geométrica que (...) não é mais que uma simbologia *a posteriori*, que nada explica". Nessa mesma linha de preocupações, E. Almeida (2000) analisa as metrópoles brasileiras no período da globalização, buscando construir um novo enfoque para a análise das grandes cidades; a autora enfatiza a existência de novas centralidades casadas com um forte "processo de periferização".

¹⁷¹ "Chamemos de rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (...). Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho" (M. Santos, 1996a; 113). Ver também M. Santos (1978a).

interesses coletivos estão subordinados à hegemonia empresarial e, portanto, há declínio da vida pública. Ora, é justamente esta aridez que parece garantir a fluidez aos grupos empresariais hegemônicos presentes no lugar, pois foram eliminadas desses novos espaços, por exemplo, todas as atividades mais populares, como bares, pequeno comércio, feiras, entre outras, predominantes no centro antigo. Soma-se a isso a inexistência de manifestações políticas como aquelas que consagraram a Avenida Paulista como marco de reunião.

No período atual, fluidez e competitividade tornaram-se praticamente sinônimos. Segundo B. Latour (1994) “é preciso que as coisas andem na mesma velocidade e sejam substituídas por outras igualmente bem alinhadas para que o tempo se torne um fluxo”.

O grau de complexidade do mundo vivido cotidianamente toma uma nova dimensão quando habitamos cidades em cujo espaço estão presentes grandes objetos, estrategicamente elaborados para a realização de eventos globais. Voltados à produção da racionalidade econômica, os *espaços da globalização* ensejam uma nova vida de relações cotidianas. Há novas formas de lazer, o complexo sistema de tráfego, os aeroportos, o sistema de telecomunicações, os locais de consumo sofisticado, as novas formas de habitar, os novos trabalhos, entre outros elementos concebidos para alavancar, em conjunto, a fluidez. Os sistemas de objetos informacionais, parafraseando A. Moles (1973; 199), são “vetores de comunicação”. Desse modo, cresce a participação de uma dada racionalidade técnica em todos os níveis da vida cotidiana.

L. Mumford (1965; 688) previa o nascimento desta nova metrópole, dizendo-nos que em seu cotidiano todos “os aspectos da vida devem ser postos sob controle: controle do tempo, controle do movimento, controle da associação, controle da produção, controle das fantasias, controle das idéias”. M. Maffesoli (1978;119), por sua vez, afirma que esta sociedade do controle repousa sobre a “equivalência generalizada”, aquela que “torna comparável o que é heterogêneo” por meio da abstração e quantificação. Para J. Baudrillard (1993;54), passamos de um “gestual universal de trabalho a um gestual universal de controle”. E, como avaliou G. Friedmann (1973; 439), “o meio

técnico se inclui entre as causas mais poderosas tendentes a individualizar os comportamentos, a ultrapassar, na vida fora da empresa, do escritório, do canteiro, as distinções de classe social e a substituí-las pela do *status* socioeconómico".

Recria-se o mundo por meio de poderosas imagens simbólicas, que incluem, crescentemente, a produção dos objetos técnicos informacionais na cidade¹⁷². Tratar-se-ia, parafraseando R. Ortiz (1994; 110), da produção de uma "asépsia signíca"? Afirmam-se, hoje, segundo A. C. T. Ribeiro (1988; 20), "interpretações hegemônicas sobre a face moderna que se deseja para a cidade". Explica a autora que tais "sínteses são produzidas, sobretudo, pela seleção simbólica de partes do espaço e da vida coletiva e, por sua referência expressiva à totalidade urbana". A noção de cidade global vai aos poucos se tornando banal, sobretudo entre aqueles que se propõem a entender e planejar as grandes cidades, o que representa, em última instância, investir conhecimento para a produção e o uso eficaz da tecnoesfera, garantindo a fluidez necessária às ações globais, em detrimento de toda a cidade. Tal seria o *marketing*, ainda que difuso, da cidade global.

4.1 Um novo centro de negócios: a organização da Avenida Luiz Carlos Berrini e entorno

A região sudoeste da cidade de São Paulo¹⁷³ sofre um acelerado processo de transformação que vem alterando suas antigas funções residenciais. Desde meados da década de 1970 e, mais vultuosamente a partir das décadas de 1980 e 1990, essa fração da cidade está sendo equipada com

¹⁷² Milton Santos (1991a; 23) aponta que "a evolução da forma é agora função de *marketing* (...), para interpretar corretamente o espaço é preciso descobrir e afastar todos os símbolos, destinados a fazer sombra à nossa capacidade de apreensão da realidade".

¹⁷³ Por região sudoeste estamos considerando o que Helena K. Cordeiro (1980) denomina por "quadrante sudoeste": uma área formada pelos bairros do Jardins, Brooklin, Vila Olímpia, Itaim, Santo Amaro (Chácara Santo Antônio) e Alto de Pinheiros, tendo como eixos centrais de circulação viária a Avenida Paulista, Avenida Faria Lima, Avenida Juscelino Kubitschek, Avenida Bandeirantes, Avenida Luiz Carlos Berrini e Avenida Nações Unidas - Marginal Pinheiros (Mapa 2).

sofisticados prédios de escritórios, que abrigam sedes das corporações e uma multiplicidade de atividades quaternárias¹⁷⁴.

Helena K. Cordeiro (1980), em seu clássico estudo sobre a expansão do centro de negócios da metrópole paulista, nos ajuda a encontrar a gênese deste processo no início da década de 70, a partir do desdobramento do antigo centro metropolitano para a Avenida Paulista e depois para a Avenida Faria Lima. Segundo a autora (1980;73) "o quadrante sudoeste é o mais consumido no dia-a-dia da expansão do Centro Metropolitano, onde se instalam os serviços terciários e quaternários".

São dois eventos, em São Paulo, que marcam a produção de imóveis para empresas - o denominado *immobilier d'entreprise* (R. Castillo, 1996): o Centro Empresarial São Paulo¹⁷⁵ e a Avenida Luiz Carlos Berrini, ambos no final da década de 70 (Gaeta, 1995; N. Fujimoto 1994). Pela primeira vez na história urbana de São Paulo foram empreendidos, estrategicamente e de uma só vez, dois grandes projetos imobiliários voltados exclusivamente a sediar as atividades de gestão¹⁷⁶. Através destes empreendimentos pioneiros se iniciou um novo momento da especulação imobiliária na cidade, relacionado diretamente à produção de um espaço da globalização e garantindo, no seu decorrer, as novas formas de circulação do capital imobiliário, nos moldes do que ocorre nas demais metrópoles globais.

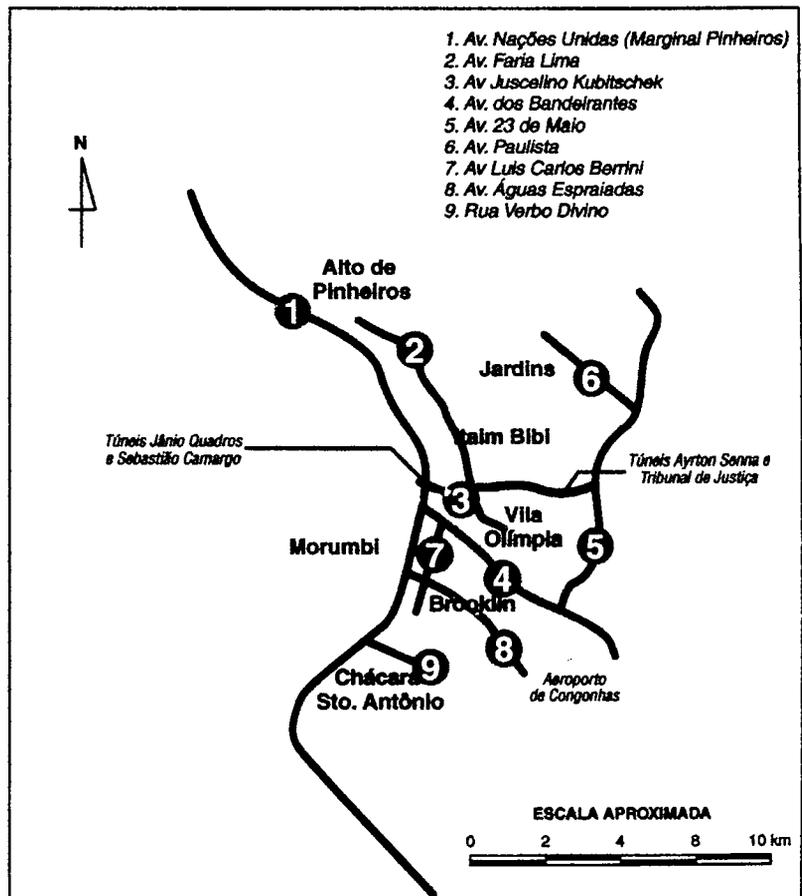
¹⁷⁴ A planta genérica de valores de 1987 da cidade de São Paulo revelou "a consolidação do setor sudoeste como área mais valorizada da cidade" (R. Castillo, 1993; 123).

¹⁷⁵ Entre as grandes empresas globais e nacionais que instalaram suas sedes/escritórios no Centro Empresarial de São Paulo destacamos: *American Express, Arthur Andersen, Boucinhas & Campos, Bunge, Ernst & Young, Mercedes-Benz e Mercedes-Bens Leasing, Villares, Procter & Gamble, Rhodia, KodaK, Gessy Lever*, entre outras. Conforme assinalou N. Fujimoto (1994; 12) a construção do Centro Empresarial é parte integrante de uma série de intervenções de caráter privado responsáveis pela reorganização espacial da zona sul da cidade e que difundiu o uso das Marginais como novo pólo concentrador de escritórios de grandes empresas, hipermercados e *shopping centers*.

¹⁷⁶ "Na Avenida Faria Lima, como na Avenida Paulista, o processo de ocupação realizou-se através de mecanismos concorrenciais, ou seja, os edifícios foram construídos por várias empresas que entraram em concorrência para a aquisição de terrenos que vinham sendo valorizados" (N. Fujimoto, 1994; 3).

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Quadrante Sudoeste



-  Túneis
-  Principais eixos viários
-  Outras vias

Elaboração: Adriana Maria Bernardes da Silva, 2001
 Cartografia: Carlos Tadeu C. Gamba e Gilberto Cunha Franca

O caso da Avenida Berrini, estudado por N. Fujimoto (1994), revela, segundo o autor, a "produção de um espaço monopolista", cuja intencionalidade rompe com o antigo processo de valorização residencial da região. Sob o monopólio da empresa *Bratke-Collet* foi criado um uso possível para uma fração do território urbano¹⁷⁷ que, aceleradamente, ganhou um novo valor de troca, desencadeando profunda transformação que repercute em toda a metrópole. Conforme assinalou D. A. Heelan (1977; 84) "o mercado para negócios com *headquarters* é oligopolista (...); as barreiras para entrar são altas e relativamente poucas cidades são competitivas".

Esta nova logística imobiliária seria, segundo Zuliani (1992;11), um importante indicador da globalização de algumas cidades, pois a acelerada mudança da manufatura para os serviços implicou no deslocamento de grandes investimentos em capital fixo na indústria para sofisticados escritórios (R. A. Beauregard 1991;94).

Ora, decorridos os anos desde a construção destes dois empreendimentos pioneiros na metrópole paulista, consolidou-se a estratégia de orientar o centro de negócios paulistano para a região sudoeste. A Marginal Pinheiros, na década de 1990, tornou-se a direção avançada do setor quaternário, em decorrência da Avenida Berrini, de um lado, não apresentar mais espaços disponíveis para a incorporação de imóveis de escritórios e, de outro, pelo fato de a lei de zoneamento restringir a produção de edifícios muito altos. A Avenida Nações Unidas ou pólo da Marginal Pinheiros se apresentou como o lugar privilegiado para a instalação de verdadeiras torres de escritórios, vindo complementar e consolidar, com os edifícios inteligentes, o novo centro de negócios globais da cidade de São Paulo.

A. F. A. Carlos (2001; 94) assevera que hoje na cidade de São Paulo se configuram áreas que vão "se consolidando ou surgindo como novos focos de instalação de modernos edifícios de escritórios, com padrão arquitetônico e de

¹⁷⁷ A *Bratke Collet* agiu da seguinte forma: a) aquisição de vários terrenos no prazo de dois anos, que deram origem a um estoque de terras; b) incorporação de capitais para a produção dos imóveis; c) omissão aos antigos proprietários da magnitude do empreendimento. Em 1987 quase 100% dos edifícios construídos pertenciam a esta empresa e os novos investidores imobiliários que se interessaram pelo local passaram a arcar com os custos da valorização sofrida, obtendo, por conseguinte, lucros médios menores (N. Fujimoto, 1994).

construção, diferenciado, apresentando serviços baseados em tecnologia de última geração, tanto no que se refere ao processo construtivo quanto, depois de prontos, às atividades de gerenciamento e administração de edifícios”.

Segundo dados da Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo (BIESP), até 1994 a média histórica anual de absorção dos escritórios comerciais em São Paulo era de 150.000 metros quadrados¹⁷⁸. Tal montante saltou para cerca de 450.000 metros quadrados em 2000. Credita-se tal crescimento à entrada de inúmeras empresas globais no Brasil nesta última década, que buscam São Paulo para instalar a sede administrativa local¹⁷⁹. Na Avenida Nações Unidas o valor do metro quadrado para aluguel aumentou 250% entre 1995 e 2001 (era R\$30,00 em 1995 e passou para R\$70,00 em 2001)¹⁸⁰. São Paulo faz parte de um *ranking* elaborado pela consultoria de imóveis *Cushman & Wakefield Semco* que a classificou entre as vinte cidades mais caras do mundo.

¹⁷⁸ A cidade de São Paulo possui cerca de 6,3 milhões de metros quadrados de área útil de imóveis comerciais (7% na Avenida Berrini, 7% na Marginal Pinheiros, 5% na Avenida Faria Lima, 19% na avenida Paulista e 43% no Centro Antigo). Segundo pesquisa elaborada pela consultoria *Jones Lang LaSalle*, deste total apenas 523 mil metros quadrados atendem às exigências das empresas estrangeiras que querem se instalar na cidade, sendo que somente 15 mil metros quadrados estariam disponíveis para locação e não atendem à demanda criada (principalmente por empresas dos ramos farmacêutico, telecomunicações e informática) desde meados da década de 1990. Atualmente na cidade de São Paulo, há carência de imóveis corporativos, o que faz supor ser este um lugar atraente para investidores globais que especulam com imóveis.

¹⁷⁹ Estima-se que "70% do volume de negócios em São Paulo no setor de escritórios, em 1996, teriam sido com multinacionais, num total de quase 330 mil metros quadrados, enquanto a média nos 15 anos anteriores teria ficado entre 60 mil e 80 mil metros quadrados (...) Os processos de expansão desse pólo terciário indicam claros sinais de uma forte internacionalização do mercado, ou então de sua globalização" (H. Frúgoli Jr; 2000; 195).

¹⁸⁰ O preço médio do aluguel de escritórios de alto padrão na cidade de São Paulo em 2000 era o seguinte: a) Centro - R\$ 20,00; b) Avenida Paulista - R\$ R\$ 60,00; c) Nova faria Lima - R\$ 70,00; d) Avenida Berrini - R\$ 55,00; e) Jardins - R\$ 50,00; f) Vila Olímpia - R\$ 45,00; g) Itaim-Bibi - R\$ 70,00; h) Chácara Santo Antonio - R\$ 40,00 (Exame São Paulo, 2001).

Tabela 23
Valor do aluguel de escritórios corporativos - 2001

Cidades	Custo Total de Ocupação (em R\$/m ²)
Londres	217,89
Tóquio	216,28
Hong Kong	172,70
San Francisco	129,12
Paris	116,21
Zurique	114,59
Nova Iorque	108,14
Estocolmo	108,14
Bombaim	106,52
Boston	92,00
Moscú	88,77
Frankfurt	88,77
Atenas	80,70
Cingapura	77,47
Dublin	75,86
Buenos Aires	72,63
Madri	72,63
Taipe	69,40
São Paulo	69,40
Varsóvia	67,79

Fonte: *Cushman & Wakefield Semco.*

No entorno da Marginal Pinheiros (Avenida Nações Unidas) e Avenida Luiz Carlos Berrini, principalmente nos bairros do Itaim, Vila Olímpia, Brooklin, Chácara Santo Antônio crescem agora, ano a ano, os investimentos imobiliários para empresas. Segundo dados da bolsa de imóveis de São Paulo, que também assessora investimentos nesta região da cidade, as sedes de indústrias ocupam 48% dos escritórios da região da Marginal Pinheiros, enquanto que os serviços ocupam cerca de 30% (Gazeta Mercantil, 4/1/1996).

Há um forte dinamismo, com tendência à expansão, para este setor de investimentos imobiliários em São Paulo. São inúmeros os exemplos de realocação das sedes das empresas em direção ao sudoeste na cidade; uma mobilidade que é tanto intra-metropolitana, quanto proveniente de outros estados¹⁸¹.

¹⁸¹ Mudaram-se para esta região recentemente o *Lloyds Bank*, Banco Noroeste, *Swiss Bank*, Banco Marco, AT&T. O maior conglomerado de telecomunicações do Brasil, as Organizações Globo, em associação com as redes *Wall Mart* e *Cesar Park*, iniciou a construção de uma torre de escritórios na Marginal Pinheiros que abrigará a futura sede da empresa - que sairá da

A reorganização viária do quadrante sudoeste caracteriza, também, a força desta expansão. Mesmo diante de resistências de várias instâncias, foram derrubadas áreas residenciais e criado um corredor para fluir o trânsito, que interliga, em pouco tempo, os bairros da região¹⁸². Trata-se, na verdade, de um pesado jogo especulativo que resultou na produção da Avenida Nova Faria Lima¹⁸³ e na Avenida Água Espraiada, ambas situadas na região mais valorizada para empreendimentos em imóveis corporativos. O Estado, nos últimos anos, empenhou-se em equipar esta parcela do território metropolitano, consolidando, definitivamente, o processo de sobrevalorização da região como um todo. Processo este ainda mais dinamizado agora, diante do avanço da verticalização e suas correlatas novas funções globais.

Freqüentemente os políticos, a mídia e os investidores, justificam esta expansão do centro de negócios em direção ao sudoeste da cidade, alegando que as antigas áreas, como o centro histórico da cidade e a Avenida Paulista, estão saturadas e tecnologicamente obsoletas. Parece tratar-se de um processo pautado em uma renovada forma de especulação imobiliária no qual atuam os fluxos de investimentos, cuja escala de atuação é planetária¹⁸⁴.

Por isso conforma-se, hoje, em São Paulo, uma espécie de guerra dos lugares para atrair equipamentos públicos e investimentos em imóveis para empresas. Esta “guerra intrametropolitana” está se travando entre poderosos grupos econômicos, que formam, muitas vezes, coalizões distintas.

cidade do Rio de Janeiro - o mesmo que aconteceu com o *Citybank*. A *BMW* instalou o seu centro de treinamento para a América Latina, também na região. O *BankBoston* instalará sua nova sede na Avenida Nações Unidas, num único edifício para abrigar cerca de 2.600 funcionários do banco.

¹⁸² Numa estratégia entre a construtora OAS e o governo municipal (gestão do prefeito Paulo Maluf, 1993-1996), cerca de 3.000 famílias do complexo de favelas Águas Espraiadas foram retiradas do local para dar lugar a uma nova Avenida. O projeto intitulado Águas Espraiadas foi coordenado pelo Unibanco e contou com um *pool* de empresários da região - entre eles o *World Trade Center*, a *Biesp*, a *Bratke Collet*, o Hotel Meliá entre outros (H. Frúgoli Júnior, 2000; 205).

¹⁸³ O novo trecho da Avenida Faria Lima inaugurado há cinco anos conta com importantes investimentos corporativos como os edifícios *Birmann 29* e o *L'Arche*. A *Birmann* esta incorporando no cruzamento das avenidas Faria Lima e JK um novo empreendimento: o *Birmann 31*.

¹⁸⁴ Nas palavras do próprio presidente da Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo, P. Weks, consolidar o novo eixo empresarial da cidade consiste numa importante estratégia para atrair investimentos de fundos de pensão e de capitais estrangeiros em geral (Folha de São Paulo, 17.12.95).

Assim, de um lado, há as alianças envolvendo os vultosos projetos na região sudoeste e que conta com o Grupo *Bratke Collet*, a consultoria *Richard Ellis*, a incorporadora *Birmann*, a Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo, entre outros. Este é o jogo de negociações com maior força¹⁸⁵ e que está, propriamente, expandindo o meio técnico-científico-informacional na metrópole paulista com o apoio do poder local. De outro lado, encontra-se a recente articulação polarizada em torno de um projeto de revitalização do centro histórico da cidade. O centro antigo ainda concentra cerca de 50% do setor financeiro (a Bovespa, o Banespa, inúmeras corretoras¹⁸⁶ etc) de uma cidade que se define, também, por ser a primeira praça financeira do país. Esta última articulação, através da Associação Viva o Centro, presidida pelo Banco de Boston, tem por objetivo realizar uma profunda revitalização do antigo centro comercial e de negócios, tornando-o, nos moldes das metrópoles européias, um lugar de negócios transnacionais, dotado com um complexo turístico e sofisticadas áreas de lazer e consumo¹⁸⁷. Tem sido prática corrente nas negociações, visando legitimar a coalizão Viva o Centro, a produção de um discurso sobre as vantagens que São Paulo teria como Cidade Global, fato este somente possível, segundo afirmam, quando seu centro histórico possuir “uma identidade que o destaque e valorize entre as demais cidades”: São Paulo seria então “cidade global e capital do Mercosul”¹⁸⁸.

Sobressaem, desse modo, a participação de inversões não locais, isto é, de capital forâneo, e cujo resultado é um espaço altamente produtivo, racionalizado e, por conseguinte, intencional, pois inteiramente voltado à realização dos eventos que constituem o modo de atuação das grandes firmas.

¹⁸⁵ Há também o Movimento Associação Paulista Viva, comandada pelo Banco Itaú mas que efetivamente ainda não possui um projeto claro para a região.

¹⁸⁶ No ano de 1997 assim se apresentava a distribuição na cidade de São Paulo das corretoras membros da Bovespa: entre o total de 66 empresas, 48% permanecem no Centro Antigo, 21% na Avenida Paulista, 31% na Avenida Berrini e adjacências (Bovespa, 1997).

¹⁸⁷ Recentemente foi aprovado o projeto Operação Urbana Centro, que admite o readensamento do Centro Antigo, com isenção fiscal, expansão da estrutura viária e de telecomunicações, atração de equipamentos culturais e de consumo, etc.

¹⁸⁸ (Informe Viva o Centro, nº 73, maio, 1996).

A incorporação¹⁸⁹ destes imóveis corporativos está associada à lógica de atuação global de grandes grupos que atuam no mercado imobiliário e financeiro. Para M. Gottidiener (1993;202) as complexas transformações dos centros das metrópoles contemporâneas são decorrentes da interação de frações do capital (aqueles que atuam globalmente), “especialmente através das ações do capital financeiro e da atividade combinada do setor de propriedade”.

Atuam nesse mercado imobiliário corporativo de São Paulo as construtoras e incorporadoras *Birmann*, a *Tishman-Speyer-Método*, a *Brazil Realty*, a *Serplan*, a *Inpar*, a *Hines* e a *JHS-F*, entre outras empresas.

A incorporadora e construtora *Birmann*¹⁹⁰ destaca-se desde a década de 1980 através das ações que desencadeou na Chácara Santo Antônio (Santo Amaro). É a principal difusora do modelo de edifícios predominante no bairro: baixos e com área útil por andar entre 800 e 1,3 mil metros quadrados. É o caso do edifício ocupado pelo *Deutsche Bank* e de outros onde se instalaram, por exemplo, várias firmas de publicidade. Há também o *Birmann 11* adquirido por fundos de pensão estrangeiros (tais como *Owens Corning Fiberglass* e *Caterpillar*) e o *Birmann 12* comercializado com o fundo de pensão brasileiro *Funcef*, com as empresas de consultoria *MacKinsey* e *Richard Ellis* e a *Mobil Oil*. Já nos anos 1990 a empresa *Birmann* é responsável pela produção de uma família de "edifícios inteligentes" na cidade (*Birmann 20*, *Birmann 21* e em construção o *Birmann 31*) desencadeando forte especulação globalizada nesse mercado imobiliário de São Paulo.

Atualmente há cerca de dez grandes investimentos (que no conjunto perfazem um capital de R\$ 2.000.000,00 e um estoque de 432.000 novos metros quadrados para escritórios) em imóveis corporativos praticamente sob

¹⁸⁹ Incorporar designa “a criação do espaço vertical; trata-se de um processo que vai desde a compra do terreno até a venda” (M. A. de Souza, 1994:190).

¹⁹⁰ A *Birmann* é a maior “incorporadora de edifícios de escritórios brasileira (ligada à norte-americana *Turner Construction Corporation*, uma das maiores do mundo), com tradição anterior na área residencial, que começou a desenvolver prédios de escritórios a partir de indicações da *Richard Ellis*, quando início do desenvolvimento desses na Marginal Pinheiros” (H. Frúgoli Jr, 2000; 190).

controle destas empresas no eixo que interliga a Avenida Nova Faria Lima com a Avenida Berrini.

Tabela 24

Cidade de São Paulo - 2001

Imóveis corporativos em construção no eixo Av. Nova faria Lima - Av. Berrini

Projetos	Construtora	Investimentos (em milhões de reais)	Área útil em m2	Inauguração prevista
1 Rocha Vera Plaza	Tishman Speyer Método	500	120.000	2004 /2002
2 Bank Boston	Hochtief	300	33.600	2002
3 Millenium Office Park	Serplan	100	22.000	2003
- 4 Ohtake Cultural Faria lima	Serplan	*****	35.000	2001 / 2002
5 Financial Center	Brasil Realty	172	26.500	2003
6 Birmann 31	Birmann	120	20.000	2002
7 International Plaza	Hines	120	18.000	2003
8 Panamby Lote 7	Birmann	250	90.000	2003
9 Continental Office Tower	Inpar	200	27.000	2003
10 Panamerica Park	Hines /Itaú S.A.	200	41.100	2001 / 2002

Fonte: Revista Exame São Paulo, 2001

Grande parcela das inversões de capital para incorporação dos edifícios na região sudoeste da cidade provém hoje de agentes financeiros globais¹⁹¹. Os fundos de pensão no Brasil investem cerca de 15% de seus ativos em imóveis e, em boa parte, nos imóveis para empresas hegemônicas. Assim é que trinta fundos de pensão foram responsáveis por 85% das cotas do *World Trade Center* de São Paulo.

Está também sendo construída na região Marginal Pinheiros¹⁹² a “*City Panamby*”, um bairro-condomínio de 715.000 metros quadrados composto por 47 edifícios residenciais de alto padrão, 7 torres de escritórios, 2 hotéis, um centro comercial e gastronômico, 2 parques públicos (esta significativa área verde de 138 mil metros quadrados foi doada ao município de São Paulo). É um dos maiores empreendimentos corporativos da metrópole paulista na década de 1990, voltado às residências das classes médias altas e ao trabalho de executivos de grandes empresas. O projeto está avaliado em R\$ 1,5 bilhão e 67% das contas pertencem aos fundos de pensão¹⁹³. O capital para o empreendimento provém do recém criado mercado de fundos de investimentos imobiliários no Brasil. O Fundo de Investimento Imobiliário Panamby, lançado pelas instituições financeiras Bradesco e Brascan, é a primeira dessa nova forma financeira globalizada em operação no território nacional. Podemos observar que a Brascan é a única corretora da Bovespa localizada na Avenida

¹⁹¹ É o caso, em São Paulo, do *Citibank* que participa com 10% do total de investimentos planejados para a construção do *Faria Lima Financial Center* e do *BankBoston* que está construindo um edifício na Avenida Berrini para atender seus clientes “corporates”. A *Brazil Realty* (joint venture entre o grupo *Cyrela* e a argentina *IRSA*, controlada por G. Soros) garante rentabilidade média de 18% em seus investimentos. O mercado de imóveis corporativos brasileiro - leia-se paulistano - oferece uma rentabilidade considerada alta pelos investidores globais (cerca de 12%) - (Gazeta Mercantil, 08/09/1998).

¹⁹² O *Panamby* está localizado entre as pontes Morumbi e João Dias na Marginal Pinheiro na Vila Andrade. O Projeto foi elaborado pela Lubeca, empresa imobiliária do grupo argentino *Bunge y Born*. A engenharia financeira começa a partir da compra da área pela Brascan por R\$ 67,1 milhões que administra o fundo, ao passo que o Bradesco dá garantia à colocação dos fundos no mercado de capitais. O fundo é autoliquidável, com prazo de dez anos para ser encerrado. As cotas deste fundo imobiliário estão praticamente em mãos de fundos de pensão (Previ, Petrus, valia) e bancos (Rural, Pontual, Banorte, Icatu, entre outros) que as comercializam com as construtoras *Birmann*, *Gafisa*, entre outras.

¹⁹³ A nova reforma do sistema financeiro brasileiro autorizou entrar em funcionamento, desde 1994, os fundos de investimentos imobiliários. Estes fundos permitem levantar capital para grandes empreendimentos no setor através das bolsas de valores. (Exame, março, 1995 e revista *Amanhã*, nº 84, 1994).

Nações Unidas e, ao que parece, tornou-se um dos atores principais do processo de valorização imobiliária desta região.

Um outro mega-projeto, o Centro Empresarial Nações Unidas, conjunto de três torres de escritórios qualificadas de inteligentes parece-nos, também, designar muito bem este período. Trata-se de uma associação entre o fundo de pensão da Caixa Econômica Federal (o incorporador), a Método Engenharia e a *Tishman Speyer Propertiers*. Esta última, uma empresa do setor imobiliário norte-americano, está atuando pela primeira vez na América Latina. A função desta empresa, em *joint-venture* com a Método, será a de elaborar o projeto, conceber as especificações técnicas, comercializar e gerenciar os lucros (Gazeta Mercantil, 28/06/1996). Em 1999 quando foi entregue a Torre Norte do conjunto Nações Unidas, 70% da área disponível estava alugada e os restantes 30% foram comercializados logo em seguida, evidenciando a demanda por escritórios corporativos na cidade de São Paulo. Situam-se as seguintes corporações globais neste que é considerado um dos novos edifícios "inteligentes" paulistano: *Microsoft, Compaq, Global One, Direct TV, Computer Associates, Booz Allen, Monsanto e Siebel*.

Além destas empresas sobressaem no ramo imobiliário inúmeras atividades especializadas que incluem arquitetos, economistas, corretores, advogados, consultores, analistas de sistemas, agências especializadas de publicidade e marketing etc. Há, portanto, na metrópole, um novo mercado do quaternário que oferece suporte a este *circuito secundário*¹⁹⁴ (H. Lefebvre, 1976), agora globalizado.

¹⁹⁴ Conforme assinalou H. Lefebvre (1976; 56) "a entrada da construção na órbita industrial, bancária e financeira, constituiu (...) um objetivo estratégico. O circuito imobiliário, antes subalterno, insere-se hoje dentro do circuito normal produção-consumo".

4.2 "Edifícios inteligentes", simultaneidade e fluidez dos eventos da globalização

Uma nova paisagem ganha nítido contorno na cidade de São Paulo na década de 1990 com a presença de vários "edifícios inteligentes". Estima-se que até 1995 haviam cerca de 20 desses imóveis em São Paulo, a grande maioria no entorno da Avenida Berrini, particularmente na Avenida Nações Unidas¹⁹⁵. Tais edifícios despontam como um dos principais indicadores do atual estágio de produção do Centro Informacional de São Paulo, pois aparecem como uma das exigências das empresas globais para se instalarem¹⁹⁶.

Segundo S. Graham (1996) os prédios inteligentes compõem "um sistema dentro de um universo eletrônico por onde fluem, 24 horas por dia, fluxos de capitais, serviços e força de trabalho via redes corporativas telemáticas". Por serem informatizados podem unificar em tempo real as empresas com suas matrizes ou clientes no exterior sendo, por conseguinte, os mais adequados às demandas de fluidez (leia-se competitividade) dos grupos empresariais. M. Santos (1996a; 218) nos explica que hoje "a fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um suporte da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa,

¹⁹⁵ O escritório de arquitetura Edilson Musa Arquitetos, em associação com o escritório de arquitetura inglês DEGW, a empresa de engenharia *Ove Arup* entre outros, realizaram uma pesquisa sobre edifícios inteligentes no Brasil. Constataram que entre cerca de 200 candidatos apenas 11 cumpriam cabalmente as normatizações internacionais de classificação. Eis uma contabilidade controversa pois são muitos os interesses especulativos numa cidade que é hoje alvo dos investidores imobiliários globais. Todavia, entre os 11 imóveis finais, a pesquisa indicou que 8 deles estão na cidade de São Paulo e se localizam na zona sudoeste, tais como o Atrium, na Vila Olímpia; o L'Arche nos Jardins, o Centro Empresarial Nações Unidas em Santo Amaro, o Plaza Centenario no Brooklin, os edifícios Birmann na Berrini e na Marginal Pinheiros (Gazeta Mercantil, 12/03/1998).

¹⁹⁶ Custosos por envolverem tecnologia predial informatizada esses edifícios inteligentes somente são acessíveis às corporações globais que podem arcar com o valor do metro quadrado. Em 1995 o metro quadrado do edifício *Birmann 21*, na época em construção e localizado na Avenida Nações Unidas, estava cotado em R\$4.000,00 para venda, contra uma média dos demais edifícios da região cotada em torno de R\$1.400,00 para venda. (Data Folha, 22/10/1995). Este é um dos edifícios mais sofisticados da cidade de São Paulo.

uma condição e um resultado. Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constróem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopolos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles "circulam". É como se, também, fossem fluxos".

Esses edifícios conformam verdadeiros sistemas de objetos técnico-informacionais que povoam, seletivamente, algumas metrópoles mundiais e permitem acelerar os fluxos intra e inter empresas. São, pois, os objetos técnicos que melhor viabilizam as ações quaternárias do atual período.

Os novos edifícios para escritórios empresariais, construídos com alta tecnologia, são idealizados para se adaptarem permanentemente às inovações vindas das telecomunicações e informática¹⁹⁷, bem como aquelas inovações provindas da automação predial, que gerenciam o condomínio¹⁹⁸ reduzindo custos e ampliando a segurança. Daí o atributo da flexibilidade e da inteligência atribuído pela arquitetura contemporânea a este sistema de objetos.

Segundo P. L. C. Almeida e C. J. P. Alves (2000; 2) "as primeiras preocupações arquitetônicas que culminam com a automação predial vieram com a necessidade de suplantar os problemas da obsolescência e flexibilidade dos edifícios (...). Em 1984, foi construído em Nova Iorque pela companhia AT&T, projetado por P. Johnson e J. Burges, o prédio que incorporava os princípios de flexibilidade e os mais avançados sistemas de automação e telecomunicações. Dois anos mais tarde, em 1986, a companhia de seguros Lloyd's constrói em Londres um edifício com alta tecnologia. Projetado pelo arquiteto R. Rogers, sua estrutura foi concebida para durar 50 anos, o sistema

¹⁹⁷ Assim, os *shafts*, dutos verticais que levam a fiação elétrica, de telefonia e de aparelhos de informática para os andares, permitem atualização e manutenção sem que seja necessário mexer na estrutura do prédio. Do mesmo modo, o piso dos escritórios, onde corre toda a fiação e são feitas as ligações, é formado por módulos quadrados encaixados. O forro rebaixado é também modular para manutenção e atualização do sistema de ar-condicionado e das luminárias (Folha de São Paulo, 22/10/1985 e Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo).

¹⁹⁸ A chamada automação predial reduz os custos do condomínio por meio de sistemas de controle das funções do edifício (ar condicionado central, fluxo dos elevadores, iluminação, consumo de eletricidade, hidráulica), bem como aumenta a segurança (contra incêndio) e o controle do movimento daqueles que acessam o local, por meio de circuito fechado de TV, cartão magnético dos usuários e câmaras nos elevadores. Esses edifícios possuem uma sala de operações com técnicos monitorando as informações na rede de computadores (Folha de São Paulo, 22/10/1985 e Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo).

de ar condicionado 15 anos e as comunicações 5 anos. No mesmo ano em São Paulo foi construído o edifício do *Citibank*, pioneiro no Brasil nas novas tecnologias e os edifícios do Centro Empresarial Itaú Conceição (CEIC), concebidos com tecnologia nacional. Em 1992, com o fim da reserva de mercado da informática e a entrada de novos produtos e tecnologias para a área de estruturas inteligentes, as construtoras passaram a incorporar um crescente número de funções controladas". Em sua tese H. K. Cordeiro (1980) assinalou a difusão de "escritórios neotécnicos" na cidade de São Paulo, vindo reforçar a centralização das funções de comando.

A rede global de edifícios *World Trade Center* compõe um novo sistema de objetos informacionais na escala planetária¹⁹⁹, unificando as cidades mundiais. São Paulo participa desta rede desde 1995, com a inauguração do *WTC* brasileiro na Avenida das Nações Unidas. Trata-se um complexo de apoio aos negócios com comércio exterior que envolve uma torre de 26 andares onde consta: a) 11 andares para escritórios; b) 9 andares compondo um espaço para exposição de produtos e serviços (de 13.000 metros quadrados); c) um clube para negócios que reúne salas e ambientes para reuniões e seminários e oferece aparelhos para video-conferências; d) um centro de sistemas para acesso a informações, produtos e tecnologias emergentes; e) um "terminal aéreo" para adiantar o *check-in* de passageiros que irão embarcar no aeroporto de Cumbica; f) no 1º subsolo funciona uma central de controle de telefonia e a central computadorizada de administração predial; g) garagens para receber 2038 automóveis. Anexados ao edifício *WTC* estão ainda o Hotel Meliá & *Convention Center* e o *D&D Shopping* (um centro de decoração e *design*).

As grandes empresas buscam hoje imóveis avaliando a localização, a automação e o planejamento arquitetônico, que lhes permita aproveitamento total dos espaços internos, bem como conforto ambiental. O Edifício *L'Arche*, localizado na Avenida Faria Lima, tem 14 andares, sendo ocupado por 4

¹⁹⁹ Símbolo maior da globalização e da hegemonia norte-americana, o complexo do *World Trade Center* de Nova Iorque foi recentemente alvo de ataque terrorista, com a demolição de duas gigantescas torres de escritório em Manhattan, com perda de aproximadamente 5.000

bancos - CCF (que incorporou o empreendimento), Garantia, ING e Fibra - e mais a sede da *Renault* do Brasil. Este imóvel conta com o sistema INET 7.700 da empresa norte-americana *Control System International*, consistindo numa rede de alta velocidade que possibilita o controle operacional dos andares. O sistema informacional tem dispositivos que comandam o ar condicionado central, os sistemas hidráulico, de energia elétrica, de elevadores, geradores de iluminação, de segurança contra incêndio, o circuito fechado de televisão e controle de acesso dos funcionários e visitantes. Funciona no prédio um heliporto e uma mini-central da Telesp. Por fim o edifício está interligado com o Sistema Telebrás através de redes de fibra óptica que autorizam a transmissão de voz, dados e imagens na escala planetária em alta velocidade (Gazeta Mercantil, 29/08/1996).

Este é um exemplo de como o atual sistema técnico é invasor, subordinando às demais técnicas existentes e, desse modo, "ampliando a densidade do controle social" (A. Moles, 1973; 229). A conexão entre lugares amplia-se exponencialmente através dos sistemas de ações corporativos detentores do capital técnico. M. Santos (1991a; 13) ressalva que "os capitais que circulam mais rapidamente proporcionam uma taxa de lucro mais elevada (caso dos serviços modernos) e atraem os capitais mais poderosos".

Podemos citar ainda o caso dos edifícios *Birmann 20* e *Birmann 21*. Este último, localizado na Avenida Nações Unidas, nas cercanias da Cidade Universitária, possui 70.000 metros quadrados de área construída na forma de uma sofisticada torre "inteligente" para negócios; foi alugado em 1997 pelo Grupo Abril por R\$ 1 milhão mensais.

Com as novas metodologias de planejamento muda também o ambiente de trabalho nos escritórios. Um *software* modeliza o escritório para que os arquitetos proponham intervenções; o processo é denominado *space planning*. O objetivo é "reformulação do *layout* do escritório visando facilitar relações de

trabalho, melhor produtividade e reduzir gastos com manutenção". Busca-se racionalizar o ambiente a partir da definição da quantidade exata de metro quadrado que cada empresa necessita para se instalar sem desperdício. A ergonomia - ciência que opera com o *design* do mobiliário visando conforto no trabalho para compensar esforço físico - aparece como elemento novo desta reengenharia dos escritórios (Gazeta Mercantil, 02/10/1996).

Uma paisagem "pós-moderna", "futurista"²⁰⁰, se expande na região sudoeste da cidade, particularmente na Marginal Pinheiros, onde se concentram os edifícios inteligentes. É através desse sistema de objetos informacionais que São Paulo adquire semelhança física com as demais *global cities*.

Os edifícios inteligentes, por possuírem escritórios modulares e de alta tecnologia, adaptáveis às necessidades do mercado empresarial, são agora objetos de serviços de terceirização: são os denominados "escritórios instantâneos"²⁰¹ que atendem empresas em busca de instalações no país e que não querem despender tempo com a organização de uma sede, contratação de pessoal, aquisição de equipamentos, entre outros. Trata-se de uma estratégia de ação das corporações globais para ganharem maior mobilidade e fluidez, em prática em algumas metrópoles mundiais nos anos 1990. O setor de terceirização de escritórios para grandes empresas é também globalizado.

²⁰⁰ As atuais tendências arquitetônicas para imóveis de escritórios valorizam o uso de revestimentos metálicos (em especial o alumínio) em fachadas, porque são materiais que permitem experimentos de novas formas e linhas. Também as fachadas com uso de vidros de alta reflexibilidade, que selecionam a entrada da luz solar e reduzem o ruído do trânsito, passam a indicar aqueles imóveis da era da globalização. São materiais que retratam a arquitetura das formas urbanas globalizadas nessa passagem do século XX para o século XXI.

²⁰¹ Os chamados "escritórios instantâneos" oferecem espaço mobiliado e decorado, salas de reunião, auditório, centrais telefônicas modernas, com atendimento personalizado, correio de voz, equipamentos variados de telecomunicações e informática, recepcionista, secretárias bilingües, serviços de copa e limpeza (Gazeta Mercantil, 29/10/1999).

Edifício de Alta Tecnologia (Edifício "Inteligente")

VIDROS DE ALTA REFLEXIBILIDADE

Selecionam a entrada de luz solar

PISO ELEVADO

Abriga a fiação dos aparelhos elétricos, telefones e computadores; as ligações dos aparelhos são feitas diretamente no chão

FORRO REBAIXADO MODULAR

Facilita a manutenção e atualização do sistema de ar-condicionado e das luminárias

CADEIRAS ERGONÔMICAS

Evitam problemas de coluna e garantem o conforto do usuário

PAREDES MODULARES

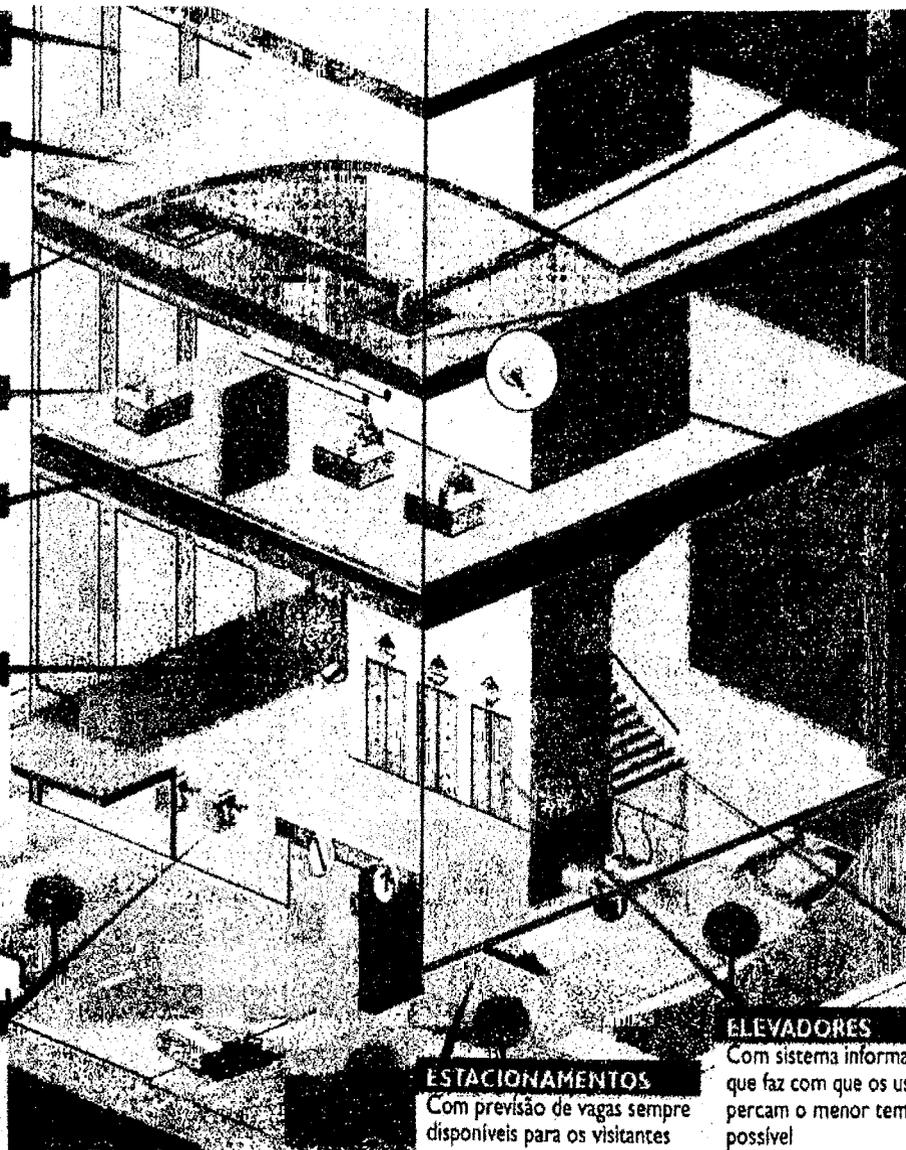
As divisões das salas são feitas através de divisórias móveis, facilitando mudanças e reformas; devem ter bom isolamento acústico

CIRCUITO FECHADO DE TV

Monitorado por uma central de segurança, de onde é possível realizar ações em qualquer setor do edifício via computador

ACESSO RESTRITO

Catracas acionadas pela aproximação de um cartão magnético; funcionam também como aparelho de registro de ponto



AR-CONDICIONADO CENTRAL

Mantém a temperatura constante, ajustando-se automaticamente a mudanças de insolação ou do número de pessoas em um ambiente

ILUMINAÇÃO

Deve distribuir a luz de forma homogênea em todo o ambiente, reduzindo ao máximo a ocorrência de sombras; sensores chamados "dimmlers" determinam a quantidade de luz necessária e ajustam automaticamente o sistema

SPRINKLERS

Sensores contra o fogo que acionam de forma instantânea o sistema de combate a incêndios

SHAFTS

Para a fiação elétrica, telefonia e aparelhos de informática; permite atualizações sem mexer na estrutura do prédio

ELEVADORES

Com sistema informatizado que faz com que os usuários percarn o menor tempo possível

ESCADA DE INCÊNDIO

Com portas corta-fogo e ventilador no subsolo que evitam penetração de fumaça

ESTACIONAMENTOS

Com previsão de vagas sempre disponíveis para os visitantes

Em São Paulo duas firmas - a *Regus* do Brasil e a *HQ Global Workplaces* do Brasil - disponibilizam a maior oferta desse serviço imobiliário corporativo. A empresa *HQ* atende 40 empresas nacionais e 160 empresas estrangeiras dos setores de telefonia, informática, financeiro, consultoria, entre outros. No edifício Plaza Centenário, no Brooklin, encontra-se um dos centros de escritórios terceirizados da *HQ*. O tempo médio estimado para uma empresa instalar sua sede é de um ano, ao passo que adquirindo este serviço terceirizado o tempo é reduzido para uma semana. Consta ainda, neste novo sistema de ações do mercado imobiliário global, uma alta rotatividade das firmas que não permanecem no local por mais de dois anos. (Gazeta Mercantil, 26/10/1999).

A Vila Olímpia aparece como um lugar especializado desta geografia metropolitana da globalização. Inúmeras empresas da *Internet* (o denominado *e-business*) concentram suas sedes no bairro: *Zip Net*, *IG*, *UOL*, *Terra*, *StarMedia*, *Lokau*, *Arremate*, *Yahoo*, *Submarino*, *AOL*. Os empresários do setor buscam o bairro por haver oferta de "edifícios inteligentes" e infra-estrutura em cabos de fibra óptica. Estas firmas necessitam de um suporte de última geração em termos de infra-estrutura informática e dependem também da proximidade de agências de publicidade, de firmas de consultoria, entre outras especialidades do quaternário presentes na região, que favorecem a agilidade dos contatos pessoais, pois nem todos os negócios são resolvidos *on-line*.

Considerando os atuais empreendimentos em São Paulo, podemos ter uma dimensão qualitativa das transformações concernentes a este período, ou seja, concernentes à evolução do centro informacional, bem como de alguns aspectos de sua "densidade normativa" (M. L. Silveira, 1997b). Segundo M. L. Silveira (1997b; 43) "a totalidade atual busca revogar a pluralidade dos marcos regulatórios para afirmar uma única regulação. O resultado deste ato de império nos lugares será a densidade normativa. Naquelas áreas onde a lei do mercado e as demais normas globais agem mais profundamente, arrastando a exígua resistência das normas locais, identificaríamos uma maior densidade normativa e, portanto, uma construção mais agressiva e aperfeiçoada da ordem global". Neste sentido P. Claval (1982;68) considera que "a evolução do

corpo social encontra-se, assim, condicionada e ritmada pelo peso das realidades prediais e imobiliárias e pelos enquadramentos jurídicos que contém".

A produção de imóveis para grandes empresas tende a ser regulada globalmente. Basta considerarmos os projetos elaborados pela organização *Council on Tall Buildings and Urban Habitat*, especializada em assessorar e normatizar a produção de tais imóveis; depois do *dossier* para Europa e Ásia, vem sendo preparado o estudo intitulado "*Edifícios Inteligentes Latino-Americanos*" que será, primeiramente, implementado no Brasil. Um arcabouço técnico e normativo unificado é edificado para que as corporações, por meio da standardização dos objetos, possam melhor produzir um ritmo de negócios em escala planetária. Daí ser possível, no período atual, uma divisão do trabalho planejada, isto é, antecipada.

4.3 O ritmo veloz dos negócios: ampliam-se os contatos de São Paulo com o Brasil e o mundo

Podemos também mensurar o ritmo dos negócios paulistanos considerando dois sistemas de fluxos: o de telecomunicações e o aeroviário. Ambos possuem uma sofisticada base material presente na cidade, configurando macro-sistemas de objetos técnicos, tais como equipamentos de telefonia, infovias, aeroportos internacionais. Os contatos da metrópole com o mundo e o Brasil são revigorados na década de 1990. A abertura do mercado nacional e a política de privatizações promovida pelo Estado têm atraído um maior número de corporações e investidores globais que fazem de São Paulo conexão privilegiada das redes no Brasil. É, pois, volumosa a circulação de informações, mensagens, pessoas e mercadorias a partir da metrópole paulista nos últimos anos.

A história de São Paulo a partir do século XIX poderia, inclusive, ser retratada através do uso de diferenciados sistemas de telecomunicações e de transportes rápidos que interligam distâncias entre produtores, distribuidores e

consumidores (S. Graham,1996). A mundialização desta cidade, e sua correlata onipresença no território nacional, é um processo calcado na ampliação da circulação que muda, segundo os períodos, qualitativa e quantitativamente.

Hoje a novidade aparece em termos de fluxos de informação que partem e chegam velozmente daqueles centros urbanos que funcionalizam a conexão das redes eletrônicas planetárias. Como em tais cidades se concentram as sedes de empresas e, sobretudo, uma profusão de atividades quaternárias que assessoram as corporações, vêm daí o maior fluxo de pessoas em movimento para, justamente, interconectar as escalas metropolitana, nacional e mundial. Por isso, para Langdale (1989; 518), "as cidades globais podem ter seus papéis vistos em termos de associação dos fluxos de informação local, nacional e internacional".

- ***Os fluxos de ordens, mensagens, informação***

Alguns indicadores, como a hierarquia dos fluxos telefônicos no país e os acessos dedicados ativados da rede de comunicação de dados, nos permitem elucidar um pouco melhor as questões acima arroladas.

Ora, ampliam-se os fluxos telefônicos interligando São Paulo com o exterior no início da década de 1990, perfazendo um total de 15.019.673 ligações no ano de 1993 (31,6% do total de ligações realizadas em todo o país). Considerando, por sua vez, a cidade do Rio de Janeiro, o segundo centro urbano na hierarquia dos contatos telefônicos com o exterior (17,2% do total nacional), observamos uma grande distância do volume efetivado na metrópole paulista, sendo que as ligações internacionais crescem relativamente menos na metrópole carioca. Brasília, por sua vez, tem uma participação minoritária (realizando apenas 2,12% dos fluxos internacionais telefônicos). É preciso ainda registrar que é no eixo São Paulo-Rio de Janeiro que se efetivam cerca de 50% dos fluxos telefônicos internacionais. O restante deste valor se subdivide entre inúmeras cidades do território nacional.

Tabela 25
Brasil e cidades selecionadas
Número de Ligações Telefônicas para o Exterior - 1989/1991/1993

Cidades	1989	1991	1993
Total	27.370.370 (100%)	39.301.810 (100%)	47.449.983 (100%)
São Paulo	11.545.963 (42,18%)	14.596.755 (37,14%)	15.019.673 (31,65%)
Rio de Janeiro	6.330.953 (23,13%)	8.073.380 (20,54%)	8.149.426 (17,17%)
Brasília	598.355 (2,18%)	919.489 (2,33%)	1.006.647 (2,12%)

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992, 1996.

É vertiginoso o crescimento do uso da rede Rempac para transmissão de dados, informações, ordens²⁰². em 1990 havia 2.207 acessos dedicados ativados em todo o país, montante este que saltou para 22.014 acessos em 1998. Observando ainda o comportamento dos três centros de comando transacional da economia confirmamos novamente a hegemonia de São Paulo como principal conexão dos fluxos de informação, vindo em seguida a metrópole carioca e o Distrito Federal.

Tabela 26
Acessos Dedicados Ativados na Rede Nacional de Comutação de Pacotes Rempac — 1990 - 1998

Unidades da Federação	1990	1994	1996	1998
Brasil	2.207 (100%)	8.923 (100%)	19.022 (100%)	22.014 (100%)
São Paulo	1.148 (52,01%)	2.930 (32,83%)	6.733 (35,39%)	7.542 (34,26%)
Rio de Janeiro	468 (21,20%)	1.086 (12,17%)	2.119 (11,13%)	2.129 (9,67%)
Distrito Federal	146 (6,61%)	301 (3,37%)	641 (3,36%)	704 (3,19%)

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1996, 1998.

Mas, nota-se um uso relativamente decrescente da rede Rempac pelas empresas sediadas em São Paulo (em 1990, São Paulo acessava 52% dos

terminais da rede Rempac em funcionamento no país; este montante caiu para 28% em 1998). Acreditamos que este fenômeno seja decorrente não de uma menor participação das empresas sediadas em São Paulo nas redes corporativas, mas sim da utilização, por parte destas empresas, de novos sistemas técnicos.

Tabela 27
Terminais Ativados do Serviço de Telex Nacional (1988-1998)

Anos	São Paulo	Rio de Janeiro	Paraná
1988	35,78%	12,45%	6,52%
1991	35,78%	11,90%	6,55%
1995	33,38%	12,52%	6,65%
1998	35,85%	15,20%	7,13%

Fonte: IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil - 1993, 1995, 1998.

Nesse sentido, M. Santos e M. L. Silveira (2001; 74), constataram um menor uso da rede de telex no Brasil (uma rede já considerada antiga, do início da década de 1970). A partir da década de 1990 houve uma queda de 68,6% dos terminais instalados (desativação de 64.410 terminais), atingindo sobretudo as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Os autores creditam esse arrefecimento no uso do sistema telex à "adesão das empresas a formas mais modernas de telecomunicação, como o fax, a comunicação de dados e, mais tarde, o correio eletrônico e a Internet".

- ***O movimento aéreo metropolitano: expansão dos fluxos de pessoas e mercadorias***

São espessos os círculos de cooperação entre empresas a pressionar o aumento do volume de pessoas e mercadorias em movimento no território. Podemos ver também através deste fenômeno o que M. Santos (1993c) qualifica como sendo uma "circulação frenética" característica do período atual.

²⁰² Segundo R. Castillo (1999; 175) a "consulta a banco de dados, *home banking* transferência eletrônica de fundos e sistema de reserva de passagens estão entre as principais aplicações da Rempac, como parte de sistemas mais complexos de telecomunicações corporativas".

O movimento de aeronaves no território brasileiro nos anos 1990 foi bastante volumoso: em 1994, foram 878.897 aeronaves que pousaram e decolaram no país e este montante saltou para 1.280.431 em 1998. A metrópole de São Paulo acolheu durante estes anos grande parcela desses fluxos, tanto internacionais quanto nacionais (respectivamente 26,7% em 1994 e 27,2% em 1998). Os aeroportos de Congonhas e Cumbica são, pois, os mais movimentados do país (anexo de tabelas - tabela 16).

Quanto ao movimento de passageiros nota-se um crescimento significativo, tendo quase duplicado o fluxo de pessoas. Em 1994 embarcaram em todo o território nacional 15.639.696 passageiros, ao passo que no de 1998 foram 29.054.748. Destes totais São Paulo participou com respectivamente 30,6% e 36,9%. Em 1998 um contingente de 10.736.717 passageiros embarcou nesta metrópole e, por sua vez, outros 11.717.965 desembarcaram (38% do total do país) - (anexo de tabelas - tabela 16).

Os movimentos dos fluxos aéreos em São Paulo são reveladores da densidade dos negócios nesta cidade²⁰³, em detrimento da rarefação dos fluxos em outras porções do território²⁰⁴. Estima-se que no Brasil 72% das viagens aéreas se efetivem em razão das transações entre empresas (a negócios), 26% se deva aos fluxos de turistas e 2% por outros motivos variados (Departamento de Aviação Civil, 1997).

Somente através do sistema de movimento criado com a "ponte aérea" que une as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo passaram, em 1999, 3.109.069 passageiros (contra 1.276.633 no ano de 1995), ao passo que nas "pontes aéreas" entre São Paulo e Belo Horizonte e São Paulo e Brasília circularam, respectivamente, 955.150 e 858.553 passageiros (anexo de tabelas - tabela 19). Para ganhar velocidade nas transações, os funcionários de alto escalão das empresas (e também instituições de pesquisa) deslocam-se via

²⁰³ Segundo pesquisa realizada por F. Contel (2001; 367-368) a movimentação de passageiros na Região Concentrada revela atualmente "uma concentração de fluxos em torno dos 70%", responsáveis em grande parte "pelo deslocamento dos vetores organizacionais no território".

²⁰⁴ Para se ter uma idéia, o Rio de Janeiro, a segunda cidade na hierarquia dos fluxos aéreos no Brasil, contabilizou, em 1998, as seguintes quantidades: foram 162.658 pousos e decolagens de aeronaves (12,7% do total do país), 4.634.129 passageiros embarcados (15,9%

aérea: são publicitários, consultores, gerentes de multinacionais, professores universitários, entre outros, que pessoalmente fazem circular um grande volume de informações (e regulação, ordens) no território nacional, especialmente na Região Concentrada. O departamento de aviação civil calcula que nas primeiras horas da manhã e ao anoitecer (no popularmente conhecido horário do *rush*) o tempo médio de pouso de aviões no aeroporto de Congonhas seja de 10 minutos. É o fluxo aéreo de negócios mais intenso de todo o país.

É também significativo o número de helicópteros que circulam na região metropolitana de São Paulo. Este meio de locomoção é utilizado diariamente por executivos que podem arcar com os custos e necessitam se deslocar com rapidez em razão das freqüentes viagens e reuniões. É preciso lembrar que na metrópole o trânsito de automóveis permanece lento a maior parte do dia²⁰⁵. Foi estimado, em 1998, um total de 250 helicópteros em operação na cidade.

Praticamente duplicou nos últimos anos o volume movimentado de mala postal doméstica que passa pelos aeroportos de Cumbica, Congonhas e Viracopos (em Campinas) - foi de 22.981 toneladas em 1994 e passou para 50.668 em 1998. Já o movimento aéreo comercial de cargas (de mercadorias carregadas) que envolve estes aeroportos representou 40,8% do total do país no ano de 1998 (anexo de tabelas - tabelas 17 e 18).

4.4 Cidade Global, Cidade Corporativa

Vários autores desenvolveram um vasto campo explicativo a respeito das denominadas cidades mundiais ou globais, analisando, principalmente, as novas funções metropolitanas diante da crescente interconexão entre os lugares de comando do capitalismo mundial. Nas décadas de 1980 e 1990 as publicações e, freqüentemente, as generalizações sobre o tema são inúmeras.

do total do país) e 758.220 passageiros desembarcados (14,9% do total do país) - (anexo de tabelas - tabela 16).

²⁰⁵ Em 2000 circulavam diariamente na cidade de São Paulo 5.040.943 automóveis (anexo de tabelas - tabela 21).

Mas, segundo L. Ablas e J. Rizzieri (s/d; 2), tal temática há muito preocupa os estudiosos, na medida em que “a expressão *world city* (cidade mundial) foi utilizada pela primeira vez em 1915” por P. Gildes. Contemporaneamente o termo e a idéia foram retomados, em 1966, por P. Hall e são também importantes os trabalhos desenvolvidos por R. Meier (1974) e J. Friedmann & G. Woff (1982). Por sua vez, o termo *global cities*, proposto por S. Sassen (1991), torna-se praticamente um *consensu* entre aqueles que se preocupam com as mutações atuais das grandes cidades do planeta. E, a ele, soma-se o termo *information city* (M. Castells, 1986; M. E. Hepworth, 1989, entre outros). E, é justamente por tornar-se um *consensu*, que consideramos, também, ser necessário problematizar a temática.

Conforme S. Sassen (1991) “as alterações na geografia e na composição da economia global dos últimos anos produziram uma complexa dualidade: a dispersão da atividade econômica e a manutenção de uma organização mundialmente integrada” (...); “o gerenciamento centralizado sobre uma formação de fábricas, escritórios e empresas prestadoras de serviços, dispersos geograficamente, requer o desenvolvimento de uma gama muito ampla de serviços altamente especializados e funções de gerenciamento e controle máximos”. As cidades globais seriam, para a autora, campos de produção dessa nova economia. Já A. Shachar (1983; 75) define as cidades globais como “regiões urbanizadas em grande escala, os centros de controle e acumulação de capital a nível internacional (...) elas teriam seu poder não mais como núcleo de produção, pois este torna-se cada vez menos importante como veículo articulador do sistema, mas como veículo de articulação financeira, núcleos de pesquisa e desenvolvimento, marketing e acumulação de capital. Tais cidades globais formariam o atual sistema metropolitano mundial, cujos exemplos seriam, New York, Londres e mesmo São Paulo”.

Mas pode a metrópole (ou as cidades, em geral) ser definida, exclusivamente, a partir da noção de função? E, indo além, podemos apreender a totalidade metropolitana através da noção de função, onde o arranjo dos objetos apareça como um dado inerte, mera consequência material de um determinado movimento da sociedade?

A maioria dos trabalhos a respeito das metrópoles globais as discute sob o ângulo funcionalista. Mesmo porque, a própria noção de cidade global, ainda que sob concepção funcionalista, é produto das teorias urbanas norte-americanas, o que nos impede de absolutizá-la, considerando as diversidades históricas das formações socioespaciais envolvidas nesta problemática. Do contrário, transformaria em modelo uma explicação preta de particularidades, deixando de compreender a atual trama de relações que existe na cidade de São Paulo, face à produção da economia global, que é também específica.

Se analisarmos somente do ponto de vista funcional, em que classifico e quantifico as atividades, estando essas localizadas em determinados pontos do território, talvez não possamos entender São Paulo como cidade global, por comparação ao modelo definido para as grandes cidades dos países ricos. Ora, pensar o espaço sob a ótica funcionalista significa vê-lo somente como consequência da divisão do trabalho, ou seja, somente como o “ponto de união dos objetos produzidos” (H. Lefebvre, 1976;30).

Para M. Santos (1985; 51) “separada da função, a estrutura conduz ou a um estruturalismo a-histórico e formal, ou a um funcionalismo relacionado tão somente com o caráter conservador de todas as instituições, mas não com o problema da transformação” e, “se levamos em conta somente a forma caímos no reino do empirismo”. Concordamos, pois, que somente o uso simultâneo “das quatro categorias - Forma, Função, Estrutura e Processo - nos permitirá entender a totalidade em seu movimento, pois nenhuma categoria existe separadamente”. Nesse sentido, mais uma vez, compreendemos as formas geográficas como *Formas-Conteúdo* (M. Santos, 1985).

Cabe-nos, então, caso desejemos apreender o que é São Paulo hoje, considerarmos que a metrópole é uma totalidade; é simultaneamente, local, nacional e global.

O problema parece resultar da não consideração do espaço banal na reflexão sobre a cidade. O processo de globalização ocorre na medida em que produz fragmentações. Assim, do ponto de vista da análise intra-urbana, também não há homogeneização do espaço. Na metrópole configuram-se sub-espacos que permitem a concretização do tempo dos atores hegemônicos, isto

é, das grandes empresas, realizando os novos eventos.

Os espaços constituídos por ações e objetos, mediados, fundamentalmente, por ciência, tecnologia e informação, configuram-se, pois, em sub-espços hegemônicos. Trata-se dos *espaços da globalização*, cujos exemplos mais acabados encontrar-se-iam em algumas metrópoles, onde é seletivamente criado - e de modo muito complexo - o *meio técnico-científico-informacional*.

Para J. Friedmann & G. Wolff (1982;312) a economia mundial, espacialmente articulada através das cidades mundiais, está dialeticamente relacionada com as economias nacionais (e, diríamos, também, espaços nacionais) dos países nos quais estas cidades estão situadas. Daí, muitas vezes, nos parecer um equívoco explicar, em si mesma, a cidade global, pois poderia ser, facilmente, mais um adjetivo à realidade. Qual o limite entre a metáfora e a operacionalidade do termo *global city*?

Como explicar que São Paulo vive, ao mesmo tempo, um processo de involução e um processo de ultra modernização marcado pelo mundo simbólico-globalizado do consumo sofisticado? Como explicar que numa cidade responsável pela aceleração a maioria dos habitantes encontra-se imobilizada?

Assim, a ótica da cidade global preocupa-nos quando surge como sendo a própria totalidade metropolitana; quando o meio técnico-científico-informacional, presente seletivamente na cidade, tende a apresentar-se como a própria síntese da cidade, isto é, sob o discurso e a imagem da metrópole global, tornando distante a possibilidade de apreensão da realidade, e viabilizando, como função de *marketing*, a reprodução continuada de um dado corporativismo metropolitano.

Por isso, concordamos com Bonneville (1991;14) quando o autor afirma ser preciso denunciar a fascinação ideológica do paradigma da metrópole global, sobretudo porque tal paradigma esta intimamente "associado à ausência de uma proposta alternativa de desenvolvimento urbano".

R. Compans (1999; 112) também chama a atenção para as atuais análises reducionistas que, ao retiraram a intermediação da escala nacional de

regulação, aproximaram perigosamente o global do local. A autora convoca, por conseguinte, para uma nova leitura da problemática das cidades globais nas estratégias de desenvolvimento local: “o que nos parece seu aspecto mais problemático, no entanto, é a aceitação da subordinação aos interesses econômicos do capital global como uma fatalidade, fatalidade esta que conduz a comportamentos oportunistas, egoístas e competitivos, e a localismos exacerbados por partes dos governos e representantes políticos locais. A própria idéia de um desenvolvimento que se encerra nos limites administrativos de uma cidade ignorando sua periferia marginalizada e excluída, é, em si, uma idéia liberal e conservadora.

A competição interurbana é estimulada pela sensação de crise mas também pela ação de consultores internacionais que atribuem o suposto “sucesso” de determinadas localidades ao seu voluntarismo e ousadia e, claro, ao cumprimento da agenda “estratégica” de transformações exigidas para a inserção econômica da cidade nos fluxos globais. Nenhuma palavra sobre conjunturas macroeconômicas que levaram o capital a investir em tal ou qual localidade” (idem; p. 112).

Para as grandes cidades dos países do Terceiro Mundo a situação se torna ainda mais crítica quando o Estado, deliberadamente, vem a ser o grande mediador no processo que torna a cidade, cada vez mais, corporativa. Reorganizar a estrutura espacial pretérita, implantando macro sistemas de objetos técnicos informacionais no intuito de regular a fluidez e permitir a sobrevalorização fundiária significa criar um novo sub-espço na metrópole que garanta as condições de competitividade - tornar produtivo o território - das corporações. Ora, isto envolve vultosas quantias de dinheiro seletivamente gasto, em detrimento de uma população carente de recursos básicos. Assim, a ordem pública e a ordem privada, neste caso, são, praticamente, a mesma ordem.

Segundo salienta H. Frúgoli Jr. (2000; 204), “a gestão Maluf privilegiou de forma acentuada em seus investimentos públicos o vetor sudoeste da cidade. É importante lembrar que esse território foi alvo de gastos como o do túnel Jânio Quadros (US\$178 milhões), do túnel Tribunal da Justiça do Estado

(US\$ 64 milhões) e do Complexo Ayrton Senna (US\$145 milhões). Isto se confirma também por intervenções como a da Águas Espraiadas ou outras ainda mais abrangentes, das quais a de maior peso foi, sem dúvida, o projeto de expansão da Avenida Faria Lima. Esta medida acarretou um forte impacto não só em termos locais - com a destruição de diversas edificações - como também metropolitanos, além do embate que provocou entre o poder público - em aliança com poderosos grupos econômicos envolvidos na empreitada - e comunidades locais atingidas pelo processo".

A. F. A. Carlos (2001) explica que no caso da Operação Urbana Faria Lima foi autorizado a liberação de um espaço para a instalação de atividades ligadas aos serviços em associação com os setores financeiro e imobiliário. Segundo a autora o "Estado, por meio do poder local, criou uma série de obras públicas que melhoraram as condições de infra-estrutura, principalmente em relação ao trânsito e ao sistema de transportes da região da marginal do rio Pinheiros, entre elas a abertura da Avenida Água Espraiada, por meio da operação urbana Água Espraiada (...). O mercado de capitais e o estabelecimento de políticas espaciais redefinem o direcionamento dos investimentos no espaço; são estratégias que se projetam no código de obras, nos projetos urbanísticos e inclusive no não construído, como a organização do tráfego e o uso de rua. A abertura de avenidas, tendo como apoio o "urbanismo institucional", como conjunto de ações sistematizadas sob o comando da instância política, atende às exigências do desenvolvimento do capitalismo, que, sob a égide do Estado, intervém na prática socioespacial, por meio da gestão do espaço".

Em seguida ensaiamos uma síntese do processo de mundialização da cidade de São Paulo que, indubitavelmente, está atrelada à conformação da metrópole corporativa (quadro 6).

Quadro 6
A mundialização da metrópole de São Paulo.

São Paulo/Brasil	1ª Fase (+/-) 1850 - 1930/1945	2ª fase (+/-) 1945 - 1980/1985	3ª fase (+/-) 1985
Variável motora	Café/comércio/ Finanças (bancos paulistas)	Grande Indústria; Concentração das sede das empresas	Informação/mercado de capitais
Papel do Estado	Estado liberal, comprometido com os produtores de café e os capitais ingleses	Estado Autoritário, interventor, repressor Empresário.	Estado neoliberal: "democracia de mercado"; regulação favorável globalização; abertura do mercado nacional
Dinâmicas da Organização do território nacional	País arquipélago; <i>Hinterland</i> de São Paulo em expansão	Unificação do território e do mercado; desigualdades regionais	Integração eletrônica; forte fragmentação; guerra dos lugares - reticulação do território
Base material e organizacional da Formação socioespacial	Constituição e expansão de um meio técnico no Sudeste e no Sul	Formação e consolidação de um meio técnico-científico (Região Concentrada)	O meio se torna também informacional; Os espaços da racionalidade
Sistemas de engenharia principais	Ferrovias, telégrafo, energia	Rodovias, telecomunicações, hidroelétricas, portos	Sistema aeroviário, Infovias Telemática
Tipos novos de trabalho na região da metrópole	Operariado e Administradores urbanos	Emergência da tecnoburocracia Massa de Trabalhadores da indústria e dos escritórios	Trabalhos "intelectuais" proliferam: técnicos e científicos. Gerência especializada em <i>business</i> . Emergência do Quaternário.
Relações de trabalho	Formação de um mercado de trabalho assalariado; operários urbanos	Período da regulação estatal e do controle autoritário do trabalho. Sindicatos e greves.	"Flexibilização" do trabalho: automação, precarização, desemprego.
Processo de metropolização	Metrópole Regional	Metrópole Nacional	Metrópole Onipresente
Novos centros: símbolos do poder metropolitano	Centro Antigo: O Triângulo e a região da Praça da República	Avenida Paulista e entorno	Avenida Berrine e entorno: "edifícios inteligentes"
Urbanização Corporativa Organização própria.	Embrionária	Consolidada	Aprofundada

São significativas as metamorfoses do espaço metropolitano paulista nas últimas décadas. O resultado, hoje, é a coexistência de paisagens reveladoras dos processos de segregação: a) as extensas periferias urbanas desprovidas de equipamentos sociais e abandonadas pelo poder público - áreas onde a metrópole se espraia horizontalmente; b) a densa zona do centro antigo se expandido verticalmente desde os anos 1940 até os dias atuais, de uso misto entre funções industriais e funções residenciais (das classes médias aos cortiços) É o centro tanto símbolo do mercado de capitais brasileiro quanto antigo lugar de trabalho e de resistência das populações carentes (o circuito inferior se espraia por suas estreitas ruas); c) os condomínios fechados como *Alphaville* e *Panamby* com a promessa da auto-suficiência e segurança às classes ricas; d) os bairros jardins tombados como patrimônio histórico (São Paulo é uma cidade em que só os ricos possuem acesso às áreas verdes); e) as antigas zonas industriais em refuncionalização acelerada f) o meio técnico-científico-informacional, lugar de comando das redes globais, sustentado por macro-sistemas técnicos de telecomunicações, infovias, aeroportos, túneis inteligentes, edifícios inteligentes. Caberia mencionar uma infinidade de paisagens ...

Podemos então dizer que se São Paulo é uma metrópole global, ela é, ainda mais, uma metrópole corporativa. Para M. Santos (1990a; 95) “na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas: o que porventura interessa as demais empresas e ao grosso da população é praticamente residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece a mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional, da capacidade de exportação etc”. Daí a perversidade do período a mutilar a construção da cidadania.

As instituições financeiras privadas detêm grande controle da reorganização da metrópole de São Paulo. Mobilizam, em conjunto com os capitais imobiliários globais, verdadeira engenharia financeira para estruturar o novo espaço corporativo. São essas instituições que presidem as Associações responsáveis pelas intervenções urbanas nos centros de negócios: o

BankBoston é um dos fundadores da Associação Viva o Centro; o Banco Itaú coordena o movimento Paulista Viva; o Unibanco cuidou do projeto Águas Espreadas.

O novo centro de negócios, entretanto, é revelador da ausência de um uso público das novas formas urbanas. Para H. Frúgoli Jr (2000; 212) "se trata de um pólo sem qualquer tolerância quanto à presença popular e, portanto, à diversidade social constitutiva das áreas centrais da metrópole".

O quadro contemporâneo da vida metropolitana no Rio de Janeiro e em São Paulo, analisado recentemente por A. C. T. Ribeiro (1996;80), evidencia o acirramento das condições de exclusão e, como salienta a autora, a ausência de projetos para o problema sujeita "a sociedade brasileira aos riscos de adesão a impulsos de inovação (...) que a transformam num espelho reduzido de tendências internacionais potencialmente passageiras". Por isso, haveríamos que enfrentar, sobretudo, esta "tendência a aceitação tácita da exclusão".

Diante do fato de que, hoje, "a grande cidade reúne a Nação" (M. Santos, 1997), necessitaríamos, parafraseando A. C. T. Ribeiro (1988), refletir sobre as tendências atuais da "sociabilidade metropolitana". Tal sociabilidade "encontraria-se marcada tanto pelos padrões de homogeneização dos novos mercados, quanto pelos limites à integração social decorrente da expansão destes mercados" (A. C. T. Ribeiro, 1988; 68).

A prevalecer o atual modelo econômico, que tem em sua prática e retórica um projeto modernizador justificado no mercado e na competitividade, as grandes cidades tenderão a ser ainda mais involuídas e críticas. Daí, M. Arroyo (1996; 83) ao refletir sobre questões concernentes ao território e ao futuro, assinalar que "na esfera das ações, a competitividade mostra-se como um requisito fundamental para entrar no futuro (...) quando, na realidade, limita-se a reproduzir o presente".

E, como assevera M. E. B. Spósito (1994; 5), o papel das cidades mundiais (quando analisado através da relação entre a técnica e a história) "está permeado por múltiplas contradições. Ao mesmo tempo em que nessas cidades se viabiliza a ampliação do papel da tecnologia, o que redefine

também a própria estruturação interna dessas cidades e o papel delas na divisão territorial do trabalho, é nelas que as manifestações de resistência e reflexão, frente ao processo em curso, são tanto mais significativas".

Por isso, como o mundo se alimenta de contradições, as possibilidades e oportunidades de um outro futuro talvez estejam latentes nas grandes cidades. Pela complexidade que as rege, por serem enormes depositários culturais, as grandes cidades podem também criar, pela experiência da escassez, contra-racionalidades (M. Santos, 1996a).

TERCEIRA PARTE**AS EMPRESAS DE CONSULTORIA E A REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO
(conteúdos da densidade informacional paulistana).**

"E a ilha desconhecida, perguntou o homem do leme, A ilha desconhecida não passa duma idéia da tua cabeça, os geógrafos do rei foram ver nos mapas e declararam que ilhas por conhecer é coisa que se acabou desde há muito tempo".

(José Saramago, 1998)

"Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização, mais do qualquer outra antes dela, é exigente de uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa, natural ou artificial, seja redefinida em relação com o todo planetário. Essa Totalidade-Mundo se manifesta pela unicidade das técnicas e das ações".

(Milton Santos, 2000a; 171)

Nosso intuito com esta terceira parte do trabalho é avaliar mais detalhadamente a *densidade informacional* da cidade de São Paulo que, nas palavras de M. Santos (1994d;4), "demonstra o grau de exterioridade do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares e a efetivação dessa propensão, privilegiando setores e atores". Para tanto, elegemos a pesquisa das firmas de consultoria; firmas que contribuem para o alargamento dos contextos do atual processo de globalização sendo, inclusive, condição para a implantação das redes globais nos diversos lugares.

As tarefas ligadas à produção de informações no país adquiriram, nos últimos anos, importância crescente, dado o peso que assumiram - como no caso das firmas de consultoria - na orientação das ações empresariais e governamentais. O resultado de tal parceria tem implicado, sobretudo no contexto da década de 1990, em uma significativa reorganização do território nacional.

Conforme assinala Milton Santos (1993;40), se o "meio técnico-científico-informacional é o terreno de eleição à manifestação do capitalismo maduro, este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda". A volumosa produção e circulação de informações a partir de São Paulo pode ser apreendida como uma busca por fluidez, isto é, como uma forma de conduzir o alargamento dos contextos da globalização na formação socioespacial brasileira. Como explica M. Santos (1996;202), esse alargamento dos contextos designa uma notável expansão do intercâmbio, cuja "base são as novas possibilidades de fluidez" no território, onde se instalam verdadeiras solidariedades organizacionais que, balizadas pelas técnicas da informação, nos obrigam a rever as lógicas que tecem os atuais edifícios regionais.

As empresas hegemônicas deste período, especialmente as corporações que atuam em escala planetária, necessitam crescentemente de um enorme aporte de organização (informação) que envolva as etapas da produção de inovações, de normatizações da produção material, da produção dos lugares capacitados, da circulação, de novos tipos de trabalho, da produção das necessidades, etc. Assim, os complexos produtivos

contemporâneos dependem do fornecimento de informações estratégicas para que possam atuar em um cenário mundial de competitividade com o máximo de precisão racional e intencional.

As formações socioespaciais inseridas nessa nova lógica de ação, vêm, agora, suas estruturas territoriais rearranjadas em boa parte pela existência deste sub-sistema de ação quaternário. Este último cria as condições para que as grandes empresas mantenham suas condições de monopólio sobre o mercado e o território, orientando o sentido das modernizações.

As informações em geral e, especialmente, aquelas estratégicas produzidas e organizadas pelos consultores, circulam nos territórios nacionais e no mundo como fluxos de conhecimento sobre gestão dos sistemas produtivos (agrícolas, industriais, serviços), tendências de mercado (consumo), normatizações diversas (regulações), mercados supra-nacionais, logística de transporte e comunicação, energia, produtividade dos lugares (equipamentos, pessoal qualificado, universidades, etc), monetarização, relações trabalhistas, entre outros. Poderíamos então dizer que essas são, também, informações geográficas.

Aceleraram-se os fluxos de movimento creditício, de consumo, de notícias de toda ordem que, entre outros, irão demandar maior aporte de informações nos lugares e sobre os lugares. Trata-se de uma organização espacial diferenciada da pretérita. Daí P. Vieille (1974;22) considerar que a compreensão da organização do espaço na era do capitalismo da organização, deve passar, necessariamente, pela apreensão da variável informação.

Tais informações organizacionais maximizam a racionalidade dos novos eventos hegemônicos que demandam, sobretudo, resultados programados em suas lógicas temporais no intuito de alargar os contextos da globalização. É também desse modo que, rapidamente, são superpostos no território mosaicos de novas formas industriais, agrícolas e de serviços redefinindo escalas pretéritas.

Capítulo 5

A Consultoria Corporativa: as formas da produção da "inteligência da globalização" na cidade de São Paulo.

"Então não se trata de uma economia, mas de uma política cujas finalidades não são a expressão de uma necessidade endógena que implica a permanência de uma estrutura, mas a expressão de uma vontade exógena que determina as finalidades das partes das estruturas que se devem manter".

(Claude Raffestin, 1993; 32).

"As redes são vetores de modernidade e também de entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem, uma regulação a serviço de atores hegemônicos na escala planetária. Locais, estas mesmas redes são portadoras de desordem. A informação especializada que elas transmitem serve à afirmação local dos atores hegemônicos".

(Milton Santos, 1994a; 57).

Diante da enorme diversidade de firmas produtoras de informação estariam, pois, as empresas de consultoria, especializadas em comercializar aquilo que, parafraseando B. dos Santos (1995), poderia ser denominado por "mercadoria organizacional". Neste ramo da produção coexistem inúmeros tipos de funções especializadas, envolvendo empresas globais e nacionais.

Assim, desenhar-se-ia, também na esfera administrativa, aquilo que vimos chamando por *unicidade técnica* (M. Santos, 1994a), isto é, haveria uma arquitetura informacional específica, com tendências globais, servindo às ações empresariais. Para P. Wood (1996;662) a "*consultancy culture*" representa "um indício de uma larga influência afetando o estilo de administração corporativa moderna".

A consultoria de negócios é um ramo de atividade que surgiu, timidamente, no início deste século, nos EUA, juntamente com o embrião das corporações. As empresas norte-americanas, que passaram a adotar os

modelos tayloristas da administração científica, tornaram, pouco-a-pouco, seus quadros gerenciais profissionalizados e treinados²⁰⁶.

O forte crescimento das empresas de consultoria dos países anglo-saxões, no pós guerra, por sua vez, acompanhou a expansão da internacionalização da economia. Já na década de 1970, as consultorias tiveram que se especializar ainda mais diante das exigências de um mercado tornado global que não mais sobrevive sem sofisticadas técnicas de gestão.

Para F. Gallouj (1994;37) a consultoria é uma espécie de “serviço puro”, por sua imaterialidade, imediatividade quanto ao consumo e interatividade produtor-cliente. Segundo o autor trata-se, sobretudo, de uma “atividade de transmissão de conhecimento”. A consultoria seria uma análise sistemática de processos, baseada em fatos e via método científico (Bordeleau, 1986).

O profissional, um *expert* em informação especializada, vende seu conhecimento, auxiliando as organizações a regularem problemas e melhorarem operações, sob um *status* de neutralidade, pois não implantam diretamente as recomendações propostas. Normalmente utilizam redes internacionais de bancos de dados, de onde retiram as informações brutas para trabalhar.

A consultoria comercializa, pois, uma informação sigilosa que, em última instância, é também uma importante manifestação do poder contemporâneo. O segredo das missões de conselho é um dado estratégico fundamental para seu bom desempenho, repercutindo em ganhos maiores de competitividade.

O ajuste das grandes organizações a crises sucessivas tem sido feito nos escritórios das grandes consultorias. Estas últimas têm por objetivo reduzir custos, melhorar métodos de controle, aperfeiçoar problemas de recursos humanos e conhecer os locais mais produtivos. E, ainda que estejam em fases de crescimento econômico, as organizações dependem do apoio de informações para resolverem questões urgentes e complexas, pois em um ambiente acirrado de competição é necessário manter posição e ampliar as

²⁰⁶ A empresa de consultoria *Mackinsey*, hoje uma transnacional, nasceu do quadro de engenheiros da *General Motors* em 1921 (A. Sampson, 1996). É nesta época, também, que surgiram as faculdades de administração; a mais importante delas, a *Havard Business School*, foi criada em 1908.

forças de mercado (Bordeleau, 1986). Daí F. Gallouj (1994; 34) afirmar que a crescente demanda por consultoria é determinada pelas características da economia contemporânea: “complexidade, incerteza e riscos”.

Para Stern & Tutoy (1992) as grandes empresas industriais, de serviços e financeiras são “sofisticadas” pelo uso que fazem da consultoria, na medida em que as corporações passaram a falar a mesma linguagem dos consultores, tirando o máximo proveito de suas intervenções. P. Wood (1996;661) pondera que “em termos geográficos os consultores são, primeiramente, agentes de mudanças globais (...) promovendo internacionalmente técnicas de gestão para acelerar o ritmo da reestruturação através da dispersão dos administradores corporativos”. Por isso, H Laborit (1973;69) assevera que vivemos um período de dominação tecnocrata, baseada no o grau de abstração do conhecimento profissional.

Bonamy e Valeyre (1994;28) assinalam que o *approche* organizacional constitui uma mediação particularmente interessante para estudar as relações entre terciário e espaço. Tratar-se-ia de entender a técnica da organização, pois para além de organizar a empresa, “é preciso organizar a produção toda para que, em seguida, o consumo seja também globalmente organizado” (J. Ellul, 1968).

Concordamos, pois, com P. Veltz (1990;54) quando ele enfatiza que as pesquisas devem aprofundar o estudo dos novos modelos de organização, desenvolvidos no interior das fábricas e escritórios, relacionados às redes de criação, de definição de produtos, de fabricação e vendas. E, como assevera M. Santos (1988a), “não basta compreendermos teoricamente o que se passa no mundo, temos que ter nossa atenção voltada para as diferentes geografizações das variáveis inerentes à nova maneira de produzir”.

5.1 Tipologia e topologia de um novo universo empresarial: a consultoria e suas especializações

Atividade por excelência do período atual a consultoria consiste numa série “de tarefas dedicadas à coleta, tratamento, circulação e distribuição de informações e conhecimentos profissionais” (F. Gallouj, 1994; 37).

O mercado de consultoria no Brasil cresceu exponencialmente na década de 1990, sobretudo em função da abertura da economia e das privatizações. A maioria das grandes empresas do setor está na Região Concentrada - mais especialmente na metrópole de São Paulo seguida da metrópole carioca.

Ora, avançando com a tentativa de classificação das empresas de consultoria podemos considerar o porte, a origem do capital, bem como os produtos fornecidos por estas empresas, sempre tendo em vista que nosso objetivo é apreender o movimento do território brasileiro face ao imperativo das razões globais.

Tomemos o primeiro critério de classificação. Entendendo que o porte de uma empresa é dado hoje pela força de seu mercado e, portanto, por seu alcance geográfico, podemos considerar que grandes empresas são aquelas que operam nos mercados global e nacional, ao passo que as pequenas empresas têm suas ações restritas à região de uma cidade.

A atividade de consultoria é sequiosa de insumos técnicos, científicos, organizacionais, bem como é dependente de informações estratégicas (políticas) e de um meio geográfico denso em objetos informacionais. Todo esse conjunto de fatores acaba por incluir a consultoria (tal como a definimos aqui) nos macros circuitos da economia. Estamos falando, por conseguinte, dos setores mais corporativos da economia, justamente aqueles que se manifestam nas dinâmicas territoriais de forma vertical, isto é, através de redes.

Podemos ainda distinguir, de um lado, grandes empresas estrangeiras (com predomínio de firmas anglo-saxãs) e, de outro lado, poucas firmas nacionais de grande porte que se multinacionalizam (timidamente) em alguns

ramos (engenharia civil, gestão) e inúmeros escritórios nacionais especializados.

5.2 As grandes empresas globais e nacionais

- **As consultorias na área de gestão empresarial**

As consultoras transnacionais seguiram, nas últimas décadas, as outras corporações clientes e conformaram, juntamente com o sistema financeiro, os hegemônicos sistemas de ações do período.

As recentes mudanças na economia mundial, particularmente a partir da década de 80 para países subdesenvolvidos como o Brasil, têm um forte impacto sobre a expansão das consultoras. Estas são empresas que definem estratégias tecno-políticas para poderosas corporações, ou melhor, definem, para si e para seus respectivos clientes, ações extremamente plásticas ao funcionamento das atividades em redes globais.

As consultorias especializadas em gestão, particularmente aquelas transnacionais, movimentaram, somente em 1995, um mercado de informações avaliado em US\$ 50 bilhões e cresceram mundialmente 18%. Entre as dez principais consultorias de gestão no mundo, todas têm escritórios regionais na cidade de São Paulo²⁰⁷, existentes, com pequenas exceções, desde o início da década de 70. Por isso, para Langdale (1989), é preciso entender o modo de operação dos escritórios regionais das empresas transnacionais, na medida em que eles possuem considerável autonomia e podem gerar e receber diversos tipos de informação nas escalas local, nacional e mundial.

²⁰⁷ Segundo dados da *Andersen Consulting*, o Brasil representa o maior mercado de consultoria da América Latina.

Tabela 28
Grandes Empresas de Consultoria de Gestão - 1996

	US\$ bilhões	nº de consultores
<i>Andersen Consulting</i>	2.492,20	38.027
<i>McKinsey & CO</i>	1.800,00	3.650
<i>Ernest & Young</i>	1.520,00	9.419
<i>KPMG Peat Marwick</i>	1.150,00	não
<i>Coopers & Lybrand</i>	1.141,00	9.000
<i>Consulting</i>	----	---
<i>Deloitte & Touche</i>	1.010,00	9.201
<i>Mercer Consulting Groupe</i>	1.004,00	8.872
<i>Booz-Allen & Hamilton</i>	785,00	5.200

Fonte: Consultant News, in: Gazeta Mercantil, 01/08/1996

Conhecidas como *big five*, as empresas transnacionais de origem norte-americana *Andersen Consulting*, *Price Waterhouse*, *Coopers & Lybrand*, *Peat Marwick*, *Ernest & Young* e *Delloitte Touche*²⁰⁸ monopolizam o mercado mundial de consultoria e auditoria.

Estas empresas são responsáveis por modelar, desde a década de 1970, os processos de reestruturação da produção na escala do planeta. Todavia, no Brasil foi somente com o Plano Collor que se alcançou um ambiente propício a estas reestruturações. Conforme C. A. Pacheco (1998; 16) neste período se desencadearam no país importantes transformações na “linha de produção, terceirização das atividades de apoio, novos métodos organizacionais etc. A sensível redução do emprego industrial é a faceta mais visível desse ajuste, porque retrata sem mediações suas conseqüências mais diretas”. Para o autor este contexto fragmenta a Nação, pois privilegia poucas regiões do país. Fraturam-se antigas solidariedades econômicas entre as regiões brasileiras em benefício de algumas poucas onde a globalização tende a se manifestar.

Faremos em seguida algumas considerações à respeito do funcionamento de algumas dessas empresas.

Em 1997 foi anunciada a fusão entre a *Coopers & Lybrand* e a *Price Waterhouse*. A nova empresa tornou-se, a partir de então, a maior consultora-

²⁰⁸ Até meados da década de 1960, tais empresas atuavam apenas na área de auditoria. Somente na década seguinte expandiram para o setor da consultoria.

auditora mundial, reunindo 135 mil funcionários, 8.500 sócios e 13 bilhões de faturamento anual. Além de prestar serviços nos segmentos mais tradicionais, criou setores específicos para gestão de risco internacional, planejamento tributário global, negócios entre países e seguros²⁰⁹.

A empresa britânica *Price Waterhouse* do Brasil tem 2300 funcionários trabalhando em 11 escritórios, sendo que o principal está localizado em São Paulo, onde trabalham metade de seus consultores brasileiros. Recentemente a empresa passou por uma reorganização visando se racionalizar conforme as transformações do país. Assim, criou divisões específicas de consultores sobre extrativismo (indústrias de celulose, mineração); entretenimento e mídia; consumo; energia e setor financeiro (setor que a empresa lidera no Brasil).

A empresa *Coopers & Lybrand*²¹⁰ iniciou suas atividades no Brasil em 1961 como auditora e somente na década de 1970 passou a atuar na área de consultoria. Atualmente o Grupo C&L é formado pelas seguintes empresas *C&L Consultores*, *C&L Biedermann*, *Bordasch*, *C&L Rieger Associados*, *C&L Avaliações*. Essa atual estruturação resulta da fusão da C&L com a consultora brasileira *Biedermann*, *Bordasch* e da formação da *Zancan Neves Advogados*. Com isso a empresa global ganha novos campos de competitividade (incorporação de novos segmentos de consultoria e incorporação de novas regiões em seu campo de ação) no território brasileiro. A C&L tem seus escritórios em algumas cidades da Região Concentrada: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Caxias do Sul e Belo Horizonte.

Por sua vez, um leque de produtos informacionais é oferecido hoje pela C&L às grandes empresas. Entre os diversos produtos destacamos a consultoria em controle ambiental, saúde e segurança do trabalho, a consultoria em finanças corporativas, a consultoria em negócios, a consultoria

²⁰⁹ Gazeta Mercantil, 19.09.98.

²¹⁰ O Grupo *Coopers & Lybrand* atua em 120 países através de 758 escritórios e cerca de 68.000 funcionários. Atualmente se constitui como uma sociedade de participação limitada incorporada na Suíça

em gestão de pessoas (setor de recursos humanos), a consultoria tecnológica e a consultoria em organização e processos²¹¹.

O Grupo *Andersen Worldwide* é composto por duas unidades: *Arthur Andersen* (área de auditoria, criada em 1909 nos EUA) e *Andersen Consulting* (área de consultoria criada em 1989). Em 1995 o grupo atuava em 76 (setenta e seis) países através de 361 escritórios (em 1991 eram 307 escritórios). A topologia da empresa deixa entrever, de um lado, os centros de comando e de desenvolvimento tecnológico nas cidades de Nova Iorque, Londres, Minneapolis, Chicago e Tóquio²¹². E, por outro lado, há os escritórios distribuídos por cinco continentes, dando forma a rede planetária dessa gigante da consultoria. Este circuito espacial de produção busca atender uma carteira de clientes com escala de poder globalizado: *Mitsubishi, Ford, Royal Dutch/Shell, AT&T, General Electric, British Petroleum, Nestlé, Exxon*, entre outras corporações.

No Brasil a *Arthur Andersen/Andersen Consulting* atua através de oito escritórios: São Paulo (escritório central do país), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Campinas e Ribeirão Preto. Esta topologia nacional da empresa nos permite reconhecer os contornos dos circuitos espaciais e dos círculos de cooperação informacionais. A nova arquitetura informacional atinge particularmente a Região Concentrada, através das principais metrópoles, e do interior do estado de São Paulo.

Há três subdivisões da *Andersen Consulting* no Brasil agregando várias especializações e produtos:

a) *consultoria empresarial*: análise de gestão empresarial e gerenciamento estratégico, planejamento estratégico, avaliação de empresas,

²¹¹ A consultoria em organização e processos envolve estruturação organizacional e modelagem de gestão, reengenharia de processos, logística, qualidade total, produtividade administrativa e industrial, *benchmarking* e indicadores de desempenho.

²¹² A sede do Grupo *Andersen Worldwide* está em Nova Iorque e centraliza os departamentos de práticas estratégicas, recursos humanos, *marketing* e comunicação. Na cidade de Londres estão estabelecidos os departamentos de *business integration* e prática, processo e qualidade, bem como as decisões da empresa para Europa, Oriente Médio, África e Ásia. Em Minneapolis está localizado o departamento de desenvolvimento empresarial e em Chicago os departamentos de finanças e *partnership matters*. Por fim na cidade de Tóquio está o departamento da empresa que gerencia as atividades na região do Pacífico.

gestão de custos, reengenharia, recursos humanos, reformulação da gestão pública, privatização, programas da gestão da qualidade;

b) *consultoria em tecnologia da informação*: diagnóstico estratégico e operacional de sistemas e processamento de dados, sistema de informações gerenciais, sistemas de planejamento e controle orçamentário e financeiro, redes de microcomputadores, segurança da informação;

c) *Consultoria fiscal e financeira*: impostos diretos e indiretos, tributação internacional/investimentos estrangeiros, serviços legais, organizações de empresas e reorganizações societárias, planejamento tributário.

c/c') a área de *corporate finance* recém criada envolve consultoria econômica e financeira com o objetivo de lançar títulos das empresas no exterior, bem como dar suporte técnico às privatizações.

A *Andersen* mantém um setor exclusivo para atender subsidiárias de empresas japonesas no Brasil. Recentemente a empresa criou uma nova divisão exclusiva, constituída por consultores alemães. Esta divisão visa atender clientes conterrâneos que desenvolvem projetos sobre instalação de fábricas, aquisição de empresas, treinamento, auditoria, entre outras, no Brasil. A experiência brasileira se unificou àquelas já implantadas na Espanha, EUA, Japão, Hungria, Luxemburgo, Rússia e República Tcheca²¹³. Estas são iniciativas da empresa para garantir uma melhor apresentação do país segundo interesses diversos e bastante específicos. O resultado é a acelerada fragmentação das informações econômicas e territoriais. Os consultores, segundo P. Wood (1996; 661), são importantes especialistas estratégicos porque promovem, nos lugares, “a adaptação de modelos espaciais de produção e comercialização”.

As empresas de consultoria são produtoras de conhecimento empresarial. Mas não se trata simplesmente de acumular indiscriminadamente informações gerais, porém da produção de sofisticadas metodologias (ferramentas) para acumular e analisar informações sobre empresas²¹⁴. Desde

²¹³ Gazeta Mercantil 31/05/1996.

²¹⁴ A empresa *Andersen Consulting* comercializa publicações voltadas aos negócios das grandes empresas, tais como o *Tax Forum* que notícia assuntos tributários no Brasil desde

1997 a rede corporativa do Grupo *Andersen* disponibiliza um sistema de armazenamento de dados (denominado *Knowledge Space*) que agrega informações provenientes de mais de 300 países, elaborado por quatro mil consultores da empresa²¹⁵. As informações reúnem casos de grandes empresas e retratam projetos de consultoria já desenvolvidos, as respectivas ferramentas e técnicas de análise utilizadas e as soluções encontradas. O novo sistema é também denominado "cérebro eletrônico da *Andersen Consulting*". Como todo banco de dados, este é abastecido e atualizado incessantemente por especialistas mundiais da organização. O sistema é preparado para "possibilitar simulações com base nas informações referentes a cada projeto e por cliente, comparações de práticas adotadas e indicadores de desempenho por classe de processo empresarial e, principalmente, como o suporte para o desenvolvimento de novas soluções de negócios adequadas ao cliente". É uma linguagem universal de negócios, independente da empresa analisada e de sua localização, o que permite extrema aceleração dos fluxos na rede da empresa e redução do tempo para se tomar decisões (*A. Andersen, Sinopse*, 1997).

A *KPMG*²¹⁶ atua no Brasil desde 1982 prestando consultoria nas áreas de desenvolvimento estratégico e mercadológico, melhoria de desempenho operacional, gerenciamento financeiro e patrimonial, soluções de tecnologia, recursos humanos e instituições financeiras. Finanças corporativas e assessoria tributária (*tax consulting*)²¹⁷ são outros dois segmentos importantes

1990 e o *Sinopse Empresarial* que desde 1986 noticia acontecimentos e tendências das grandes empresas.

²¹⁵ Esse novo sistema da *Andersen Consulting* foi desenvolvido por uma equipe de 300 consultores vindo de vários países, em Atlanta (EUA), com o objetivo de unificar os bancos de dados já existentes na organização e distribuído na rede de escritórios da empresa. Trata-se de uma evolução do antigo sistema (*Global Best Practices*). Este último continha informações detalhadas sobre as melhores empresas em cada tipo de atividade ou função e o que fizeram para alcançar este patamar de desempenho econômico. Em seguida são eleitas as empresas que servirão de modelo para cada setor de atividade industrial, financeiro, de serviços (*A. Andersen, Sinopse*, 1997).

²¹⁶ A empresa opera em 140 países através de uma rede de 1053 escritórios e 73.000 funcionários e fornece consultoria a 34% das 1000 maiores empresas mundiais (dados obtidos através do site da empresa na rede Internet, 1996).

²¹⁷ Neste setor da prestação de consultoria da *KPMG* trabalham tributaristas e advogados especializados em planejamento tributário, auditoria fiscal, elaboração ou revisão de declarações de Impostos de Renda, exames fiscais e autuações e tributação internacional. Na área de tributação internacional; a empresa "avalia a aplicação de normas tributárias e legais

de atuação da KPMG. Interessante observar que os escritórios da empresa no Brasil também se distribuem na Região Concentrada e com maior participação no estado de São Paulo: na cidade de São Paulo estão instalados dois escritórios que se somam aos do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, São Carlos (SP).

A *Ernst&Young*²¹⁸, outra firma global da consultoria, chegou ao Brasil em 1959 para atender interesses das multinacionais clientes que já estavam operando no país. Possui hoje uma rede de escritórios no território englobando as cidades de São Paulo, Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Curitiba, Blumenau (SC), Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém. É a única das grandes consultorias a ampliar sua rede de escritórios além da Região Concentrada. Todavia, a *E&Y* permanece como as demais empresas a fazer do interior do estado de São Paulo um campo importante de atuação. Entre os setores mais tradicionais da consultoria (empresarial, gerenciamento de projetos e obras) a *E&Y* destacou-se nos anos 90 por oferecer consultoria para fusões e aquisições e privatização de empresas, bem como para projetos de terceirização e segurança de informações. Este último segmento aparece como novidade a apoiar os circuitos superiores da economia, na medida em que as corporações se estruturam hoje em amplas redes informáticas planetárias que fazem circular as decisões e põe em andamento um processo globalizado de planejamento empresarial²¹⁹. É preciso que as redes corporativas sejam ambientes seguros para a circulação de informações.

dos países em que seus clientes operam ou desejam operar, analisando inclusive mercados e investimentos, de forma integrada com os demais serviços oferecidos" (KPMG, 1995).

²¹⁸ A *Ernst&Young* está estruturada através de 700 escritórios distribuídos em 130 países.

²¹⁹ A segurança de informações é desenvolvida pela *E&Y* em três etapas: 1) análise de segurança (envolve testes de ataque e invasão de redes, análise de ameaças e vulnerabilidades, análise de infra-estrutura de segurança e resposta a incidentes); 2) arquitetura de segurança (compreende a elaboração da matriz de riscos e impactos, definição da política de segurança, especificações da função de administração da segurança, perfil da tecnologia de segurança, arquitetura técnica de segurança, especificações técnicas de segurança, especificações de pré-implementação); 3) implementação de segurança (soluções para *public key infrastructure*, soluções para *virtual public network*, soluções de criptografia, serviços de detecção de intrusos, serviços de acesso remoto (www.ernstyoung.com.br)).

Há, no país, empresas nacionais de consultoria em gestão de grande porte concorrendo com as estrangeiras, tais como a *Trevisan* e a *Boucinhas & Campos*. São empresas nacionais que também participam ativamente do atual processo de reorganização econômica brasileira, assessorando governos e grandes grupos, bem como chegam a estar presente em outros países prestando consultorias.

A empresa *Trevisan*, sediada na cidade de São Paulo, foi fundada em 1983 e atua hoje no território brasileiro através de uma rede de escritórios situados nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza, Ribeirão Preto (SP). Nos anos 90 esta firma nacional associou-se à rede global da *Grant Thornton International*, empresa de consultoria com sede em Chicago²²⁰. O acordo internacional foi buscado para obter respaldo no mercado global de negócios. Também fez parte do projeto “modernizador” da *Trevisan* a criação da Faculdade Trevisan de Administração de Empresas e de Ciências Contábeis. À Faculdade recém inaugurada soma-se o Instituto Trevisan de Conhecimento.

A *Boucinhas & Campos (B&C)*, por sua vez, é uma das mais tradicionais empresas de consultoria brasileira. Fundada em 1947, está sediada em São Paulo e possui, desde 1970, escritórios em Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Brasília. Atua também em Lisboa, representando interesses de empresas brasileiras. A *B&C Consultores* foi inaugurada em 1972. e atua nos setores de administração estratégica, administração financeira, administração de operações, organização e gestão, tecnologia da informação, saneamento e meio ambiente.

²²⁰ Segundo A. Bounfour (1989; 24) a filiação a uma rede internacional é de grande importância para as empresas de consultoria que querem se inserir na dinâmica globalizada do setor.

- **As consultorias em tecnologias da informação.**

A chegada das tecnologias da informação no Brasil, sobretudo nos anos 90, tem causado uma verdadeira revolução nos sistemas produtivos, automatizando fábricas, estoques, distribuição, coordenação, logística e terceirizando parte da organização. Parcelas do território têm sido, portanto, informatizadas, na medida em que tanto os novos objetos (fixos) quanto as ações (fluxos) são tributários dos sistemas técnicos informacionais. Como consequência aceleram-se os fluxos de toda ordem, sobretudo nas áreas mais densamente urbanizadas, onde se instala esta modernidade.

O moderno setor de informática, que fez a junção indústria-serviços, representa o crescimento mais expressivo na parcela do setor quaternário no Brasil. Em 1980 havia em São Paulo, apenas 20 empresas do ramo. Após 15 anos este número saltou para 6 mil firmas, sendo 85% microempresas, 10% pequenas e médias e 5% de grande porte, que movimentaram cerca de 9 bilhões de Reais (Datafolha, 1995).

Tabela 29
200 maiores empresas de informática - 1992/1993
Brasil e subdivisões

	nº abs	%
Brasil	200	100
Sudeste	158	79,00
Estado de São Paulo	128	64,00
Município de São Paulo	83	42,00
Demais Municípios da RMSP	19	9,5
Interior do Estado	26	13,00

Fonte: Anuário de Informática, 1992/1993

É interessante observar que o setor industrial de informática parece não acompanhar a dispersão dos demais ramos industriais e, ao contrário, concentra-se na metrópole paulista e entorno. Isto talvez se deva ao fato de ser esta uma indústria intimamente ligada aos serviços e muito mais dependente da proximidade dos centros de pesquisa.

No setor industrial e de serviços de informática encontram-se no país empresas que comercializam: sistemas de rede de computadores que

distribuem informações entre terminais e estações de trabalho (*Downsizing*); computadores domésticos; o chamado setor periférico (impressoras, discos rígidos, fax, scanners, etc); comunicação de dados; serviços de terceirização (*outsourcing*); consultoria em tecnologia da informação (TI).

As grandes redes atacadistas e varejistas do país, tais como *Makro*, *Wall-Mart*, Pão de Açúcar, automatizaram a maior parte da administração no que concerne as transações entre fornecedores e distribuidores e automação do pagamento junto aos bancos. Hoje, a função de vendedor e comprador foi substituída por analistas de informação que, entre outras tarefas, avaliam níveis de estoque e sugerem estratégias de vendas segundo as regiões e os respectivos "perfis" de consumidores²²¹.

Recentemente a empresa *Asea Brown Boveri* (ABB), de origem suíça, instalou na cidade de São Paulo seu primeiro centro de treinamento para a América Latina. Esta empresa responde por cerca de 60% do mercado brasileiro de automação e robótica, atendendo aos setores automobilísticos, petroquímico, siderúrgico e de alimentos e bebidas²²². A *Apple*, segunda maior empresa mundial de computadores, está abrindo uma unidade fabril no Brasil, com o escritório central em São Paulo.

Tabela 30
Principais empresas de Outsourcing/Terceirização de sistema no Brasil - (Prestação de Serviços e Consultoria)

	Empresa *	Receita (US\$ milhões)
1	<i>Unisys Eletrônica</i>	77,9
2	<i>EDS Brasil</i>	59,8
3	<i>GSI Serv. de Inform.</i>	45,5
4	<i>ESCA Eng. Sist. Contr. Autom. S/A</i>	41,0
5	<i>SID Informática S/A</i>	38,9
6	<i>Origin C&P Services Brasil Part. Ltda</i>	36,5
7	<i>Tecnologia Bancária S/A</i>	34,9
8	<i>ADP Systems</i>	30,9
9	<i>CPM Comunic. Proces e Automação</i>	30,5
10	<i>ABC Bull S/A</i>	27,5

Fonte: Datafolha, São Paulo, 1995 / * Excluídas as estatais

²²¹ Assim, a rede atacadista *Makro* interligou as 24 lojas existentes no país aos seus fornecedores, utilizando, junto aos produtos, o moderno sistema de preços e identificação por códigos de barras, para que as informações circulem com maior rapidez.

²²² *Gazeta Mercantil*, 19/11/1996.

O setor financeiro é hoje o que mais consome o serviço de terceirização de sistema. Os bancos repassam a estas empresas os serviços de atendimento aos clientes por telefone, a operação de cartões de crédito, etc. As empresas adotam a terceirização de sistemas informáticos no intuito de reduzir custos, acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial e garantir a qualificação dos funcionários especializados²²³. A EDS do Brasil (do Grupo General Motors) é responsável, por exemplo, pelo processamento administrativo, pelos sistemas aplicativos da indústria química, pelas vendas, marketing, planejamento e correio eletrônico da empresa *Basf*²²⁴.

É neste contexto que as grandes empresas passaram a depender de consultoria em tecnologia de informação aplicada a gestão. A tecnologia da informação não se restringe mais aos antigos centros de processamento de dados (CPDs), abrangendo, hoje, também os setores *marketing* e vendas, planejamento e financeiro. Os consultores são chamados para diagnosticar problemas e propor implantação de sistemas de processamento de negócios, a também denominada reengenharia empresarial.

As consultorias em tecnologia da informação fornecem às corporações multilocacionais suporte ao planejamento dos macro-sistemas de informações que interligam (em tempo real) as unidades produtivas dispersas com os centros de decisão. Normalmente as firmas de consultoria acompanham a implantação dos sistemas²²⁵.

Entre as quinze principais consultorias de informática no Brasil, onze encontram-se em São Paulo, duas no Rio de Janeiro e somente uma em Porto Alegre (quadro 7).

²²³ Segundo pesquisa da Datafolha (1995).

²²⁴ Gazeta Mercantil, 12/03/1996.

²²⁵ Trata-se dos modernos sistemas de informação SAP, ORACLE, PEOPLE SOFT, entre outros.

Quadro 7
Brasil - Principais consultorias em informática - 1996

Empresa	Principais clientes	áreas de atuação	nº de consultores	local do escritório sede
<i>Price Waterhouse</i>	Grupo Ticket, Rhodia, Faiway, Golden Cross e Coca-Cola (PE)	Planejamento de sistemas, implantação de pacotes integrados, diagnóstico de informática, implantação de EIS (programa de apoio à decisão)	250	SP
<i>Origin</i>	Grupo Verdi, McDonald's, Unimed (SP), Prever, Philips e Refripar	Planejamento estratégico e transformação de processos de negócios	seis consultores para gerenciar projetos e 1600 técnicos	SP
<i>Coopers & Lybrand</i>	Siemens, Fleishmann & Royal, Varig e Rhodia	Apoio à decisão em informática, gerenciamento de desenvolvimento.	100	SP
<i>Ernest & Young</i>	Ponto Frio, Votorantin, Bamerindus, Amil e Wall-Mart	Integração de pacotes, plano de transição de tecnologia, desenvolvimento de sistemas.	150	SP
<i>KPMG</i>	não divulga	Planejamento em informática, arquitetura de tecnologia, desenvolvimento de sistemas, <i>bechmarking</i> em tecnologia.	100	RJ
<i>IBM Consulting Group</i>	não divulga	Reengenharia de processos, planejamento estratégico, consultoria nas áreas de sistemas e redes	35	RJ
<i>Andersen Consulting</i>	não divulga	Planejamento estratégico de informática, desenho e construção de sistemas, <i>outsourcing</i> de operações.	700	SP
<i>Stefanini Consultoria e Assessoria em informática</i>	Unibanco, Lloyds Bank, Johnson & Johnson, Ford, Siemens e Refripar	Terceirização, treinamento e soluções.	400	SP
<i>Cumerlato & Schuster Consultoria e Sistemas</i>	Riosul, Companhia Real De Distribuição, Banco Renner	Consultoria em projetos de informática e desenvolvimento de sistemas de informação	40	RS
<i>Deloitte Touchi Consulting Group</i>	General Motors, Philips, Petróleo Ipiranga e Cervejaria Brahma	Planejamento e implementação de programas integrados, reengenharia e sistemas de custos	70	SP
<i>Integrís</i>	Petrobrás, Telepar, Telesp, Unibanco, Bamerindus	Engenharia de redes, de sistemas, automação bancária e industrial, telecomunicações	50	SP
<i>Arthur D. Little</i>	não divulga	Arquitetura de informática, gestão de mudança, planejamento estratégico e sistemas de informação.	não divulga	SP
<i>Oracle</i>	Souza Cruz, Serpro, CPBC, Casas Pernambucanas	Tecnologia avançada, aplicativos financeiros e para manufatura.	150	SP
<i>EDS</i>	General Motors, Xerox, Basf, General Electric, Goodyear	Consultoria técnica e de negócios, desenvolvimento, integração e gerenciamento de processos.	500 profissionais, entre consultores e técnicos.	SP

Fonte: Informática Exame/Julho de 1996

Segundo Moulaert & Djellal (1995; 258), estas empresas possuem um papel fundamental no crescimento econômico, perceptível nas mudanças de produtos, na divisão técnica do trabalho, nas mudanças institucionais, entre outras. Nota-se que neste ramo da consultoria também atuam as maiores transnacionais, como a *Andersen Consulting*, *Coopers & Lybrand*, *KPMG*, entre outras. De fato estas empresas formam verdadeiros “conglomerados” de consultoria.

- ***As consultorias de recrutamento e recolocação de executivos***

As corporações globais mobilizam desde a década de 1970 um novo setor de prestação de serviços muito próximo da atividade de consultoria. Trata-se das firmas conhecidas como *headhunters*, especializadas em selecionar funcionários de alto escalão²²⁶ preparados para influir no funcionamento da globalização. Por isso a regulação das atividades tem por parâmetro as regras estabelecidas nos EUA pela Associação dos Consultores de Recrutamento de Executivos.

No Brasil as empresas recentemente privatizadas são as principais consumidoras desse novo tipo de serviço, pois buscam substituir os antigos funcionários públicos. Assim, é o contexto de abertura da economia brasileira e das privatizações que contribui para atrair as firmas transnacionais de recrutamento de executivos, conforme observamos na tabela abaixo.

²²⁶ Normalmente as grandes empresas contratam as firmas de *headhunters* para preencher cargos acima de duzentos mil reais por ano (Gazeta Mercantil, 22/04/1999).

Tabela 31
Principais Escritórios de "Headhunters" no Brasil e no Mundo - 1999

Empresas no Brasil	Faturamento em Milhões de reais em 1998	Empresas no Mundo	Faturamento em Milhões de dólares em 1997
<i>Korn/Ferry</i>	21,0	<i>Korn/ Ferry</i>	301,1
<i>Spencer Sturt</i>	10,5	<i>Heidrick & Struggles</i>	258,0
<i>Egon Zerhnder</i>	10,0	<i>Spencer Sturart</i>	244,7
<i>PMC-Amrop</i>	8,0	<i>Amrop internacional</i>	187,0
<i>Simon Franco</i>	3,1	<i>Russell Reynolds</i>	184,3
<i>Russell Reynolds</i>	2,8	<i>Egon Zehnder</i>	181,9
<i>Roland Berger</i>	2,8	<i>Ray & Berndtson</i>	117,3
<i>Fesa</i>	2,5	<i>Ward Howell</i>	104,7
<i>Heidrick & Struggles</i>	2,5	<i>GKRNeumann</i>	81,8
<i>Ray & Berndtson</i>	2,5	<i>Transearch</i>	68,0
<i>Tasa</i>	2,1	<i>A.T. Kearney</i>	56,5
<i>Boyden</i>	2,0	<i>Norman Broadbent</i>	53,3
<i>A.T. Kearney</i>	0,6	<i>Horton</i>	51,3
		<i>Boyden</i>	50,0

Fonte: Gazeta Mercantil, 22/04/1999.

Somente em 1997 instalaram-se no país três das maiores *headhunters* transnacionais: a *Russell Reynolds*, a *Heidrick & Struggles* e a *Ray & Berndtson*.

A contratação de executivos para as grandes corporações é um processo custoso, sigiloso e que mobiliza também um novo segmento de produção de informações a ampliar a racionalidade da globalização na formação socioespacial brasileira.

- **As consultorias jurídicas.**

A conjuntura política brasileira dos últimos anos parece marcar, mais solidamente, a adesão do país aos princípios do mercado global, isto é, aos sistemas normativos postulados pelas poderosas corporações, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, entre outras.

Há uma estreita relação dessa conjuntura com a expansão das consultorias em geral e de algumas em particular, como as que prestam

informações jurídicas e buscam conformar uma normatização mundial padrão para investimentos produtivos, fluxos de capital, fusões e aquisições, questões ambientais, patentes, pois se tornou necessário adaptar e criar novas soluções às empresas que se deparam com a denominada “desregulamentação” da economia²²⁷.

Entre as principais atividades dos escritórios de advocacia estão, justamente, os conselhos sobre fusões e aquisições.

Tabela 32
Brasil: Número de aquisições e fusões

Anos	Indústria de Transformação em geral
1985	36
1986	136
1987	139
1988	243
1990	180
1994	175
1995	212
1996	328
1997	372
1998	351
1999	309

Fonte: Price Waterhouse, 1995 e KPMG, 2000.

Uma interpretação desses dados nos faz indagar sobre a demanda por consultorias jurídicas que deve estar crescendo, no caso brasileiro, no mesmo ritmo dos programas de desregulação. Assim, a privatização do Sistema Telebrás em 1997 consumiu inúmeros trabalhos de consultoria jurídica.

Este ramo da consultoria jurídica é fortemente monopolizado por firmas inglesas, que possuem, desde o período colonial, experiência em contratos internacionais. E, agora, também por firmas norte-americanas, posto que os EUA comandam o moderno sistema financeiro mundial. Estas firmas

²²⁷ Segundo A. Leyshon (1992) a falência do sistema normativo de *Bretton Woods* significou o início de uma era de regulação puramente econômica. Por isso, M. L. Silveira (1997b) diz ser a desregulação uma forma renovada de regulação, criada no intuito de normatizar a globalização da economia.

concorrem no mercado internacional para fornecer informações sobre privatizações, fusões, projetos em infra-estrutura²²⁸.

Tabela 33
Dez maiores Escritórios de Advocacia no Brasil e no Mundo - 1998

Os maiores do Brasil		Os maiores do mundo	
Escritórios	Nº de Advogados	Escritórios	Nº de Advogados
Pinheiro Neto	180	Baker & Mckenzie (EUA)	2.300
Tozzini, Freire, Teixeira e Silva	130	Clifford Chance (Inglaterra)	1.795
Damarest e Almeida	112	Evershelds (Inglaterra)	1.290
Trench, Rossi e Watanabe	93	Jones, Day, Reavis & Pogue (EUA)	1.191
Machado, Meyer, Sendacz e Ópice	88	Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom (EUA)	1.125

Fonte: Jornal Estado de São Paulo, 1999.

O consultor jurídico brasileiro Luis F. Pacheco (1996)²²⁹, refletindo sobre a advocacia na era da globalização, diz que atualmente no Brasil crescem os pedidos na área de planejamento estratégico. Nas palavras do consultor, “cada vez mais as empresas ocupam espaços antes restritos aos governos como agentes responsáveis pelas mais importantes decisões econômicas (...) as corporações precisam conhecer tudo o que é importante sobre cada mercado”. Em geral, as consultorias jurídicas comercializam informações sobre: controle cambial dos países, barreiras alfandegárias, carga tributária, legislação de patentes, fusões e aquisições, mercados supra regionais, entre outras.

Este tem sido o encaminhamento dos escritórios brasileiros de consultoria jurídica. A *Damarest&Almeida*, consultoria nacional com sede em São Paulo e escritórios no Rio de Janeiro e Distrito Federal (com um total de

²²⁸ “A consultoria jurídica no Brasil começou a se tornar mais significativa por volta da década de 50, com a chegada de grandes empresas estrangeiras a partir de parcerias com investidores brasileiros no estímulo à indústria automobilística. Após um período de estagnação ocorrido durante a década de 60, o número de consultorias jurídicas prestadas multiplica-se na década de 70 com a volta de grandes investimentos estrangeiros. A partir de meados de 80, após um período de crise para todos os mercados, os altos índices inflacionários fizeram das instituições financeiras o principal cliente deste ramo da consultoria” (F. Grimm, 1997; 22).

²²⁹ Do escritório paulista *Trench, Rossi e Watanabe* que presta consultoria às grandes empresas. Este escritório brasileiro está associado ao escritório norte-americano *Baker & Mckenzie* desde sua fundação há 40 anos.

112 advogados e 60 estagiários) abriu, recentemente, uma unidade em Nova Iorque para atender empresas norte-americanas que se interessam por privatizações no Brasil e na América Latina, sobretudo nos setores de telecomunicações, mineração e energia.

- **A engenharia consultiva**

O setor de engenharia consultiva brasileiro reúne empresas experientes de grande e médio porte que se desenvolveram paralelamente aos avanços da industrialização pesada e a integração do território nacional.

A expansão dos sistemas de engenharia de transportes, energia, telecomunicações a partir da década de 1950 "constituem o primeiro mercado estruturado e permanente da demanda de serviços de engenharia" (Cepal, 1985; 61). Os setores petroquímico e siderúrgico, por sua vez, destacam-se no impulso que proporcionaram às firmas de engenharia que foram obrigadas a utilizarem seus métodos organizacionais.

São exemplos de grandes firmas de engenharia consultiva a Engevix e a Jaako Poyry Engenharia²³⁰. Ambas participam na década de 1990 dos processos de privatização dos sistemas produtivos nacionais fornecendo assessoria ao BNDES (ver capítulo 6).

- **Uma profusão de empresas especializadas**

Conforme ainda P. Stern et P. Tutoy (1995;83) *le métier de conseil* edifica-se através de uma marcante bipolarização. De um lado, atuam grandes grupos transnacionais com a chamada "carteira de produtos" bem diversificada que assessoram, sobretudo, às empresas mais poderosas e os governos. E, de

²³⁰ A empresa de consultoria Jaako Poyry Engenharia atendia aos seguintes clientes em 1995: Rhodia, Acesita, Cia Siderúrgica de Tubarão, CSN, Souza Cruz, entre outras, que buscam projetos para melhoria de qualidade de produção e produtos, redução dos custos operacionais, e o aumento da capacidade instalada (Gazeta Mercantil, 23/05/1995).

outro lado, há inúmeras empresas especializadas de menor porte sem força para atuarem em rede planetária e que acabam por servir aos mercados nacionais ou regionais.

No Brasil, e mais precisamente em São Paulo, existem inúmeras pequenas firmas de consultoria que tornam, inclusive, muito difícil uma tentativa de classificação, considerando a área de atuação e o alcance territorial das informações. Todavia são segmentos novos do mercado de consultoria e que merecem alguns comentários pela importância que vêm adquirindo na reorganização do território, da economia e da política.

- *Consultoria "política": informações sobre cenários econômicos e políticos.*

No Brasil as consultorias especializadas em cenários econômicos e políticos do país ganham força na década de 1990 em função da abertura do mercado nacional. Essas empresas comercializam informações sobre privatizações, volume das reservas em dólar, tendência da inflação, dos juros, do câmbio, entre outras denominadas pelos consultores como "informações conjunturais". Dirigidas por executivos e professores universitários que já atuaram em cargos públicos (normalmente no Ministério da Fazenda, no Banco Central e no Ministério do Planejamento), distribuem-se, preferencialmente, entre as cidades de São Paulo (*MCM Consultores Associados, Rosenberg Consultores, MB Associados, etc*), Rio de Janeiro (*Macrométrica, GPC, Porto Gonçalves, etc*) e Brasília (*Arko Advice* e outras).

A empresa de consultoria *MCM* foi fundada em 1990 pelo ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega e é especializada em análises econômicas conjunturais divulgadas na forma de palestras, textos (mensais e semanais). Interessante observar que entre os principais clientes da empresa consta o *Federal Reserve Board*.

A consultoria e o *marketing* político ganharam *status* no Brasil a partir da inclusão da racionalidade científica nos processos eleitorais. Em 1991 foi fundada na cidade de São Paulo a Associação Brasileira de Consultores de

Marketing Político (ABCOP)²³¹. Esta associação promove cursos, palestras, congressos e, mais recentemente, organizou uma feira de brindes para campanhas eleitorais e o Guia Brasileiro de Fornecedores Eleitorais. Mas o produto principal oferecido pelos profissionais da ABCOP é o modelo de "Diagnóstico Político Eleitoral"²³².

O *marketing* político eleitoral em São Paulo se desenvolve como especialização na década de 1970 e com o apoio da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Atualmente várias faculdades oferecem especialização em gerenciamento de campanhas eleitorais (que engloba os setores de pesquisa, comunicação, mobilização e articulação); é o caso da Faculdade Anhembimorumbi que, não obstante, se associou à *George Washington University* (EUA) para garantir o aprendizado de técnicas atualizadas segundo o "mercado eleitoral" norte-americano.

O objetivo da consultoria e do *marketing* políticos, segundo Gaudêncio Torquato (presidente da ABCOP), é produzir tecnicamente um "voto racional"²³³ para oferecer aos eleitores como alternativa consumível no caso de descrença nos tradicionais mecanismos político-eleitorais (debates, discussões, confrontos, conflitos). Podemos refletir que esses também são fatos desencadeados com a globalização, que tem a denominada democracia de mercado como um de seus pilares. Para M. Santos (1996g) "em matéria de democracia, estamos assistindo a um verdadeiro retrocesso, quando o

²³¹ A ABCOP foi fundada por C. Brickmann, Gaudêncio Torquato, Rubens Figueiredo, T. Eisenlohr, C. Manhanelli, Márcia Cavallari entre outros profissionais. Entre as consultorias prestadas por esta associação destacamos: a) campanhas para presidências de entidades de classe, tais como FIESP, CIESP; b) Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) em 1998, Prefeitura de Natal (RN) em 1988 e 1992, Prefeitura de Salvador (BA) em 1992, Prefeitura de Boa Vista (RR) em 1996, Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) em 1996, Prefeitura de Curitiba (PR) em 1996; c) governos do estado do Ceará, Piauí, Roraima, Mato Grosso, São Paulo; diversos deputados estaduais e federais e senadores. Os valores cobrados pela ABCOP para a prestação de consultoria são relativos à densidade eleitora dos estados e municípios: quanto menor o estado, mais caro é o voto. Logo, torna-se bastante lucrativa a consultoria para aqueles estados do país com reduzido número de eleitores (como Acre, Roraima, Rondônia entre outros).

²³² Segundo a ABCOP no programa desse diagnóstico constam as seguintes avaliações: análise do cenário competitivo, tendências e oportunidades, recomendações políticas e de comunicação.

²³³ O Estado de São Paulo, 01/06/1998.

essencial dos debates, além das costumeiras diatribes de cunho pessoal, gira em torno de séries estatísticas, construções materiais e promessas de consumo, tudo isso desligado de um texto maior, onde o destino das coletividades – e não apenas de cada pessoa particular – seja seriamente considerado”. Por isso, concordamos com N. Lechner (1990; 73) que hoje a modernização deve ser entendida como o desenvolvimento da racionalidade instrumental.

- *Recursos Humanos: requalificação profissional, treinamento, “ética empresarial”, comportamento, etc.*

O desemprego, que atinge os escalões mais qualificados das empresas atinge o crescimento da pequena consultoria. Atualmente existem cerca de 500 pequenas empresas de consultoria em qualificação profissional no Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.

Com a abertura da economia nacional e a consolidação do Mercosul surgiram também empresas especializadas em diagnosticar e qualificar problemas de domínio das línguas inglesa e espanhola. A consultoria paulista *New Star Comunicação*, que assessora executivos nas apresentações profissionais em inglês tem como clientes ministros, secretários de governo, executivos da *Texaco, Shell, BNDES, Coopers & Lybrand, Arthur Andersen, etc.*

5.3 Vetores normativos globais. A formação e a regulação da atividade de consultoria: a nova cooperação técnica metropolitana

Acreditamos que uma das possíveis formas para compreendermos a formação do centro informacional paulistano, considerando seu arranjo e, mesmo, mensurando sua densidade, consistiria em avaliar o sub-sistema responsável por formar, regulamentar e divulgar as novas profissões. Aí também situam-se as bases científicas, técnicas e políticas de formação do setor quaternário, isto é, aquelas bases que permitirão especializações, moderna qualificação e um estatuto legal (jurídico), típicos deste período científico da história. Representam, também, um sub-sistema normativo global.

Na cidade de São Paulo e seu entorno, onde se encontram centros universitários públicos e privados entre os mais capacitados do país, são formados também os consultores que operam junto às grandes empresas, sobretudo agora, em razão da recente modernização dos cursos de administração e economia. Destacamos, entre outras instituições, a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de São Paulo e a Escola Superior de Propaganda e Marketing.

Estas escolas de administração tendem a reproduzir no país os modernos sistemas técnicos de ensino em administração, já existentes na Inglaterra, EUA, Japão, Alemanha, Austrália que são, em grande parte, patrocinados por grandes empresas²³⁴.

No Brasil, guardada as proporções, este tipo de mestrado profissionalizante, com experiência prática em negócios, foi instituído em 1993 e outorga também o título internacional *Master Business Administration* (MBA). Segundo os diretores das faculdades de administração, tornou-se necessário implantar tais cursos por exigência das grandes empresas, que

²³⁴ É desse modo que a *International Securities Marketing Association* (ISMA), associação do mercado internacional de capitais, que investe em cursos de administração, financiou, em 1994, um "laboratório financeiro" na *Reading University* de Londres para apoiar o programa de mestrado em mercado de capitais. Nestes laboratórios, equipados com meios informacionais de alta potência, são simuladas operações de bancos de investimento. Assim, nas redes de computadores circulam informações sobre o mercado financeiro, com todas as taxas internacionais de câmbio, flutuação monetária e os operadores (os alunos) compram e vendem ações, capitalizando informações (Gazeta Mercantil, 9/8/1996).

somente trabalham com profissionais que tenham obtido este título específico. Trata-se, pois, de um forte vetor normativo internacional, ao qual aderiram a FGV, a USP, a UFRJ, o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, a Cultura Inglesa, entre outros. Os cursos duram um ano, não exigem defesa de tese e são pagos geralmente pelas empresas interessadas. Como afirmou G. Blanc (1989; 84-85) o *MBA* tornou-se uma exigência à carreira do consultor.

Tabela 34
Brasil - Master Business Administration - 1996

	Centros formadores	Vagas	Demanda estimada	Custos (R\$) em média
São Paulo	FGV FEA – USP Cultura Inglesa	1.900	9.500	18.000,00
Rio de Janeiro	UFRJ	1.300	5.200	16.000,00
Brasília	IBMC	585	1.600	9.900,00

Fonte: Empresa Confirma. Marketing, Pesquisa e Sistemas - 1996

O curso da Cultura Inglesa distingue-se dos demais por ser todo realizado em “escritórios virtuais”, isto é, através de teleconferências, sob o método denominado *distance learning*, em associação com o *Henley Management College* da Inglaterra.

A Faculdade Getúlio Vargas de São Paulo, especializada na formação de consultores, está reformando toda a sua estrutura de funcionamento; implantou novas disciplinas, cursos de férias nos EUA em regime de intercâmbio, novas salas de aula equipadas para conectar-se aos sistemas de telecomunicações via satélite, etc. Os investimentos provêm de grandes empresas, tais como *Citibank*, *Ernest&Young*, Klabin, Souza Cruz, Banco Real, entre outras.

É em São Paulo, também, que se encontra boa parte das associações profissionais do país e, entre elas, a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), a Associação Paulista de Recursos Humanos (APRH), a Associação Nacional de Executivos, etc, às quais são ligados grande parte dos consultores do país. Nestes locais são oferecidos cursos, congressos internacionais, seminários e conferências. Mensalmente a APRH traz para São Paulo um consultor estrangeiro para proferir palestras e cursos sobre gestão. A

entidade, criada no início dos anos 70, é associada a *World Federation of Personnel Management Association*, que normatiza, mundialmente, a profissão de administração.

Conforme explica R. Skandera (1973; 23) as associações nacionais de consultores de gestão ditam o conteúdo dos exames de admissão de consultores, preparam os códigos de conduta profissional, cuidam para que se cumpram as normatizações e, por fim, supervisionam as relações entre os consultores e os clientes.

Ao que parece, as associações, por seu poder seletivo e normativo, designam justamente a racionalidade alcançada pelo mercado, na medida em que regulam as atividades profissionais frente às sociedades particulares, impondo também modelos únicos de produtividade educativa. O *International Council of Management Consulting Institutes (ICMCI)* tem como principal meta consolidar uma base uniforme para certificar consultorias no mundo (H. Thomas, 1992). Segundo J-P Détrie (1989; 13) "as publicações internas das grandes consultoras, a colaboração com as *business schools*, a troca entre consultores de um *know how* comum permite dizer que, hoje, há um centro de instrumentos comuns à formação dos consultores".

Por fim, temos que mencionar a existência de uma multiplicidade de eventos empresariais patrocinados pelo setor privado. Há hoje uma "indústria" promotora de simpósios, congressos, encontros, *workshop*, seminários, cursos de extensão etc. Para J. Baudrillard (1991) atualmente há um consumo, irracional, de informações científicas²³⁵.

Os eventos de negócios movimentam um setor de firmas especializadas em realizá-los, modernos hotéis internacionais, consultores palestrantes estrangeiros e grande circulação de pessoas. Normalmente são eventos caros

²³⁵ Devemos nos perguntar, juntamente com J. Baudrillard (1991; 104), se a "reciclagem do conhecimento, não esconde, debaixo da capa científica, o mesmo tipo de reconversão acelerada, forçada e arbitrária que a moda, pondo em ação, no plano do saber e das pessoas, idêntica obsolescência dirigida que o ciclo da produção e da moda impôs aos objetos materiais. Em semelhante ocorrência, haver-nos-íamos não com o processo racional de acumulação científica, mas com o processo social, não racional, de consumo, solidário de todos os outros". É interessante ressaltar que para este autor o consumo é um "processo de classificação e de diferenciação social, em que os objetos/signos se ordenam, não só como diferenças significativas no interior de um código, mas como valores estatutários no seio de uma hierarquia" (idem; p.60).

e fechados, atendendo a ramos empresariais muito específicos. Como São Paulo acolhe os escritórios administrativos das grandes empresas patrocinadoras e possui uma infra-estrutura em hotéis, restaurantes, centros de convenções, aeroportos, entre outras, que, conjuntamente, a distinguem das demais cidades do país, será aí também que ocorrerá a maior parte dos seminários de negócios. Assim, toda esta emergente geografia metropolitana da informação acaba por orientar o desenvolvimento de sofisticados serviços locais. Para Wiewel & Persky (1994;132) há, nas cidades globais, um forte crescimento local de novas atividades associadas ao desenvolvimento dos serviços transacionais e que alteram também a antiga estrutura ocupacional.

A metrópole de São Paulo tornou-se na década de 1990 pólo acolhedor dos principais congressos científicos e feiras de negócios do país. Muitos desses eventos são internacionais atraindo analistas e investidores mundiais; tornaram-se elos dos modernos círculos informacionais do território nacional. É o caso da *Expo Management* (Congresso e Exposição Internacional de Negócios) realizada em 2001 pela primeira vez na cidade de São Paulo para divulgar, entre outros produtos, novas formas da consultoria. Segundo E. Almeida (2001; 394-395) as feiras de negócios são “veículo de uma nova racionalidade que se impõe paulatinamente ao mercado. A aquisição de novos produtos e serviços tende a mudar o padrão tecnológico e organizacional dos diferentes setores produtivos, condição essencial para que ocorra a intensificação do processo de globalização da economia”.

Amplia-se, desse modo, a cooperação e, por conseguinte, as densidades técnicas e informacionais da metrópole paulista. São Paulo assume liderança a partir dos atributos que condicionam os novos padrões de competitividade.

Capítulo 6

Informação e verticalização do território nacional: os espaços da racionalidade

"A realidade humana se divide, prática e teoricamente, no campo da "ratio" e, portanto, no mundo da racionalização, dos meios, da técnica, da eficácia, e no campo dos valores e das significações humanas, as quais, paradoxalmente, se tornam domínio do irracionalismo".

(Karel Kosík, 1976).

"A competitividade é um fator de desordem orçamentária, econômica, social territorial e política. É na relação com o território que verificamos exatamente como a competitividade é um fator de desagregação e de ingovernabilidade".

(Milton Santos, 1997).

No Brasil, a década de 1990 veio consolidar uma vigorosa transformação do território. O fim do programa de substituição de importações, acompanhado da adoção de um quadro normativo em consonância com a globalização dos mercados, autorizou a abertura, sem precedentes, da economia nacional. Ora, tal contexto parece implantar o "governo de uma ordem privada" alavancado por grandes empresas que conduzem, com o apoio do Estado, um projeto de uso ainda mais corporativo do território nacional, em detrimento da Nação. Daí ressaltarmos que a categoria de análise não é o território (em si), mas sim o *uso do território* (M. Santos, 1994c), pois importa estarmos munidos, a um só tempo, para refletirmos o impacto das novas ações sobre a materialidade e os condicionantes sociais recriados a partir dessa mesma materialidade.

Tanto a base material dos lugares, quanto as ações organizativas, tendem a estar subordinados ao *poder econômico e político* de um seleto grupo de grandes empresas. Conforme M. Santos (1994a; 63), o poder econômico de uma empresa seria "dado exclusivamente pela menor ou maior capacidade de

combinar eficazmente os fatores da produção de que dispõe, de um ponto de vista eminentemente técnico, o que concerne a produção imediata”. E, o poder político das empresas, por sua vez, seria dado pela “capacidade de modificar, no momento hábil, regras do jogo econômico, em sua própria área de atividade e em função de seus interesses emergentes”, em particular aqueles relacionados à velocidade da acumulação. Assim, segundo o autor, “são as relações sociais que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjunto de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam o processo direto de produção e permitem pensar num verdadeiro processo político de produção”

M. Arroyo (1997; 40) ressalta que foi outorgado, no período atual, um papel central ao conceito de competitividade. Para P. Veltz (1993) tratar-se-ia de uma verdadeira “competitividade territorial”, pois, agora, “a grande escolha da arquitetura organizacional e as grandes escolhas estratégicas subentendidas comandam, mais e mais, um jogo global sobre localizações”²³⁶. J-E Sanchez (1997; 343), por sua vez, assevera que “aqueles territórios nos quais se crêem ofertas competitivas verão abertas suas possibilidades de participar da produção global”.

Como explica R. L. Corrêa (1991; 144), as corporações causam impacto sobre a organização espacial preexistente, recriando outras diferenças espaciais. O modo como o território se organiza, portanto, faz com que alguns lugares estejam mais aptos que outros para o exercício de determinadas atividades²³⁷. É o que M. Santos (1994a: 50) chama de “produtividade espacial”.

²³⁶ “Se os custos diferenciais não são mais o guia principal da territorialização, não significa que a economia tornou-se *foot loose*. Isto quer dizer que o efeito competitividade de uma estrutura territorial se avalia, sobretudo, por sua contribuição à qualidade da organização produtiva”. E, prossegue o autor assinalando que a territorialização das estruturas empresariais compõe um processo de “construção de recursos, o que pressupõe a firma em estrita relação com seu entorno” (P. Veltz, 1993).

²³⁷ Michael Porter (1996), especialista norte-americano em *estratégias competitivas* (consultor de empresas do porte da IBM, AT&T, Du Pont, entre outras), afirma que a localização é hoje um fator importante na concorrência global das empresas e, que as áreas relevantes podem tanto ser menores que uma província quanto transcenderem fronteiras estaduais e nacionais. Entre os elementos importantes para a localização encontram-se, na concepção de Porter, pessoal qualificado, tecnologia aplicada, infra-estrutura personalizada, fontes experientes de capital, núcleo de consumidores exigentes, presença de concorrentes locais, entre outros.

Na medida em que o meio geográfico, tal como o definiu M. Sorre (1957; 115), reúne “a totalidade das condições com as quais os grupos exercem suas atividades”, o que ponderar quando o mesmo se encontra povoado por famílias de objetos técnicos-informacionais? São pedaços de “cidades informacionais” e seus respectivos “edifícios inteligentes”, auto-pistas, redes de energia e telecomunicações, infovias, biotecnologias, portos e aeroportos, universidades e laboratórios, indústrias automatizadas, fazendas gerenciadas por tecnologias da informação, os chamados *mass media*, agências bancárias eletrônicas, entre outros.

Podemos, então, afirmar que, nesta trama geográfica, as informações representam insumos de competitividade. As informações tendem a conferir, às empresas que as utilizam, um poder econômico e político ainda maior pois, segundo W. R. Goe (1996; 25), “estão relacionadas com a extensão organizacional e com o campo de ação territorial das grandes corporações”. Assim, também P. Wood (1996; 661) sintetiza que “a adaptação de modelos espaciais de produção e comercialização, sob a pressão da competição internacional, desregulação ou privatização, dominam grande parte dos esforços administrativos”.

Mas, como assinalaram P. A. Baran e P. M. Sweezy (1967; 144), “a empresa gigante retira da esfera do mercado grandes parcelas da atividade econômica sujeitando-as à administração cientificamente planejada. Esta modificação representa um aumento contínuo na racionalidade das partes do sistema, mas não é acompanhada de qualquer racionalização do todo”. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação das informações são hoje os elos indispensáveis dos hegemônicos macro-sistemas produtivos.

As lógicas que regem as ações informacionais do período atual tendem a ser verdadeiras formas de racionalidade, sistemas de poder que interferem na economia, no território. São os novos “meios de ação” (H. Isnard, 1978;6) que auxiliam as estratégias das grandes empresas.

Conforme A. C. T. Ribeiro (1997), nos países periféricos ocorre hoje uma perda da expressividade da esfera política instituída e a eclosão de novas instituições sociais significativas do tecido social construído pela atual

modernidade (aí incluídas as firmas de assessoria e consultoria). Nas palavras da autora, "esta perda implica no predomínio do pensamento econômico sobre o político e o social e, portanto, numa aguda racionalização das relações sociais e societais" (idem; 4).

É importante considerar que, hoje, "a inserção da racionalidade no campo da dominação" (M. Maffesoli, 1978; 145) envolve, para além das instâncias política, econômica e cultural, também o espaço geográfico, transformando-o num "campo de ação instrumental" (M. Santos, 1996a; 232). Daí M. Sorre (1957; 187) ter advertido que os avanços da artificialização do meio geográfico implicaria numa forte "despersonalização do mundo".

Os *espaços da racionalidade* (M. Santos, 1994a) são aqueles produzidos e organizados segundo as lógicas do *acontecer hierárquico*²³⁸, ou seja, sob a égide de técnicas informacionais. Despontam nos territórios como pontos ou manchas de verticalidades, de razões globais, que impõem uma ordem pragmática ao funcionamento dos lugares. Conformam, mesmo, regiões edificadas por crescentes solidariedades organizacionais, onde um comando remoto da parcela política da produção se faz cotidianamente (M. Santos, 1994c). Através da dinâmica desses novos espaços se estrutura o arcabouço político-ideológico do período atual.

Por isso, ao investigarmos os possíveis impactos dos novos sistemas informacionais na atual transformação do uso do território brasileiro e problematizarmos a conformação dos *espaços da racionalidade*, devemos considerar esses pontos ou pedaços de trabalhos científicos e técnicos relativamente dispersos no território e comandados a distância por meio de informações corporativas que edificam uma proximidade organizacional entre os lugares participantes da nova divisão do trabalho. A cidade de São Paulo assume, como já enfatizamos, um papel estratégico, pois é o lugar sede da produção e do controle da nova vaga de modernizações que reorganiza o território nacional.

²³⁸ As formas do *acontecer hierárquico* no território brasileiro resultam de ordens e informações provenientes particularmente da cidade de São Paulo e nos permite também ver o funcionamento do sistema urbano. Mas adverte M. Santos (1994c; 5) não se trata de um lugar

6.1 Um programa nacional de desestatização? O aval decisório das firmas de consultorias.

As grandes empresas de consultoria têm exercido um papel-chave no programa de privatizações brasileiro. Destacam-se por fornecerem suporte técnico ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para conduzir e gerenciar o *Programa Nacional de Desestatização*²³⁹ (assim as instâncias governamentais denominaram o processo de privatização das empresas públicas brasileiras)²⁴⁰.

O discurso oficial do BNDES está hoje fundado na ideologia da eficiência empresarial e na neutralidade de suas ações técnicas. Na visão de L. Velasco Jr (1997; 11), funcionário da instituição, a forma como hoje o BNDES "organiza seus quadros e formula sua política de pessoal seria elucidativa de uma dinâmica de expansão e de padrões de organização em moldes de eficiência tipicamente empresariais". Por isso, este banco muitas vezes é visto como uma *self-directing agency*, isto é, "agências que tiveram êxito em estabelecer uma posição de relativa autonomia em relação ao poder executivo e que são menos suscetíveis ao controle e influência por parte dos eleitores ou de grupos de interesses. São dotadas de códigos internos de ética, formais ou informais, e suas políticas são usualmente determinadas por profissionais de carreira que gozam do poder sobre seu *staff*. A existência deste tipo de situação está associada ao reconhecimento público da *expertise* da agência" (idem; 11).

Espécie de neopositivismo exaltado no período da globalização, este discurso da neutralidade dos atores sociais, aparentemente sem laços espaço-

comandando o outro, senão como metáfora. A questão é que "os limites à escolha de comportamentos num lugar pode se dever aos interesses sediados em um outro".

²³⁹ O *Programa Nacional de Desestatização* entrou em vigor em 15 de março de 1990 no início do governo do Presidente Collor de Melo e prosseguiu com os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Ironia que a sigla PND seja a mesma utilizada pelo Estado brasileiro na década de 1970 para alavancar o desenvolvimento (PND - Plano Nacional de Desenvolvimento) via substituição de importações (em que o Estado atua como empresário).

²⁴⁰ O BNDES é um dos principais atores do processo de privatização no Brasil pois é, ao mesmo tempo, mentor e administrador do *Programa Nacional de Desestatização*. Como afirma a própria instituição em pronunciamentos oficiais, o Brasil necessitava integrar-se competitivamente "no cenário mundial, quando se esgotaram as possibilidades de crescimento econômico baseado no modelo de substituição de importações" (L. Velasco Jr, 1997;11).

temporais, busca legitimar-se publicamente através da racionalidade técnica. É o que M. Chauí (1982) denomina como "ciência da competência", que habilita o discurso dos especialistas "proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. Segundo a autora trata-se de um discurso "que não se inspira em idéias e valores, mas na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação" (M. Chauí, 1982;11).

As firmas de consultoria foram convocadas pelo BNDES para conferir racionalidade técnica e credibilidade, no âmbito do mercado global, ao programa de privatização brasileiro, transformando-o em oportunidades de negócios. A venda da Usiminas (1990/1991), por não definir metas de estrutura da propriedade, se constituiu no modelo de orientação à privatização²⁴¹ de todos os setores produtivos brasileiros na década de 1990. Através das alianças construídas para alavancar a privatização da Usiminas foi minimizado o papel do Estado como ator político principal das decisões que vieram a reorganizar a economia e o território nacional. Conforme assinala L. Velasco Jr (1997;35) "o papel do Estado era basicamente fornecer e garantir regras neutras que criassem uma expectativa geral de *fairness* para o *mundo dos negócios*".

Ora, o *Modelo Usiminas* da privatização brasileira, configurado pelo BNDES em conjunto com os consultores contratados²⁴², passou a contar com uma rede de colisão de apoio envolvendo uma vasta gama de especialistas privados. Como explica L. Velasco Jr (1997;31) com o PND, "além do escopo

²⁴¹ A venda da Usiminas (empresa siderúrgica lucrativa, atualizada tecnologicamente e de grande porte) "abriu um novo tipo de horizonte: bancos, empresas privadas de setores diversos, funcionários e fundações previdenciárias das empresas vendidas, fundações de empresas estatais e privadas (em alguns casos até mesmo estaduais) e empresas estatais passaram a perceber que a convivência, em uma empresa profissionalizada, a exemplo de algumas grandes corporações norte-americanas, não era impossível. Não eram mais imprescindíveis as figuras dos acionistas ou grupos controladores conhecedores do negócio, ou de investidores estratégicos, típicos das empresas brasileiras; verificava-se a dissociação entre a propriedade e a administração do negócio" (L..Velasco Jr, 1997;26).

²⁴² Firmas de consultoria que operacionalizaram a privatização da Usiminas no ano de 1990: *Máxima Corretora de Commodities e Consultoria Ltda*, *Metaldata Engenharia e Representações*, *Paulo Abib Engenharia S. A.*, *Consemp Consultoria*, *Planconsult S/C Ltda*, *Setepla - Tecnometal Engenharia S. A.*, *Chartered Westlb Limited*, *Tozzini Freire Teixeira e Silva Advogados*. A *Arthur Andersen*, a *Price Waterhouse*, e o escritório *Ulhoa, Canto Rezende e Guerra Advogados* deram o aval final. A auditoria foi empreendida pelo *Loudon Blomquist Auditores Independentes*.

do serviço ter sido ampliado, as empresas passaram a ser vendidas no seu estado, requerendo dos consultores uma avaliação muito mais precisa sobre a sua real situação patrimonial. E, na medida em que, muitas vezes, esta situação patrimonial era incompatível com os níveis de faturamento e rentabilidade das empresas, os consultores passaram a ter que envolver uma complexa proposta de reestruturação econômico-financeira para as mesmas". Assim, as consultorias passaram a ser responsáveis, no lugar do Estado, por propor as condições gerais de venda das ações ou ativos detidos pelo governo.

O BNDES postula que entre as normas para o cadastramento de consultorias duas categorias de atividades devem ser contempladas: 1) categoria "A", responsável pela análise econômico-financeira das empresas; 2) categoria "B", responsável pela avaliação dos ativos patrimoniais das empresas.

As firmas de consultoria pertencentes à categoria "A" devem desenvolver os seguintes itens: "a) análise da situação passada e atual da empresa e do negócios em todos os seus aspectos; b) projeção do futuro da empresa em todos os seus aspectos, considerando cenários alternativos para as variáveis relevantes; c) projeção do desempenho econômico e financeiro da empresas nestes cenários, incluindo projeções de balanços, projeção de resultados, fluxo de caixa e projeção de origens e aplicações de recursos; d) cálculo do valor econômico atual da empresa nestes cenários, seja por desconto do fluxo de caixa operacional ou do fluxo de lucros; e) avaliação do valor da empresa em função do modelo de venda a ser adotado, por recomendação própria ou de terceiros, levando em conta, além do valor econômico, outros valores intangíveis e o valor do mercado de empresas voltadas à linha similar de negócios" (BNDES, 1999). Quanto às firmas englobadas na categoria "B" deverão desenvolver o seguinte trabalho de avaliação: "(a) de mercado, assumindo tempo adequado de venda, para obtenção do maior valor de venda; b) de liquidação ordenada, limitando o tempo de venda a um período determinado; c) de liquidação forçada, supondo a liquidação imediata ou em curto prazo" (BNDES, 1999).

Em ambas as categorias a admissão das consultoras está atrelada à experiência dessas firmas com avaliação econômico-financeira e com ativos patrimoniais de empresas com patrimônio acima de R\$ 100.000.000,00, bem como devem constar nos quadros profissionais com nível técnico superior. Trata-se, por conseguinte, de novas formas de cooperação para o funcionamento dos circuitos superiores da economia.

A partir de 1999 o BNDES passou a aceitar em seu cadastro empresas de consultoria estrangeiras não constituídas como empresas no Brasil e que apenas tenham um representante legal no país²⁴³. Ainda dentro desse conjunto normativo consta que podem se cadastrar mais de uma empresa de consultoria pertencente ao mesmo grupo econômico ou controle societário. Por isso várias unidades da *Ernst&Young* se incluíram na privatização da Eletronorte, bem como as unidades brasileiras e mexicana da *Booz Allen&Hamilton* se envolveram com a venda do Banco Meridional.

Entre as grandes consultorias participantes do PND destacam-se, de um lado, as firmas globais na área de gestão empresarial e, de outro, as instituições financeiras (quadros 8 e 9). Cumpre constatar que por participarem do processo decisório da privatização no país, essas firmas passam a deter importantes informações sobre o funcionamento dos sistemas produtivos e do território. Gerenciam, a partir de então, novos bancos de dados a respeito dos macros circuitos espaciais de produção, sempre negociáveis na rede de negócios globais das empresas. Como assinalou B. Becker (1991; 54) “o contexto de fragilização da União e diluição dos interesses gerais se revela no acirramento da competição pelo controle do território, e na nova forma de sua gestão”.

As finanças corporativas, novo segmento da consultoria global, ganharam espaço no Brasil na medida direta em que progrediam os objetivos do programa de privatização. Este setor produz e fornece importantes informações sobre aquisições, fusões e privatizações.

²⁴³ Conforme entrevista concedida por Fernando Borges, funcionário do BNDES também responsável pelo cadastro das consultorias (14/04/1999 na sede do BNDES no Rio de Janeiro).

Segundo a KPMG (1995) nos processos de privatização são estabelecidos parâmetros realistas de preços e assegurado que os aspectos tributários sejam maximizados. Segue-se a identificação e avaliação dos compradores potenciais (nacionais e estrangeiros) e a preparação do memorando de informações. A empresa busca “assegurar total adaptabilidade às realidades de mercado”. Na área de fusões e aquisições a empresa assegurou vários negócios no Brasil, tais como a aquisição do controle da Mela Leve pela *Cofap e Mahle*, a *joint venture* entre o grupo *Icatu e ITT Hartford* e a compra da Continental 2001 pela *Bosch-Siemens*²⁴⁴.

²⁴⁴ Gazeta Mercantil, 09/10/1996.

Quadro 8

Brasil

Empresas Globais de Consultoria participantes do Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999).

Empresas de Consultoria cadastradas no BNDES - PND	Empresas e setores (avaliados para privatização - Ano)
<i>BOOZ-ALLEN E HAMILTON</i> do Brasil Consultores	- CST (Cia siderúrgica de Tubarão) - 1990 - AÇOMINAS (Aço Minas Gerais S. A.) - 1992 - CIQUINE Cia Petroquímica - 1992 - Banco MERIDIONAL S. A. - 1995
<i>COOPERS & LYBRAND</i> Consultores Ltda	- GOIASFÉRTIL (Goiás Fertilizantes S. A.) - 1990 - MAFERSA S. A. - 1990 - CELMA (Cia eletromecânica) - 1991 - COSINOR (cia siderúrgica do Nordeste) - 1992 - AGEF (Rede Federal de Amazéns Gerais Ferroviários) - 1993 - TELEBRÁS - 1997
<i>ARTHUR ANDERSEN</i>	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - Setor de SANEAMENTO - 1997
<i>PRICE WATERHOUSE</i>	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - PETROFLEX (Petroflex Ind. e Com. S. A.) - 1991 - ÁLCALIS (Cia Nacional de Álcalis) - 1991 - FOSFÉRTIL (Fertilizantes Fosfatados S. A.) - 1991 - ICC (Ind. Carboquímica Catarinense S. A.) - 1991 - ACRINOR (Acrilonitrila do Nordeste S. A.) - 1992 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
<i>KPMG PEAT MARWICK</i>	- PIRATINI (Aços Finos Piratini S. A.) - 1991 - ENASA (empresa de Navegação da Amazônia) - 1991 - PPH (Cia. Industrial de Polipropileno) - 1991 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
<i>DELLOITTE TOUCHE</i> <i>TOHMATSU</i> consultores S/C	- COBRA (Computadores e Sistemas Brasileiros S. A.) - 1992 - EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) - 1992 - LLOYDBRÁS (Cia de Navegação Lloyd Brasileiro) - 1992 - LIGHT (Serviços de Eletrecidade s. A.) - 1993 - RFFSA (Rede Ferroviária Federal S. A.) - 1994 - Banco MERIDIONAL S. A. - 1995 - DATAMEC - 1998
<i>ERNST & YOUNG</i> consultores Ltda	- RFFSA (Rede Ferroviária Federal S. A.) - 1994 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996 - ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Brasil S/A - Sistema Manaus - Boa vista) - 1997
<i>ARTHUR D. LITTLE</i> Ltda	- CBE (Cia Brasileira de Estireno) - 1992 - ALCLOR (Alclor Química de Alagoas) - 1992 - CPC (Cia Petroquímica de Camaçari) - 1992 - SALGEMA (Salgema Indústrias químicas S. A.) - 1992 - TELEBRÁS - 1997 -

Fonte: organização própria a partir de dados levantados no BNDES, 1999.

Quadro 9

Brasil

Instituições Financeiras prestadoras de consultoria ao *Programa Nacional de Desestatização* (PND) - (1990 - 1999).

Instituições Financeiras cadastradas no BNDES - PND	Empresas e setores (avaliados para privatização - Ano)
<i>BANCO ICATU</i>	- ACESITA (Cia Aços Especiais Itabira S. A.) - 1991
<i>MAXIMA CORRETORA DE COMMODITIES E CONSULTORIA</i>	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - CSN (Cia Siderúrgica Nacional) - 1992 - COBRA (Computadores e Sistemas Brasileiros S. A.) - 1992 - AGEF (Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários) - 1993 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
<i>BANCO INTER-ATLÂNTICO</i>	- PIRATINI (Aços Finos Piratini S. A.) - 1991 - POLISUL (Polisul Petroquímica) - 1992 - AÇOMINAS (Aço Minas Gerais S. A.) - 1992 - COSIPA (Cia siderúrgica Paulista) - 1992
<i>INTERNATIONALE NEDERLANDEN ING BANK</i>	- AÇOMINAS (Aço Minas Gerais S. A.) - 1992
<i>BRADESCO</i>	- CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
<i>CCF - CREDIT COMMERCIAL DE FRANCE</i>	- Banco MERIDIONAL S. A. - 1995
<i>BANCO GRAFHUS</i>	- Banco MERIDIONAL S. A. - 1995 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996 - Saneamento - 1997
<i>MERRILL LYNCH</i>	- CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996 - PETROBRÁS - 1998/1999
<i>ABN AMRO BANK N.V.</i>	- PETROBRÁS - 1998/1999
<i>BANCO DE INVESTIMENTO GARANTIA</i>	- PETROBRÁS - 1998/1999
<i>BANCO PATRIMONIAL DE INVESTIMENTOS</i>	- TELEBRÁS - 1997
<i>BANCO ARBI</i>	- MAFERSA S. A. - 1990 - ICC (Ind. Carboquímica Catarinense S. A.) - 1991 - EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) - 1992
<i>DEUTSCHE BANK e MORGAN GRENFELL</i>	- ELETROSUL/FURNAS/GERASUL (Centrais elétricas do Sul do Brasil e Furnas Centrais Elétricas) - 1997
<i>BOZANO SIMONSEN e BARCLAYS BANK</i>	- ELETRONORTE/CHESF - 1998

Fonte: organização própria a partir de dados levantados no BNDES, 1999.

Quanto às firmas nacionais de consultoria, estas participam mais ativamente do processo de privatização dos setores de engenharia consultiva (conhecedores das tecnologias dos sistemas produtivos nacionais) e jurídico (conhecedores das normatizações das empresas públicas). Na área de consultoria em gestão destaca-se o papel da empresa *Trevisan* no início da privatização do setor petroquímico.

Quadro 10

Brasil

Empresas nacionais de consultoria e escritório de advocacia participantes do Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999).

Empresas de Consultoria Cadastradas no BNDES - PND	Empresas e setores (avaliados para privatização - Ano)
<i>TREVISAN</i>	- CEB (Cia Brasileira de Estireno) - 1992 - LIGHT (Serviços de Eletrecidade s. A.) - 1993 - NITROFÉRTIL (Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste) - 1991 - PROLIPROPILENO S.A. - 1994
<i>IBASE (Inst. Bras. De Anal. Sociais e Econômicas)</i>	- TELEBRÁS - 1997
<i>PAULO ABIB ENGENHARIA</i>	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - ACESITA (Cia Aços Especiais Itabira S. A.) - 1991 - ARAFÉRTIL S.A. - 1991 - NITROFÉRTIL (Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste) - 1991
<i>SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA</i>	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - AÇOMINAS (Aço Minas Gerais S. A.) - 1992
<i>METALDATA ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES</i>	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - CSN (Cia Siderúrgica Nacional) - 1992 - CARAÍBA (Mineração Caraíba) - 1993 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
<i>JAAKKO POYRY ENGENHARIA</i>	- CST (Cia Siderúrgica de Tubarão) - 1990 - FRENAVE (Cia de Navegação do São Francisco) - 1991 - ACESITA (Cia Aços Especiais Itabira S. A.) - 1991 - ICC (Ind. Carboquímica Catarinense S. A.) - 1991 - COSIPA (Cia Siderúrgica Paulista) - 1992 - EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) - 1992
<i>ENGEVIX ENGENHARIA</i>	- CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
<i>AZEVEDO SODRÉ ADVOGADOS</i>	- ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Brasil S/A - Sistema Manaus - Boa vista) - 1997 - ELETRONORTE/CHESF - 1998
<i>CASTRO BARROS E SOBRAL ADVOGADOS</i>	- COPERBO (Cia Pernambucana de Borracha Sintética) - 1992 - Banco MERIDIONAL S. A. - 1995
<i>BRANCO ADVOGADOS ASSOCIADOS</i>	- Saneamento - 1997
<i>PINHEIRO NETO</i>	- CINAL (Cia Alagoas Industrial) - 1992
<i>ZALCBERG ADVOGADOS ASSOCIADOS</i>	- ENERGEIPE (Empresa Energética de Sergipe) - 1997
<i>ULHÔA CANTO REZENDE E GUERRA ADVOGADOS</i>	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990
<i>MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS</i>	- AÇOMINAS (Aço Minas Gerais S. A.) - 1992 - ESCELSA (espírito Santo Centrais Elétricas) - 1993

Fonte: organização própria a partir de dados levantados no BNDES, 1999.

Assim, a abertura do mercado brasileiro (vide a entrada de investimentos estrangeiros diretos no setor de serviços prestados às empresas), as privatizações, a denominada reforma do estado, a reestruturação empresarial compõem, entre outros fatores, uma conjuntura econômica muito favorável às grandes firmas de consultoria. Somente as despesas do BNDES com serviços

de consultoria, auditoria e publicidade somaram, entre 1990 e 1997, um total de US\$ 176,2 milhões (e as despesas com consultoria representam 80,0% deste total). A privatização da Cia. Vale do Rio Doce em 1997 foi responsável por gastos da ordem de US\$ 73,9 milhões, seguido da Rede Ferroviária Federal (US\$10,3 milhões, em 1996/1997), e do Banco Meridional (US\$ 2,0 milhões, em 1995). A CVRD foi a operação mais custosa de todo o PND²⁴⁵.

Tabela 35
BNDES - Programa Nacional de Desestatização
Despesas com consultoria, publicidade e auditoria (1990-1997)

Tipo de despesa	Despesas entre 1990 e 1997 (em US\$ milhões)	(%)
Consultoria "A"	14,1	8,0
Consultoria "B"	124,8	70,8
Outros consultores	1,8	1,0
Publicidade	30,8	17,5
Auditoria do processo	0,8	0,5
Taxas e emolumentos	3,9	2,2
Total Geral	176,2	100,0

Fonte: BNDES - PND - Relatório de Atividades - 1997.

Os consórcios de empresas de consultoria para a privatização da CVRD se constituíram em 16/01/1996. Para a prestação do Serviço "A" (avaliação econômico-financeira da empresa) formou-se um grupo liderado pela *Metal Data Engenharia e Representações Ltda* contando com as participações da *Ernst & Young*, *Máxima Corretora de Commodities*, *Partbank S. A.*, *Salomon Brothers*, *Robert Fleming & Co. Limited* e *Patrimônio Planejamento Financeiro*. Por sua vez, o grupo prestador do Serviço "B" (avaliação econômico-financeira

²⁴⁵ A receita com privatizações no ano de 1997 chegou a US\$ 4.265 bilhões. Deste total, a CVRD rendeu US\$ 3.298,9 bilhões. Trata-se de uma das maiores empresas mundiais da mineração e sua privatização foi a mais complexa e custosa (em consumo de consultorias, publicidade etc) vindo encerrar o programa de desestatização brasileiro para o setor produtivo. Nas décadas anteriores foram privatizados todos os setores estatais da siderurgia e da petroquímica. Assim o ano de 1997 é considerado um marco para os mentores do PND, pois além de encerrar a privatização do setor produtivo com a venda da CVRD, teve início a privatização do setor financeiro federal com a venda do Banco Meridional, bem como foi a leilão o setor portuário (que resultou no arrendamento do Terminal de Contêineres do Porto de Santos e da Cia. Docas do estado de São Paulo). Houve ainda mudanças no quadro normativo do PND com a inserção Fundo de Garantia por Tempo de Serviço nas privatizações. Por fim a nova Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472 de 16/7/1997) veio regular a privatização do Sistema Telebrás com a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e foi também instituída a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

e demais serviços necessários à privatização) se formou através da associação entre a *Projeto Consultoria Financeira S.C. Ltda* e a *Merrill Lynch, Pierce Fenner & Smith, Nm Rothschild & Sons, Banco Bradesco, KPMG Peat Mawwick Consultores, Banco Graphus S. A. e Engevix Engenharia S.C. Ltda*. Em 01/07/1997 foi oficialmente comunicada a conclusão da venda da CVRD, tendo assumido o controle acionário da mineradora o Consórcio Brasil, liderado pela *CSN Steel Corporation*. O consórcio adquiriu o direito de uso da Estrada de Ferro Vitória a Minas e a estrada de Ferro Carajás por trinta anos (BNDES, 1997).

Constatamos, portanto, a presença de inúmeros grupos estrangeiros no processo decisório de venda das maiores companhias nacionais, sem que, em nenhum momento, tenha havido um debate popular com a Nação, evidenciando o caráter extremamente conservador do PND. Resulta que se alienou do país um importante patrimônio estratégico, hoje em mãos de firmas globais. É assim que na década de 1990 as corporações passaram a comandar também as formas de uso do território brasileiro. O monopólio estatal extremamente criticado por muitos empresários, jornalistas e congêneres, como sinônimo de ineficiência e atraso na modernização, deu lugar ao monopólio privado de grandes empresas globais.

Podemos ainda considerar o caso da concessão de uso da RFFSA. O modelo da privatização adotado para o transporte ferroviário de cargas no Brasil levou primeiramente a agregação das doze superintendências regionais da empresa em seis malhas a serem transferidas ao setor privado (Malhas Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Tereza Cristina, Sul e Nordeste). A metodologia utilizada para a formação das novas malhas foi elaborada a partir dos principais fluxos de transportes existentes: a) os corredores de exportação no sentido Oeste-Leste; b) fluxos inter-regionais sentido Norte-Sul com perspectiva de expansão. Observamos que no caso da venda da Malha Nordeste o consórcio vendedor inclui a CSN, a CVRD, a Taquari Participações entre outros. Ora, são os mesmos grupos envolvidos com a compra da CVRD.

Poucas são as empresas a controlarem o território que, para melhor atendê-las, é segmentado em frações que se hierarquizam segundo a

produtividade (fluidez) feita segundo o cálculo das firmas de consultoria. Os casos mais recentes das privatizações das telecomunicações²⁴⁶, do setor energético e da Petrobrás são emblemáticos desse processo de fragmentação e uso corporativo do território. Já nesta fase do PND, posterior a 1995, participam mais efetivamente da avaliação do patrimônio nacional bancos estrangeiros como *Deutsche Bank* e o *Morgan Grenfell* que em 1997 analisaram para o BNDES o valor da Eletrosul/Furnas/Gerasul. Ao que parece quanto mais se fragmenta o território e se criam condições para favorecer a concentração econômica mais legitimidade ganha o modelo de privatização adotado pelo estado brasileiro ao longo da década de 1990.

Neste contexto, o principal banco de desenvolvimento do país curva-se aos interesses dos agentes da globalização e, desse modo, contribui seriamente para a transformação do país num *espaço nacional da economia internacional* (M. Santos, 1979c, 1996a).

6.2 A reorganização dos sistemas produtivos: novas formas de gestão e programas de qualidade empresarial

As grandes firmas nacionais e estrangeiras no Brasil estão se adaptando ao sistema normativo internacional de qualidade que envolve, hoje, toda a cadeia produtiva. Como conseqüência surgiram inúmeras empresas que informam como obter o selo de qualidade junto às agências credenciadas pelo governo brasileiro. Estas agências respondem ao Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Entre as 11 agências autorizadas a fazer auditoria, a maioria estrangeira, seis encontram-se em São Paulo e cinco no Rio de Janeiro.

²⁴⁶ Assim as novas concessionárias do serviço de telefonia fixa adquiriram as antigas concessionárias estatais e compartilharam o território em três macro regiões segundo as áreas de interesse das empresas: 1) Tele Norte Leste Participações (envolvendo os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Iagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazônia, Roraima); 2) Tele Centro Sul Participações (envolvendo os estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Rondônia, Acre, Rio Grande do Sul); 3) Telesp Participações S. A. (Estado de São Paulo).

Os laboratórios, por sua vez, que oferecem e calibram equipamentos para as empresas, têm assistido ao aumento crescente dos serviços prestados, bem como passaram a prestar consultorias. Tais serviços encontram-se disponíveis somente na Região Concentrada, pois aí se localizam 100% dos laboratórios brasileiros com esta especialização. Como afirma M. Santos (1996a; 239) “os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado”.

Institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tal como o IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica), fazem parte, hoje, deste complexo produtor de informações que conforma uma rede nacional. Assim, o IPT, sediado na cidade de São Paulo atendeu, em 1994, 22 mil empresas entre as quais destacam-se a Petrobrás, a CVRD, a Itautec, CESP, etc²⁴⁷.

Tabela 36
Brasil: Laboratórios de Precisão credenciados pela INMETRO - 1995

	Nº Abs.	%
Brasil	45	100%
Região Concentrada	45	100,0
Estado de São Paulo	22	49,0
RMSP	16	35,56
Interior	6	13,33
Estado do Rio de Janeiro	11	24,44
Estado de Santa Catarina	4	8,89
Estado do Rio Grande do Sul	3	6,67
Estado de Minas Gerais	3	6,67
Estado do Espírito Santo	2	4,44

Fonte: Centro Brasileiro de Qualidade, Segurança e Produtividade

No *ranking* mundial dos países que receberam o certificado, o Brasil ocupava o 17º lugar, somando um total de 1092 empresas certificadas (Furquim Jr., 1996). E, entre as empresas certificadas no Brasil, 89,1% estavam na Região Concentrada, sendo 61,6% no estado de São Paulo, onde

²⁴⁷ O IPT produz e transfere informações tecnológicas envolvendo pesquisas nas áreas de geologia, engenharia civil, mecânica e eletricidade, química, produtos florestais e têxteis, metalurgia, economia e engenharia de sistemas, transportes, entre outros. (dados obtidos junto ao próprio Instituto, 1997).

se destacam grandes empresas dos ramos da eletrônica, química, mecânica, transporte, atividades imobiliárias, entre outras (Furquim Jr., 1996).

Tabela 37
Certificados emitidos - Sistema da Qualidade NBR - ISO 9000
(até abril de 1996) - Brasil e subdivisões

	nº absolutos	%
Brasil	1.092	100
Região Concentrada	973	89,1
Estado de São Paulo	673	61,6
Estado do Rio de Janeiro	89	8,2
Estado de Minas Gerais	83	7,6
Estado do Espírito Santo	9	0,8
Estado de Santa Catarina	22	2,0
Estado do Rio Grande do sul	60	5,5
Estado do Paraná	34	3,1
Estado do Mato Grosso do sul	1	0,1
Estado de Goiás	2	0,2

Fonte: Furquim Jr., 1996

Na cidade de São Paulo (no edifício *World Trade Center*) encontra-se o recém criado Centro Brasileiro de Qualidade, Segurança e Produtividade (QSP), associado à *International Standardization Organization* (ISO), com sede na Suíça. O clube QSP oferece consultoria, treinamento, cursos, seminários e periódicos aos seus associados no país, como o *Banco de Boston*, *Banco Bamerindus*, *Gessy Lever*, *Volkswagen*, *Camargo Correa*, etc.

É grande hoje a demanda por projetos de adequação às normas técnicas de qualidade ISO 9000. Segundo entrevista com consultores da *Advanced Performance Projects*²⁴⁸, firma paulista criada em 1990 e especializada em programas de qualidade, existem cerca de 500 empresas do ramo no Brasil, sendo que 300 estão no estado de São Paulo.

²⁴⁸ A consultoria *Advanced* possui sede em São Paulo e atende ao mercado nacional e ao Mercosul e atua com clientes em Portugal e na Espanha. Trabalham nesta empresa 85 funcionários formados em cursos de administração, engenharia, economia e psicologia.

6.3 Amplia-se a solidariedade organizacional: a Região Concentrada e o estado de São Paulo

Não só as empresas, mas também os países são objetos de avaliação segundo o potencial para competir no mercado global. São os índices de competitividade difundidos nas redes planetárias que norteiam as ações corporativas e amarram os territórios nacionais às chantagens das grandes empresas por melhores condições de produtividade. O *ranking* dos países competitivos é elaborado na Suíça pelo Fórum Econômico Mundial (o Brasil esta na 30ª posição). Um outro *ranking* produzido por esta instituição global refere-se à perspectiva de crescimento e é elaborado a partir do nível tecnológico, da qualidade das instituições públicas e das condições macroeconômicas (o Brasil esta na 44ª posição).

É necessário que os sistemas de telecomunicações, de transporte, de geração de energia, de ensino qualificado, financeiro, sejam totalmente racionalizados para poderem atuar de forma conjunta e atender a demanda das empresas por fluidez; os novos objetos técnicos-informacionais implantados visam integrar, de modo ainda mais sistêmico, as ações hegemônicas. Há forte pressão internacional para que seja melhorado o índice de competitividade do Brasil. As novas normatizações técnicas - aceleradas com o programa governamental de privatizações, bem como com os programas empresariais de qualidade e produtividade - ampliam a circulação de informações.

Como as grandes empresas procuram os lugares mais produtivos é, sobretudo, na Região Concentrada que se instalam os novos investimentos. A organização espacial pretérita parece impor, por conseguinte, uma direção aos investimentos do presente.

Segundo L. Karpik (1978;46) as grandes organizações agem hoje como governos privados. Segundo o autor esses "governos privados estendem-se nos territórios onde as empresas operam, formando poderosos campos de competitividade".

Uma análise dos investimentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ao longo desta década, nos parece elucidativa. O montante de capital concedido pelo banco às regiões, entre 1993

e 1997, foi quintuplicado e, no entanto, a região Sudeste²⁴⁹ permanece, de longe, a mais privilegiada, pois chegou a recolher, em 1997, 56% dos financiamentos – em 1993 o Sudeste recolheu 45% dos financiamentos do BNDES.

Tabela 38
Brasil - Investimentos do BNDES por regiões (1993 - 1997)
(em milhões)

Regiões	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%	1997	%
Sudeste	1.470.544	45	2.423.093	44	3.718.771	48	5.189.233	54	9.234.005	56
Sul	685.467	21	1.329.319	24	1.894.176	25	2.388.131	25	3.312.275	20
Nordeste	408.195	13	667.709	12	1.080.972	14	1.311.555	14	2.225.079	14
Centro-Oeste	538.317	17	850.728	17	740.027	10	517.594	5	1.368.673	8
Norte	121.625	4	140.293	3	244.221	3	201.910	2	321.624	2
Brasil/Total	3.224.049	-	5.511.141	-	7.678.158	-	9.606.423	-	16.461.854	100

Fonte: Gazeta Mercantil – Balanço Anual / 1998.

No intuito de acelerar o escoamento da produção industrial e agrícola e atrair novos investimentos, o governo de Minas Gerais vem implantado um significativo programa de reorganização dos sistemas de engenharia nas áreas mais produtivas, que envolve a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o denominado Triângulo Mineiro²⁵⁰ e as porções sul e sudeste do estado. Os governos do Paraná e do Rio Grande do Sul, na expectativa do crescimento econômico que o Mercosul poderá trazer, modernizam, também, seus setores

²⁴⁹ Analisando a organização espacial da indústria na região Sudeste, M. C. Ribeiro e R. S. Almeida (1993; 72) ponderam que “as novas indústrias não se implantarão preferencialmente nas áreas menos desenvolvidas, mas na fronteira interna das regiões que já dispõe de infraestrutura e de adequada acessibilidade aos mercados consumidores”.

²⁵⁰ Na cidade de Uberlândia foi inaugurada a terceira estação aduaneira do interior - os denominados portos secos. A estação, informatizada, liga-se via satélite aos portos do Sudeste e do Sul do país. Atenderá as necessidades do Corredor Centro-Leste (o governo de Minas Gerais, em associação com capital privado está restaurando todo o sistema rodoviário do estado) e, por conseguinte, também atenderá ao Mercosul. Por contar com postos da Receita Federal, ser informatizada, e ter locais apropriados de armazenamento, consegue liberar os produtos no prazo de 24 horas, em detrimento dos 08 dias dos demais portos e aeroportos do país (Gazeta Mercantil, 22/11/95).

estratégicos²⁵¹; avançam as iniciativas privadas na região a partir do programa de privatização empreendido pelo governo federal e pelos respectivos governos estaduais. Novos investimentos estrangeiros buscam aí instalar-se, na medida em que são oferecidas inúmeras vantagens fiscais, equipamentos de infra-estrutura, etc.

A consultora *Ernst & Young*, considerando a localização estratégica do Sul do país, face à expansão do Mercosul, expande seus escritórios na região. Outra empresa transnacional de consultoria, a *Coopers & Lybrand* que atuava somente no Sudeste, associou-se, na década de 1990, a empresa gaúcha *Biedermam Bordasch* que tem, entre seus clientes, as empresas *Agrale*, *Marcopolo*, *Ipiranga*, *Trevo*, *Petropar*, *Enxuta*, entre outras. Soma-se, a todo este contexto, a consolidação do Mercado Comum do Sul, ampliando a circulação de informações. Segundo M. Arroyo (1997; 154), "São Paulo e Buenos Aires são hoje os pontos nodais do Mercosul. A maior parte das empresas que estão se projetando para o exterior, que estão desenvolvendo empreendimentos conjuntos, localizam-se nestes dois centros urbanos"²⁵².

A *Andersen Consulting*, por sua vez, instalou em 1993 um escritório em Curitiba para atender 17 clientes do Paraná e de Santa Catarina (que inclui empresas como *Volvo*, *Benetton*, *Artex*, *Perdigão*, entre outras). Os consultores da *Andersen* justificam a inauguração desta nova unidade no Brasil como sendo conseqüência da abertura do mercado nacional que dinamizou os processos decisórios das grandes empresas e, por conseguinte, a demanda por consultoria. A área fiscal (imposto de renda e impostos indiretos) destaque-se no consumo de consultorias. Neste contexto consideram importante a

²⁵¹ Assim o programa de privatização dos portos está em andamento, sendo que o porto de Antonina, no Paraná, desponta como modelo dessa nova racionalidade. A modernização dos portos do Paraná faz parte de amplo conjunto que inclui também o Projeto Ferroeste do Paraná, em andamento. A estrada de ferro (de capital misto), ligará, no oeste do estado, a fronteira do Mato-Grosso do Sul e do Paraguai ao litoral. Em Cascavel está sendo construído um sofisticado terminal de cargas acoplado à ferrovia para armazenamento de grãos que será explorado pela iniciativa privada. Por essa ferrovia será escoado, somente de início, a safra agrícola do oeste do estado, que corresponde a 05 milhões de toneladas de grãos, o que significa 35% da produção brasileira (Gazeta Mercantil, 29/11/95).

²⁵² E, além de São Paulo e Buenos Aires, a autora destaca que as cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Córdoba e Rosário ganham, neste contexto, novas relações internacionais (M. Arroyo, 1997; 153).

proximidade dos clientes. Foi decidido, no ano de 1999, que os países do Mercosul passariam a constituir uma só região em operações de consultoria da *Andersen* (esta região representa 50% dos negócios com consultoria da *Andersen* na América Latina que atua nos seguintes países: Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, Equador, México, Peru, Venezuela, Guatemala, Panamá).

Segundo J. L. Vázquez, responsável pela atuação da *Arthur Andersen* na América Latina, são as privatizações, especialmente nas áreas de telecomunicações e produção de energia, que incrementaram as receitas da empresa na década de 1990.

São intensas as trocas de informações no âmbito do Mercosul entre bancos, companhias de telecomunicações, montadoras e indústria de autopeças, entre outros setores. As firmas de consultoria, como a *A. T. Kearney*, impulsionam as técnicas de cálculo de competitividade dos sistemas produtivos. Novidade entre os negócios hegemônicos no Brasil e Argentina, esta técnica é denominada *Benchmarking*. Trata-se de uma ferramenta para analisar processos operacionais das companhias e compará-los com o que há de melhor na concorrência.

Mas as assimetrias entre os países que formam o Mercosul tendem a privilegiar sobretudo os grandes grupos transnacionais, reafirmando a idéia de S. Hymer (1983) sobre a lógica desigual de cooperação internacional das empresas. As estatísticas mostram o Brasil como o grande favorecido, em função, principalmente, do porte e da diversidade de seu parque industrial, ao qual acrescentaríamos também o porte do setor financeiro e de serviços²⁵³.

Ora, a fração do território que compreende, grosso modo, o Estado de São Paulo seria aquela onde se apresenta a mancha tendencialmente mais contínua e densa do meio técnico-científico-informacional brasileiro. M. Santos (1994b; 63) assinala que o fato da mecanização do espaço ter se dado no

²⁵³ Nos últimos quatro anos, 320 empresas brasileiras entraram no mercado argentino, com investimentos da ordem de 1,5 bilhão de dólares, contra apenas 12 empresas argentinas no Brasil (V.V. Dias e Folha de São Paulo, 26/01/95). Dentre os grupos brasileiros que instalaram unidades produtivas na Argentina destacam-se: Villares, Eucatex, Brasilit, Brastemp, Cofap, Hering, Sadia, entre outros (Dias, V.V. 1994). Os bancos brasileiros presentes na Argentina e Uruguai, por sua vez, passaram a explorar o mercado de varejo, a sustentar operações de abertura de empresas subsidiárias, de joint-ventures, fusões e aquisições. Em 1995 o Banco Itaú abriu 5 agências em Buenos Aires (Revista de Negócios do Mercosul, nº 40, 1995).

estado de São Paulo sobre um quase “vazio”, criando o novo técnico ao lado do novo econômico, é um acelerador da divisão do trabalho. São Paulo (e sua metrópole) acolheu as sucessivas vagas de modernizações que aportaram no Brasil no último século. De acordo com o autor “esta permanente renovação técnica serve como base material para permanente renovação da economia e do contexto social, ensejando uma divisão do trabalho cada vez mais ampliada e a aceleração correlativa do processo de urbanização”.

E. S. Spósito (1996), ao delinear uma periodização para o Estado de São Paulo ao longo do século XX, assinala a emergência de um novo período por volta de 1970, destacando a presença dos seguintes elementos estruturadores: modernas indústrias e especialização funcional, modernização agrícola, expansão das classes médias, densa rede rodoviária, formação de uma rede de universidades com desenvolvimento de pesquisa aplicada, entre outros²⁵⁴. A presença de inúmeras universidades, centros de pesquisas, firmas de serviços especializadas, associações, sindicatos, entre outros, criam, nos lugares, uma considerável densidade técnica e informacional²⁵⁵.

Daí conformar-se, na região, uma rede urbana diferenciada e complexa, com inúmeras cidades locais da moderna especialização produtiva, bem como cidades médias e milionárias que alavancam, com vigor, a nova divisão do trabalho no país, ao passo que a capital do estado detém o comando político da produção nacional.

Conforme assinala R. E. Rossini (1999; 229) no nordeste paulista o processo contemporâneo de modernizações diversificou os serviços: “alguns subsetores dos serviços tiveram seus contingentes de pessoas ativas

²⁵⁴ E, salienta o autor que, a partir da década de 1970, há “o aparecimento de cidades especializadas em tecnologias novas; uma nova divisão do trabalho agrícola, já iniciada nos anos 70, determinada por novas culturas notadamente direcionadas para a exportação (soja, laranja, cana-de-açúcar, borracha, por exemplo) do que para o mercado interno” (E. S. Spósito, 1996; 79).

²⁵⁵ D. Elias (1997; 51) ressalta a importância das pesquisas científico-técnicas na região de Ribeirão Preto e, especialmente, dos cursos voltados ao *agrobusiness*. Segundo a autora, “esses cursos ajudam a desnudar a relação cada vez mais imbricada que ocorre entre as empresas e as universidades na região. A competência tecnológica das universidades públicas tem propiciado um vigoroso intercâmbio com as empresas privadas de diversos setores, assim como com as administrações municipais e com a comunidade em geral, através de cursos de especialização, extensão, consultorias e programas de atendimento à população”.

aumentados: educação, administração pública, transportes, serviços de comunicações, setor financeiro e saúde”.

Ao que parece, ainda que as novas variáveis estejam se difundindo rapidamente, vivemos um momento de ausência quase absoluta de políticas que levem em conta a formação socioespacial como um todo. Acirram-se as desigualdades e a nova regionalização passa a ser produzida em função dos níveis de racionalidade já presentes no território. Criam-se as condições para a chegada de modernizações ainda mais alheias às necessidades locais, na medida em que os conteúdos políticos e técnicos (hegemônicos) do período atual estão voltados ao alargamento dos contextos da globalização, ou, se preferirmos, à expansão do campo de ação dos grandes grupos empresariais.

Assim, fluidez contemporânea – resultado, segundo M. Santos (1996a; 219), da possibilidade de existência de formas universais, normas universais e informações universais – segue sendo produzida na formação socioespacial brasileira através dos rumos que conformam, hoje, a Região Concentrada.

CONCLUSÃO

Uma grande cidade e um país na encruzilhada: entre o tempo hegemônico do mundo e as múltiplas temporalidades do lugar

"Convictos de que cada inovação na cidade influi no desenho do céu, antes de qualquer decisão calculam os riscos e as vantagens para eles e para o resto da cidade e dos mundos".

(Ítalo Calvino, 1990; 137).

"O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo as grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. Assim, o cotidiano de cada um se enriquece, pela experiência própria e do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro. As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política".

(Milton Santos, 2000a; 173).

A cidade de São Paulo desafia seus observadores mais atentos. Detentora de um significativo contingente populacional, abriga as mais variadas formas de capital, trabalho e de técnicas que, ao longo dos últimos cem anos, lhe permitiram, de um lado, ter a primazia nos processos econômicos decisórios de uma Nação que se quer moderna e, de outro, ser abrigo para milhares de trabalhadores não incluídos diretamente nos circuitos superiores da economia. Lugar de lutas, a grande cidade, particularmente no Terceiro Mundo, reúne hoje a Nação (M. Santos, 1996c).

A cada momento de transformação para uma nova forma-conteúdo, São Paulo, essa *grande cidade tropical*, aliança um reforço a sua metropolização e segue mantendo sua primazia. Trata-se de uma trama permanentemente em construção envolvendo o mundo, a formação socioespacial e o lugar metropolitano. A estruturação da cidade nos últimos cento e cinquenta anos esteve relacionada, portanto, à trama da história mundial, nacional, regional e local: formação da população e das diferenças, expansão da mancha urbana,

segregação sócio-espacial, periferização, as funções comercial industrial e informacional, a adaptabilidade às mudanças, entre outros fatores.

São Paulo redefine, ao mesmo tempo, a si mesma e ao país, participando contraditoriamente da globalização. Como totalidade menor a metrópole é uma síntese das grandes tensões contemporâneas entre o espaço e a sociedade. Nesta dialética espaço-sociedade "os homens criam o espaço e, nesta obra de criação, organizam-se em sociedade" (H. Isnard, 1982; 84). Conforme discute J-E. Sánchez (1991;79), "numa estrutura social real - quer dizer, aquela que se concretiza num território - as relações de poder não vêm representadas exclusivamente pela dialética social (como as ciências sociais geralmente nos apresentam), mas além disso e sempre, implicam numa dialética espacial. Esta dimensão da realidade não se pode escamotear se na realidade se almeja alcançar uma compreensão eficaz dos processos espaciais".

A espiral modernizadora criada a partir de São Paulo e da região sob seu comando resultou num importante diferencial sócio-geográfico para o país. Trata-se de um território que acolheu a aceleração capitalista no final do século XIX, impulsionando também um processo de modernização cosmopolita e uma divisão do trabalho pouco conhecida entre os países periféricos.

Primeiramente os capitais ingleses e nacionais (o capital cafeeiro) puderam se expandir sob um território "vazio", lugar em que prevalecia um meio natural. Rapidamente instalou-se um meio técnico criando possibilidades novíssimas de circulação, impulsionando novos investimentos e a urbanização do estado de São Paulo. Foi possível constatar que o capital financeiro, antes mesmo do capital industrial, exerceu papel-chave para assegurar, desde o período cafeeiro, a hierarquização de São Paulo.

Os capitais sediados em São Paulo rapidamente ganham força, drenando mais-valia e conduzindo a lógica dos investimentos em uma vasta *hinterland* que em meados da década de 1930 já englobava o Rio de Janeiro. As duas grandes Guerras Mundiais romperam com o neoliberalismo que orientava a internacionalização do capitalismo no período. Abriram-se, então, as possibilidades para a industrialização periférica via substituição de

importações. Logo, um favorável contexto mundial e nacional (no plano interno com a ascensão de Getúlio Vargas) permitiu à cidade de São Paulo inserir-se como região industrial na divisão internacional do trabalho. Com a modernização concentrada se gestaram as economias de aglomeração na cidade de São Paulo, responsáveis pelo aprofundamento da divisão do trabalho industrial e informacional.

A industrialização paulistana, nas décadas posteriores a 1930, foi se tornando vetor interno de organização da formação socioespacial. Foi o período de florescimento da metrópole nacional, industrial, e a gênese da metrópole corporativa. A rápida integração do mercado e do território, impulsionada com a ação dos governos militares, alavanca uma modernização "em marcha forçada"; não foi permitido a São Paulo parar a marcha de um crescimento orientado para atender sobretudo as grandes empresas multinacionais. Criaram-se as bases para a internalização da variável informação, ensejada com o aprofundamento da industrialização e o início das dispersões das modernizações, com a presença de sistemas de engenharia de transportes e telecomunicações.

Com a informatização do território a partir da década de 1980, iniciou-se o processo de alargamento dos contextos da globalização no território brasileiro e ganhou vigor a dialética entre dispersão e concentração. As grandes empresas passaram a usar o território em tempo real, ampliando o controle da produção, distribuição e consumo. É a temporalidade hegemônica das organizações que, especialmente, se difunde nos lugares. A dissolução da metrópole de São Paulo é seletiva e introduz no território as lógicas de uma solidariedade organizacional.

A variável informação passou a ser fundamental para a compreensão das novas dinâmicas socioterritoriais. São Paulo ascendeu a centro mundial intermediário que acolhe e produz grande parcela das informações corporativas contribuindo, desse modo, para a construção da atual unicidade técnica planetária. Ganhou contorno no Brasil um rico setor quaternário. Essa produção de informações é, via de regra, obediente aos cânones da racionalidade do mercado global. É o caso da produção publicitária, do

mercado de capitais, das firmas de consultoria. Nestes setores da economia a informação produtiva se traduz em insumos de competitividade às grandes empresas e são modeladas sobretudo nos países ricos e nas cidades globais. Portanto, o Brasil participa de forma subordinada das redes globais.

A nova urbanização brasileira (M. Santos, 1989, 1992b, 1993a) nos ajuda também a entrever e discutir este alargamento dos contextos da globalização. No Brasil há uma nova divisão territorial do trabalho, sustentada pela produção e circulação de informações que regulam os circuitos superiores da economia.

São múltiplas as novas situações geográficas ensejadas:

a) dispersão das modernizações com a ampliação exponencial da circulação funcionando em tempo real. Assim, a convergência dos momentos aproxima os lugares e rompe definitivamente com a rede urbana clássica, tal como anunciou M. Santos (1988a). Os trabalhos com base em técnica, ciência e informação criam novas densidades na Região Concentrada e convidam a mais urbanização;

b) o território reticulado unifica lugares globais simples e lugares globais complexos, tendo como suporte um novo meio geográfico, diferenciando cada vez mais as cidades de mesmo nível que participam de circuitos de produção planetários;

c) é a presença e a expansão do meio técnico-científico-informacional que sustenta a nova urbanização brasileira, entronizando a terceira fase de mundialização de São Paulo;

d) há uma divisão metropolitana do trabalho fundada na produção de informação. São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro se empenham em dividir as tarefas de regulação econômica, territorial e política. Mas, o poderio de São Paulo se expande e se consolida na década de 1990, evidenciando que num mundo exigente de fluidez, a divisão interna do trabalho impõe limites;

e) São Paulo torna-se Metrôpole Onipresente no território brasileiro e se insere subordinadamente na rede de cidades globais, ganhando estatuto de metrôpole informacional ou global.

A metrópole paulista regula o funcionamento das redes globais no país. A reorganização do território em curso nesses últimos anos busca concretizar um novo tempo empírico, uma durabilidade para a nova ordem.

A pesquisa das firmas de consultoria nos permitiu avaliar como o Brasil participa, mais efetivamente, da unicidade técnica e, portanto, da racionalidade da globalização. Desenha-se um território verticalizado também pela ação das firmas hegemônicas da consultoria, espécie de tradutoras locais das ordens globais. Para tanto estas empresas fazem valer um uso corporativo do território através dos sistemas técnicos informacionais que produzem e manipulam.

Podemos considerar as seguintes qualidades deste sistema técnico informacional voltado a fomentar a política das grandes empresas globais:

1. Rigidez organizacional: funciona através de normas precisas;
2. É conduzido por acelerações no plano das inovações que, não obstante, estão condenadas a um rápido envelhecimento;
3. É invasor e seletivo, isto é, unifica e fragmenta, portanto, a solidariedade criada é organizacional;
4. São verdadeiros híbridos de ciência e política, de objetos e ações e, por conseguinte, constituem "redes sociotécnicas" (B. Latour, 1994);
5. Sustenta-se por um discurso auto-referido: como assevera J. Baudrillard (1993) a realidade tecnológica do objeto contemporâneo nos remete, cotidianamente, a uma espécie de língua tecnológica que legitima um discurso sobre a coerência do modelo técnico;
6. É extremamente funcional: o que significa, para E. Fromm (1968), orientar-se pela máxima de que algo deve ser feito e que é tecnicamente possível fazê-lo";
7. É fundado na racionalidade instrumental: para M. Godelier (1974) tal racionalidade possui um campo semântico comum constituído por palavras do tipo eficácia, eficiência, rentabilidade, rendimento, produtividade, lucro máximo, satisfação máxima, escolha, cálculo, previsão, gestão, desenvolvimento, progresso, decisão optimal, entre outras;
8. Politicamente, é orientado à realização da competitividade como um fim em si mesma. São, portanto, informações alienadas construtoras apenas de

solidariedades organizacionais. Por isso J. Lojkin (1995; 42) pondera que "testemunhamos uma crise social profunda, tamanho e tão agudo é o conflito entre as formas novas de organização técnica do trabalho e a antiga organização social".

O território brasileiro visto como um campo de forças (M. Santos, 1985) é também revelador de novas tensões. Entre as ordens locais e as ordens globais prevalece a reticulação do território e a segmentação do mercado em detrimento de projetos de modernização que integrem a sociedade nacional. Amplia-se, então, a lógica do mercado global que, como nova manifestação do externo, torna as fronteiras políticas perigosamente porosas enfraquecendo o mercado interno, enfraquecendo a Nação. É forte a internacionalização da economia brasileira na década de 1990 com as privatizações e as fusões e aquisições. Podemos reafirmar que as inovações se difundem seletivamente sem que as velhas estruturas sócio-geográficas - heranças coloniais - sejam ameaçadas, como no caso da propriedade fundiária.

Hoje, a coexistência de regiões concentradoras das modernizações e de uma imensa periferia aparece como resultado de um crescente uso corporativo do território. Sob as antigas e estruturais desigualdades regionais se sobrepõe um território reticulado que acaba por fragmentar ainda mais a sociedade. Esta é a outra face da aceleração contemporânea.

De fato, há maior articulação funcional entre lugares, mas somente entre aqueles pontos ou manchas de territórios que estão veloz e verticalmente unidos; eis o mapa dos espaços da globalização, cuja base material e organizacional se faz presente através da existência do meio técnico-científico-informacional (M. Santos, 1994a). É este novo meio geográfico que irá presidir a atual hierarquia entre lugares, atraindo seletivamente os capitais hegemônicos e criando condições para o alargamento dos contextos da globalização.

O papel hegemônico de São Paulo (visto através das empresas produtoras de informação e muito especialmente através das consultorias) é subordinado aos interesses das corporações globais. A metrópole paulista funcionaliza hoje no Brasil a tradução da linguagem corporativa. Participa da

rede global de cidades porque contribui para implantar as práticas, intencionalidade e estratégias das grandes empresas na formação socioespacial.

A dissolução da metrópole, portanto, torna hegemônica a temporalidade das grandes organizações capitalistas no território nacional. Este é o contexto que conduz ao acirramento dos problemas sociais. A racionalidade da globalização difundida seletivamente no território torna, por exemplo, ainda maior o desemprego nas áreas mais dinâmicas e, ao mesmo tempo, condena ao isolamento as áreas não atingidas pelas modernizações nas últimas décadas. Como consequência deste movimento a população se refugia nas grandes cidades - e, especialmente, em São Paulo, hoje a maior metrópole do país - tornadas abrigos preferenciais da Nação.

O modelo neoliberal hoje vigente no país tende, de um lado, a aumentar a concentração do poder político das empresas na cidade de São Paulo, em detrimento das demais metrópoles do país. E, por outro lado, na mesma proporção em que a cidade se moderniza, aprofunda-se o crescimento da pobreza e das condições estruturais de crise.

A metrópole, face à chegada de novos vetores da globalização na década de 1990, torna-se ainda mais corporativa e fragmentada, acirrando as tensões entre a constituição de um meio técnico-científico-informacional e o restante da população e da cidade. Ponto verticalizado de controle da economia e do território brasileiros, o novo espaço informacional da metrópole retrata apenas os interesses de grandes empresas. É um espaço encerrado em suas funcionalidades, produzido para manter a aceleração dos vetores da globalização e calcado num projeto de isolamento social: é evidente a segregação sócio-espacial ensejada com os novos espaços de edifícios corporativos na região sudoeste da cidade de São Paulo.

A globalização veio efetivar uma alienação dos lugares estabelecendo uma forte tensão entre as relações de ordem local e de ordem global. As corporações globais impõem a criação de formas urbanas aptas a sustentarem um tempo acelerado. São Paulo tem sido convocada a se inserir eficazmente no funcionamento das redes globais. A contemporaneidade de São Paulo,

portanto, é reveladora das formas como a globalização vem sendo produzida. O funcionamento da rede de cidades globais se faz através de pontos do meio técnico-científico-informacional inseridos no coração de um seleto grupo de metrópoles. Aí um ambiente rico em trabalhos quaternários e equipado com sistemas de objetos informacionais autoriza a produção de mais aceleração, pondo em funcionamento o tempo real das corporações globais.

Formas universais, esses novos objetos possuem um conteúdo técnico e social com base numa informação unificada hegemonicamente. São, portanto, objetos preparados para realizarem mais perfeitamente os eventos da globalização e fazem funcionar circuitos extravertidos. Em nossa sociedade se afirmou um modelo de desenvolvimento em que "o progresso modernizador só pode ser pensado se todos os elementos contemporâneos, de acordo com o calendário, pertencerem ao mesmo tempo. Estes elementos devem, para tanto, formar um sistema completo e reconhecível. Então e, somente então, o tempo forma um fluxo contínuo e progressivo" (B. Latour, 1994;74). Por isso, para M. Santos (1996a, 1999, 2000a) a velocidade deve ser tomada hoje como uma categoria de análise do território. Assim, para o entendimento do território "devem ser considerados os conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades" (idem, 1999; 20).

A incessante produção de informações no período atual é, como salientado, balizada pelo imperativo da fluidez. As inúmeras atividades quaternárias concentradas na metrópole paulista são em grande parte responsáveis pela atração de investimentos financeiros e imobiliários, sedes de empresas. É a produção de conhecimento técnico-científico e informacional que sustenta os circuitos superiores da economia e insere esta grande cidade na divisão do trabalho informacional como centro regulador dos eventos da globalização na América Latina.

Mas, como o novo espaço das redes em São Paulo se situa numa trama horizontal complexa da grande cidade terceiro mundista, há mais entraves do que oportunidades à expansão do território reticulado. A temporalidade mais lenta das divisões do trabalho pretéritas faz oposição à instalação dos negócios

globais. O meio técnico-científico-informacional se difunde com dificuldades na principal metrópole do país.

Ora, um fenômeno a ser ressaltado é que, quanto mais a cidade é instrumentalizada pelas corporações como um recurso, tanto mais a cidade conhece o fenômeno da involução e se transforma num abrigo para a maioria da população. A tensão entre espaço e sociedade é novamente alavancada. As grandes empresas têm cada vez mais necessidade de espaços reticulados para fomentarem a produção e o controle das redes nacionais e globais (cada vez menos nacionais). A metrópole de São Paulo é área polar por excelência para o exercício da regulação econômica por disponibilizar as novas economias externas imateriais. São Paulo é, pois, este complexo espaço da globalização, um espaço banal.

O território metropolitano regido pelas atuais lógicas corporativas se "esgarça" ainda mais. Não há finanças públicas que suportem, sobretudo no Terceiro Mundo, de um lado, as exigências dos capitais globais (sequiosos de fluidez) e, de outro, a demanda social, coletiva, cotidiana da metrópole. O Estado brasileiro reafirma seu histórico papel como protetor dos mais poderosos e, na balança da ordem pública e da ordem privada, age agora a favor dos grandes capitais globais. A cidade torna-se crítica, em vias de "explodir" quando a "arte de governar" apenas almeja arrefecer os atritos territoriais e normativos aos capitais hegemônicos.

Assim, a metrópole paulista não é uma *global city* no sentido da abertura a um novo destino possível a todos os cidadãos. A flexibilidade buscada pelos *experts* da globalização, e que tudo promete fazer conectar e fluir, leva a um processo de perda da plasticidade urbana, minimizando as potencialidades da urbanidade democrática. O custo social desse projeto modernizador tem sido muito alto. A abertura do mercado de capitais (atraindo investidores imobiliários globais), a privatização, a entrada dos investimentos estrangeiros diretos em todos os setores produtores de informações, bem como as inversões em sistemas de engenharia de transporte e a alteração nas normas de produção da cidade, são exemplos recentes dos benefícios criados para a instalação acelerada da ordem global em detrimento da cidade como um todo.

Consideramos, pois, que esses lugares globais complexos - os espaços da globalização - detentores de um ar de família pela sua materialidade e pelas relações que permitem na trama da unicidade técnica planetária, são de denominação discutível. O título de *global cities* que normalmente lhes é outorgado faz esquecer que o que se denomina por cidade global não passa de um sub-sistema da cidade como um todo, ou seja, não explica a grande cidade e por isso mesmo acaba se transformando num poderoso instrumento ideológico contemporâneo. Por isso, caso desejemos apreender o que é São Paulo hoje, é necessário considerar a metrópole sob o enfoque da totalidade: São Paulo é simultaneamente, local, nacional e global.

As análises da urbanização contemporânea tem desconsiderado as relações das cidades globais com suas respectivas formações socioespaciais, deixando de considerar que os lugares da regulação da informação são tributários da divisão internacional do trabalho e da divisão interna do trabalho. A apologia feita hoje em torno do termo *global city* tem contribuído, muitas vezes, para paralisar a análise da urbanização (é o caso do Brasil). Esta denominação, travestida com roupagem da moda, circula globalmente e se presta pouco a explicar as lógicas profundas que regem hoje a organização dos territórios nacionais e que têm, nas metrópoles, uma base informacional de produção. É um termo que atribui *status* aos que o pronunciam, pois freqüenta a mídia e agrada aos grupos políticos. Parafraseando P. Bourdieu (1989;114) é um termo que quer produzir “a existência daquilo que anuncia”. Por isso é preciso, como recomenda M. A. de Souza (1988;66), compreender a cidade além do desempenho das funções e ver como se realizam as contradições.

Segundo D. Harvey (1980; 255), a cidade não é somente o resultado de arranjos de objetos, isto é, “a cidade deve ser olhada como uma totalidade que funciona, dentro da qual tudo se relaciona entre si”. Por isso, para A. C. T. Ribeiro (1988; 14) o problema da totalidade metropolitana “introduz extraordinários desafios para aqueles que iniciam uma reflexão a partir dos dados da materialidade e da forma, e para aqueles diretamente preocupados com os fenômenos e processos sócio-culturais”.

Há diferentes usos de frações da cidade, onde uma sociedade local está encastrada, produzindo eventos que atendem necessidades próximas e longínquas, em consonância com uma dada organização do espaço mundial e nacional.

O território metropolitano, diante das inovações, não tende a homogeneizar-se, justamente porque o meio técnico-científico-informacional é extremamente seletivo. Para sua conformação, principalmente nos países pobres, são utilizadas as áreas mais valorizadas - ou mesmo criadas novas áreas - expandindo a especulação e canalizando os recursos públicos; é produzido às custas das mesmas condições estruturais de pobreza que nasceram juntamente com todas as metrópoles do denominado Terceiro Mundo.

M. Santos (1994a;79) explica que "à cidade informada (...) aos *espaços inteligentes* que sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração, onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, os *espaços opacos* que, também, aparecem como zonas de resistência". Destes *espaços opacos*, viriam as oportunidades para as ações mais flexíveis. Uma resistência que surge do casamento do meio ambiente construído com as atividades de ordem local, não hegemônicas. Atividades estas, mais ou menos tradicionais, pois não voltadas à produção da competitividade, mas ao atendimento de necessidades concretas e imediatas de sobrevivência. São Paulo é, sobretudo, produtora de uma "flexibilidade tropical" (M. Santos, 1991, 1994a), na medida em que permite sobreviver uma série de micro e pequenas empresas que alimentam os circuitos inferior e superior marginal da economia urbana responsáveis pela maioria dos trabalhos existentes na cidade. As ordens locais reclamam estabilidade, durabilidade, por oposição a velocidade e a efemeridade impressa no mundo contemporâneo pelas firmas globais.

Nos espaços das redes "citadinos permanecem prisioneiros de um aparelhamento técnico que estende sua influência sobre um espaço globalizado" (P. George, 1970; 8). Ao contrário, os espaços mais lentos

permitiriam viver as contradições em uma época que tende à artificialização completa da vida e, por conseguinte, à abstração do meio. A cidade, segundo H. Lefebvre (1978; 267), por reunir situações, faz com que a concentração seja, forçosamente, acompanhada de confrontação. H. Isnard (1982) refletindo sobre a cidade contemporânea pondera que talvez seja "da intensificação dos conflitos sociais, em que a cidade é um foco candente, que se pode esperar uma tomada da consciência para restituir ao homem o domínio do fato urbano". Teríamos, enfim, que buscar o entendimento desta geografia metropolitana, possível a partir do espaço banal e dos novos conflitos ensejados com a ordem global.

As heranças materiais da cidade e a vida de relações que a anima recriam, no cotidiano, formas novas ou adaptadas de trabalho, moradia, lazer, informação, educação, entre outras, que constituem as razões locais (de ser, de existir) da grande metrópole. É o que M. Santos (1996a, 2000, 2000a, 2001) denomina como *divisão do trabalho de baixo*, contra-racionalidades. São densidades comunicacionais emergentes que brotam dos movimentos artísticos periféricos, dos movimentos por direito à moradia, vindo se somar a histórica luta dos trabalhadores metropolitanos. Esta é a instalação mais verdadeira do mundo nos lugares. A grande cidade, no caso a metrópole de São Paulo, é hoje acolhedora das diferenças culturais e dos conflitos sociais e territoriais tendencialmente produtores de novos sentidos. A grande cidade cria, hoje, novas possibilidades para a Nação se refazer.

BIBLIOGRAFIA

ABLAS, Luiz e RIZZIERI, Juarez. *Funcionalidade da rede de cidades mundiais a nível internacional*. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, s/d, mimeo (20 p.).

AGUILAR, Adrian G. "Reestruturación económica y polarización social en la Ciudad del México". *Encontro Internacional Lugar, Formação Socioespacial, Mundo*, ANPEGE/Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, set, 1994, mimeo (17p.).

ALMEIDA, Eliza. *A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ALMEIDA, Eliza. "Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços". In SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2001, pp. 389-400.

ALMEIDA, P. L. C. e ALVES, C. J. "Edifícios inteligentes & aeroportos inteligentes". *Instituto Tecnológico de Aeronáutica*, mar, 2000 (11 p.).

ANDERSON, James. "Ideologia em geografia: uma introdução". *Seleção de Textos*, nº 03, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1973, pp. 39-56.

ANDERSON, James. "A nova direita e a privatização: malogros britânicos, lições mundiais?". *Espaço & Debates*, nº 32, 1991, pp. 12-24.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética*. Record, Rio de Janeiro, 40ª ed., 1998.

ANTONGIOVANNI, Lídia. *O meio técnico-científico-informacional brasileiro: a publicidade como um vetor das modernizações*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ARAÚJO, Maria de Fátima. "Trajetória econômica e espacial da metrópole paulista". *São Paulo em Perspectiva*, v. 7, nº 2, abr/jun, 1993, pp. 29-37.

ARROYO, Mónica. "Território, transição e futuro". *Experimental*, ano I, nº 1, Laboplan/Departamento de Geografia, FFLCH, USP, jul, 1996, pp. 77-86.

ARROYO, Mónica. *O Mercosul além da integração comercial. As estratégias empresariais Argentinas e brasileiras*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Integração de América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ARROYO, Mónica. "Globalização e espaço geográfico". *Experimental*, ano III, nº 6, Laboplan/Departamento de Geografia, FFLCH, USP, mar, 1999, pp. 15-32.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus, Campinas, 1994.

AZEVEDO, Aroldo de (coord.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Aspectos da Metrópole Paulista*. Companhia Editora Nacional/AGB-SP, São Paulo, 1958.

AZZONI, Carlos R. "A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo". *Estudos Econômicos*, nº 16, 1986, pp. 45-67.

BARAN, Paul e SWEEZY, Paul M. "O sistema irracional". *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 11-12, 1967, pp. 142-169.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Edições 70, Lisboa, 1991.

BAUDRILLARD, J. *O sistema de objetos*. Perspectiva, São Paulo, 1993.

BEAUREGARD, R. A. "Capital restructuring and the new built environment of global cities: New York and Los Angeles". *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 15, nº 1, 1991, pp. 90-105.

BECKER, Bertha K. "Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva". *Espaço & Debate*, nº 32, 1991, pp. 47-56.

BENAKOWCHE, Tamara. *Du téléphone aux nouvelles technologies: implications sociales e spatiales des réseaux de télécommunications au Brésil*. Tese de Doutorado, Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris XII, Paris, 1989.

BENKO, Georges "Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX" In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. ANPUR/HUCITEC, São Paulo, 1994, pp. 51-71.

BERNARDES, Adriana. "A presença do velho e do novo na cidade de São Paulo. O caso das pequenas/médias indústrias não hegemônicas". *Experimental*, ano I, nº 1, Laboplan/Departamento de Geografia, FFLCH, USP, jul, 1996, pp. 13-20.

BERNARDES, Adriana. "O fato metropolitano na América Latina: flexibilidade em tempos de rigidez". In CARLOS, Ana Fani Alessandri, *Ensaio de geografia contemporânea. Milton Santos, obra revisitada*. Hucitec, São Paulo, 1996, pp. 113-122.

BERNARDES, Adriana. "A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria)". In: SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2001, pp. 413-432.

BERNARDES, Adriana e ALMEIDA, Eliza. *Dinâmica territorial da indústria brasileira (1880–1996)*. Relatório de pesquisa, Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997 (91 p.).

BETEILLE, R. “La révolution boursière internationale”. *L'Information Géographique*, v. 55, nº 1, 1991, pp. 1-10.

BIELSCHOWSKY, R e STUMPO, G. “A internacionalização da indústria brasileira: números e reflexões depois de alguns anos de abertura” In BAUMANN, R. (org.). *O Brasil e a economia global*. Campus/Sobeet, Rio de Janeiro, 1996, pp. 167-194.

BLANCO, Jorge O. “Area metropolitana de Buenos Aires: transformaciones territoriales en el marco de la globalización”. *EURE*, nº 67, VXXI, 1996, pp. 7-16.

BNDES. *Programa nacional de desestatização. Relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 1997.

BNDES. *Normas para cadastramento de empresas de consultoria*. Rio de Janeiro, 1999, mimeo (11 p.).

BONAMY, J e VALEYRE, A. “Services, relations de service et organization” In BONAMY, J e MAY, N. (eds.). *Services et mutations urbaines*. Anthropos, Paris, 1994, pp. 17-34.

BONNEVILLE, M. *Internationalisation et dynamiques de repositionnement des villes*. Université Lumière Lyon 2, Lyon, 1991, mimeo (14 p.).

BORDELEAU, Y. *La fonction de conseil auprès des organisations*. Chotard et Associés Editeurs, Paris, 1986.

BOUNFOUR, Ahmed. “Vers l'industrialisation du conseil”. *Revue Française de Gestion*, nov/dez, 1989, pp. 23-32.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Difel/Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

BOUZAN, A. *Os bancos comerciais no Brasil: 1965-1971*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1972.

BOVESPA. *Relatório anual*. São Paulo, 1997.

BOVESPA. *Mercado de capitais*. São Paulo, 1998.

BRISSY, J. “La datacratie: risque ou réalité? Consequences de l'information de la prise de decision dans les grandes organisations”. In DELRUELLE-VOSSWINKEL e PEETERS, E. (eds.). *Informatique et société*. Éditions de L'Université de Bruxelles, Bruxelles, 1974, pp. 69-80.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Difel, Rio de Janeiro, 1977.

CANO, Wilson. "Perspectivas da Região Metropolitana de São Paulo no contexto econômico nacional e mundial". In *Seminário Internacional São Paulo Metrópole: planejamento e gestão*. SEP/SHDU/EMPLASA, São Paulo, 1990.

CANO, W. e GUIMARÃES NETO, Leonardo. "A questão regional no Brasil: traços gerais e sua evolução histórica". *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 7, jan/jun, 1985.

CANO, W. e SEMEGUINE, U. "Setor terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970-1989". *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, mai, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. Contexto, São Paulo, 2001.

CARVALHO, L.C.P. *Concentração e desconcentração dos bancos comerciais no Brasil*. Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CASTELLS, Manuel. "Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho". *Espaço e Debates*, nº 17, 1986, pp. 5-23.

CASTILLO, Ricardo. *A fragmentação da terra. Propriedade absoluta e espaço mercadoria no município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CASTILLO, Ricardo. "Solidarités géographiques". In *Comunicação ao 7º Festival Internacional de Géographié*, Saint-Die-des Voges, out, 1996.

CASTILLO, Ricardo *et al.* "Três dimensões da solidariedade em geografia". *Experimental*, ano II, n.º 3, Laboplan/Departamento de Geografia, FFLCH, USP, set, 1997, pp.69-100.

CASTILLO, Ricardo. *Sistemas orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CASTRO, Antonio de B. *A economia brasileira em marcha forçada*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1985.

CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco E. Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1985.

CEPAL. *A experiência das empresas latino-americanas de engenharia no comércio internacional de serviços - países membros da Aladi*. Brasília, 1985.

CEPAL. *Los servicios al productor en la industria textil latinoamericana: informe consolidado de cuatro estudios de caso*. División de Comercio Internacional y Desarrollo, Brasília, nov, 1988, mimeo (48 p.).

CEPAL. *Los servicios al productor en la fruticultura chilena de exportacion*. División de Comercio Internacional y Desarrollo, Brasília, jul, 1989, mimeo (78 p.).

CEPAL. *El acuerdo general sobre el comercio de servicios: retos y oportunidades para América Latina y el Caribe*. Brasília, 1996, mimeo (59 p.).

CEPAL e IPEA. *A experiência das empresas latino-americanas de engenharia no comércio internacional de serviços – países membros da ALADI*, Brasília, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. Moderna, São Paulo, 3ª ed, 1982.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Xamã, São Paulo, 1996.

CHOLLEY, A. *La géographie. Guide de l'étudiant*. Presses Universitaires de France, Paris, 1951.

CHOLLEY, A. "Observações sobre alguns pontos de vista geográficos". *Boletim Geografia*, nº 180, 1964.

CLAVAL, Paul. *A nova geografia*. Livraria Almedina, Coimbra, 1982.

COCCO, Giuseppe. "A produção e a cidade no pós-fordismo: as noções de trabalho imaterial e de 'bacie' de trabalho imaterial". *Anais do VI Encontro Nacional da Anpur*. Brasília, mai, 1995, pp. 1163-1177.

COFFEY, W. e SHEARMUR, R. "The growth and location of high order services in the Canadian urban system". *Professional Geographer*, v. 49, nº 4, 1997, pp. 404-418.

COHEN, R. B. "The new international division of labor, multinational corporations and urban hierarchy". In DEAR, Michael e SCOTT, Allen. *Urbanization & Urban Planning in Capitalist Society*, Methuen, Nova Iorque, 1981, pp. 287-315.

COMPANS, Rose. "O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 1, mai, 1999, pp. 91-114.

CONTEL, Fabio Betioli. "Os sistemas de movimento do território brasileiro". In SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2001, pp. 357-374.

CORDEIRO, Helena Kohn. "A cidade mundial de São Paulo e o complexo corporativo de seu centro metropolitano". In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SCARLATO, Francisco Capuano e ARROYO, Mônica. *Fim de século e globalização*. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993, pp. 318-331.

CORDEIRO, Helena Kohn. *O centro da metrópole paulista. Expansão recente*. Instituto de Geografia-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

CORDEIRO, Helena Kohn. "Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro". *Boletim de Geografia Teórica*, v.16-17, nº 31-34, 1986,1987, pp. 154-196.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 30, nº 2, abr/jun, 1968, pp. 56-87.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 51, nº 3, jul/set, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Corporação e espaço: uma nota". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 53, nº 1, jan/mar, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Origem e tendências da rede urbana brasileira: algumas notas". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 56, nº 1/4, jan/dez, 1994, pp. 293-299.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Os centros de gestão do território: uma nota". *Território*, v.1, nº 1, LAGET/UFRJ, 1996, pp. 23-30.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajelórias geográficas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

DANIELS, P. W. *Service industries in the world economy*. Blackwell, Oxford/Cambridge, 1993.

DANIELS, P. W. e CANGDALE, J. V. "A world of services?". *Geoforum*, v. 22, nº 4, 1991, pp. 359-376.

DANIELS, P. W. e CANGDALE, J. V. "Geographical perspectives on producer service industry research in Australia". *Australian Geographical Studies*, v. 33 (2), out, 1995, pp. 167-179.

DAVENPORT, Thomas H. *Ecologia da informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação* (Tradução de B. S. ABRÃO). Futura, São Paulo, 1998.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Difel, São Paulo, 1971.

DEAR, Michael. "The postmodern challenge: reconstructing human geography". *Transactions Institute of the British Geographers*, v. 13, nº 3, 1988, pp. 262-274.

DEDECCA, C. S. e MONTAGNER, P. *A questão da terciarização na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo, 1991, mimeo (12p.).

DELGADO, Javier. "La concentración ampliada de la ciudad de Mexico". *Encontro Internacional Lugar, Formação Socioespacial, Mundo*. ANPEGE/Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994, mimeo.

DEMANGEON, A. "Les aspects actuels de l'économie internationale". *Annales de Géographie*, Tome XXXVIII, Paris, 1929, pp. 10-25.

DÉTRIE, Jean-Pierre. "Paysages du conseil". *Revue Française de Gestion*, nov/dez, 1989.

DIAS, Leila C. "Redes de telecomunicações e metrópole: ordem e desordem no papel hegemônico de São Paulo". *Anais do VI Encontro Nacional da Anpur*, Brasília, 1995, pp. 1137-1143.

DIAS, Leila C. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. L'Harmattan, Paris, 1995.

DIAS, Viviane V. "Algumas reflexões sobre a internacionalização das empresas brasileiras". Comunicação apresentada no *I Seminário SOBEET*, Rio de Janeiro, ago, 1994, mimeo (26 p.).

DOLLFUS, Olivier. *O espaço geográfico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DOLLFUS, Olivier. *La nouvelle carte du monde*. Presses Universitaire de France, Paris, 1995.

DUPUY, Gabriel. *Système, réseaux et territoires*. Presses de L'École Nationale des Ponts et Chassées, Paris, 1985.

EGLER, Claudio A. G. "Dinâmica territorial recente da indústria no Brasil (1970-80). In BECKER, Bertha et al. (org.). *Tecnologia e gestão do território*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1988, pp. 121-152.

ELIAS, Denise. *Meio técnico-científico-informacional na região de Ribeirão Preto (São Paulo)*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ELIAS, Denise. "Revolução urbana no Brasil: metropolização e involução metropolitana". *VI Encuentro de Geografos de America Latina*, Buenos Aires, mar, 1997a (6 p.).

ELIAS, Denise. "Educação e pesquisa tecnológica na região de Ribeirão Preto – SP". *Experimental*, ano I, nº 2, Laboplan/Departamento de Geografia, FFLCH, USP, mar, 1997b, pp. 47-66.

ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Paz e Terra, São Paulo, 1968.

EMPLASA. *Plano Metropolitano da Grande São Paulo (1993-2010)*. São Paulo, 1994.

FEL, André. "La géographie et les techniques". In GILLE, B. (dir.). *Histoire des techniques*. Encyclopedie de la Pleiade, Paris, 1978, pp. 1062-1110.

FERRÃO, João. "Terciarização e território: emergência de novas configurações espaciais?" *Análise Social*, v. 26, nº 144, 1991, pp. 823-845.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. "São Paulo, Brasil: da imagem local à identidade global". In SOUZA, M. A. et al (orgs.). *Metrópole e globalização. Conhecendo a cidade de São Paulo*. Cedesp, São Paulo, 1999, pp. 43-56.

FREITAS, M. C. P. e SCHWARTZ, G. "Serviços financeiros: rumo à regulamentação". *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, nº 3, jun-set, 1992.

FRIEDMANN, Georges e NAVILLE, Pierre. *Tratado de sociologia do trabalho. Volume I e II*. Cultrix/USP, São Paulo, 1973.

FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas*. Perspectiva, São Paulo, 1983.

FRIEDMANN, John e WOLFF, Goetz. "World City formation: an agenda for research and action". *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 6, nº 3, 1982, pp. 311-343.

FROMM, Erick. *Análise do homem*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 6ª ed., 1968

FRÚGOLI Jr, Heitor. *Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. Cortez, Edusp, São Paulo, 2000.

GADREY, Jean. "Relations de service et relations d'assurance dans la géographie des services". In BONAMY, Jöel e MAY, Nicole (eds.). *Services et mutations urbaines*. Anthropos Economica, Paris, 1994, pp. 121-140.

GALLOUJ, Faiz. "Les déterminants de l'innovation dans les activités de Conseil". *Revue Française du Marketing*, nº 149, 1994, pp. 33-51.

GEIGER, Pedro P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP/MEC, Rio de Janeiro, 1963.

GEIGER, Pedro P. e DAVIDOVICH, Fani. "Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 36, nº 30, jul/set, 1974, pp. 03-29.

GEORGE, Pierre. "O tempo geográfico". *Boletim Geográfico*, v. 29, nº 214, jan/fev., 1970, pp. 03-09.

GEORGE, Pierre. "Problemas, doutrinas e métodos". In GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves e KAYSER, Bernard. *A geografia ativa* (Tradução de Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de La Côte e Vincenzo Bochicchio). Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1973, pp. 17-40.

GODELIER, Maurice. *Rationalité & irrationalité en économie*. François Maspero, Paris, 1974.

GOE, Richards W. "An examination of relationship between corporate spatia org.anization, restructuring, and external contracting of producer services within a metropolitan region". *Urban Affairs*, v. 32, nº 1, set, 1996, pp. 23-45.

GOLDMANN, Lucien. *Origem da dialética. A comunidade humana e o universo em Kant*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Paz e Terra, São Paulo, 3ª ed., 1991.

GOMES, Cilene. "Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro". In SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2001, pp. 345-356.

GONÇALVES, Maria Eduarda. *Direito da informação*. Livraria Almedina, Coimbra, 1994.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. Edusp, São Paulo, 1993.

GOTTMANN, Jean. *Megalopolis; the urbanized northeastern seaboard of the United States*. Twentieth Century Fund, Nova Iorque, 1961.

GOUROU, Pierre. *Introducción a la geografía humana*. Alianza Editorial, Madrid, 1979.

GRAHAM, Stephen. "Rumo à cidade em tempo real: desenvolvimento urbano numa sociedade globalizada e tele mediática". *Mimeo*, 1996.

GREGORY, Derek *et al* (orgs.). *Geografia humana. Sociedade, espaço e ciência social*. Zahar, Rio de Janeiro, 1996.

GRIMM, Flávia. *São Paulo e serviços avançados: a prestação de consultoria na reestruturação da metrópole*. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GROSSMANN, Luiz. "O uso de bases de dados no gerenciamento empresarial". *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, nº 4, out/dez, 1994, pp. 95-100.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. Hucitec, São Paulo, 1980.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Loyola, São Paulo, 1993.

HEELAN, David A. "Global cities as tomorrow". *Havard Business Review*, v. 55, mai/jun, 1977, pp. 79-88.

HEPWORTH, Mark E. *Geography of the information economy*. Belhaven Press, Londres, 1989.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos impérios (1875-1914)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1992.

HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Graal, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1983.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

ISNARD, H. "O espaço do geógrafo". *Boletim Geográfico*, v. 36, nº 258-259, 1978, pp. 05-16.

ISNARD, H. *O espaço geográfico*. Livraria Almedina, Coimbra, 1982.

KAHIL, Samira Pedute. "Psicoesfera a modernidade perversa". *Revista do Departamento de Geografia*, nº 11, 1997, pp. 217-220.

KARPIK, Lucien. "Organizations, institutions and history". In KARPIK, L. (ed.) *Organization and environment*, Sage Publications, Londres, 1978, pp. 15-68.

KON, Anita. *A produção terciária: o caso paulista*. Nobel, São Paulo, 1992.

KON, Anita. "Da desindustrialização manufatureira à industrialização dos serviços". In *Espaço & Debates*, nº especial (12), 1997, pp. 26-50.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Paz e Terra, São Paulo, 2ª ed, 1976.

KPMG. *Finanças Corporativas*. São Paulo, 1995.

- KPMG. *Management Consulting*. São Paulo, 1995.
- KPMG. *Serviços SAP*, São Paulo, 1995.
- LABORIT, Henri. *Société informationelle. Idées pour l'autogestion*. Cerf, Paris, 1973.
- LANGDALE, John. "Electronic funds transfer and the internationalisation of the banking and finance industry". *Geojournal*, v. 16 (1), 1985, pp. 1-13.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo. Estudo de geografia urbana*. Insituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1971.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1994.
- LECHNER, Norbert. "A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana". *Lua Nova*, nº 21, set, 1990, pp. 72-86.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y politica. El derecho a la ciudad II*. Ediciones Peninsula, Barcelona, 1976.
- LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A indústria têxtil*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- LEYSHON, Andrew. "The transformation of regulatory order: regulating the global economy and environment". *Geoforum*, v.33 (3), 1992, pp. 249-267.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional* (Tradução José Paulo NETO). Cortez, São Paulo, 1995.
- MAFFESOLI, Michael. *Lógica da dominação*. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- MALIN, Ana B. "Economia e política da informação. Novas visões da história". *São Paulo em Perspectiva*, v.8 (4), out/dez, 1994, pp. 9-18.
- MAMIGONIAN, Armen. "O processo de industrialização em São Paulo". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 50, mar, 1976, pp. 85-99.
- MAMIGONIAN, Armen. "Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista". *Revista de Ciências Humanas*, nº 2, 1982, pp. 38-48.
- MANSANO, Tadeu. "A onipresença dos bancos. Agências proliferam em plena era da internet". *Revista Exame*, São Paulo, 2000.
- MARSHALL, J. N. "Private services in an era of change". *Geoforum*, v.20 (3), 1989.
- MARSHALL, J. N. "Business reorganization and the development of corporate services in metropolitan areas". In *The Geographical Journal*, v. 160 (1), mar, 1994, pp. 41-49.

- MARTIN, Ron. "Teoria econômica e geografia humana". In GREGORY, D. *et al.* (orgs.). *Geografia humana. Sociedade, espaço e ciência social*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1996, pp. 31-64.
- MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo. História das idéias e das estratégias* (Tradução de G. J. F. TEIXEIRA). Vozes, Petrópolis, 1994.
- MATTOS, Dirceu Lino de. "O parque industrial paulistano". In AZEVEDO, Aroldo de (coord.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Aspectos da Metrópole Paulista*. Companhia Editora Nacional/AGB-SP, São Paulo, 1958, pp. 5-98.
- MELO, Hildete Pereira de. *Os serviços no Brasil*. MICT, Brasília, 1998.
- MEYER, David R. "The World System of Cities. Relation Between International Financial Metropolises and South American Cities". *Social Forces*, v.64 (3), march, 1993.
- MOLES, Abraham. *As ciências do impreciso*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* (Tradução de Ary FRANÇA e Raul de A. e SILVA). Hucitec/Polis, São Paulo, 1984.
- MONTALBÁN, Manuel Vásquez. *As notícias e a informação*. Salvat Editora, Rio de Janeiro, 1979.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1988.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio ambiente e ciências humanas*. Hucitec: São Paulo, 1994.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Publicações Europa-América, Lisboa, 1983.
- MOULAERT, Frank e DJELLAL, Faridah. "Information technology consultancy firms: economies of agglomeration from a wild-area perspective". *Urban Studies*. 32 (1), 1995, pp. 105-122.
- MOURA, R. e KLEINKE, M. L. "Espacialidade da concentração na rede urbana da Região Sul". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº 95, jan/abr, 1999.
- MÜLLER, N. L. "A área central da cidade". In AZEVEDO, Aroldo de (coord.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Aspectos da Metrópole Paulista (volume 3)*. Companhia Editora Nacional/AGB-SP, São Paulo, 1958, pp. 121-182.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Itatiaia, Belo Horizonte, 1965.
- NAÇÕES UNIDAS. *Desarrollo de los Servicios de Consultoria de Gestion (com referencia especial a America Latina)*. Nova Iorque, 1973.
- NAÇÕES UNIDAS. *América Latina y el Caribe. Séries estadísticas sobre comercio de servicios 1980-1997*. Santiago, 1998.

NEGRI, Barjas. "A interiorização da indústria paulista". In *Fundação SEADE, A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, Coleção Economia Paulista, v.1 (2), 1988.

NORA, Pierre. "O retorno do fato". In LE GOFF, Jacques e NORA, P. (orgs.), *História: novos problemas*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976, pp. 179-193.

OLDS, K. "Globalization and the production of new urban spaces: pacific rim megaprojects in the late 20th century". *Environment and Planning A.*, v. 27, 1995, pp. 1713-1743.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. Brasiliense, São Paulo, 1994.

PACHECO, Carlos Américo. *A fragmentação da nação*. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1998.

PACHECO, L. F. "Advocacia depois da globalização". In *Gazeta Mercantil*, 8/8/1996.

PIRES, A. M. L. *Cartões de crédito*, São Paulo, 1989, mimeo (13 pgs).

PIRES, Hindemburgo F. "Reestruturação inovativa e reorganização das instituições financeiras do setor privado no Brasil". *GeoUERJ*, nº 02, dez, 1997, pp. 65-79.

POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens de nossa época [1944]*. Campus, Rio de Janeiro, 1980.

PORAT, M. *The information economy*. Universidade de Stanford, Stanford, 1976.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil [1945]*. Brasiliense, São Paulo, 29ª ed., 1983.

PRADO Jr, Caio. *História e desenvolvimento. A contribuição da historiografia para a teoria e a prática do desenvolvimento brasileiro [1968]*. Brasiliense, São Paulo, 3ª ed., 1989.

PRADO Jr, Caio. *A cidade de São Paulo. Geografia e história [1983]*. Brasiliense, São Paulo, 2ª ed., 1989

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder [1980]* (Tradução de Maria Cecília França). Ática, São Paulo, 1993.

RANGEL, Ignácio. "História da dualidade brasileira". *Revista de Economia Política*, nº 4, 1981, pp. 5-34.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Rio-Metrópole. A produção social da imagem urbana*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e vida metropolitana*. Jobran Editora, Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Mudanças culturais e a ação estimulada pela técnica". *Simpósio Multidisciplinar Internacional O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização*, AGB - Bauru, jul, 1997, mimeo, (12 p.)

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Traços da sociedade no meio técnico-científico e informacional". In *Geosul*, v. 12, nº 23, 1997, pp. 7-17.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos e ALMEIDA, Roberto Schmidt de. "Análise da organização espacial da indústria na Região Sudeste". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 55, nº 1/4, jan/dez, 1993, pp. 61-105.

ROCHEFORT, Michel. *Redes e sistemas. Ensinando sobre o urbano e a região*. Hucitec, São Paulo, 1998.

ROSSINI, Rosa Ester. "Internacionalização e modernização: os anos 60 a 80". In BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila R. *Na estrada do Anhangüera - uma visão regional da história paulista*. Humanitas, São Paulo, 1999.

ROSSINI, Rosa Ester. "Internacionalização e modernização: os anos 60 a 80". In BACELLAR, Carlos de A. P. e BRIOSCHI, Lucila R. (orgs.). *Na estrada do Anhangüera. Uma visão regional da história paulista*. Humanitas, São Paulo, 1999, pp. 203-240.

ROWE, Frantz et BÉAL, Lue. "Réseaux de l'information et nouvelles formes d'organisation: les cas de banques". *Annales de Géographie*, nº 585/586, 1995, pp.516-539.

SAMPSON, Anthony. *O homem da companhia. Uma história dos executivos*. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. "As ambigüidades da divisão territorial: desenvolvimento harmônico ou exclusão dos circuitos produtivos?". In BECKER, B e MIRANDA, M. (orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1997, pp. 330-370.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Espacio, economia y sociedad*. Siglo Veintiuno, Madrid, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. "Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna". *Estudos Avançados*, v. 2 (2), maio, 1988. pp. 46-71.

SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Graal, Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Milton. *Fatores que retardam o desenvolvimento da Bahia: a falta de indústrias*. Seminário Resistências e Mudanças, Rio de Janeiro, out, 1959, mimeo (16p.).

SANTOS, Milton. "Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 29, nº 4, 1967, pp. 78-92.

SANTOS, Milton (dir.). "Modernisations et espaces dérivés". *Revue Tiers Monde*, Tome XIII, nº 50, 1972, pp. 247-268.

SANTOS, Milton. "Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido". *Seleção de Textos*, nº 1, Associação dos Geógrafos Brasileiros/São Paulo, 1976, pp. 17-23.

SANTOS, Milton. "Society and space: social formation as theory and method". *Antipode*, vol. 9, nº 1, fev, 1977, pp. 3-13.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. Hucitec, São Paulo, 1978a.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. Hucitec, São Paulo, 1978b.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1979a.

SANTOS, Milton. *Economia espacial. Críticas e alternativas*. Hucitec, São Paulo, 1979b.

SANTOS, Milton. "Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado". In RATTNER, H. (org). *Brasil 1990. Caminhos alternativos do desenvolvimento*. Brasiliense, São Paulo, 1979c, pp. 143-161.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Vozes, Petrópolis, 2ª ed., 1982a.

SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. Hucitec, São Paulo, 1982b.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual. A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Vozes, Petrópolis, 1982c.

SANTOS, Milton. "A geografia e a nova dimensão do planeta". *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 15 (5), set/out, 1984.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. Nobel, São Paulo, 1985.

SANTOS, Milton. "America Latina: nueva urbanización, nueva planeación". *Vivienda*, v.12 (1), jan/jun, 1987, pp. 104-115.

SANTOS, Milton. "Nuevo orden internacional y reorganización espacial" In PANADERO, M. et al (coord). *Urbanización, subdesarrollo y crisis en America Latina*. Seminário de Geografia, Albacete, 1988, pp. 27-34.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec, São Paulo, 1988a.

SANTOS, Milton. "Espaço geográfico como categoria filosófica". *Terra Livre*, nº5, 1988b, pp. 9-20.

SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. Hucitec, São Paulo, 2ª ed., 1989.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo*. Nobel, São Paulo, 1990a.

SANTOS, Milton. "O período técnico-científico e os estudos geográficos". *Revista do Departamento de Geografia*, nº 4, 1990b, pp. 15-20.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. Hucitec, São Paulo, 1991a.

SANTOS, Milton. "A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas". *Terra Livre*, nº 9, 1991b, pp. 7-18.

SANTOS, Milton. "Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil", Texto 001, Laboplan - Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 1992 (24 p.)

SANTOS, Milton. "São Paulo: un centre à la périphérie". In DURAND, M-F., LEVY, J. e RETAILLÉ, D. (eds). *Le monde, espaces et systèmes*. Dalloz, Paris, 1992a, pp. 307-317.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Hucitec, São Paulo, 1993a.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão* [1987]. Nobel, São Paulo, 1993b.

SANTOS, Milton. "A aceleração contemporânea e a globalização do espaço". Texto inédito, São Paulo, 1993c (15p.).

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec, São Paulo, 1994a.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. Hucitec, São Paulo, 1994b.

SANTOS, Milton. "O retorno do território". In In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. ANPUR/HUCITEC, São Paulo, 1994c, pp. 15-20.

SANTOS, Milton. "O lugar: encontrando o futuro". Conferência proferida no *Encontro Internacional Lugar, Formação Socioespacial, Mundo*. ANPEGE/Departamento de Geografia – USP, São Paulo, set, 1994d, mimeo (11 p.).

SANTOS, Milton. "Raison universelle, raison locale. Les espaces de la rationalité". *Espaces et Société*, nº 79, 1995a, pp. 108-110.

SANTOS, Milton. *Por una geografía ciudadana*. Conferência proferida no *V Encuentro de Geografos de la America Latina*. Havana, 1995b, mimeo (20 p.).

SANTOS, Milton. "A América Latina entre dois séculos: modelos técnicos, modelos educativos". *Seminário Desafios da Educação no Século XX: integração regional, ciência e tecnologia*. São Paulo, ABMES/IBQE, 1995c, mimeo, (7 p.).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996a.

SANTOS, Milton. "Los nuevos mundos de la geografía". *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, nº 16, 1996b, pp. 15-27.

SANTOS, Milton. "Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência". *Boletim Gaúcho de Geografia*, nº 21, ago, 1996c, pp. 7-14.

SANTOS, Milton. "Da paisagem ao espaço: uma discussão". *Anais do II ENEPEA*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, Unimarco Editora, São Paulo, 1996d, pp.33-42.

SANTOS, Milton. "São Paulo, uma evolução contraditória". *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, nº 16, 1996e, pp. 101-122.

SANTOS, Milton. "Território, espaço banal, lugar-comum". In *Jornal da Tarde*, São Paulo, 9/11/1996f.

SANTOS, Milton. "Uma campanha sem cara". In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03/11/1996g.

SANTOS, Milton. "Da política dos Estados à política das empresas". *Cadernos da Escola do Legislativo*, 3(6):3-19, jul/dez. 1997.

SANTOS, Milton. "Nação, Estado e território". In MENDONÇA, S. e MOTTA, M. (orgs.). *Nação e poder. As dimensões da história*. Editora UFF, Niterói, 1998a, pp. 23-29.

SANTOS, Milton. "Das modas ao modo. Trajetórias da geografia humana". *Revista Sexta-Feira*, nº3, out, 1998b.

SANTOS, Milton. "O dinheiro e o território". *Geographia*, Universidade Federal Fluminense, ano 1, nº 1, 1999, pp. 7-13.

SANTOS, Milton. "O território e o saber local: algumas categorias de análise". *Cadernos IPPUR*, ano XIII, nº 02, 1999a, pp. 15-26.

SANTOS, Milton. "El territorio: un agregado de espacios banales". In PANADERO, M. e ABELLÁN, F. C. (coords). *América Latina: lógicas locales, lógicas globales*. Ediciones de la Universidad de Castilla, Cuenca, 1999b, pp. 31-39.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro, 2000a.

SANTOS, Milton. "O recomeço da história". In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9/1/2000b.

SANTOS, Milton. "A grande crise já se instalou". In BENJAMIM, C. e ELIAS, L. A. (orgs.). *Brasil: crise e destino. Entrevista com Pensadores Contemporâneos*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2000c, pp. 21-34.

SANTOS, Milton. "O novo século das luzes". In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14/1/2001.

SANTOS, Milton e ARROYO, Mónica. "Globalização, regionalização: a proposta do Mercosul". *Caderno Técnico*, n.º 24, Brasília/SESI, 1997, pp. 57-63.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O ensino superior público e particular e o território brasileiro*. ABMES, Brasília, 2000.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Record, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Vozes, Petrópolis, 1983.

SARAMAGO, José. *O conto da Ilha Desconhecida*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

- SARTRE, Jean Paul. *Crítica de la razón dialectica* [1960]. Editorial Losada, Buenos Aires, 94º ed., 1995.
- SARTRE, Jean Paul. *Questão de método*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Toquio*. Princeton University Press, 1991.
- SASSEN, Saskia. "El complejo urbano en una economía mundial". *RICS*, nº 139, mar, 1994, pp 55-70.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. Studio Nobel, São Paulo, 1998.
- SERRES, Michel. "As ciências". In GOFF, J. e NORA, P. (orgs.). *História: novas abordagens*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1988, p 160-179.
- SHACHAR, Arie. "A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global". In BECKER, B. (orgs.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1983, pp. 75-97.
- SILVA, Armado C. "O capital técnico e o espaço". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 65, 1987, pp. 117-119.
- SILVA, Armado C. *A metrópole e as razões da razão técnica*. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1995, mimeo (11 p.).
- SILVEIRA, Maria Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997a.
- SILVEIRA, María Laura. "Concretude territorial, regulação e densidade normativa". *Experimental*, ano I, nº 2, Laboplan/Departamento de Geografia, FFLCH, USP, mar, 1997b, pp. 35-45.
- SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial no Brasil e outros estudos*. (Seleção, notas e bibliografia de Edgar Carone). Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1973.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Análise da evolução econômica de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Blumenau e Recife*. Cia Editora Nacional, São Paulo, 1968.
- SKANDERA, R. "Ensenanzas para la formacion correcta de consultores de gestion". In NAÇÕES UNIDAS. *Desarrollo de los servicios de consultoria de gestion (con referencia especial a America Latina)*. Nova Iorque, 1973.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual* [1984]. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.
- SORRE, Max. *Rencontres de la géographie et de la sociologie*. Librairie Marcel Rivière, Paris, 1957.
- SORRE, Max. *El hombre en la Tierra*. Editorial Labor, Barcelona, 1967.

SOUZA, Maria Adélia de. "Regionalização: tema geográfico e político. O caso paulista". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 50, mar, 1976.

SOUZA, Maria Adélia A. *Governo urbano*. Nobel, São Paulo, 1988.

SOUZA, Maria Adélia A. "Conexões geográficas: um ensaio metodológico (uma versão ainda preliminar)". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 71, 1992.

SOUZA, Maria Adélia A. *A identidade da metrópole. Verticalização em São Paulo*. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. "Max Sorre: um filósofo geógrafo". *Geosul*, v.12 (23), 1997, pp.145-166.

SOUZA, Maria Adélia A. "O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente". In: DÉAK, Csaba (org). *O processo de urbanização no Brasil*. Edusp, São Paulo, 1999.

SPÓSITO, Eliseu S. "Fluxos e localização industrial". In MELO, Jayro G. (org.). *Região, cidade e poder*. GAsPEER, Presidente Prudente, 1996, pp. 69-98.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades globais ou a implosão dos lugares?* Departamento de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP - Presidente Prudente, 1994, mimeo (10 p.).

STERN, Patrice e TUTOY, Patricia. *Le métier de consultant: principes, méthodes, outils*. Les Éditions d'Organisation, Paris, 1992.

SUZIGAN, Wilson. "Estado e industrialização no Brasil". *Revista de Economia Política*, v. 8, nº 4, out/dez, 1988, pp. 5-17.

SUZIGAN, Wilson. "Experiência histórica de política industrial no Brasil". *Revista de Economia Política*, v. 16 (1), jan/mar, 1996, pp. 5-21.

SZMRECSANYI, Tamás. "A era dos trustes e cartéis". In Eletropaulo, *História e Energia*, nº1, mai, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZO, L. "O capital financeiro e a empresa multinacional". *Temas de Ciências Humanas*, nº 9, 1980, pp. 116-124.

THOMAS, Hedley. "Management consulting around the world". *Journal of Management Consulting*, v. 7 (1), 1992, pp.26-27.

TOMELIM, Mário. *O quaternário: seu espaço e poder*. Editora UnB, Brasília, 1988.

VELASCO Jr., Licínio. "A economia política das políticas públicas: fatores que favorecem as privatizações no período 1985/94". *Textos para Discussão*, nº 54, BNDES, 1997 (58 p.).

VELTZ, Pierre. "D'une géographie des coûts à une géographie de l'organisation. Quelques thèses sur l'évolution des rapports entreprises/territoires". *Révue Économique*, v.44 (4), 1993.

VELTZ, Pierre. "Hierarquias e redes na organização da produção e do território". In BENKO, G. e LIPIETZ, A. *As regiões ganhadoras*. Celta Editora, Oeiras, 1994, pp. 189-200.

VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel*. Presses Universitaires de France, Paris, 1997.

VIEILLE, Paul. "L'espace global du capitalisme d'organisation". *Espaces et Société*, nº 12, mai, 1974, pp. 3-32.

VIEIRA, Sheila. "Telecomunicações e indústria de alta tecnologia em Santa Catarina". *Experimental*, ano II, nº 3, Laboplan/Departamento de Geografia, FFLCH, USP, set, 1997, pp. 43-48.

WARF, Barney. "Telecommunications and the globalization of financial services". *The Professional Geographer*, v. 41 (03), ago, 1989.

WHEELER, J. O. and MITCHELSON, R. J. "Information flows among major metropolitan areas in the United States". *Annals of the Association of American Geographers*, v.79 (4), dez, 1989.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade. O uso humano de seres humanos*. Cultrix, São Paulo, 4ª ed., 1973.

WIEWEL, N. e PERSKY, J. "The growing localness of the global city". *Economic Geography*, v.70 (2), abr, 1994, pp. 129-143.

WOOD, Peter A. "Business services, the management of change and regional development in the UK". *Transaction of the Institute of British Geographers*, v. 21 (4). 1996, pp. 644-665.

XAVIER, Marcos Antônio. *O sistema rodoviário brasileiro. Um elemento técnico do território*. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997

ZULIANI, Jean-Marc. *Une combinatoire du développement des services de haut niveau: l'exemple de Toulouse*. Mimeo, 1992, (17 p.).

JORNAIS

Correio Braziliense

Folha de São Paulo

Gazeta Mercantil

O Estado de São Paulo

ANEXO DE QUADROS

Quadro 1
Brasil - Bases de Dados mais utilizados em Negócios

Bases	Assuntos Tratados	Tipos	Custo	Atualização	Cobertura	nº de registros da Base
Businesswire	Agência de Imprensa especializada em notícias econômicas	Texto completo	Médio	Diária	Internacional	200.000
Consumer Reports	Comparação de produtos de consumo disponíveis no mercado norte-americano	Texto completo	Baixo	Mensal	Produtos de todas as procedências	3.000
D&B Duns Market Identifiers D&B European Duns Market Identifiers D&B International Market Identifiers	Bases de dados de empresas do mundo inteiro	Diretório tipo "páginas amarelas"	Médio	Bimestral	Internacional	Mais de 11 milhões de empresas
Dialog Moneycenter	Serviço real-time de informações financeiras	Dados brutos	Baixo	Minuto	Internacional	...
EconBase	Base de dados econômicos	Numérico	Baixo	Mensal	Internacional	12.000
FGV	Dados econômicos e séries temporais	Numérico	Baixo	Não periódica	Brasileira	...
IBGE	Base de dados de censos e estatísticas	Numérico	Baixo	Não periódica	Brasileira	...
ICC International Business Research	Estudos de mercado	Bibliográfico	Médio	Semanal	Internacional	100.000
Informat International Business	Artigos de negócios	Bibliográfico	Alto	Semanal	Internacional	800.000
Investext	Estudos de mercados e empresas	Texto completo	Alto	Semanal	Internacional	1,5 milhão
PTS International Forecasts	Tendências de mercado	Numérico	Baixo	Mensal	Internacional	900.000
PTS New Product Announcements/Plus	Lançamento de produtos	Texto completo	Alto	Semanal	Internacional	200.000
PTS PROMT	Artigos e estudos de negócios	Texto completo bibliográfico	Alto	Semanal	Internacional	2,5 milhões
PTS US Time Series	Séries históricas	Numérico	Baixo	Mensal	Norte-Americana	30.000
Thomas New Industrial Products	Lançamento de produtos	Diretório	Médio	Semanal	Norte-Americana	70.000
Trade and Industry Index/ASAP	Literatura comercial	Texto completo bibliográfico	Médio	Semanal	Internacional	3 milhões

Fonte: GROSSMANN, Luiz 1994

Quadro 2
Bases de dados mais utilizadas em Tecnologia

Bases	Assuntos Tratados	Tipos	Custo	Atualização	Cobertura	nº de Registros da Base
Compendex Plus	Base de dados de engenharia, coletando os artigos publicados em mais de 5.000 fontes	Bibliográfico	Baixo	Mensal	Todas as áreas, internacional. Levantamento de informações tecnológicas	2,6 milhões
INPADOC	Informações sobre patentes depositadas em 52 países	Bibliográfico	Alto	Semanal	Internacional	19 milhões
Japan Technology	Literatura tecnológica retirada de 500 fontes japonesas	Bibliográfico	Médio	Mensal	Japonesa	150.000
NTIS	Base de dados coletando todos os projetos de pesquisa financiados com capital norte-americano no mundo	Bibliográfico	Baixo	Mensal	Internacional	1,5 milhão
Pascal	Literatura científica	Bibliográfico	Baixo	Mensal	Internacional com ênfase européia	3,5 milhões
Scisearch	Base de dados científica, coletando artigos publicados em mais de 10.000 fontes	Bibliográfico	Médio	Semanal	Internacional	10,5 milhões
World Patents Index	Resumo de patentes depositadas em 30 países	Bibliográfico	Alto	Semanal	Internacional	5,2 milhões

Fonte: GROSSMANN, Luiz, 1994.

Quadro 3
Brasil - Agências de publicidade - 1999

Agências	Sede
McCann Erickson	SP
J. Walter Thompson	SP
DM9/DDB	SP
DPZ	SP
Salles/DMD&B	SP
Fischer, Justus	SP
Young & Rubicam	SP
Almap BBDO	SP
Standard Ogilvy, Mather	SP
Propeg	SP
Agnelo Pacheco	SP
Z+G Grey	SP
Ammirati Puris Lintas	SP
W/Brasil	SP
Leo Burnett	SP
Giovanni comunicações	SP
F Nazca	SP
ST	SP
SMP&B	MG
Publicis Norton	SP
Denison Brasil	SP
Lowe Ioducca	SP
Newcomm Bates	SP
Contemporânea	RJ
Talent Biz	SP
Grottera	SP
Opus & Múltipla	PR
Sign	RJ
Rino	SP

Fonte : Balanço anual da Gazeta Mercantil

ANEXO DE TABELAS

Tabela 1
Indústria de Transformação - Região Sudeste -1907
Número de Estabelecimentos e Operários

	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
SUDESTE	1.728	100	82.159	100
Espírito Santo	04	0.2	90	0.1
Minas Gerais	529	30.6	9.407	11.5
São Paulo	327	19.0	24.186	29.4
Distrito Federal	661	38.2	34.892	42.5
Rio de Janeiro	207	12.0	13.584	16.5

Fonte: Série Histórica - IBGE

Organização: A. Bernardes e E. Almeida, 1997.

Tabela 2
Indústria de Transformação - Estado de São Paulo - 1907
Número de Estabelecimentos e Operários

	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
SÃO PAULO	327	100	24.186	100
Capital	157	48.0	13.449	55.6
Interior	170	52.0	10.737	44.4

Fonte: Série Histórica - IBGE

Organização: A. Bernardes e E. Almeida, 1997.

Tabela 3
Participação dos Estados na Produção Industrial Brasileira (%) - 1907-1939

	1907	1920	1939
São Paulo	16,0	31,5	45,0
Minas Gerais	4,4	6,0	11,3
Rio de Janeiro e Guanabara	38,0	20,8	14,2
Rio Grande do Sul	19,9	11,0	10,7
Nordeste	17,0	-	10,0

Fonte: P. Singer, 1968

Tabela 4
Indústria de Transformação - Brasil/Sudeste - 1950
Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado

	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	N.º absolutos	%	N.º absolutos	%
BRASIL	71.027	-	1.295.286	-
SUDESTE	38.670	100	875.187	100
Espírito Santo	1.459	3.8	7.744	0.9
Minas Gerais	9.317	24.1	105.571	12.0
Distrito Federal	4.622	12.0	157.514	18.0
Rio de Janeiro	3.070	8.0	79.382	9.1
São Paulo	20.202	52.2	524.976	60.0

Fonte: IBGE - Recenseamento Geral - 1950.

Organização: A. Bernardes e E. Almeida, 1997.

Tabela 5
Distribuição dos Estabelecimentos Industriais - Grande São Paulo - 1950

Ramos da Indústria	Capital	Santo André	São Caetano do Sul	São Bernardo	Total
Extração de Produtos Minerais	38	7	-	2	47
Extração de Produtos Vegetais	9	-	-	7	16
Transf. de Minérios não Metálicos	422	179	30	91	722
Ind. Metalúrgica e Mecânica	892	62	31	2	987
Ind. Material Elétrico e de Comunicações	157	5	-	-	162
Ind. de Material de Transporte	74	4	1	-	79
Ind. de Madeiras e Afins	489	33	20	53	595
Ind. de Papel e Papelão	140	-	-	-	140
Ind da Borracha	40	-	-	-	40
Ind de Couro, Peles e Similares	48	4	-	-	52
Ind. Química e Farmacêutica	283	26	20	3	332
Ind. Têxtil	945	42	10	19	1.016
Ind. do Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	681	5	9	1	696
Ind. de Alimentos e Bebidas	437	55	25	1	518
Ind. Editorial e Gráfica	269	7	-	3	279
Ind. Diversas	348	4	120	-	472
TOTAL	5.276	433	266	182	6.158

Fonte: D. L. Mattos, 1958

Tabela 6
Telefones Instalados segundo Unidades da Federação — 1907 - 1980

	1907	1938 (1)	1944	1950	1961	1972	1980
Brasil	15.208	187.225	373.499	521.222	1.108.149	2.379.077	7.417.527
São Paulo	5.399	48.698	125.005	168.278	441.743	969.132	2.971.699
Rio de Janeiro	3.365	101.098	161.252	223.585	396.701	618.337	1.305.708

Fonte: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil, 1990.

(1) Dados relativos aos Municípios das Capitais.

Tabela 7
Aspectos Gerais do Tráfego Aéreo, Doméstico e Internacional, das
Empresas Regulares Nacionais — 1927 - 1986

Transporte Efetivo	1927 (1)	1937	1947	1957	1967	1977	1986
Passageiros (mil)	1	55	787	3.754	2.896	9.207	16.285
Bagagens (t)	6	665	10.185	44.344	-	-	-
Correio (t)	0	119	448	2.139	-	-	-
Carga (t)	0	164	11.396	88.769	-	-	-

Fonte: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil, 1990.

(1) Dados relativos ao mês de dezembro, quando teve início o tráfego aéreo comercial no país.

Tabela 8**Frota Nacional de Veículos Cadastrados - Brasil - 1927 - 1985**

Veículos	1927	1937 (1)	1947	1958	1967	1977	1985
Automóveis	89.852	62.386	140.499	395.833	1.417.897	6.467.326	9.494.198
Ônibus	2.230	2.043	13.407	22.295	40.604	102.652	130.064
Caminhões	1.600	2.166	8.477	70.810	403.738	701.886	972.961
Outros	38.075	22.903	109.210	331.847	637.106	841.961	2.587.227
Total	131.757	89.498	271.593	820.785	2.499.345	8.113.825	13.184.450

Fonte: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil, 1990.

Dados relativos aos Municípios das Capitais.

Tabela 9
Distribuição das Pessoas Ocupadas com Telecomunicações
Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 1970

	Pessoal Ocupado				TOTAL
	Na administração	No tráfego	Na rede e sua manutenção	Na engenharia	
BRASIL	12.351	20.018	15.813	2.842	51.024
NORTE	165	246	126	112	655
Rondônia	8	11	8	1	28
Acre	5	2	3	3	13
Amazonas	65	89	36	85	275
Roraima	3	---	3	1	7
Pará	88	135	73	22	318
Amapá	2	9	3	---	14
NORDESTE	1.700	2.017	1.216	276	5.299
Maranhão	43	41	22	5	111
Piauí	66	76	72	5	219
Ceará	500	474	161	43	1.178
R. Gr. Norte	39	205	46	3	293
Paraíba	118	256	107	9	490
Pernambuco	152	478	511	137	1.278
Alagoas	106	119	161	9	395
Sergipe	15	18	14	9	56
Bahia	661	440	122	56	1.279
SUDESTE	8.613	14.113	12.489	933	36.145
Espírito Santo	124	224	184	17	549
Minas Gerais	2.161	2.584	1.198	147	6.090
Rio de Janeiro	3.862	4.128	4.971	402	13.360
São Paulo	2.466	7.177	6.136	367	16.146
SUL	1.281	2.773	1.527	1.261	6.842
Paraná	631	1.057	695	292	2.675
Santa Catarina	160	282	200	157	799
Rio Gr. do Sul	490	1.434	632	812	3.368
Centro-Oeste	586	779	455	260	2.080
Mato Grosso	41	73	36	1	151
Goiás	314	375	168	125	982
Distrito Federal	231	331	251	134	947

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - FIBGE - 1970

Tabela 10
Evolução das Pessoas ocupadas no setor de telecomunicações
Brasil e Regiões (1950 - 1980)

	1950	1970	1980
BRASIL	20.003	51.024	164.492
Norte	167	655	2.998
Nordeste	1.386	5.299	11.415
<i>Região Concentrada (sub-total)</i>	-----	-----	150.079
Sudeste	16.243	36.145	66.651
Sul	2.173	6.842	14.343
Centro-Oeste	34	2.080	69.085

Fonte: Censos do Comércio e Serviços - Brasil - 1950, 1970, 1985 FIBGE

Anuário Estatístico do Brasil, 1990, FIBGE.

Anuário Rais - Ministério do Trabalho - Brasil, 1990

Tabela 11
Distribuição de algumas atividades técnicas, científicas e informacionais
Região Sudeste- 1990

Pessoal Ocupado						
	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Total SUDESTE	TOTAL BRASIL
Técnicos em elet., eletrônica e telecomunicações	1.353	10.228	16.106	36.861	64.548	102.962 (100%)
Técnicos em administração	1.724	6.148	12.371	21.757	42.000	75.246 (100%)
Desenhistas técnicos	592	4.370	7.057	25.837	37.856	52.896 (100%)
Engenheiros Cíveis e Arquitetos	788	5.899	9.555	15.319	31.561	53.576 (100%)
Técnicos de Biologia e Agronomia	764	4.945	4.945	9.856	20.510	46.353 (100%)
Analistas de Sistemas	496	3.029	9.014	22.674	35.213	45.637 (100%)
Gerentes financeiros, marketing e publicidade	1.256	8.098	11.286	35.850	56.490	88.233 (100%)

Fonte: Organização dos dados a partir do Anuário Rais - Ministério do Trabalho - 1990

Tabela 12
Pessoal Ocupado em Atividades Técnicas, Científicas e Afins
Brasil e Regiões Metropolitanas (1976 - 1995)

	1976*		1985		1990		1995	
	Nº Abs	%	Nº Abs	%	Nº Abs	%	NºAbs	%
Brasil	2.479.738	-	3.573.683	-	4.666.796	-	5.241.031	-
Total RMs	-		1.568.379	100,0	2.045.229	100,0	2.081.516	100,0
Belém	-		33.164	2,1	54.217	2,6	42.455	2,0
Fortaleza	-	-	61.386	4,0	72.931	3,5	94.506	4,5
Recife	-	-	79.086	5,0	106.161	5,2	117.202	5,6
Salvador	-	-	83.339	5,3	106.715	5,2	122.188	5,9
Belo Horizonte	-	-	126.951	8,1	161.792	7,9	161.720	7,8
Rio de Janeiro	344.944	-	431.014	27,5	531.426	26,0	528.083	25,4
São Paulo	408.144	-	580.548	37,0	760.096	37,2	762.451	36,6
Curitiba	-	-	65.001	4,1	113.365	5,5	102.525	4,9
Porto Alegre	-	-	107.890	6,9	138.526	6,8	150.386	7,2

Fonte: IBGE - PNAD

Neste ano os dados foram contabilizados somente para as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.

Tabela 13
Brasil - Estado de São Paulo - Evolução da População (1950 - 2000)

Brasil e Localidades	1950 (1)	1960 (2)	1970 (2)	1980 (2)	1991 (3)	2000 (3)
Brasil	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693
Estado de São Paulo	9.134.423	12.974.699	17.958.693	25.375.199	31.546.473	36.969.476
RMSP	—	—	8.139.730	12.558.725	16.567.317	17.834.664
São Paulo	2.198.096	3.825.351	5.978.977	8.587.665	9.626.894	10.405.867

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 (Sinopse Preliminar).

(1) População presente. (2) População recenseada. (3) População residente.

Tabela 14
População Residente no Estado de São Paulo e Municípios Selecionados
(1996 - 2000)

Estado de São Paulo e Municípios	População Residente		Área (Km²) (1)	hab./ Km² (1)
	1996	2000		
Estado de São Paulo	34.119.110	36.969.476	248.808,80	148,58
São Paulo	9.839.066	10.405.867	1.525,00	6.823,51
Campinas	908.906	968.172	795,70	1.216,75
Ribeirão Preto	456.252	505.053	650,40	776,52

Fonte: IBGE, Contagem da População, 1996; Censo Demográfico, 2000 (Sinopse Preliminar).

(1) Dados referentes ao ano de 2000.

Tabela 15
Brasil - Mensagens Telegráficas Tarifadas segundo as
Diretorias Regionais (1990 - 1992)

Diretorias Regionais	1990	1991	1992
Total	24.961	23.701	19.850
São Paulo	8.237	8.030	6.720
Rio de Janeiro	4.484	4.388	3.730
Minas Gerais	2.707	2.586	2.129
Espírito Santo	488	477	403

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1993.

Tabela 16
Movimento Aéreo Comercial de Aeronaves e Passageiros - Brasil (1994 - 1998)

Aeroportos	Pousos e Decolagens			Passageiros (1)								
				Embarcados			Desembarcados			Em Trânsito		
	1994	1996	1998	1994	1996	1998	1994	1996	1998	1994	1996	1998
Brasil (2)	878.897	987.065	1.280.431	15.639.696	23.463.380	29.054.748	16.188.009	23.373.368	30.807.421	5.549.040	5.847.829	7.599.450
São Paulo (3)	235.280	271.829	348.608	4.795.773	9.300.397	10.736.717	5.494.185	9.061.303	11.717.965	1.242.027	1.017.952	1.722.633
Rio de Janeiro (4)	128.349	122.454	162.658	3.178.960	3.930.749	4.634.129	2.953.374	3.981.016	4.596.973	1.017.521	850.391	758.220
SP/BR (%)	26,7	27,5	27,2	30,6	39,6	36,9	33,9	38,7	38,0	22,3	17,4	22,6
RJ/BR (%)	14,6	12,4	12,7	20,3	16,75	15,9	18,2	17,0	14,9	18,3	14,5	9,9

Fonte: IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil - 1996 e 1998.

(1) Inclui vôos domésticos e internacionais. (2) Considerados os principais Aeroportos.

(3) Movimentos nos aeroportos de Guarulhos e Congonhas. (4) Movimentos nos Aeroportos do Galeão e Santos Dumont.

Tabela 17
Movimento Aéreo Comercial de Cargas - Brasil (1994 - 1998)

Aeroportos	Movimento Aéreo Comercial - Cargas (t) (1)					
	Carregado			Descarregado		
	1994	1996	1998	1994	1996	1998
Brasil (2)	85.012	78.423	81.572	81.670	68.541	73.902
São Paulo (3)	18.328	24.295	33.309	11.491	14.286	19.712
Rio de Janeiro (4)	18.203	13.162	10.521	14.474	8.307	8.275
SP/BR (%)	21,5	30,9	40,8	14,0	20,8	26,6
RJ/BR (%)	21,4	16,7	12,8	17,7	12,1	11,1

Fonte: IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil - 1996 e 1998.

(1) Inclui vôos domésticos e internacionais. (2) Considerando os principais aeroportos.

(3) Considerando os Aeroportos de Guarulhos e Congonhas. (4) Considerando os Aeroportos: Santos Dumont e Galeão.

Tabela 18
Movimento de Mala Postal (1994 - 1998)
(em Toneladas)

Natureza do Vôo	1994			1998		
	Embarque	Desemb.	Total (1)	Embarque	Desemb.	Total (1)
Guarulhos	18.238	11.432	29.670	35.152	20.710	55.862
Congonhas	—	—	—	—	—	—
Viracopos	47	55	102	52	3	55
Doméstico						
Guarulhos	13.925	9.056	22.981	33.189	17.479	50.668
Congonhas	—	—	—	—	—	—
Viracopos	45	43	88	—	—	—
Internacional						
Guarulhos	4.313	2.376	6.689	1.963	3.231	5.194
Viracopos	2	12	14	52	3	55

Fonte: SEADE - Anuário Estatístico - 1994 e 1998

(1) Soma de Embarques e Desembarques.

Tabela 19**Número de Passageiros Transportados nas Linhas Especiais - Ponte Aérea**

Origem/Destino	1997	1998	1999	2000
R. de Janeiro/São Paulo/R. de Janeiro	3.201.374	4.138.146	3.109.069	3.629.173
R. de Janeiro/Brasília/R. de Janeiro	25.500	149.366	125.574	191.954
R. de Janeiro/B. Horizonte/R. de Janeiro	425.578	497.692	420.116	473.682
São Paulo/B. Horizonte/São Paulo	790.558	1.644.705	955.150	1.031.152
São Paulo/Brasília/São Paulo	513.278	1.550.876	858.553	967.663
B. Horizonte/Brasília/B. Horizonte	250.717	208.000	191.903	243.861

Fonte: DAC - Anuário do Transporte Aéreo, 1998, 2000.

Tabela 20**Extensão da Área da Região Metropolitana de São Paulo e do Município de São Paulo - (Km²)**

	1950	1960	1970	1980	1990
São Paulo	1.624	1.587	1.509	1.509	1.509
RMSP	8.292	8.051	8.053	—	8.051

Fonte: SEADE - Perfil Municipal, 1993; EMPLASA - Sumário de Dados da Grande São Paulo, 1977, 1990.

Tabela 21
Frota de Veículos — Brasil — 1958 - 2000

	1958	1967	1977	1980	1990	1996	2000
Brasil	820.785	2.499.345	8.113.825	13.184.450 (1)	—	27.519.278	28.200.000
São Paulo	—	—	—	2.290.139 (2)	7.533.440	10.682.723	12.300.000
Cidade de São Paulo	—	—	—	1.793.939	3.376.324	4.705.921	5.040.973

Fonte: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil, 1990; EMPLASA - Sumário de Dados da Grande São Paulo, 1980, 1990; Detran, 2001.

(1) Dado referente ao ano de 1995.

(2) Dado referente à Região Metropolitana de São Paulo.

Tabela 22
Frota de Veículos - Brasil - por 1000 Habitantes (1990 - 1998)

	1990	1998
Brasil	89,6	189,6
São Paulo	230,8	333,0

Fonte: SEADE, 2000.